

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO:  
um bordado na trama do Sistema de Garantia de Direitos alencarino

Autor: Roberto dos Santos da Silva

Brasília, 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO:  
um bordado na trama do Sistema de Garantia de Direitos alencarino

Autor: Roberto dos Santos da Silva

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como  
parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, Janeiro de 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO:  
um bordado na trama do Sistema de Garantia de Direitos alencarino

Autor: Roberto dos Santos da Silva

Orientador: Doutora Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB)

Banca: Prof.a Doutora Dirce Mendes (UnB)

Prof. Doutor Domingos Sávio Abreu (UFC)

Prof.a Doutora. Irene Rizzini (PUC-RJ)

Prof. Doutor Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB)

## **Agradecimentos**

Quero primeiramente agradecer aos meus pais, José Freire da Silva e Maria de Lourdes dos Santos da Silva, que me deram suporte para o início de meus estudos de nível superior e não puderam chegar até este momento para ver este fruto de sua semeadura.

Neste sentido, não posso esquecer também meu irmão, Paulo Vinícius Santos Silva, também sociólogo e pós-graduando no departamento, com quem dividi contas, confinamento involuntário e outros dissabores de tempos sombrios e livros muitas vezes estes sendo seus.

Também registro o papel de Elianatan da Silva Gomes, companheira que me deu suporte e me suportou nessa jornada em que muitas vezes não pude estar disponível devido à pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação de Sociologia, o PPGSOL, ao Departamento de Sociologia, seus docentes, discentes e servidores com quem tive a honra de compartilhar um pouco desses anos de muito aprendizado, obrigado por sua dedicação e paciência. Agradecimentos especiais ao pessoal da secretaria nas pessoas das caríssimas Patrícia Rodrigues e Gabriella Carlos.

Este trabalho de pesquisa foi apoiado antes mesmo de meu ingresso no curso de Doutorado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Campanha Nacional Criança Não é de Rua (NEP-CNER) e pela Universidade Federal do Ceará como extensão e posteriormente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Sou deveras grato a minha orientadora, a professora Maria Francisca Coelho. E não posso deixar de fora desses agradecimentos o meu primeiro orientador, o saudoso amigo professor Brasilmar Ferreira Nunes.

Obrigado aos meus colegas de turma, com quem atravessei momentos difíceis. Em especial meu muito obrigado a Jean Camargo que sempre esteve disponível para ajudar fosse com alguma dica, livro, material fosse simplesmente com sua cara amizade.

Não posso deixar de mencionar os professores Domingos Abreu, Arthur Trindade, Sadi Del Rosso, os meus ex-colegas de trabalho Juana Nunes, Carla Dozzi, Alcione Silva, Elder Vieira, o Instituto Federal de Brasília, que me permitiu cadastrar este estudo como de interesse da instituição.

Cito ainda Mateus Gianni, Mário Canto, Páris Bogéa que contribuíram com algo constituinte deste trabalho, O primeiro com uma importante dica metodológica e os últimos me auxiliaram com traduções do resumo, respectivamente em para inglês e outro para francês.

Meus caros/caras Antônio Carlos, Milena Cassal, Benjamin Lucas, Maurício, Tarsila Flores, Ziriba, Edson Ivo, Lourenço Braz, Luiz Simões, não tenho como agradecer a suas colaborações.

Por fim, muito obrigado mesmo a todos os pesquisados, que às vezes sem nem me conhecer consideraram a importância de se apoiar pesquisas neste país.

Autor: Roberto dos Santos da Silva  
Título: ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO:  
um bordado na trama do SGD alencarino  
Curso: Doutorado em Sociologia  
Data da defesa: 28/02/2023  
Orientadora: Prof.a Dr.a Maria Francisca Pinheiro Coelho

### Resumo

Este trabalho versa sobre a Associação O Pequeno Nazareno, de Fortaleza/CE (OPN), marcadamente entre 2012 e 2019. A OPN é uma instituição de acolhimento (IAS), presta o chamado serviço de acolhimento institucional (SAI), que é uma medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal serviço compõe a rede de política pública chamada Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). O SAI se conecta com todos os demais serviços, equipamentos e ações do SGD, de outras políticas públicas, de outras instâncias da sociedade civil e intermedia o contato com a comunidade de origem e família de seus atendidos. Uma IA atende direta e indiretamente seus acolhidos por tempo integral e é sua guardiã legal. A OPN se destaca dentre as IAs de Fortaleza e em nível nacional, articula em todo o país e no âmbito da América Latina pesquisadores, militantes e profissionais que atuam junto a crianças e adolescentes em situação de rua, o que justifica a escolha dessa organização como foco deste estudo. E a OPN também é uma entidade de origem religiosa, católica, como a maioria das organizações atuantes nesse campo desde a constituição deste. Analisamos sua trajetória, ações, projetos e programas, infraestrutura, fontes de financiamento, organograma administrativo, rotinas, regulamentos, parcerias e comunicação social buscando captar as concepções que a movem. Visamos com isso, responder a seguinte indagação: é possível estabelecer uma relação entre a pertença religiosa dessa organização e a escolha de sua criação, do trabalho e público específico escolhidos por elas? Nesse sentido, dialogamos com Georg Simmel quanto ao que motiva quem presta assistência aos pobres e com Poole et al quanto à importância da religião como elemento basilar para o mundo moderno. Realizamos pesquisa qualitativa, apoiada em baterias de entrevistas semiestruturadas, investigação documental e de campo, utilizando o procedimento *snowball* e observação flutuante, buscando exercitar uma escrita e reflexão pendulares. Também analisamos a OPN como um caso de sucesso em sua área partindo dos seguintes critérios: i) permanência ao longo dos anos das atividades da instituição; ii) estabelecimento de uma imagem positiva sólida junto a comunidade e influência no seu campo de atuação; iii) autonomia financeira perante o Estado; iv) diversificação de sua atuação impactando extenso quantitativo de sujeitos sem perda de qualidade em suas ações. Constituímos a partir de tal análise o conceito de experiência pontocruz, com referência na costura, e buscamos identificar as razões do êxito dessa organização.

**Palavras-Chave:** Associação O Pequeno Nazareno; Acolhimento institucional; Crianças e adolescentes; Vulnerabilidade social; *Situação de rua*.

### Abstract

This thesis discusses the Associação O Pequeno Nazareno (OPN), especially between 2012 and 2019. The OPN is a sheltering institution (SI), provides the so-called institutional sheltering service (ISS), which is a protective measure provided for in the Child and Adolescent Statute. Such service is part of the public policy network called the Child and Adolescent Rights Guarantee System (RGS). The ISS connects with all the other services, equipment and actions of the RGS as well as other public policies, other instances of civil society and intermediates contact with the community of origin and family of its beneficiaries. A SI directly and indirectly serves its full-time beneficiaries and is their legal guardian. The OPN stands out among the ISSs in Fortaleza and on a national level articulates researchers, militants and professionals who work with children and adolescents in street situations throughout the Brazil as well as in Latin America, which justifies

the choice of this organization as the focus of this study. And OPN is also a catholic religious entity, like most other organizations operating in this field. its trajectory, actions, projects and programs, infrastructure, sources of financing, administrative organization chart, routines, regulations, partnerships and social communication seeking to capture the conceptions that move it were thoroughly analyzed in this work. The analysis aims to answer the following question: is it possible to establish a relation between the religious components of these organizations, the choices made at their establishment and the work and target profiles chosen for them? In this sense, a dialogue is established with Georg Simmel (1965) regarding the motivation of those who assist the poor and with Poole et al (2007), regarding the importance of religion as a basic element for the modern world. Qualitative research was carried out, supported by a series of semi-structured interviews, documental investigations as well as field work through snowball sampling, floating observation and seeking to exercise pendular writing and pendular reflection. OPN was also analyzed as a successful case in its area based on the following criteria: i) permanence over the years of the institution's activities; ii) establishment of a solid positive image with the community and influence in its field of action; iii) financial autonomy vis-à-vis the State; iv) diversification of its activities impacting an extensive quantitative of subjects without loss of quality in its actions. We constituted from such analysis the concept of experience cross stitch, with reference to sewing, and sought to identify the reasons for this organization's success.

**Keys-words:** Associação O Pequeno Nazareno; institutional sheltering programs; children and adolescents; vulnerable situation; homeless situation.

## Résumé

Ce travail porte sur l'Associação O Pequeno Nazareno (OPN), du Fortaleza/CE, principalement entre 2012 et 2019. La OPN est une institution d'accueil (IA), qui assure le service dit d'accueil institutionnel (SAI), qui est une mesure de protection prévue par le Statut de l'Enfant et de l'Adolescent. Ce service fait partie du réseau des politiques publiques dénommé Système de Garantie des Droits de l'Enfant et de l'Adolescent (SGD). Le SAI se connecte avec tous les autres services, équipements et actions du SGD, les autres politiques publiques, les autres instances de la société civile et assure le contact avec la communauté d'origine et la famille des personnes desservies. Une IA assiste directement et indirectement ses hôtes à plein temps et est leur tuteur légal. La OPN se distingue parmi les IA de Fortaleza et au niveau national, il articule à travers le pays et en Amérique Latine des chercheurs, des militants et des professionnels qui travaillent avec les enfants et les adolescents des rues, ce qui justifie le choix de cette organisation comme point central de cette étude. Et la OPN est aussi une entité d'origine religieuse, catholique, comme la plupart des organisations actives dans ce domaine depuis sa constitution. Nous analysons sa trajectoire, ses actions, ses projets et programmes, son infrastructures, ses sources de financement, son organigramme administratif, ses routines, ses réglementations, ses partenariats et sa communication sociale, en cherchant à saisir les concepts qui l'animent. Notre but était de répondre à l'enquête suivante: est-il possible d'établir une relation entre l'appartenance religieuse de ce organisation et le choix de leur création, du travail et public spécifique choisis par elles? Dans ce sens, nous avons dialogué avec Georges Simmel (1965) au sujet de ce que motive ceux qui fournissent de l' aide aux pauvres et avec Poole et al (2007) au sujet de l'importance de la religion comme élément basique pour le monde moderne. Nous avons réalisé une enquête qualitative appuyée sur de nombreux entretiens semi-structurés, des recherches documentaires et de champs, en utilisant le procédé Snowball et observation flottante, en recherchant exercer une écriture et une réflexion pendulaires. Nous avons également analysé l'OPN comme un cas de réussite dans son domaine selon les critères suivants: i) permanence dans le temps des activités de l'institution; ii) établissement d'une solide image positive au sein de la communauté et influence dans son domaine d'activité; iii) l'autonomie financière vis-à-vis de l'Etat; iv) diversification de ses activités, impactant un grand nombre de sujets sans perte de qualité dans ses actions. Sur la base

de cette analyse, nous avons créé le concept de l'expérience point de croix, en référence à la couture, et nous avons cherché à identifier les raisons du succès de cette organisation.

**Mots clés:** Associação O Pequeno Nazareno; Service d' Accueil Institutionnel; Enfant et l' Adolescent; situation de vulnérabilité, *situation de rue*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1. DOS MATERIAIS À TESSITURA:</b>	
<b>definições da pesquisa.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1. Objeto e objetivos.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2. Relevância social e sociológica.....</b>	<b>18</b>
<b>1.3. Metodologia.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3.1. Demarcações do objeto de estudo.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3.2. Dos cuidados e procedimentos metodológicos.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2. A URDIDURA: passado e presente d'O Pequeno Nazareno.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1. O início.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2. Disposição organizacional, infraestrutura e fontes de captação.....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. DESEMBOLANDO A TRAMA: concepções e ações nazareninas .....</b>	<b>48</b>
<b>3.1. Marcos referenciais e ideias norteadoras.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2. Serviços, programas e ações.....</b>	<b>56</b>
<b>3.2.1. Abordagem de rua.....</b>	<b>57</b>
<b>3.2.2. Acolhimento.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2.3. Trabalho com as famílias.....</b>	<b>77</b>
<b>3.2.4. Profissionalização.....</b>	<b>90</b>
<b>3.2.5. Trabalho nas comunidades.....</b>	<b>94</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>4. BORDADOS NA TRAMA: comunicação, poder mobilizador e incidência política.....</b>	<b>102</b>
<b>4.1. A Estratégia de Comunicação e Marketing.....</b>	<b>102</b>
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>5. O PEQUENO NAZARENO COMO UMA EXPERIÊNCIA PONTOCRUZ.....</b>	
<b>5.1. Buscando identificar os pontos fortes e suas razões.....</b>	<b>136</b>

<b>5.2. Limitações e desafios apontados por pesquisados.....</b>	<b>145</b>
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>6. ACABAMENTO: assistência e religião.....</b>	<b>150</b>
<b>6.1. Partindo de nossa pergunta de partida.....</b>	<b>150</b>
<b>6.2. Da disposição do elemento confessional.....</b>	<b>152</b>
<b>6.3. Biografia e estrutura: trajetórias dos pesquisados e o elemento religioso.....</b>	<b>163</b>
<b>6.4. Como a OPN ressignifica o elemento religioso e o combina numa síntese bem diversa.....</b>	<b>167</b>
<b>6.5. Ilustrando um caso de modelamento técnico e moral.....</b>	<b>181</b>
<b>6.6. Pão e vinho: crenças e relações entre aqueles que compõem a entidade estudada.....</b>	<b>188</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>206</b>

## INTRODUÇÃO

Analisaremos neste trabalho a Associação O Pequeno Nazareno (OPN), ONG que presta serviços assistenciais a crianças e adolescentes oriundos de *situação de rua* (CASR), marcadamente o serviço de acolhimento institucional (SAI), sediada em Fortaleza.

A pesquisa foi realizada entre janeiro de 2012 e fevereiro de 2019. Não obstante, no decorrer de sua escrita continuou-se agregando elementos atinentes ao seu objeto, conforme a pertinência.

A OPN é uma organização não-governamental, ao nosso olhar de origem católica, mas cujos dirigentes nessa pesquisa negaram haver essa ligação. Justificamos essa ligação por ter sido criada por um ex-frade, pelo nome que a entidade adota, além da origem católica de muitos de seus dirigentes, parceiros e apoiadores, como demonstraremos.

Tal denegação nos provocou o seguinte questionamento: porque razão uma organização supostamente católica negaria essa sua ligação. E, afinal, tal negativa corresponde a manifestação concreta de sua atividade? Não supomos nem nos interessa se seus membros estão falando ou faltando com a verdade, posto que nos parecem crer no que nos afirmaram e negaram ao longo da pesquisa. Interessa-nos saber como e porque se deu essa virada, esse giro de crenças, de sua autorrepresentação e saber até onde essa mudança se mostra plenamente concretizada ou se está mais presente apenas no plano ideal.

Pelo que observamos em pesquisas anteriores no que se refere a Fortaleza, e no período deste estudo, em que empreendemos pesquisa em nível nacional abrangendo todas as regiões do país, apesar de não termos um número para apresentar aqui, consideramos seguro afirmar que a maior parte das instituições que prestam acolhimento institucional a crianças e adolescentes *em situação de vulnerabilidade* são não-governamentais. E, que dentre estas, a maior parte são de origem confessional, tal como a OPN.

Frente a isso e ao fato de tanto a OPN, quanto outras organizações cristãs que estudamos no mesmo período tomarem essa mesma postura de negarem sua ligação religiosa, decidimos tomar a Associação O Pequeno Nazareno para um estudo de caso que compõe este trabalho, para tentarmos em seu âmbito responder as seguintes questões: é

possível relacionar os valores religiosos com o fato desses profissionais se dedicarem a prestar atendimento a esse público? O que impele esses operadores do acolhimento, o que permite que não esmaçam frente às vicissitudes? Podemos inferir que o *leitmotiv* dessas organizações é debitário de sua pertença religiosa?

Tomamos aqui como pertença religiosa a situação de indivíduos terem em sua socialização a presença de um credo religioso. Mais especificamente para o que nos interessa aqui, que tal ligação não se limite à criação recebida em casa, e ou também na escola e pela manutenção de hábitos religiosos inculcados pela família como frequentar alguma Igreja. Mas que tal vínculo tenha se mostrado persistente por engajamentos posteriores de escolha desses indivíduos, como terem mantido hábitos religiosos na vida adulta, ou militado ou participado de alguma outra forma de algum grupo e ou atividade ligados a esse mesmo credo, no caso, como tratamos aqui de catolicismo, comunidades eclesiais de base, grupo de jovens, pastoral social ou mesmo ter pertencido ao sacerdócio.

# CAPÍTULO I

## 1. DOS MATERIAIS À TESSITURA: definições da pesquisa

### 1.1 Objetivos e objeto

Nosso objetivo geral, e de ordem mais teórico reflexiva, é testar a hipótese já esboçada acima, de que seria possível se **estabelecer uma relação entre a variável crença**, enquanto motivação, ideal ou causa, **com a variável escolha de se empreender um trabalho de cunho social destinado a crianças e adolescentes**, para além das razões comumente apregoadas de promover a cidadania, efetivação de direitos, inclusão social e outras ideias de ordem semelhante. Possuirão tais crenças relações com valores relacionados ou originados do vínculo com uma visão de mundo particular de cunho moral-religiosa, não necessariamente no que tange a dogmas doutrinários, mas ainda assim tratando-se de valores que lhe sejam intrínsecos?

Adotamos aqui a definição de valores dada por Raymond Boudon, em seu Dicionário de Sociologia quando diz que *os valores são a expressão de princípios gerais, de orientações fundamentais e primeiramente de preferências e crenças coletivas*.

Como objetivos específicos, buscamos: i) examinar se para além da origem de seus dirigentes, e da pertença religiosa de apoiadores e parceiros, podemos encontrar nos bases de origem religiosa nos fundamentos do pensamento dessa organização; ii) qual relação o elemento religioso (origem, pertença, crenças, reminiscências) estabelece com o elemento laico próprio desse serviço como política pública e; iii) se considermos desde já a OPN uma experiência exitosa, o que caracteriza tal sucesso, que traços seus permitem tal desenvolvimento.

Consideramos experiências exitosas aquelas que: i) persistem no tempo com nítido crescimento e fortalecimento institucional tal como adquirir sede própria e muitos meios materiais e recursos humanos; ii) conseguem envolver muitos parceiros, movimentar valores de grande monta a ponto de chegar a não depender de recursos do Poder Público; iii) atendem direta e indiretamente a um quantitativo de pessoas expressivo mantendo tal serviço sem precariedade material; iv) angariam visibilidade positiva, sólida boa imagem,

inserção e reconhecimento pelos pares e comunidade e participação na rede mais geral de atendimento e; v) diversificam seus serviços se constituindo como uma instituição que não pode ser definida apenas pelo acolhimento.

### *O Pequeno Nazareno, mais que um SAI do SGD*

Fundado em 27 de maio de 1993 O Pequeno Nazareno (OPN) iniciou suas atividades numa casa onde fica a sede da entidade até hoje, na rua Senador Alencar. A OPN possui várias frentes de ação, mas é mais conhecida por oferecer um serviço de acolhimento institucional (SAI).

O acolhimento é parte de um conjunto mais amplo de políticas, as do referido Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), ou, simplesmente, *rede de atendimento*, como é tratada no dia dia por seus operadores. *Para melhor se compreender instituições de acolhimento (IA's) como a OPN, se faz necessário entendê-las inseridas nesse contexto institucional que é o SGD, como Da Silva (2004) assinala muito bem.*

Segundo ela, conforme afirma no que se constituiu como o primeiro grande estudo sobre IA's infantojuvenis do país, é importante frisar que “a expressão ‘sistema de garantia de direitos’ denota a impossibilidade de se considerar isoladamente a atuação de quaisquer dos componentes do conjunto, já que seus papéis e atribuições estão entrelaçados e apenas ganham efetividade se conduzidos de maneira integrada” (IPEA/CONANDA, DA SILVA, 2004, p. 328). Logo, a seguir, falaremos mais do que consiste o SAI e, em linhas gerais, do SGD.

A Associação O Pequeno Nazareno (OPN) foi fundada em 27 de maio de 1993, se encaminhando para quase três décadas de existência. No decorrer desse tempo tornou-se referência nacional em atendimento a crianças e adolescentes em *situação de rua* (CASR), a seus familiares e comunidades de origem<sup>1</sup>. Se sediou no Centro de Fortaleza e instalou seu acolhimento em Maranguape, região metropolitana da capital.

---

<sup>1</sup> Iniciamos este capítulo com o verbo no presente ficando-nos na data de finalização da tese, mas voltaremos agora para a conjugação no passado. Lembramos que colocamos o ano de 2016 como o ano de referência para todas as informações que não venham datadas.

Em 22 de março de 2003, a OPN se estabeleceu também em Recife e inaugurou sua Casa da Acolhida na Ilha de Itamaracá. Assim a instituição entra no rol das ONGs desse campo que possuem unidades em mais de um estado, como as Aldeias Infantis SOS Brasil, a Casa do Menor São Miguel Arcanjo e Casas-Lares Calábria. Posteriormente vai se estender a Manaus, capital do Amazonas.

Em 07 de dezembro de 2005, numa audiência no CONANDA, a OPN encabeçou a criação de uma Rede Nacional de articulação dos atores que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua nas capitais brasileiras, a saber, a Campanha Nacional Criança Não é de Rua. Também capitaneou a criação da Red Internacional por la Defensa de la Infancia y Adolescencia en Situación de Calle (RIDIAN) - Rede Internacional pela Defesa da Infância e Adolescência em Situação de Rua, em nossa tradução livre.

Como se pode deduzir por estes dados preliminares que apresentamos como uma breve introdução ao nosso objeto, acreditamos ficar claro que se trata aqui de uma instituição que se destaca por muitas razões, como sua estruturação financeira e influência que vai se estendendo para além das fronteiras nacionais. Portanto, a tomamos como um caso interessante para estudo, o qual será abordado com maior detalhamento ao longo da exposição. Longe do eixo Rio-São Paulo, a OPN, originalmente de Fortaleza, agora também presente em Recife e Manaus, é possivelmente a ONG do SGD mais influente em sua área, tanto nacional quanto internacionalmente, sendo um ente periférico que paulatinamente se torna central dentro dessa rede de instituições, inclusive por motivos de que ainda trataremos.

### *O acolhimento institucional*

O Serviço de Acolhimento Institucional, primeiramente denominado *abrigo*, está previsto no artigo 92 da lei nº 8. 069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 101 do ECA, define esse ente como uma medida de *caráter provisório e excepcional*, para *fortalecer os laços familiares*, quando estes existem, visando a reinserção das crianças e adolescentes em sua família natural, a *família biológica*, sendo esta em sua forma de *família nuclear* ou de *família extensa, ampliada*. Isto não sendo possível ou preferível, devido a vínculos rompidos ou a este grupo apresentar fatores de risco ao desenvolvimento do (a) acolhido (a), tal estabelecimento deve então buscar viabilizar o encaminhamento deste (a) para adoção.

O SAI não se constitui como privação de liberdade. A mudança do nome de abrigo, do qual derivou as alcunhas *abrigamento* e *abrigagem*, se deu em virtude da publicação da lei nº 12.010 de 2009, conhecida como a *nova lei de adoção*<sup>2</sup> e chamada por outros também de *lei da convivência familiar e comunitária* que promoveu mudanças no ECA.

Ainda sobre o SAI, tal instituição é historicamente bem recente, e sua constituição liga-se inextricavelmente à necessidade de uma instituição de novo tipo que viesse a se contrapor ao que perdurou durante grande parte da história das políticas de atendimento à referida “clientela”, que atendeu por muitos nomes concomitantemente ou em diferentes momentos de antanho: os “orfanatos”, “orfanatrófios”, “orfanotrófios”, “asilos ampliados”, “escolas industriais”, “preventórios”, “reformatórios”, “educandários” ou “institutos”. Esse equipamento surge como versão antitética de seus predecessores, que possuem um caráter asilar e punitivista. E, pode-se afirmar, o acolhimento encarna bem o paradigma emergente, sendo uma das novidades mais sintomáticas e emblemáticas da nova ambiência institucional que eclode com o advento da doutrina da Proteção Integral, que é essa nova filosofia de atendimento<sup>3</sup>.

### *Sistema de Garantia de Direitos*

Como informado acima, o SGD foi instituído em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas continua a ser implantado e formulado, sendo normatizado e parametrizado por um conjunto de outras leis, planos e regulamentos sucedâneos ao ECA, que desenham uma verdadeira linha do tempo da evolução do seu debate e processo de formulação. O papel desses instrumentos normativos vai desde estabelecer noções amplas e de aplicação geral até esquadrihar quais procedimentos e orientações devem ser seguidos em campos, serviços e situações bem específicos.

Em relação às diretrizes de políticas públicas no Brasil, destacam-se a Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), a Lei nº 8.742 de 1993, alterada pela Lei nº

---

<sup>2</sup> Existe também a modalidade de acolhimento familiar como programa que basicamente mantêm a mesma finalidade, mas suplanta um estabelecimento formal por um grupo familiar como núcleo dessa medida. Tal medida como tipo de acolhimento encontra sua definição no Art. 101 do ECA, assim como o acolhimento institucional, devendo possuir as mesmas características gerais.

<sup>3</sup> Sobre a qual discorreremos quando formos esmiuçar o SGD.

12.435 de 2011, que, como o seu nome diz, regulamenta a organização da assistência social no país, e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), correspondendo ao sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil.

O *Sistema de Garantia*, conforme pudemos observar, tem por suas características principais a interinstitucionalidade, intersetorialidade, descentralização político-administrativa, um olhar multidisciplinar. O SGD se inspira na referida doutrina jurídica da *proteção integral* a crianças e adolescentes, constituindo-se como uma extensa e multiforme rede de política pública.

Essa rede, para usar o termo dos seus operadores, envolve variados tipos de entidades e instâncias, inclusive organizações de pertença ou matriz (termo que adotamos) estatal e privada, ou, em termos do meio pesquisado, organizações governamentais (OGs) e organizações não governamentais (ONGs). No SGD é previsto e foram constituídos também entes mistos, que são instâncias públicas, mas enquanto espaços de ação conjunta entre o Poder Público e representações da sociedade civil organizada como os conselhos de direitos da criança e do adolescente e também fóruns. Os fóruns surgem não para atender a uma previsão legal, mas como estratégia de mobilização e integração de esforços para ramos específicos do vasto espectro de temas de que essas entidades tratam, como erradicação do trabalho infantil, enfrentamento à exploração sexual ou para congregar as entidades não governamentais que atuam no SGD.

A atuação e resultados dessa enorme teia também são monitorados e interagem com organismos das Nações Unidas, ONGs, fundações, organizações religiosas e cidadãos comuns dentro e fora de nossas fronteiras nacionais que investem e avaliam esforços nessa área (SILVA, 2007). Até pouco tempo, por exemplo, as instituições do tipo que estudamos aqui tinham como principal fonte de financiamento organizações estrangeiras, principalmente de países europeus.

#### *Área da OPN: crianças e adolescentes em situação de rua*

O fenômeno da presença de crianças e adolescentes nas ruas do Brasil e outros países da América Latina, em grupos numerosos ganhou repercussão na imprensa nacional

e estrangeira nas décadas de 1970 e 1980. Conforme Abreu, Oliveira e Xavier (2009), em 1978, a revista *Time* afirmou que haviam então 2 milhões de crianças “abandonadas” nas ruas brasileiras. Em 1984, o UNICEF apresentou o número de 30 milhões e em muitos trabalhos acadêmicos apareceu o quantitativo de sete milhões. Hetch repara que essa última estimativa equivaleria a 6% da população brasileira, quando este está escrevendo, em 1993 (HETCH apud RIZZINI et al, 2003).

Também na década de 1980, aparecem as primeiras pesquisas sociais sobre a temática – considerando desde a *situação de rua* à institucionalização e os serviços de atendimento. Emergem ações importantes por parte de movimentos, como algumas realizadas por organizações não governamentais, de setores da Academia, da Igreja e de instâncias do Estado, como a emergência da Educação Social de Rua e até a formação de uma Comissão Parlamentar para investigar grupos de extermínio de crianças e adolescentes. Comumente esses estudos eram pesquisas qualitativas que buscavam retratar o cotidiano, os direitos e características dos “meninos de rua” ou “menores”, como atestam Rizzini e Holanda (1996, p. 33).

O Pequeno Nazareno surge no início dos anos 1990, quando ainda havia bandos de crianças e adolescentes em situação de rua nos grandes centros urbanos do país. Essa ONG desde seu surgimento optou por se especializar nesse público, iniciando sua atividade com abordagem socioeducativa de rua. Essa situação vulnerável em particular não possuía políticas específicas até pouco tempo. O que possuía de conhecimento transformado em tecnologia pela ação foi desenvolvido nas ruas pelos próprios educadores de rua, como o fundador da OPN que exerceu esse papel no início dessa jornada. Mais adiante esmiuçaremos esse processo.

## **1.2. Relevância social e sociológica**

As crianças e adolescentes são um segmento frágil tanto pelo fato de se encontrarem em etapas delicadas de desenvolvimento físico, cognitivo e psíquico-social, quanto por sua inerente dependência econômica e social em relação aos adultos. Condição que, inclusive, é reconhecida na lei como *condição peculiar de desenvolvimento* (BRASIL, 2007) conforme consta nos artigos 6, 68 e 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além destes fatos, eles representam a continuidade, a renovação de uma sociedade. Os últimos censos apontam ainda grande desigualdade na sociedade brasileira com impacto significativo entre os mais jovens, segmento numeroso desse universo.

De 2016 a 2020, mais 35 mil crianças e adolescentes foram assassinados em todo o Brasil, conforme estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Unicef em 2021. Esse dado dá uma média de 7 mil vítimas por ano no referido período. O número de crianças até 4 anos mortas cresceu 27% em 2020 (ACAYABA & MACHADO, G1, 2021). Nesse período, 1.070 crianças com até 9 anos foram vítimas de homicídio. Dessas 213 foram assassinadas em 2020, o que dá a conta de uma morte a cada dois dias.

Entre as vítimas de até 9 anos, 40% foram mortas dentro de casa, 56% eram negras e 66%, eram do sexo masculino. Meninos negros foram a maior parte das vítimas em todas as idades. E mais, à medida que a idade avança, essa prevalência só se intensifica, passando para quatro em cada cinco das vítimas de 15 a 19 anos. Em suma, 90% eram meninos e 80% negros.

O Ceará é a unidade da federação que possuiu a maior taxa de *mortes violentas intencionais* por cada 100 mil habitantes em 2020, 46,97. Nesse ano o estado teve o maior aumento de mortes de um ano para o outro, 76%, e a maior taxa por 100 mil habitantes no ano anterior, 45,2. Esse público é dos mesmos extratos sociais de onde advem as crianças em situação de rua. Não temos porque considerar que as crianças e adolescentes que também são predominantemente empobrecidos, periféricos, pardos e negros que estão nas ruas estarão mais protegidos que seus irmãos e colegas e vizinhos que se encontram em casa. Daí indagamos, houve alguma mudança na *situação de rua* de crianças e adolescentes? A política social nos últimos impactou de alguma maneira essa situação de violação de direitos?

Ainda cabe registro de que o Serviço de Acolhimento é a expressão mais intensa da cadeia de políticas para criança e adolescente, reproduzida em pequena escala, sendo tais políticas colocadas também como alternativas para o evitamento ou resolução das situações de violação de direitos desse público. É no acolhimento que se chega ao extremo de uma política assumir a guarda do assistido e se cuidar em tempo quase integral de todos os perfis de vulnerabilidade atendidos pelo conjunto desses serviços. Isso é

verdadeiro mesmo quando se trata de uma instituição de acolhimento (IA) especializada em um único perfil, como é o caso da OPN, pois os perfis e situações de vulnerabilidade frequentemente se sobrepõem. Assim, convergem, sob a duração do acolhimento, todos os atendimentos e serviços do SGD sob o acompanhamento ou mediação desse mesmo serviço-equipamento.

Em que medida o fato de a maior parte das organizações que prestam acolhimento no país serem não-governamentais e dentre estas, a maior fatia ser de instituições confessionais em sua origem pode apontar para elementos de nossa construção societária e estes condicionarem em alguma medida as dinâmicas sociais das ações do cuidado e da assistência dispensados aos sujeitos alvos dos serviços aqui estudados?

O que podemos identificar na trajetória da OPN que contribua para entendermos como uma ONG na periferia do país pode galgar a importância que essa organização vem demonstrando ter galgado, como dado para entender um pouco mais sobre a dinâmica dessas organizações e as redes que constituem?

### **1.3. Metodologia**

#### **1.3.1. Demarcações do objeto de estudo**

Nos últimos vinte anos estudamos várias organizações que compõem o SGD, mas, no momento de realizar o recorte do objeto para os trabalhos acadêmicos, sempre optamos por nos concentrar nas instituições públicas, que por definição devem ser laicas.

No presente estudo, pudemos pela primeira vez nos debruçar mais detidamente sobre apenas uma organização e esta sendo não governamental. Este recorte se justifica pelo fato das instituições privadas também serem as de maior tradição, as mais numerosas e inovadoras nessa política.

Posto que focamos numa organização que também possui a pertença religiosa, a problematização que propomos – verificar se há uma crença que balize e justifique (mesmo que não seja algo inteiramente consciente por parte de seus operadores) a escolha (e continuidade) do tipo de intervenção que realizam, assim como a escolha do público que atendem – não cabe para se pensar instituições de acolhimento públicas. Isto porque uma

vez que estas ofertam, via de regra, um atendimento sempre mais justificado na lei, que parte de uma prerrogativa de obrigação do Estado e direito de seus cidadãos, demandado pela sociedade, como se verifica na literatura especializada acerca do tema.

Aqui, no campo estatal não cabe tanto, ou pelo menos na mesma intensidade, “causas”, “ideais” ou elã particulares quanto no setor da sociedade civil, mas uma máquina burocrática a dar consecução ao que preconiza uma prévia doutrina legal e a cobrança e vigilância daqueles da sociedade civil que possuem estes como seus móveis. Evidentemente há inovações, mas estas possuem uma dinâmica própria do Estado, e que por isso mesmo, é inconstante no que pese a alternância de governos e, conseqüentemente, a descontinuidade de ações e visões que isto traz.

### **1.3.2. Dos cuidados e procedimentos metodológicos**

Partimos de dados secundários, fornecidos por informantes ou materiais da instituição estudada. Esses dados servirão para poder ilustrar e dimensionar suas ações e alcance.

As etapas da pesquisa envolveram o recurso aos seguintes tipos de pesquisa e formas de registro: i) pesquisa exploratória e levantamento; ii) pesquisa documental, inclusive eletrônica; iii) pesquisa bibliográfica, inclusive eletrônica; iv) pesquisa de campo. Foram consultados trabalhos acadêmicos sobre a OPN, especialistas que a estudaram, profissionais e dirigentes dela, folders e outros impressos, documentos e sua página eletrônica. Também realizamos observação de campo e registro fotográfico. Descreveremos a utilidade e razão de emprego e como se intercalam cada uma das etapas citadas e seus respectivos instrumentos.

Merecem destaque aqui alguns procedimentos em particular, um deles é a realização de uma análise histórica. Esta serviu mais para ambientar o meio mais amplo institucional da cadeia de políticas públicas sociais em que a OPN se insere.

Realizamos em alguns momentos simples observação, por vezes observação participante e registro etnográfico. Predominou o uso da observação flutuante. Conforme Goldman (1999), para o pesquisador que estuda fenômenos no contexto das sociedades complexas, (...) *a observação direta e contínua se converte em 'observação flutuante', se-*

melhante à “escuta flutuante” do psicanalista: o observador está sempre em situação de pesquisa, sua atenção podendo ser exigida a qualquer instante (p. 105). Tal concepção de observação não nega a possibilidade de um acompanhamento mais sistemático das práticas investigadas, apenas desvela que não existem muitas separações entre pesquisador e pesquisado, que vivem em um mesmo contexto sociocultural e que tal percepção exige do investigador um olhar atento ao fato de que seu próprio meio a qualquer tempo pode lhe trazer situações que alimentem sua reflexão sobre o seu objeto de estudo.

Empreendemos entrevistas semiestruturadas que foram gravadas junto aos seguintes informantes relacionados abaixo:

**Tabela 1 - Entrevistados**

Presidente da OPN
Coordenador Administrativo da OPN
Coordenadora de Fortalecimento de Vínculos e Trabalho com as Famílias da OPN
Coordenador do Programa Movimento de Engajamento Político da OPN
Coordenador de Abordagem Social de Rua da OPN
Coordenadora de Trabalho com Comunidades da OPN
Coordenadora de Marketing da OPN
Coordenadora de Aprendizagem e Profissionalização da OPN
Coordenador de Comunicação da OPN
Coordenador do Serviço de Acolhimento da OPN
Educador de programa profissionalizante da OPN
Educador de rua da OPN
1 Educador da Casa dos Sapotis da OPN
1 Educador da Casa das Mangueiras da OPN
1 Educador da Grande Casa da OPN
Assistente Social da OPN
Psicóloga da OPN

Fonte: elaboração do autor.

Seguindo a orientação de Wright Mills (1975, p. 217) buscamos nos cercar de um grupo de pessoas que ouvem e falam sobre o estávamos estudando. Apesar que como Goldman (1999) chama atenção, parece que quando definimos nosso objeto no contexto da cultura a que pertencemos, este parece passar então a nos cercar e a poder nos surpreender em qualquer momento e em qualquer lugar. No sentido do que Mills nos indica, fizemos uso do recurso *snowball*, que se trata de conseguir informantes através de contatos em comum. Tal procedimento foi possível por estudar o assunto desde 2003 em Fortaleza, e isto ter nos dado o contato com a equipe da OPN.

Recorremos a possibilidade de revivência (WEBER, 2000, p. 4) de experiências descritas pelos pesquisados, até por compartilharmos o mesmo grupo cultural. E, nos aproximamos mais uma vez do pensador alemão ao trilhar pela tessitura de tipos ideais, para agrupar o conjunto de traços de cada fenômeno a ser tipificado em formas puras, ideais, mais enfáticas dos caracteres percebidos sobre o objeto em estudo. Poir exemplo, utilizamos esse recurso quando tratamos da OPN como uma experiência de sucesso.

Realizamos a pesquisa documental, bem como fizemos registro fotográfico e por desenho em campo. Procedemos à coleta de materiais físicos e digitais, de dados e material audiovisual produzido pela instituição em visitas ou por busca na Internet, e solicitação por correio eletrônico.

Levantamos e consultamos trabalhos acadêmicos recentes e antigos, nos repositórios públicos de universidades ou fornecidos por contatos pesquisados ou pesquisadores, neste caso, coetâneos e contemporâneos e da nossa mesma área.

### *Escrita e reflexão pendular*

*Foi então que vi o Pêndulo.*

[...]

*A Terra girava, mas o lugar onde o fio estava ancorado era o único ponto fixo do universo.*

*O Pêndulo de Foucault*

Umberto Eco

Buscamos nesta exposição realizar o que chamamos de uma escrita e reflexão pendulares. Definimos por reflexão pendular aquela em que se exerce uma vigilância sobre a investigação em curso, no sentido de evitar que se se fixe o pensamento e se caia na repetição ou que se siga continuamente em aspectos de ordem similar, pendendo assim a construir imagens que uma maior problematização e elevação do nível de complexidade reflexiva podem diluir ou a minimizar seus efeitos de verdade. Apostamos que estes procedimentos que chamamos pendulares evoquem uma maior riqueza de imagens e produzam mais e novas questões, o que não significa se abster de buscar indicações de respostas, mas se dispor a talvez trilhar um percurso maior para fazê-lo.

Sobre a escrita pendular, enquanto exposição que dá forma a uma pesquisa, definimos esta como sendo a expressão da ideia de reflexão pendular na forma de discurso. Não conseguimos descolar esta prática do exercício da primeira, para que o efeito de escrita pendular não seja meramente “cosmético”. A escrita é destacada aqui, como outra expressão dessa atitude epistemológica, não à toa, mas porque, como já afirmava Roberto Cardoso de Oliveira, a escrita não é mera transcrição do pensamento, pois, no ato de escrever, fora da situação de campo, *cumpr*e alta função cognitiva e exerce um papel definitivo no processo de conhecimento (2000, p. 25), como meio mesmo de processamento das informações obtidas e observações feitas no chamado *campo*.

A reflexão e a escrita se tornam pendulares quando, respectivamente, se busca: em uma contrastar cada evidência a suas possibilidades contrárias, dentro do que os dados possam indicar e a imaginação do pesquisador possa encontrar e; em outra, além de se poder utilizar deste mesmo recurso, se busca fazer na escrita o movimento de pêndulo, sempre que possível e em que isto não atrapalhe a exposição, “indo” e “voltando”. Neste proceder se pretende evitar a contínua repetição de ideias que podem fazer quem lê pender para uma interpretação que não possa ser afirmada pelo exame criterioso dos dados e ou pela reflexão a que estes são submetidos.

Neste recurso busca-se a contradição como teste, contraprova, mesmo que não venha a ser mais que isso, para evitar qualquer viés na reflexão em construção, por mais que isso talvez seja de todo impossível. Julgamos tal procedimento interessante para se exercitar a imaginação de pesquisador, se evitar ter a quantidade ou repetição como crivo maior para se inferir correlações e como estímulo para que se dê mais atenção a dados menores, ao insuspeito, às lacunas e silêncios, a denegações que aparecem numa pesquisa. Trata-se de um esforço que visa não se render facilmente às primeiras evidências ou a concatenações que não adentrem mais fundo ao que se estuda.

Podemos citar como ilustração disso, unicamente a título de exemplo, a atitude de se apontar a família como possível fator da dita *situação de vulnerabilidade* de seus filhos. Mas, o isto não necessariamente daria conta desse fenômeno. Pois, o fato indagado pode ser de ordem multicausal. E, admitindo esta hipótese, o peso de cada *fons et origo* desse fenômeno poderia levar a uma escala de causas em que, frente aos outros fatores: a) poderia haver uma minimização do fator família ou; b) a família, de causa, poderia passar a

ser também um efeito. Mas tudo isso somente é possível, se o investigador não se satisfizer com os primeiros resultados, podendo esse recurso, assim, potencializar, quiçá, a pesquisa empregada a galgar um nível de alcance heurístico maior.

## CAPÍTULO II

### 2. A URDIDURA: passado e presente d'O Pequeno Nazareno

Seria assim toda a história; Aquela que se aprendia no colégio; A história escrita pelos historiadores; Uma construção mais ou menos idílica, racional e coerente do que na realidade nua e crua foi uma caótica e arbitrária mistura de planos, acasos, intrigas, fatos fortuitos, coincidências, interesses múltiplos que haviam provocado mudanças, transtornos, avanços e retrocessos, sempre inesperados e surpreendentes em relação ao que foi antecipado ou vivido pelos protagonistas.

*O Sonho do Celta*  
Mário Vargas Llosa

#### 2.1. O início

Começaremos a exposição deste capítulo pelo primeiro educador de rua e de acolhimento da Associação O Pequeno Nazareno, seu idealizador, fundador e maior dirigente, Bernd Josef Rosemeyer, o “Bernardo”. Esta escolha se deve por duas razões. Primeiramente, a nossa própria pergunta inicial, que versa sobre a motivação de sujeitos essenciais para constituir a OPN, pressupõe se debruçar sobre esses mesmos sujeitos. A segunda razão se justifica pelo fato da história de Rosemeyer contribuir para que possamos entender porque a OPN surge e se estrutura pelos caminhos que seguiu. Sua biografia traz contexto, o pano de fundo histórico, cultural e social. Contexto esse que corroborou para suas escolhas individuais, em parte sua própria constituição como ser social, socializado e integrado a socialidades específicas. Conseqüentemente traz luz sobre suas motivações e o que criou, mesmo que o tenha feito condicionado por inúmeras limitações exteriores e sempre com e pela mediação de outros agentes.

#### *A pessoa por trás da ideia*

Bernd Josef Rosemeyer nasceu em 25 de abril de 1961, em Löningen, uma pequena cidade do distrito de Cloppenburg, localizada na Baixa Saxônia, Alemanha, de população

estimada em 14 mil habitantes. De família pobre, como ele relata, ainda na infância ajudava o pai numa gráfica. Trabalhou ainda em outros ofícios, desde fábrica de gravatas à capina do mato em estradas (O POVO, 2013; Site d'O PEQUENO NAZARENO, 2021).

Já adolescente se engajou politicamente nas campanhas civis alemãs contra a energia atômica. Com 22 anos, abraçou a luta contra a fome em países africanos, passando a mobilizar pessoas da sua comunidade, a pedir dinheiro nas ruas para o financiamento da escavação de poços na África e chegou até a considerar ir para a Índia, para se somar com o trabalho de Madre Teresa de Calcutá. Nessa período, um conhecido que tinha cursado Teologia o aproximou à Ordem dos Franciscanos<sup>4</sup>.

Entrou para a Ordem Franciscana e em 1986 foi enviado ao Brasil. Dirigiu-se a Recife, pois ia cursar Teologia e Filosofia em Olinda. Permaneceu dois anos em Pernambuco. No ano seguinte à sua chegada se deparou pela primeira vez com crianças morando nas ruas. Reproduzimos abaixo um trecho extraído da página da OPN na internet comentando esse momento.

Foi no Brasil que viu pessoas revirando o lixo dos restaurantes em busca de comida. Nunca tinha visto nada assim. Em uma das visitas ao centro de Recife, na Praça do Carmo, viu um menino, abatido, com um ferimento aberto na perna. Se aproximou e puxou conversa. Propôs que fossem em uma farmácia para cuidar do ferimento. O menino calado, aceitou. Depois, sem nenhuma palavra, a criança voltou para a praça. Diante desse silêncio sofrido e resignado, Bernardo (como passou a querer ser chamado) entendeu que havia descoberto sua grande missão: conhecer essas crianças, para saber como ajudá-las.

Depois desse dia, quase todas as noites, Bernardo ia até o centro de Recife para encontrar com as crianças que moravam nas ruas. Chegou a jantar restos de comida com eles e ser avisado, por policiais, dos riscos e aconselhado a se afastar dos meninos: “Você não sabe o que está fazendo. Aqui é perigoso”.

Em 1987 abandonou o convento, diante do sentimento de impotência e frustração quanto a poder mudar a situação das crianças que via na rua. Então se mudou para o Ceará. Passou dois anos numa pequena comunidade de Ipaporanga, *que não mexia com dinheiro*, no município de Crateús, junto com Frei João. É particularmente interessante que Rosemeyer tenha parado nessa região, cujo bispo titular era então Dom Antônio Batista Fragoso<sup>5</sup>. Vindo de movimentos operários da Igreja, Dom Fragoso se notabilizou, dentre

---

<sup>4</sup> Idem, ibidem.

<sup>5</sup> Vide mais em:

<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2013/10/14/noticiasjornalpaginasazuis>,

outros feitos, por seu posicionamento progressista no concílio Vaticano II, por ajudar militantes perseguidos nos *anos de chumbo* e pela defesa dos Direitos Humanos, tendo em perspectiva não só os Inhamuns, região de sua diocese, ou o Ceará, mas a América Latina. Na trajetória de Fragoso encontramos marcas dessa Igreja Católica da qual vieram muitos militantes da OPN, e que são marcas da atuação desta organização.

Bernd trabalhou *na roça e na broca*, comia rapadura com água e atuou em sindicatos de trabalhadores rurais. Ainda segundo o *site* da IA, o *contato com lideranças populares, fez com que percebesse que precisava se preparar melhor para realizar um trabalho mais prático*. Em 1989, partiu da comunidade para Fortaleza, com o apoio da Ordem Franciscana, com o intuito de estudar Direito para dar assessoria aos trabalhadores rurais. Mas depois de passar por uma experiência trágica com um menino, Augusto, fundou O Pequeno Nazareno. Mas esta parte melhor desenvolveremos na seção seguinte, quando passaremos a tratar mais da OPN.

Bernardo é o que os cearenses chamam de *galego* (caucasiano ou quem tem traços bem semelhantes a este tipo, como cabelo, ou olhos ou pele claros). Alto, sorridente e com aquele ar e sotaque de ex-padre, num estado em que os padres marcam destacadamente toda a sua história e tradicionalmente tem atuação política<sup>6</sup>. Geralmente é visto de *camisa de botão* e bermuda. Reside no sítio da OPN, cujo o único luxo urbano se resume a um ar condicionado. Segue ainda hábitos religiosos e vai à Fortaleza somente quando necessário.

Nesses anos, convivendo de forma intercalada com a OPN, devido aos nossos estudos, alguns demandados por entes do próprio SGD alencarino<sup>7</sup>, nos quais esta organização sempre esteve presente, e em diálogo com outros pesquisadores que também empreendiam seus estudos junto ao mesmo objeto, pudemos construir uma imagem sobre Rosemeyer. Podemos resumi-la no que interessa aqui, a uma pessoa que é obstinada por uma causa, a erradicação da situação infantojuvenil de rua. E para alcançar seu intento, faz uso de uma racionalização permanente com relação a valores (WEBER, 1982) para mobilizar pessoas e recursos, fazendo as flexões necessárias de planejamento e estratégias, para alcançar esse fim. Entendemos que sua direção, com tais características, notadamente

---

3145628/pessoas-mais-excluidas.shtml

<sup>6</sup> Tais como Padre Ibiapina, Padre Mororó, Boticário Ferreira, senador José Martiniano Alencar, Padre Cícero...

<sup>7</sup> Expressão oriunda da família Alencar, do escritor José de Alencar, dentre outras figuras cearenses notáveis e que se tornou sinônimo de fortalezense.

é uma das principais linhas definidoras da persistência no tempo, avanço e diversificação da atuação da instituição que criou. Instituição essa que, sempre que pode, deixa claro – como numa fala num grupo focal que realizamos com uma equipe de dirigentes da OPN em 2012 - não deve ser um fim em si. Ao contrário, em sua visão, cabe à OPN ser um meio, o que, ao cumprir aquilo para o qual foi criada, torne-se desnecessária, como se refere da mesma forma, em outras entrevistas que nos foram cedidas, a outras instâncias e entes do SGD que também ajudou a criar.

### *A ideia materializada*

Em Fortaleza, Bernardo ingressou na Universidade Federal do Ceará (UFC). E novamente se encontrou com o que chamaremos aqui de situação infantojuvenil de rua clássica, a *situação de rua* desse segmento como era ainda muito comum nos anos noventa, conforme reportagem abaixo.

Durante os estudos acadêmicos, retomou o contato com as crianças em situação de rua. Nas praças e terminais de ônibus de Fortaleza, entrou em contato com a história de várias crianças desacompanhadas de suas famílias, desassistidas pelo Poder público, vítimas do racismo estrutural e da desigualdade social por ele produzida, muitas das quais acabaram precocemente ceifadas por mortes violentas.

A história de Augusto, a primeira criança que pediu ajuda a Bernardo, foi o gatilho que fez com que [ele] fundasse O Pequeno Nazareno. Augusto foi acolhido em uma paróquia, mas não conseguiu permanecer longe das ruas. Ao voltar, envolveu-se em uma briga e foi gravemente ferido. Após inúmeros procedimentos médicos, Augusto sobreviveu, e toda sua situação, fez com que Bernardo abraçasse definitivamente sua causa.

Bernardo soube por seu irmão que haviam pessoas na Alemanha dispostas a ajudar essas crianças. Em 27 de maio de 1993 funda O Pequeno Nazareno e através desse apoio, no mesmo ano adquiriu uma casa onde fica a sede da entidade até hoje, na rua Senador Alencar. Um dos coordenadores da OPN, em entrevista cedida por volta de 2008 nos relatou como foi a fase seminal do que a organização viria a ser.

Então, a família [de Rosemeyer], de início, ajudou com a aquisição desse imóvel aqui.[...]. E aqui ele fazia um pouco do que ele podia, ele teve o apoio do pessoal da Pastoral do Menor, do Movimento [supomos que o MNMMR]... de uma associação da qual ele fez parte. E aqui, então, os meninos vinham,

recebiam atenção, os cuidados de higiene pessoal, pequenos curativos, uma orientação... Mas era mais uma vivência mesmo, não tinha nenhuma... sem ainda nenhum recurso institucional. As coisas funcionavam artesanalmente. O pessoal fazia sopão e trazia para cá. Algumas coisinhas de lanchonete.

Assim começou a OPN com Rosemeyer como seu primeiro educador de rua. A sede em comento, que existia até a realização deste trabalho, servia então como local de atendimentos às crianças e adolescentes em *situação de rua* no Centro. Essa sede servia como o que na política desse segmento se qualificou como albergue. Mas tal estrutura e o atendimento que permitia não se mostrava suficiente aos olhos de Rosemeyer para tirar seus educandos daquela situação, como segue abaixo, conforme o mesmo informante dos idos de 2008.

[...] O Bernardo percebia ainda que o grande problema era que aqui na cidade e no centro da cidade os meninos ainda estavam em contato com esse universo da rua. E ele achava que uma metodologia interessante seria que esses meninos fossem levados para um espaço amplo de um atendimento total, que envolvesse esporte, lazer, cultura, educação e não só esse amparo assistencial. Ele recebeu uma visita do Dom Aloísio Lorscheider, que era bispo da época e que se sensibilizou bastante com o projeto, tirou fotos, pegou falas e depoimentos e fez uma viagem para a Europa, Itália. Ele conseguiu arrecadar fundos junto à Cáritas e outras entidades ligadas à Igreja e voltou para ajudar o Bernardo a construir esse sonho, procurando a construção de um terreno num espaço de um sítio lá em Maranguape e então começou a ser construído a partir de 1993.

Com o referido auxílio do cardeal Dom Aloísio Lorscheider e da Cáritas, por volta de 1995, o sítio em Maranguape passou a ser estruturado para ofertar o acolhimento à clientela que antes era albergada na casa no Centro. Abaixo podemos ver imagens desse sítio.

*A priori* a OPN não tinha uma metodologia de atendimento. Assim também ocorreu com a definição do perfil atendido pela entidade. O mesmo entrevistado citado acima nos informou que *nos primeiros dois ou três anos haviam meninos e meninas e depois foi se clareando o perfil*, o que quer dizer o fechamento no público masculino.

Ele nos relatou que *a própria dificuldade da relação entre gêneros dentro do mesmo espaço* os levou a essa decisão, considerando que meninos e meninas em *situação de rua* muitas vezes já vinham com a vida sexual iniciada na rua.

**Figura 1 – Fotos aéreas 1 e 2 do Sítio O Pequeno Nazareno em Maranguape – CE**



**Fonte: foto cedida pela OPN**

Bernardo, semelhante a Dom Fragoso, não se limitou a pensar somente no que via a sua volta. Em 2003, retornou a Recife para abrir a primeira filial da OPN, com um escritório na Rua da Aurora, bairro da Boa Vista, e um sítio para o acolhimento em Vila Velha, Itamaracá.

Nesses sítios, conforme a página eletrônica da instituição, oferecia-se moradia, alimentação, educação, profissionalização, esporte, atividades artísticoculturais, desportivas, de lazer, acompanhamento psicológico, nutricional, orientação moral e religiosa, colimando a reintegração familiar. Esses e todos os outros serviços da instituição serão esmiuçados mais adiante.

Em 2013, abriu outra filial em Manaus-AM. Não apenas, passou a existir em mais de um estado, em mais de uma região do país. Existem ainda outras ações de expansão da sua proposta e visão que lhe abriram o espaço de atuação em nível nacional. Mas deixaremos para abordá-las quando formos tratar da incidência política da OPN, seção mais adiante. Antes cabe entender como a OPN se estruturou para ter tal crescimento.

## **2.2. Disposição organizacional, infraestrutura e fontes de captação**

O Estatuto da entidade prevê três instâncias decisórias: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. A assembleia geral e o conselho fiscal não diferem de como são essas instâncias em outras entidades. Já a diretoria é constituída por presidente, secretário (a) e tesoureiro (a). Na prática, a OPN se dividia em: presidência; coordenação financeira; coordenação de contabilidade; coordenação de recursos humanos; coordenação de comunicação; coordenação de marketing; coordenação do programa de aprendizagem; coordenação de acompanhamento das famílias; coordenação de trabalho nas comunidades; coordenação jurídica; coordenação de abordagem de rua; coordenação do sítio; coordenação psicossocial e; coordenação de articulação comunitária.

A OPN dispunha então de uma pujante infraestrutura que a destacava dentro da rede local. Examinemos como se organizavam cada um desses espaços, estruturas e os serviços que funcionavam ali. Estes últimos serão agora apenas citados, sendo objeto de um olhar mais acurado posteriormente, para que não percamos a perspectiva panorâmica

que é o intento neste momento. A descrição que se seguirá dos dois escritórios da OPN são referentes ao ano de 2016, bem como as fotos de suas instalações. Não sabemos as datas das fotos do sítio, pois foram cedidas pela OPN.

### *Presença na capital*

O edifício-sede, na figura abaixo, tinha<sup>8</sup> por endereço a rua Senador Alencar nº 1324. Era uma edificação de primeiro andar e sem muro, sem garagem e com grade no único portão de acesso, tranca elétrica e interfone, com vidros nas janelas, que permanecem trancadas, dado o uso de climatizadores de ar.

**Figura 2 – Sede da Senador Alencar**



**Fonte: acervo do autor.**

O escritório da sede abrigava a comunicação social, marketing, um *call center*, também chamado de setor de telemarketing, uma sala de reuniões, sediava a Campanha Nacional Criança Não é de Rua e possuía ainda uma lojinha. Também sediou um ponto de

<sup>8</sup> A conjugação no passado aqui - e que se seguirá em todo o texto - deve-se apenas para nos atermos ao tempo em que as informações foram colhidas, para evitar confundir quem venha consultar este trabalho em qualquer tempo. A título de exemplo, algumas informações trazidas neste trabalho já não dão conta de seu objeto no momento em que finalizamos esta escrita.

cultura da Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Ceará que atuava na formação em audiovisual de adolescentes e jovens. Posteriormente e até o momento de finalização desta tese a OPN mantinha ainda esse escritório que ainda acolheu a coordenação do programa Naz'ária, que foi um programa de televisão. Ambos serão abordados quando formos tratar das ações comunicacionais da instituição. O papel do *call center* e artigos da lojinha serão abordados ao longo desta exposição. E retornaremos à Campanha Nacional quando formos tratar da incidência política da OPN.

O segundo escritório, na rua Princesa Isabel, nº 244, ocupava um prédio alugado. Também se tratava de uma edificação de primeiro andar, sem garagem, com interfone e portão de tranca eletrônica. Sua localização situava-se numa rua transversal a da outra sede, via esta que se liga à rua do então edifício-sede em ângulo de noventa graus e encontrava-se a menos de meio quilômetro dele. Esse escritório ficava no quarteirão que antecede o encontro das duas ruas, sendo portanto uma pequena caminhada que separava ambos os espaços da OPN na capital. Abaixo podemos ver imagem desse prédio.

**Figura 3 – Edifício do escritório da OPN na Rua Princesa Isabel nº 244**



**Fonte: Acervo do autor (extraído do Google Maps)**

Esse espaço dispunha de uma recepção que era o único espaço do andar térreo. Já no primeiro andar havia um espaço de convivência, possuía ainda uma sala para o setor de atendimento psicossocial, outras salas para as aulas de conteúdos que compunham o programa de aprendizagem chamado Projeto Gente Grande (PGG), mais um laboratório de informática, outra sala para atendimentos desse setor às famílias, além da coordenação do PGG.

A sala de convivência possuía bebedouro, televisor afixado numa parede, dois ventiladores de teto, sofás, decoração de parede, mesas e cadeiras infantis, *pufs*, prateleiras e estantes com brinquedos, livros infantis e revistas em quadrinhos, e fazia às vezes de sala de estar. Ampla, ela era o primeiro espaço que se tinha acesso ao se subir para o primeiro andar. Tratava-se na verdade de uma sala de ligação entre as outras dependências desse piso, todas menores. Seu tamanho é objeto de figura logo abaixo. O espaço ocupado pelo mobiliário era menor e ficava de frente à sala de atendimento psicossocial, o que também aparece na figura. Esse espaço, que tinha letras de papel colorido coladas à parede com o nome “Cantinho da Leitura”, parecia uma mescla de brinquedoteca com minibibliogibiteca, possivelmente para entreter crianças que familiares de assistidos levassem consigo quando fossem para um atendimento psicossocial. Assim as crianças poderiam se ocupar num ambiente acolhedor, enquanto seu ou sua responsável aguardava para ser recebido/a.

A Equipe Psicossocial era composto por uma psicóloga e uma assistente social. Dispunham de uma sala para essa equipe técnica, compartilhada por outros membros da OPN, com birôs individuais equipados de computadores e uma sala para seus atendimentos, como já citado.

Tal atendimento, como informa um folder institucional<sup>9</sup>, esta está disponível 24 horas por dia. Mas a carga horária padrão desses técnicos era de 36 horas semanais. Todavia, havia acordos internos para conjugar essa necessidade da instituição e compensar seus profissionais, flexibilizando a prestação do atendimento para atender ao interesse desses, da IA e, evidentemente, à demanda apresentada pelos atendidos. Flexibilidade

<sup>9</sup> Este material, que ainda servirá de base para outras observações, aparecerá apenas mais adiante, na parte sobre a Comunicação e o Marketing da OPN, por conveniência expositiva e de economia no tamanho do texto final, quando faremos uma análise de parte desse material, diferente das outras citações, quando apenas será referenciado como fonte. Todavia informaremos em cada citação a qual figura nos referimos.

similar foi identificada por nós também entre educadores sociais e chefes no âmbito da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), órgão da Prefeitura de Fortaleza.

**Figura 4 – Sala de Convivência  
sede da OPN na Rua Princesa Isabel (ao fundo o “Cantinho da leitura”)**



Fonte: Acervo do autor.

**Figura 5 – “Cantinho da leitura”**



Fonte: Acervo do autor.

Esse prédio acolhia o Projeto Gente Grande. Pois abrigava a sua Coordenação, o Núcleo Pedagógico, salas de aula e laboratório de informática, como podemos ver abaixo. O PGG se tratava do programa de aprendizagem da IA e será melhor explanado mais adiante, quando tratarmos dos programas, projetos e ações da OPN.

Outra função desse espaço era servir de ponto de encontro para os educadores sociais do Movimento de Engajamento Político – MEP. Essa ação correspondia a um trabalho junto às comunidades de origem dos assistidos e também será melhor comentada mais adiante.

#### *Sítio O Pequeno Nazareno, locus do acolhimento*

O sítio O Pequeno Nazareno, de exuberante beleza natural, situa-se ao pé da serra de Maranguape e possui 57 hectares. A propriedade contava então com a capacidade para até 30 acolhidos. A propriedade fica entre os bairros Parque Santa Fé, Aldeoma e Tangureira e dista 2,1 km da sede do município. Abaixo vemos na figura o muro e portão de entrada. Ao lado existe uma torre de vigilância.

**Figura 6 - Torre de Vigília do sítio**



**Fonte: acervo do autor**

A referida torre surgiu depois de alguns assaltos no sítio. O sítio então passou a ter um vigia nessa torre e outro circulando o espaço interno, além de dispor de vigilância eletrônica. Também se faz uso de cachorros como medida complementar de segurança. Algumas dessas informações foram colhidas de pesquisa na internet, outras via informantes da ONG. Abaixo trazemos informações sobre essa propriedade anteriores à OPN tê-la adquirido.

[...] Eu trabalhava lá, cultivando, era pomar de fruta, laranja... tudo tinha lá, até uva. Era do finado Zé Nascimento, o outro era o Cotran. Os dois eram os donos daquelas terras ali. Depois que fizeram O Pequeno Nazareno ali, que venderam.  
[...] Acho que tem até vigia, acredito que tem. Tem uns coco ali, coco bahia, rapaz só tu vendo. (Mototaxista de Maranguape).

Como se pode ver no gráfico abaixo, o espaço do sítio se estrutura como um “trevo” de quatro “folhas”, organizadas aqui por ordem alfabética: i) assistência e logística; ii) casas-lares; iii) educação e; iv) esporte e lazer. Cada um desses serviços se subdividem em “n” equipamentos.

**Gráfico 1 – Organograma do Sítio O Pequeno Nazareno**



**Fonte: Adaptação pelo autor de imagem cedida pela OPN**

A área de Assistência e Logística possuía duas secretarias, as Secretaria I e Secretária II; Apesar do organograma acima exposto não dar essa ideia, mas cada uma administrava quatro serviços diferentes. A Secretaria I geria: a Cozinha; Farmácia; a Casa dos Professores e; o Serviço de Transporte que dispunha de uma Kombi. Tal transporte buscava e deixava funcionários na rodoviária da cidade e acolhidos que estudavam em escolas do núcleo urbano, bem como atendia a outras eventuais demandas. A Secretaria II era responsável pelos serviços gerais, vigilância, casa dos estagiários e almoxarifado.

As casas-lares já foram seis: Casa Acerola; Casa da Mangueira; Casa da Selva; Casa do Sapoti; Casa dos Grandes e; a Casa Sede, a primeira. Todas seguiam um padrão,

com os compartimentos básicos de uma residência – banheiro, cozinha, sala de estar e copa – e dormitórios. Delas apenas três estavam em funcionamento quando realizamos idas a campo no local, em 2016, devido a uma redução dessa demanda, a saber, a Casa Sede, Sapoti e Mangueira.

A área de Educação, por sua vez, dispõe de: sala de audiovisual; escola; reforço escolar; laboratório de informática; biblioteca; escola de música e; capela, onde eventualmente ocorrem eventos religiosos e que oportunizava orientação religiosa a acolhidos que se interessassem, esta sendo, evidentemente, católica. Houve uma floricultura que funcionou até 2014.

**Figura 7 - Capela do sítio**



**Fonte: acervo do autor**

O setor de Esporte e Lazer tem sob sua gestão: Trilha Ecológica; Quadra Poliesportiva; Campo Society; Campos de Areia; Escolinha de Futebol; Piscina e; Pista de Skate (Half). Existe um açude, mas que estava interditado, onde já houve casos de

afogamento. Este setor dispôs de um estábulo, que conforme nos informaram, funcionou até 2010 ou 2011.

**Figura 8 - Quadra Poliesportiva**



**Fonte: acervo do autor.**

Não citados no “trevo”, existem ainda salas para área administrativa, restaurante, refeitório e a casa de Rosemeyer. O refeitório, que aparece abaixo, é ladeado por um espelho d’água.

**Figura 9 - Refeitório**



Fonte: acervo do autor.

Visitamos o sítio algumas vezes e adentramos vários desses espaços, conseguindo algumas dessas informações por observação, outras em entrevistas ou por consulta a materiais institucionais da OPN, trabalhos acadêmicos sobre ela e sua página eletrônica.

#### *Agenda e receita institucionais*

Em termos de agenda fixa, destacamos a reunião geral, que ocorria semanalmente, sempre às sextas-feiras, para as quais Bernardo, residente do sítio que ocupava a maior parte de seu tempo, vinha participar. Essas reuniões ocorriam na sede da Senador Alencar. Um Dirigente da instituição nos disse que esse era *o momento em que se fazia as reflexões das ações e como é que estava o cenário atual para daí partirem pros encaminhamentos.*

O financiamento das ações da IA cabia a um *Polo de Desenvolvimento Institucional* para esse fim. E possuía como fontes de captação: i) doações locais de pessoas físicas; ii) financiamento privado estrangeiro e; iii) recursos do Poder Público. Veremos todas elas nessa ordem.

A época de nossa pesquisa em campo, o *call center* da instituição possuía 25 operadores. Estes escolhiam números de telefones aleatoriamente, e conforme pessoas iam atendendo eles iam falando sobre a OPN e pedindo que a pessoa se tornasse um doador. O Pequeno Nazareno tinha uma parceria com a Enel Distribuição Ceará, que anteriormente era a Companhia Energética do Ceará (COELCE).

Essa parceria vinha se dando sob a forma do programa *Luz Solidária*. Por esse programa, consumidores se cadastravam na página da companhia, escolhendo um determinado valor para contribuir com esta ou outra instituição a partir de cobrança na conta de energia do doador ou doadora. O Pequeno Nazareno possuía vinte e seis mil doadores nesse cadastro. Essa era a principal forma para pessoas físicas contribuírem, mas nos foi relatado que havia até quem colaborasse com seu serviço, como uma proprietária de salão de beleza que cortava o cabelo dos acolhidos.

Tivemos acesso a uma pesquisa sobre esses doadores da entidade. Trata-se de um estudo de caso com segmentação de público, realizado em outubro de 2015 por Flor Fontenele, uma coordenadora da OPN.

Desse universo a pesquisa cobriu uma amostra de 21.096 doadores, que correspondiam àqueles residentes no município de Fortaleza. A época a entidade dispunha de um universo total de 24.057 doadores na Grande Fortaleza. Ao todo, foram distribuídos 1.402 questionários, dispondo de 39 variáveis quantitativas e qualitativas. Ao final, se conseguiu delimitar o perfil desse doador em termos de escolaridade, profissão, credo e atividade religiosa, gostos culturais, participação e opiniões políticas, impressões e expectativas quanto a sua beneficiária e avaliação do programa.

Abaixo temos a amostra dividida por Regionais, unidades administrativas da PMF<sup>10</sup>.

**Tabela 2 - Amostra representativa de doadores da OPN distribuídos pelas unidades administrativas de Fortaleza**

<b>Território</b>	<b>Número absoluto</b>	<b>Número relativo</b>
REGIONAL V	5.926 doadores	28,09 %
REGIONAL VI	3.552 doadores	16,85 %
REGIONAL I	2.852 doadores	13,50 %

<sup>10</sup> Essa divisão passou a ser adotada como critério de divisão da cidade geralmente quando se quer georreferenciar qualquer dado acerca de sua distribuição no território, conforme a generalidade de estudos mostram.

REGIONAL III	2.794 doadores	13.29 %
REGIONAL II	2.725 doadores	12,91 %
REGIONAL IV	2.582 doadores	12.23 %
REGIONAL CENTRO	665 doadores	3,15%

**Elaboração: Tabulação por Flor Fontenele, disposta em tabela pelo autor.**

Conforme a tabela acima, a maioria dos doadores moravam nas áreas mais pobres da cidade. As regionais V, VI e I concentravam a maior parte dos doadores, perfazendo 58,44%. E são regionais de bairros populares, principalmente as V e I. Isso faz convergir em boa medida os bairros de quem ajudava a financiar a OPN com os bairros de origem dos acolhidos. Conforme entrevistas de profissionais da OPN, os meninos acolhidos vem principalmente desses bairros, que também são o foco do trabalho de articulação comunitária da IA, como veremos adiante. Seguindo no escrutínio do perfil dos doadores, vemos abaixo sua distribuição por escolaridade.

**Tabela 3- Doadores da OPN por sua escolaridade**

Nível de escolaridade	Número absoluto	Número relativo
Fundamental	646	46%
Médio	420	30%
Superior	280	20%
Analfabeto	56	4%

**Elaboração: Tabulação por Flor Fontenele, disposta em tabela pelo autor.**

Como se nota na tabela, 96% possuíam ensino básico. Mas se dividimos por nível de ensino, a maioria dos doadores, 46%, possuíam apenas ensino fundamental e apenas 30% tinham o ensino médio. 80% não tinham ensino superior. Porém, apenas 4 % afirmaram ser analfabetos. Em outras palavras, os doadores da OPN, em sua maioria, não tinham média nem alta escolaridade.

A maioria dos doadores possuía de 1 a 2 salários mínimos, sendo trabalhadores, pequenos empresários, basicamente classe média baixa. Outras perguntas que contornaram suas condições econômicas confirmaram isso: 815 não possuíam automóvel contra 587 que detinham sua própria condução; 734 não possuíam computador contra 668; 834 não possuíam TV a Cabo contra 568 e; 864 não tinham internet em sua residência contra 538. O único dado nesta mesma linha que destoia é que 822 possuíam casa própria contra 446 que moram em residência alugada e 134 que viviam em imóvel cedido ou partilhado.

Pode-se supor que: parte razoável deles conseguia ter alguma organização ou base financeira que lhes desse confiança em ainda poder fazer doações, todavia muitos não usufruíam de determinados bens menos acessíveis. Ainda assim consideravam importante fazer tais doações.

**Tabela 4 - Amostra de doadores da OPN distribuídos por renda familiar**

<b>Renda Familiar - salário-mínimo</b>	<b>Número absoluto</b>	<b>Número relativo</b>
Até 2 salário	588	41 %
1 salário	382	27,2 %
Mais de 3 salário	279	19,9 %
Menos de 1 salário	127	9,0 %
Não respondeu	26	1,8 %
Total	1.402	100 %

**Elaboração: Tabulação por Flor Fontenele, disposta em tabela pelo autor**

Os dados mostram uma camada de doadores até significativa com maior acesso a bens e serviços mais, digamos, *elitizados*. Mas pensando na maior fatia dos contribuintes, um dado que consideramos importante é o da condição de moradia, que apontava para certa estabilidade, a base a que nos referimos acima. A tabela abaixo corrobora para traçar um perfil de pessoas com certa segurança financeira, mesmo que sem maiores confortos, quando examina quantas pessoas da família possuíam renda própria.

**Tabela 5 - Doadores distribuídos por renda familiar**

<b>Nº de pessoas na família que trabalham</b>	<b>Número absoluto</b>	<b>Número relativo</b>
1	590	42,0 %
2	388	27,6 %
3	279	19,9 %
4	119	8,48 %
Não respondeu	26	1,85 %
Total	1.402	100 %

**Elaboração: Tabulação por Flor Fontenele, disposta em tabela pelo autor**

Como se pode ver, 55,98% contam com a complementação de renda de alguém em sua família. Podemos supor que então, o doador médio da OPN correspondia ao fortalezense médio, mais gregário, comumente saindo mais tarde da casa dos pais, vivendo em comunidades familiares ao invés da reduzida família nuclear – que, claro há *aos montes* – frequentemente formando uma família, mais do que assumindo uma vida solteira.

Os demais dados deste levantamento não apresentados aqui – como o que faziam para se divertir, como acompanham notícias, se eram filiados a algum partido político etc – não vão divergir dessa conclusão – como encontrarem seu entretenimento na televisão, viajarem pouco etc. Outros pontos da pesquisa serão apresentados conforme a pertinência com o que estivermos tratando, a saber quando abordarmos a estratégia de marketing da entidade e o peso do fator religioso na atuação desta IA.

Outra fonte de recurso, a de financiadores estrangeiros, se processava para apresentação de projetos junto a financiadores internacionais que já trabalham com isso, como é o caso da Comunidade Europeia, que financiou um projeto para a Equipe Interinstitucional. Esse financiamento custeou por seis meses, dentre outras despesas, o pagamento de seis educadores de rua de seis entidades diferentes, todas da Equipe Interinstitucional.

A OPN ainda conseguia manter financiamento de organizações internacionais, sobre os quais evitavam falar. O fato de seu presidente ser estrangeiro, e da Igreja Católica, parecia facilitar a captação, o que tanto envolvia pessoas jurídicas como pessoas físicas. Um de seus parceiros era o Misereor, nome fantasia da Organização dos Bispos Católicos Alemães para a Cooperação para o Desenvolvimento, em tradução livre. O próprio sítio, como visto acima, foi adquirido pela Cáritas, organização assistencial católica com auxílio do então cardeal de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider.

A OPN tinha uma equipe somente para atuar na captação desse tipo de recursos e que também tratava de apadrinhamento financeiro junto a europeus, envolvendo países como a Áustria, Suíça e Alemanha. Também algumas dessas parcerias propiciavam estagiários estrangeiros voluntários de organizações da Itália, Suíça e principalmente Alemanha. Um desses parceiros era a AIESEC, uma organização europeia de trabalho voluntário de jovens. Esse contato inicialmente foi feito a partir de contatos nativos como o próprio irmão de Rosemeyer, com empresas para um fim e com famílias para o outro. Utilizava-se de um site e divulgação do trabalho realizado em redes sociais. A OPN recebia visitas estrangeiras de religiosos, de padrinhos financeiros de acolhidos e voluntários. A entidade é muito discreta quanto a essas informações, de forma que não era fácil obter esse tipo de informação, a ponto de não termos muitas informações a esse respeito.

A terceira fonte de recursos é feita através de convênios com os Municípios<sup>11</sup>, com governos estaduais onde atua e com o Governo Federal. Quando estávamos em campo, a IA mantinha então convênios com essas três instâncias. Mas a OPN nunca dependeu somente dela.

A OPN pôde usufruir de convênio com a Prefeitura Municipal de Fortaleza para manter seu SAI, até o segundo semestre de 2012, fim do mandato da prefeita Luizianne Lins (PT). O mandato seguinte, de Roberto Cláudio (PSB), encerrou esses repasses e o caminho para conseguir recursos da PMF passou a ser disputar editais.

Ainda sob a administração de Lins, houve longos atrasos de repasse durante alguns anos, conforme Sousa (2015, p. 24). Os motivos apresentados para esse atraso são diversos. No entanto, começaram a acontecer após a mudança de gestão da prefeitura, cujo mandato se iniciou em 2013. Alguns motivos apresentados nas discussões feitas nas reuniões da Equipe Interinstitucional foram pendências nos contratos de convênios e alteração das regulamentações para esses tipos de financiamentos. Também recebiam repasses do Governo do Estado, mediante editais de convênios, como, a título de exemplo, o celebrado pelo Termo de Fomento N° 023/2017 – STDS, que permitiu renovar contratações de profissionais na área de Psicologia, Pedagogia, Educação Social e oficinas.

---

<sup>11</sup> Lembremos que a OPN está em 3 capitais e acolhe o público de duas delas em outras duas cidades.

## **CAPÍTULO III**

### **3. DESENROLANDO A TRAMA: concepções e ações nazareninas**

#### **3.1. Marcos referenciais e ideias norteadoras**

A Associação O Pequeno Nazareno se norteia em três marcos regulatórios: a Declaração dos Direitos da Criança, a Constituição Federativa de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em menor dimensão, por se pautarem por esta tríade que possui mais um caráter principiológico, estão em sua base um extenso cabedal normativo de leis ordinárias e específicas, como a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993, planos nacionais de algumas áreas, em particular da Assistência Social e de Convivência Familiar e Comunitária, a Norma Operacional Básica da Assistência Social, resoluções do CONANDA e CNAS, as Orientações Técnicas para serviços socioassistenciais e normativas mais recentes específicas para o público CASR que ajudaram a construir. Bem dizer, toda essa produção legal deve ser conhecida e seguida pela OPN. Excetuando-se alguns pontos que geram alguma crítica ou polêmica. Como é comum às organizações da sociedade civil de perfil militante, a OPN opinou, participou do processo de construção e lutou para ver aprovadas algumas dessas normatizações. Por isso as conhecem, para além de uma obrigação formal, profissional. Um de seus dirigentes nos disse algo que expressa bem essa relação com essa estrutura normativa: “a salvação plena de uma realidade não vai estar na lei. Os lírios não nascem daí.” Disto depreendemos que preenchem a lacuna da lei com o que vão ter de específico na sua proposta.

E dentre as escolhas que vão conformar essa visão, apropriaram-se da história da educação social de rua como referencial seu, posto que seu fundador foi educador de rua, como muitos de seus atuais dirigentes, que tal história advem de movimentos sociais, principalmente associados à Igreja Católica como, no caso de Fortaleza, da Pastoral do Menor e do Movimento Nacional de Meninos e Meninos de Rua. Muitos dos construtores e profissionais da entidade compartilham esses lugares de pertencimento e identificação. Reivindicam ainda a pedagogia da autonomia de Paulo Freire, falam da Pedagogia da

Presença de Dom Bosco e Teologia da Libertação. Percebe-se influência da Igreja Católica progressista latino-americana, que se volta para os pobres.

Cabe citar que a Pedagogia da Presença aparece no Projeto Político Pedagógico (PPP) na parte sobre abordagem de rua. Segundo Menezes (2001) essa corrente pedagógica se fundamenta no pensamento do Padre Marcelino Champagnat e preconiza que o professor tem que estar sempre junto do aluno para que se efetive o aprendizado, processo esse no qual os aprendentes teriam autonomia para se pronunciar, participar, dar sugestões, porém sempre dentro de uma organização e disciplina preventiva. A esta pedagogia são associadas as sentenças “estar, estar próximo, estar com alegria, sem oprimir nem inibir; saber afastar-se no momento oportuno, encorajar a crescer e a agir com liberdade e responsabilidade”. Tal abordagem é citada como orientação principalmente no ensino religioso ofertado pela ordem dos maristas e dos salesianos, mas esse termo também tem sido utilizado em projetos sociais em educação e por redes públicas de ensino.

Analisemos, como traçam suas incumbências nos termos de sua “missão” e “visão”, tal como aparece em seu PPP.

Missão: Acolher crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, contribuir na construção de seus projetos de vida, reatando o vínculo familiar e comunitário, buscando a garantia dos direitos fundamentais, e a inclusão social das famílias, visando uma sociedade justa e solidária.

Visão: Desenvolver um trabalho de excelência na inclusão social de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas e de suas respectivas famílias. (ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO, 2014, p. 4).

A utilização do verbo acolher pode ser atribuída ao fato da OPN oferecer SAI. Mas este verbo, significa em seu sentido geral e mais usual “receber; dar acolhida; agasalhar; hospedar; escutar; atender a; [...] ter em consideração; [...] amparar-se...” (BUENO, 1976), o que por si só já justificaria a sua escolha, e certamente contribuiu para o termo *acolhimento* substituir o termo *abrigo*.

Abrigar aparece como sinônimo no dicionário consultado, mas quando consultamos esse verbete nesta publicação, encontramos sua definição associada à abrigo cuja definição encontra-se ligada a algo físico, como uma cobertura, agasalho e mesmo um asilo. Tanto a missão quanto visão demarcam seu atendimento especializado em CASR. São evocadas e articuladas as expressões “construção de projetos de vida”, “reatamento do vínculo familiar

e comunitário”, “busca da garantia dos direitos fundamentais”, “inclusão social das famílias” e que se visa “uma sociedade justa e solidária”. Ou seja, se afirma sua adesão ao paradigma da doutrina da proteção integral, se apoiando nas alternativas construídas pelo SGD desde a aprovação do ECA para buscar resolver as vulnerabilidades apresentadas por seu público.

Para tal, foca-se na escala do indivíduo assistido (projeto de vida). Daí sobe-se em escala para o âmbito de suas redes de apoio e lugares de pertencimento, o que permite chamar os outros legalmente implicados à sua responsabilidade pelos atendidos (família e comunidade, posteriormente sociedade e Estado, respectivamente na citação de inclusão e direitos).

Situa ainda a sua atuação na efetivação dos Direitos Humanos manifestos na Constituição como as garantias fundamentais, cláusulas pétreas e fazendo clara alusão ao SGD (trabalho em rede), ao princípio que o norteia, a garantia desses direitos. E integra a questão focal da inclusão social das famílias, novamente não se restringindo apenas a crianças e adolescentes, com uma visão mais ampla de sociedade, de que esta seja justa e solidária, fechando sua missão com a referência a valores, presentes no ideário cristão, mas também leigo inscrito na lei.

No enunciado de sua visão, elemento sempre mais específico do que a missão institucional, é afirmado o compromisso em “desenvolver um trabalho de excelência”. Este direcionado a “inclusão social” de seu público, mais uma vez especificado. Assim se traça a conexão de ambos, missão e visão, selecionando dos resultados esperados elencados na primeira (garantia de direitos, sociedade justa e solidária), o mais próximo em termos do papel da OPN dentro dessa expectativa, o de instrumento para inclusão social.

Individualmente, os entrevistados citavam mais referências como Karl Marx, Antonio Gramsci, José Paulo Netto<sup>12</sup>. Contudo, observando o conjunto de entrevistas coletadas, não encontramos maior profusão ou fundamentação em conceitos gerais ou abordagens teóricas, o mesmo em relação aos documentos da instituição. Não escutamos em nenhuma fala dos membros da OPN a repetição ou ênfase de/em autores, fossem eles Santo Antonio, Champagnat, La Salle, Dom Bosco ou Karl Marx, Paulo Freire, Leonardo

---

<sup>12</sup> Reconhecido intelectual marxista brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor no campo da Assistência Social, tendo abordado inclusive a atuação desse campo e a luta por direitos sociais no período do regime militar de 1964-1985.

Boff, Pedro Casaldáliga. Apareciam algumas referências aqui e ali, mas eram sempre difusas, dispersas, eventuais, pontuais, homeopáticas.

Percebemos até uma diversidade de referências, mas esta se devia mais à síntese do diverso que esse coletivo de individualidades produzia, do que a um processo de estudo e homogeneização de referenciais no grupo. Não que estes dois elementos não ocorressem, apenas se pautavam por outros marcos, os do seu próprio campo, da experiência, conforme as próprias falas de alguns entrevistados.

Tentar entender o pensamento por trás da OPN nos levou a concluir que seus integrantes, variando conforme sua área e função, leram, estudaram, logo conheciam as leis e manuais, os autores, tratados, teorias, estudos e casos com certo grau de variação. E estas fontes e materiais lhes influenciavam e ajudavam. Mas que o que os guiavam eram mesmo os casos com que se deparavam, seu tempo e lugar, as dificuldades que enfrentavam. No entanto, eles se mantinham dispostos a serem ecléticos, abertos e flexíveis, apesar de pragmáticos à sua maneira. Assim juntavam pitadas de socialismo cristão com gerenciamento racional, olhar humanizado com disciplina de trabalho em torno de metas e resultados, espírito militante aliado à racionalidade científica com desconfiança quanto a fórmulas...

O exposto acima nos levou a outra percepção: não precisa se encaixar num padrão mais ou menos determinado para ingressar nessa organização. Tanto que profissionais de várias outras instituições do SGD local das mais diferentes pertenças tinham se encontrado na OPN – da Associação Curumins, Associação Barraca da Amizade, Visão Mundial, Ponte de Encontro da Prefeitura de Fortaleza, Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola<sup>13</sup>...

Uma assistente social da instituição, ao ser indagada sobre a que recorria para orientar seu trabalho, nos respondeu assim:

É um conjunto, ao que é que eu recorro. Na verdade, vai depender de cada caso e a experiência que eu vou tendo, da forma que eu vou fazendo, isso se eu ver

---

<sup>13</sup> As duas primeiras são ONGs que já prestaram acolhimento e continuam por outras ações atendendo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A Visão Mundial se difere apenas em até onde sabemos não ter tido SAI e ser cristã, diferente dessas duas congêneres. Os dois últimos foram programas públicos que se destacavam por realizar abordagem social de rua a CASRs, sendo respectivamente um da Prefeitura outro do Governo do Estado.

que deu certo, “vamos ver isso aqui, se dá certo para esse”... Mesmo se não der, vamos mudar. Não tem assim um...”é isso!”. Se eu te disser que seria isso... É uma mistura de métodos do que vem dando certo.

Isso não é uma particularidade da OPN. O que mais ouvimos em nossas pesquisas desde 2004 nesse campo, inclusive em nossa amostra nacional para este trabalho é o que parece ser uma máxima nessa política pública: “cada caso é um caso”. Mas em algumas instituições pesquisadas que também eram católicas havia um carisma<sup>14</sup> ou, independente de serem confessionais ou laicas traziam uma metodologia elaborada como na extinta Associação Curumins, esta reconhecida por esse aspecto, ou como a Barraca da Amizade, que usava a linguagem circense como abordagem, ainda que também estivesse presente esse elemento de se trabalhar a partir do que a realidade lhes trazia. E na OPN nunca nos apresentou um método, pensamento ou concepção única ou várias, como referencial doutrinário em qualquer sentido.

Adentrando o universo de abordagens específicas possíveis de se trabalhar com o público atendido tais como evangelizar ou militarizar, ou socializar pelo esporte, ou pela arte-educação etc, a consulta à literatura especializada e esses anos de observações nos levaram a chamar essas propostas, digamos, temáticas de ondas históricas. Outro dirigente da instituição, já em entrevista em 2008, ao ser perguntado sobre qual era a proposta “temática” de atendimento da OPN, nos respondeu que tinham um curso de música com *esse fundo de arte-educação, só que esta nunca tinha sido o foco*, e que viam *a transformação desses meninos por um conjunto de coisas*. Tivemos essa mesma percepção, de que tal proposta é uma síntese, mais que isso, que se trata de uma construção original no sentido de não buscar simplesmente aplicar uma única abordagem previamente estabelecida, e esse caráter sintético viria justamente para atender a esse fim.

Há um folder “carteira” - porque é praticamente um portfólio, contendo num “bolso” interno vários folhetos de divulgação de suas várias ações - que traz uma informação a mais a esse respeito: "A experiência do dia-a-dia foi promovendo o entendimento necessário para afirmação de uma pedagogia capaz de oportunizar a

---

<sup>14</sup> Segundo a página eletrônica salesiana Oratório São Luiz “o propósito de uma ordem ou congregação religiosa é viver o carisma ou espírito de seu fundador. Dito de uma forma sucinta, o espírito salesiano se resume na expressão “querer ficar com Dom Bosco, querer ser como Dom Bosco”. O que entendemos como seguir um modelo, que tem referência no pensamento e ações de alguém ou alguma organização.

mudança esperada". Então, conforme o exposto até aqui: o atendimento da OPN seria uma síntese de elementos diversos, guiada pelas indicações do dia-a-dia. Esse cotidiano, entendemos como se referindo à prática, aos casos atendidos, no lugar de se buscar aplicar um manual, ou uma abordagem previamente adotada. Na citação abaixo, o administrador do sítio aborda essa questão.

Eu acho que essa tem sido a receita, né: você trabalhar com a sensibilidade dos meninos. Você não ter um livro de regras. Isso pra nós tem sido fundamental, a gente não tem aqui um livro de regras, de dizer: “olha, se o menino fez assim, a gente tem que ser assim”, “se o educador fez assim, a gente tem que fazer dessa forma. Não. A gente vai muito de acordo com a sensibilidade e eu acho que todo o processo d’ O Pequeno Nazareno, do êxito que ele tem tido se dá exatamente por causa disso.

Portanto, conforme o responsável pelo sítio, logo pelo acolhimento *in loco*, de fato não existia uma proposta fechada, ou detalhamento do trato sociopedagógico, mas sim uma visão particular de como proceder, desenvolvida naquele grupo, a partir de sua experiência. Isso não descarta as ideias de Paulo Freire na educação de rua, ou de Dom Bosco quanto à prevenção, disciplina, exemplo e presença, etc. Mas parece-nos que esses referenciais se tornam principiologicos, enquanto esse ecletismo e flexibilidade calcados na empiria, observação, experiência... guiarão a aplicação desses princípios enquanto atendimento. Porque cada serviço que prestam por si só já possui muita normatização, parte dela com as marcas dos dedos de tecelão de organizações não governamentais, e destas, certamente a OPN se destacando dentre as que prestam acolhimento que conseguem exercer tal poder nas últimas décadas, inclusive em nível nacional.

Das referidas ondas históricas, se existe uma que podemos apontar como destacada no atendimento da OPN, dentro do período estudado, não seria a arte-educação ou o esporte, muito menos a religião... Mas sim a profissionalização. Abaixo podemos ver parte de uma entrevista cedida em 2008 pelo referido dirigente da IA, em que ele aborda esse ponto quando perguntado sobre a abordagem da instituição. Perguntado sobre a linha de seu atendimento o entrevistado tratou de pontos como trabalhar a autoestima dos acolhidos, de inculcar valores, fazê-los desenvolver expectativas sobre o futuro e autonomia, dentre outras coisas, todas de caráter mais aberto. De proposta com um caráter mais específico, que vemos sua materialização – tanto que isso aparece em sua própria

fala, em uma escala de ações pequenas até outras que vão depender da idade do acolhido e outras questões – e que teve destaque nessa fala, foi a questão do trabalho, que vai corresponder à profissionalização.

[Você quer saber] os valores que a gente acha... que a gente privilegia, que o adolescente vai introjetar, não é? Que ele se enxergue como uma pessoa capaz de trabalhar, de sobreviver do seu trabalho. Os meninos acham... quando eles chegam lá [sítio OPN] e acham uma manga, eles pegam a manga e se passar alguém que não é da gente, eles dizem: “tio, compra essa manga aqui.” Na verdade, eles já trazem isso da rua, porque eles precisam daquilo para sobreviver e a gente quer que eles percebam que o universo que vem depois do sítio é um universo duro, de trabalho e que ele tem que conquistar as coisas na luta. Então, nós incentivamos bastante essa metodologia em que o menino encontre valor nesse aspecto. Por exemplo: ele tem uma hora de trabalho remunerado e cria-se uma poupança no banco com o nome dele e a cada hora trabalhada ele ganha R\$ 3,50/2,50, seria isso. Mas o trabalho é o que? Buscar frutas no sítio ou regar as plantas, uma coisinha assim. Aqueles de 16 [anos], por aí, eles têm uma dinâmica de trabalho mesmo, tipo assim: ajudarem no serviço geral. E eles têm direito de sacar 10% dessa quantia no dia do aniversário deles.

Como afirmado acima, o trabalho é um valor pautado dentro do atendimento, proposta e abordagem da IA. A desigualdade social, o desemprego, subemprego, baixa renda dos responsáveis pelos acolhidos são em boa medida fatores das dificuldades destes de assegurarem os direitos de seus filhos e de parte destes outros pararem nas ruas para esmolarem, furtarem ou trabalharem na rua, para se manter nesse espaço ou para levar complementação para a renda de casa.

Numa sociedade capitalista, que estimula o consumismo, o hedonismo, a descartabilidade, em que o dinheiro se torna um nexos social, como descartar a questão da sobrevivência num processo de socialização secundária junto a quem já teve sua vida marcada pela exclusão que dentre outros fatores decorre da concentração da riqueza socialmente produzida? De forma que a profissionalização é uma estratégia comum nessas instituições. Mas, diferente da OPN, não se destaca como a marca da abordagem da IA.

#### *Concepção acerca da rua*

Além de uma diversidade devida às diferentes trajetórias e adesões pregressas de seus profissionais e flexibilidade para se adaptarem a novas demandas, como os problemas

trazidos pelos acolhidos, há mais um traço que não está escrito em nenhum documento, mas que caracteriza o pensamento dessa instituição: como concebem a rua.

Se pensarmos a forma como a rua é vista pelos diversos segmentos que compõem o SGD, podemos dispor essas representações numa escala na qual uma das extremidades seria o higienismo social, ou seja a ideia de retirar as crianças e adolescentes pobres da rua de qualquer maneira, contra a sua vontade, à força etc e na outra ponta a apropriação da rua seria uma que admita alguma positividade no estar na rua. Pois, enquanto o Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola - que existiu ali na década de noventa e dois mil e era a abordagem de rua do Governo do Estado - poderia ser situado no pólo higienista desse gradiente, conforme inúmeros depoimentos de educadores e ex-educadores dele, a Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) poderia ser posicionada no pólo que vê uma rua dual, ou seja, com também positividade, como o exercício do ir e vir sem a intervenção higienista social que segregaria essas crianças e adolescentes na medida em que lhes interditasse esse espaço. A OPN seguramente pode ser situada no meio dessa linha, em que não há relativização sobre a rua, mesmo se divergindo de ações higienistas como acolhimento compulsório de quem esteja na rua ou/e em drogadição. A OPN chegou a se posicionar em nota no passado contra o recolhimento compulsório de pessoas *em situação de rua*.

A OPN acredita na necessidade da criança ou adolescente quererem sair da *situação de rua*, de essa escolha partir deles. Contudo, diferente de outras instituições, não faz a fala de que estes tem direito também à rua. Entende que esse público nessa situação somente vivencia a rua como abandono, exposição, risco, violação, violência. A OPN dá a entender que não consegue para seu público atendido ver nessa mesma rua, um direito, uma liberdade, a serem garantidos, primeiramente.

E, no entanto, a OPN não defende recolhimento compulsório, não é contrária ao direito de ir e vir dessas crianças. Só não enxerga nada que seja positivo para seus atendidos que advenha da rua. Não nega elementos que podem ser evocados como tal, como que na rua essas crianças desenvolvem amizades, encontram solidariedade, desenvolvem algumas qualidades. Mas põe na balança os outros elementos presentes nesse pacote, que considera negativos e em maior número, e pesam os elementos positivos que são direitos desses meninos e todavia lhe são negados.

### 3.2. Serviços, programas e ações

Quando realizamos as entrevistas, a OPN atendia crianças, adolescentes e famílias das seguintes cidades da Região Metropolitana de Fortaleza: da própria capital, de Caucaia e Horizonte. Da periferia de Fortaleza foram citados como bairros de origem os bairros periféricos do Bom Jardim – Regional V, Conjunto Palmeiras – Regional VI, Jangurussu – Regional VI, Conjunto Ceará – Regional V, Barra do Ceará - Regional I, Parque Jerusalém – Regional V, e Vila União – Regional IV. Naquele momento o público atendido estava bem distribuído entre esses bairros, sem maior concentração em nenhum deles. Mas havia então a concentração nas mesmas regionais: Regional V e Regional VI (três bairros cada).

Mas informaram que até pouco tempo atrás – era 2016 – tinham mais acolhidos do Bom Jardim e Granja Portugal – ambas Regional V. Havia alguns meninos que estavam em *situação de rua* em alguns municípios do interior, e que foram encaminhamentos para acolhimento por juiz. Citaram como exemplo um menino encaminhado da comarca de Viçosa.

Mas em que serviços e ações se dividia o atendimento da OPN? Existem diferentes classificações e divisões dos serviços dependendo da fonte. Existe uma divisão de suas ações no gráfico que apresentamos do sítio, limitada a esse recorte (o sítio), com uma divisão particular que envolve serviços que aparecem nas demais divisões que a entidade apresentou ao longo de sua atividade. Há outra em material impresso coletado, uma terceira na sua página eletrônica, e ainda outra no seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Examinaremos os serviços da OPN inicialmente segundo sua divisão conforme o seu PPP, e iremos complementando essa apresentação com outras fontes. Esse documento é de 2014. Estavam com a intenção de atualizá-lo, mas a pandemia de COVID-19 adiou esses planos, conforme um coordenador da IA nos informou.

O Projeto Político Pedagógico da OPN se divide em quatro eixos de atendimento que abarcam parte significativa de suas ações e por isso mesmo será nosso primeiro tópico. Os eixos são: abordagem de rua; acolhimento institucional; atendimento às famílias e; profissionalização.

Tal documento ao definir cada eixo destaca qual o seu público-alvo, objetivos e metodologia de trabalho. Na metodologia de trabalho são descritas as *ações*, e

correspondente a cada uma delas são apontados os *beneficiários, metodologia, cronograma, insumos, responsáveis e parceiros*.

Examinaremos abaixo cada eixo expondo cada um desses elementos. Somaremos a esses dados outras informações coletadas ao longo da pesquisa, como trechos de falas de entrevistados e material coletado por materiais impressos e através do sítio eletrônico d'O Pequeno Nazareno.

### 3.2.1. Abordagem de rua

O perfil do público da OPN para ingresso no acolhimento é de 7 a 12 anos, conseqüentemente o foco prioritário de sua abordagem social de rua recai também sobre esse grupo. Em entrevista realizada em 2008, um dirigente da instituição explicou-nos o porquê dessa seletividade.

Justamente pensando que essa categoria aí ainda se encontra em condições de tentar o retorno familiar, porque ele não perdeu totalmente o vínculo ou ele ainda não vivenciou todas as dimensões da rua para se tornar aquele que quer ficar na rua mesmo. E o atendimento começa exatamente na definição do perfil. Nós temos educadores de rua que estão sensibilizados com esses preceitos e eles vão na rua descobrir entre os grupos lá [...] qual é aquele que está no perfil do Pequeno Nazareno. A gente pensa que tem o menino que está lá por sobrevivência, passa o dia, às vezes até dorme. Mas o dinheirinho que ele arruma é para voltar para casa, para ajudar o pai, ajudar a mãe. Tem o menino que vai pra rua por situação de drogadição, pela facilidade de encontrar droga na rua, pelo problema que ele causa dentro da família, mas quando a coisa aperta para ele na rua ele ainda tem a família como referência de refúgio. (Dirigente da OPN)

Em entrevista, uma educadora social do escritório sede nos informou que então o público desse serviço tanto se encontrava pelo menos parcialmente em situação infantojuvenil de rua que chamamos situação clássica, ou seja, estavam na região central da capital e em áreas turísticas como na orla, ou em *situação de rua intracomunitária*. Esta expressão foi adotada pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para designar a situação de rua que se dá longe das áreas que configuram a situação de rua que chamamos clássica, em suma, a situação de rua em

bairros residenciais fora da área central e turística da cidade. Observou que nem sempre essa *situação de rua* na comunidade se dava no bairro de origem.

Eles não estão mais tão frequentes nos terminais [rodoviários], na rua ali, até tem... Ele tá sendo usado pelo traficante. Dorme lá debaixo do alpendre e tal. A gente começa a perceber que esses meninos eles não estão mais tão presente na rua, mas esses meninos continuam em situação de rua, muitas vezes dentro da comunidade ou em outras comunidades. Por que uma vez que naquela comunidade ele cometeu alguma coisa, ele não pode ficar. Eles muitas vezes vão para outra comunidade vizinha que acolhe eles. E ali eles ficam em situação de rua, porque eles não têm casa específica. Estão sendo usados pelo traficante. (Coordenador de Trabalho com Comunidades)

Como pode ser visto na citação, a situação de rua intracomunitária quando ocorria em outros bairros que não o de origem, devia-se a uma cooptação por parte do tráfico de drogas. Outros entrevistados reportaram esse mesmo fato.

Antes de prosseguirmos no relato e análise do que nos foi relatado cabe primeiramente traçarmos uma definição para nós importante: sobre a relação com o espaço tecida pelos meninos e meninas que ocupam as ruas, mas que também circulam por diferentes casas e instituições, sobre como elaboram uma espacialidade especial e o que caracteriza esta.

As crianças e os adolescentes em *situação de rua* mais do que poderem estar inseridos no movimento de circulação de crianças, rompem essa lógica de cuidado compartilhado por diferentes motivações e “ganham” a cidade, ocupam as ruas, seja por períodos curtos, por apenas parte do dia ou como morada. Nesse percurso cruzam com serviços de abordagem de rua, ONGs e cidadãos caridosos que oferecem sopa, fazem doações, buscam prestar algum auxílio, assim como se deparam com todos os transeuntes e outros sujeitos que se apropriam da rua de várias maneiras.

Assim criam uma nova relação com o espaço, uma espacialidade fluída, uma socioespacialidade líquida, no sentido de que tornam espaço de fixação um espaço de passagem, de circulação. Mas esta fixação que estabelecem é sempre tensa, provisória, instável, e transitória, mas recorrente, e por tudo isso incerta, em termos de temporalidade, enquanto duração, administração do tempo, construção de rotinas e estabelecimento de

qualquer coisa contínua, regular, estável, segura. Assim pode ocorrer com as parcerias estabelecidas, com a sua segurança, com a possibilidade de tecer previsibilidade, diferente de quando se está numa instituição ou numa casa.

Na rua o corpo vira porta volumes, um corpo armário e se precisa encontrar lugares para se guardar, esconder suas coisas, como a parte de cima de abrigos de paradas de ônibus, moitas, terrenos baldios, mas sempre se pode ter seus pertences roubados, desses pontos ou do próprio corpo. A rotina muda conforme se muda de lugar na rua, mudança motivada por ameaça por policiais, grupos de extermínio, disputa territorial com outros moradores, etc. E muda conforme os novos vizinhos, as regras que já vigoram no novo lugar, as autoridades constituídas e disputas das quais nem sempre se pode evitar de nelas ser enredado. Tudo é frágil, tudo é movimento, tudo é fluxo, tudo é móvel.

Retomando a fala de nossa entrevistada, no tocante ao público da abordagem de rua, pelo que nos foi narrado, consideramos que a socioespacialidade líquida também estava presente tornando fluídas tais referências. Assim esse tipo de relação fazia com que, ao invés de se poder falar de *situação de rua* em bairro determinado, esta se ampliasse para abarcar mais comunidades, conforme as necessidades construídas nessa vivência na rua. Tomamos como ilustração um caso citado abaixo por uma educadora da Equipe Psicossocial da OPN.

O que é que a gente consegue perceber? Olha, aqui no [bairro] Oitão Preto que é que eu percebi numa vivência como educadora de rua? Lá no Ponte de Encontro eu trabalhava na área, então, a gente via que tinha menino do Bom Jardim, meninas do Conjunto Palmeiras que começaram a ir para rua, para a Praça da Estação. Mas que a comunidade que tem a droga é o Oitão Preto e que a presença deles é tão forte no Oitão Preto que eles não retornam mais para casa. Então acaba que eu não encontro mais elas na Praça da Estação, elas estavam em *situação de rua* no Oitão Preto (Educadora da Equipe Psicossocial).

A instituição mantinha apenas um educador na rua – conforme um folder mais antigo, já teve mais – que se deslocava de ônibus para os locais de abordagem. Mas vale frisar que vários profissionais da OPN vieram da educação social de rua, exerceram essa função. Os pontos de abordagem eram os terminais de ônibus e a avenida Beira-Mar (XAVIER, 2009). Mas as abordagens eram direcionadas conforme a disponibilidade de vagas no acolhimento. Não havendo vaga o educador mantinha a abordagem voltada

apenas para identificação do perfil. Essa informação poderia servir para se deliberar sobre qual instituição deveria receber a CASR posteriormente.

O público-alvo desse eixo era caracterizado da mesma forma que o público do eixo acolhimento. A saber, à abordagem social de rua da OPN era voltada, parafraseando o seu PPP, para crianças ou adolescentes com o convívio familiar fragilizado ou inexistente, compelidos a habitar/frequentar logradouros públicos, que estivessem à margem das políticas públicas, usando de espaços públicos como meio de sobrevivência ou moradia, permanente ou intermitente que tivessem ou não naquele momento a perspectiva de retornar à família e ou comunidade. Eram caracterizados ainda como pessoas marcadas em sua maioria por uso e tráfico de drogas, com baixa escolaridade, ou mesmo não alfabetizados, em situação de mendicância, vítimas de violência doméstica e sexual, sujeitos a trabalho infantil, vítimas de negligência, abandono, ameaça de morte, conflito na comunidade, em conflito com a lei, afastados da escola e da família.

Os objetivos descritos no Projeto Político Pedagógico são basicamente os listados abaixo:

- promover os direitos à proteção social especial e a convivência familiar e comunitária
- Construir vínculos afetivos e de confiança
- Intervir em situações de emergência junto aos órgãos de saúde, polícia, justiça, etc.
- Identificar o perfil e realizar encaminhamento para o acolhimento institucional praticado pela OPN, cuja necessidade seja verificada e haja adesão voluntária
- Registro de informações das crianças e adolescentes em situação de rua em banco de dados institucional/nacional
- Participar nos espaços de discussão, formação, controle social, proposição de políticas públicas e troca de experiências com foco na Educação social de rua (ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO, 2014, p. 7).

Vemos logo de início na descrição desses objetivos a referência ao PNAS e ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, o que demonstra que mais que mera formalidade, enunciam a legislação e demais normativas do meio socioassistencial e do SGD, por de fato dominá-los, estes terem sua anuência e ainda lhes servirem de fato como fundamentação.

Assumem a construção de vínculos com o assistido como pressuposto de seu atendimento, ao contrário de outras instituições de acolhimento e do extinto Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola (PCFRDE), que viam nisso um problema, logo algo a ser evitado.

Ainda nessa citação dos objetivos, a OPN prevê o trabalho em rede e o registro de informações sobre os atendidos, inclusive tendo a perspectiva de se construir tal banco de dados em escala nacional. O Pequeno Nazareno buscou incidir na criação desse instrumento unificador de informações e obteve êxito nesse intento, como mostraremos mais adiante.

**Figura 10 - Educador de rua da OPN em abordagem**



**Fonte: imagem cedida pela OPN**

Um folder da OPN - que voltaremos a comentar quando tratarmos da comunicação e marketing da OPN - divide a abordagem de rua bem dizer em cinco momentos. Reproduzimos a seguir, enumerando, por nossa conta, cada um desses tempos da

abordagem nazarenina de então – que conforme o PPP e entrevistas não mudou muito nessa sua estruturação:

Nossa Equipe de Educadores Sociais de Rua vai até os locais de encontro das crianças que estão vivendo nas ruas, [1] primeiro para identificação do perfil (idade, situação familiar, se está em condição de rua ou de moradia, etc). [2] Em seguida a aproximação é dirigida aos que estão no perfil de atendimento da instituição com a realização de atividades de [3] escolha, [4] convite e [5] aceitação.

Um ponto curioso nesse texto é a diferenciação de perfis em condição de rua e [situação] de moradia [na rua]. A primeira deve tratar do que também se chamava frequência de rua, como uma presença menor, atrelada a uma necessidade pontual ou atividade específica, como mendigar, trabalhar ou *matar o tempo*, se divertir.

Por fim, tratando dos momentos da abordagem de rua, vemos o da identificação e delineamento do perfil das CASR encontradas. Uma vez encontrados o perfil atendido pela OPN, destaca-se esses para um atendimento prioritário e mais intenso. Em sequência aparecem as fases ligadas ao encaminhamento, para casa ou para o acolhimento: a escolha do atendido; o convite para acolhimento se for o caso e; a finalização de sua admissão com prestação de esclarecimentos e acordos prévios todos tratados no edifício sede.

A metodologia de trabalho no PPP prevê que os futuros acolhidos teriam seus casos analisados pelo Conselho Tutelar, juntamente com a Equipe Técnica da OPN. Isto inclui a possibilidade ou não de já se proceder ao encaminhamento à família, para não haver banalização da medida de acolhimento. A Equipe Técnica da OPN, a saber, assistente social e psicólogo (a) realizaria então visitas domiciliares às famílias, entrevistas com grupos de responsáveis e reuniões mensais de *sensibilização sobre a garantia dos direitos e importância da Convivência Familiar e Comunitária*. Ainda sobre a metodologia de trabalho, comentaremos apenas alguns pontos do próprio PPP, pois essas informações em grande linha retratam um típico trabalho de abordagem de rua das organizações atuais, particularmente das que possuem uma visão, chamemos, *garantista* de direitos e socioeducativa. Muitos dos elementos acima já foram objeto de descrição nossa, logo comentaremos o que há de diferente neles.

As ações refletem os momentos que parecem costumeiramente compor a abordagem de rua, ora de forma sequencial ou concomitante. Detalham as tarefas envolvidas nessa atividade. Interessante perceber o olhar sistêmico, integrado, holístico que permeia o texto, mesmo numa parte tão operacional. Não reduz o papel da abordagem de rua, mas o liga à Educação Social de Rua como um domínio e técnica próprios.

São indicados como beneficiários não somente as crianças e adolescentes em *situação de rua*. Figuram em algumas ações também as famílias. Mas são apontados como beneficiários de algumas ações agentes do SGD como a rede socioassistencial, o Banco de Dados Nacional e os próprios executores das ações em tela, os educadores sociais de rua. Isto mostra que há uma concepção de que o trabalho a ser feito não é de interesse somente do que chamaremos aqui de beneficiários primários, no caso as CASR. Mas que as instituições de atendimento são colocadas como interessadas de forma que a previsão de determinada ação extrapola qualquer lógica comezinha como o “se isso não ocorrer, não muda nada para nós que estamos do lado de cá”. E isto traça um comprometimento suposto nesse planejamento não só por parte da OPN, mas uma expectativa de encontrar esse mesmo comprometimento por parte de seus parceiros. Por exemplo, na medida em que coloca o acionamento da polícia, ou Justiça como ação que beneficia a rede socioassistencial, tal ação poderia evitar uma sobrecarga dessa rede com demandas que não teria como resolver sozinha, com questões que até poderiam fugir da sua alçada, para além do sentido de poder ver um encaminhamento urgente sendo resolvido ou posto em vias de solução.

Aqui podemos pensar também em termos da integração em rede. Esta é presumida e valorizada conforme a legislação e falas dos pesquisados. A OPN faz assim uma aposta no trabalho em rede, na medida em que o tempo da necessidade em vista reja o tempo da ação, em lugar de um tempo da burocracia, marcado este por rotinização banalizante e ao sabor de ânimos individuais de entes atomizados que apenas pretensamente estariam articulados como rede. Contudo, houve muitos relatos de problemas no funcionamento dessa articulação, de falta de sintonia e tensionamentos com o Sistema de Justiça.

A própria descrição da metodologia traz muitos e variados recursos, como mostrar uma concepção que deve orientar o trabalho, no caso a Pedagogia da Presença, um leque de técnicas e procedimentos e até os recursos materiais imediatos do cotidiano desse

trabalho como os kits pedagógicos e de primeiros socorros até o uso de espaço físico e veículo.

A visualização de uma proposta de abordagem de rua de uma instituição como esta permite entender em termos concretos o que os educadores de rua e técnicos mencionavam o tempo inteiro nas entrevistas por *retaguarda*. E perceber quantos outros serviços, equipamentos e políticas públicas tendem a ser mobilizadas em vários momentos e como consecução de atos e procedimentos da abordagem de rua. E que se essas parcerias não se traduzem em ações muitas vezes céleres, integradas, o trabalho dos educadores de rua pode dar a estes a sensação de ser inócuo.

O cronograma mostra um pouco dos fluxos da entidade. As atividades da abordagem de rua de modo geral mostram que essa ação na sua parte de campo, ocupava 4 dias da semana, ficando um dia para a parte de escritório, reservada para a participação em reuniões do Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais (NA), instância que reunia as representações de todos e todas os educadores e educadoras de rua de Fortaleza, eventos de formação oferecidos à rede SGD e para o registro de informações de crianças e adolescentes em *situação de rua* abordados.

A atividade de registro alimentava o banco de dados nacional, Plataforma Digital Rua Brasil S/Nº. E, curiosamente, aparece tanto como atividade semanal como demanda espontânea. Isto pode tanto se relacionar com o fato de que por um certo período as crianças e adolescentes nas ruas já estariam todos mapeados, de forma que num dado momento se fazia necessário se priorizar outras tarefas, tais como destinar mais tempo para se obter mais informações sobre a família e o histórico deles, fora o que chamamos de socioespacialidade líquida, que faz com que o território desses sujeitos seja fluído. Da mesma forma a transitoriedade que é marca da vida desses meninos e meninas pode fazer com que tal tarefa tenha picos de maior intensidade conforme mudanças se operem junto a CASR. Contudo, algumas ações só podem ser disparadas por demanda espontânea, como o encaminhamento para o acolhimento institucional.

A participação nas reuniões do NA e em formações atendem às necessidades dos educadores de rua de ocuparem espaços de formulação e controle social de políticas públicas e de qualificação e troca de experiências com foco na Educação Social, como meio de não apenas capacitar esse serviço e profissionais, mas de fortalecer o trabalho em

rede a partir de sua ponta, pois se o primeiro contato com o público atendido não for bem conduzido, todo o processo de atendimento pode ser comprometido. Tal demanda passou a ocupar as quintas-feiras. Cabe ressaltar que vários dirigentes do SGD vieram da educação de rua, o que contribuiu para o reconhecimento de sua relevância.

Outro ponto interessante a abordar é que os educadores das organizações governamentais (OGs), como o Ponte de Encontro e o Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola (PCFRDE) não tinham a liberdade para tomarem decisões por seus empregadores nas reuniões do Núcleo de Articulação, diferentemente das ONGs. Um educador desses programas estatais não podiam, por exemplo, afirmar que o NA poderia dispor de algum recurso como uma Kombi para um determinado evento conjunto. Esse exercício de ação autônoma a partir de uma instância própria indubitavelmente cumpre papel formador, e no caso dos educadores de rua das ONGs se complementava por encontrarem essa autonomia respaldada numa autonomia correspondente conferida pelo empregador, de poderem deliberar por sua instituição no espaço deliberativo da educação social de rua da rede.

### 3.2.2. Acolhimento

O público alvo do serviço de acolhimento é o primeiro ponto tratado no Projeto Político Pedagógico d'O Pequeno Nazareno e não traz nenhum dado novo frente à caracterização feita anteriormente em nossa exposição. Cabe registrar que o PPP caracteriza de forma rica seu público, versando sobre o convívio familiar deste, caracterizando-o como em duas situações, *fragilizado* ou *inexistente*, tece uma descrição da *situação de rua*, citando diferenciações dentro desta como as de *habitar e frequentar*, de *moradia, permanente ou intermitente* ou de apenas meio de *sobrevivência*. Pontua o seu não atendimento por políticas públicas e cita ainda a questão da perspectiva de retorno à família e/ou comunidade – como possível ou não naquele momento.

Cita ainda o uso de drogas ou envolvimento com o seu tráfico. São mencionadas ainda a *baixa escolaridade*, analfabetismo, prática de *mendicância*, vitimização por *violência doméstica e sexual*, *trabalho infantil*, *negligência*, *abandono*, *ameaça de morte*, *conflito comunitário*, *conflito com a lei*.

Em 2016, quando coletávamos dados em campo, tinham 32 acolhidos no sítio O Pequeno Nazareno, divididos nas 3 casas-lares mantidas então em funcionamento. Não nos interessou a época saber quantos desse contingente se encaixavam em cada uma dessas situações acima descritas. Não termos inquerido isso, quer se configure num erro ou não, nos privou desse dado.

Os objetivos desse SAI conforme descritos no Projeto Político Pedagógico (ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO, 2014, p. 9) são:

- Promover proteção especial em tempo integral
- Garantir acesso aos direitos básicos
- Acolher: conhecer as necessidades específicas, facilitar a convivência, intermediar e superar os conflitos e educar para a vida
- Construir projeto de vida para ressignificação dos traumas vivenciados na rua e na família, valorizando o respeito à vida, autonomia, cidadania e à convivência familiar e comunitária

Vemos a caracterização do acolhimento dentro da perspectiva de tempo integral, que apesar de poder parecer inerente ao serviço, será problematizada por alguns ofertantes do SAI bem como por outros agentes do SGD. O fato é que há inclusive na sub-rede de acolhimento alencarina leituras de que o acolhimento deve ser mínimo enquanto cobertura de tempo dos assistidos e de fonte de atendimento de suas necessidades, dividindo a ocupação destes com outros serviços públicos, comunitários ou privados de parceiros – como no caso de cessão de bolsas, contratação prévia, prestação voluntária etc.

Novamente fizeram uso do verbo acolher, definindo como o tomam. Desta feita, apontaram para a necessidade de enxergar a especificidade de seu público. Focalizaram a questão do convívio como algo que deve partir também de um esforço da instituição e ainda dentro desse terreno abordaram a questão de mediação e superação de conflitos. Concluíram tocando numa perspectiva pedagógica, no caso a de *educar para a vida*, que é omnilateral. Isso difere de se afirmar que se deve educar *dentro dos valores cristãos*, ou *democráticos*, ou *para viver em sociedade*, ou *para o mundo do trabalho*, ou *para inserção no mercado*, ou *para a cidadania*, etc, ao passo que a omnilateralidade abre margem para contemplar cada uma dessas dimensões, mas não fecha em uma vertente específica, mesmo que a IA de fato possuísse algumas.

Os objetivos reaparecem convertidos nas ações. Vemos que o acolhimento, além de necessitar da adesão do assistido deve ser balizada pelo educador social, que deveria se tratar do educador de rua, de parceiros que eram o Conselho Tutelar, e Juizado, que neste caso já poderia representar o Poder Público. No momento de conclusão dessa tese existia uma central que concentrava a triagem para acolhimentos, que, portanto, incluía mais este parceiro, quem deveria dar aval enquanto representação do Estado.

Vemos também que a OPN se caracteriza como um acolhimento no formato de casas-lares em aldeia, com regimes de plantão de 24 horas para os cuidadores, originalmente dispostos em duplas, que chamam pais/mães sociais em revezamento de 48h. Quando realizamos observação de campo no sítio, a OPN dispunha então somente de pais sociais, um para cada casa. Acolhia então 32 educandos, ultrapassando um pouco a sua capacidade, que era para 30. Os educadores eram ex-acolhidos e tal opção se justificou pelo conhecimento prévio da instituição e empatia com os acolhidos, além da constatação dessa escolha ter eliminado uma rotatividade desses profissionais – comum nas IAs, conforme estudos anteriores (SILVA, 2007, SILVA, 2011).

O sítio tinha alocada uma assistente social. Mas o acompanhamento era dividido com outros dois educadores sociais lotados no edifício sede que compunham com uma psicóloga a Equipe Psicossocial. Pode-se questionar se essa equipe não deveria ter também uma assistente social. A formação acadêmica de três membros dessa equipe era em Assistência Social. Esta equipe acompanhava e atendia as famílias e a psicóloga e a assistente social lotada no sítio acompanhavam os acolhidos. Esses dois acompanhamentos se complementavam para traçar o quadro dos acolhidos no caso daqueles que possuíam vínculos familiares, mesmo que fragilizados ou para constatar se estes se encontravam rompidos.

O encaminhamento para o acolhimento era feito dando entrada de uma Guia de Acolhimento junto ao Juizado em até 24 horas, juntamente com um estudo de caso e de encaminhamento por parte do Conselho Tutelar. Cabe-nos complementar que aqui também pesa a análise por parte do educador de rua da instituição, sempre tendo em vista o perfil da criança ou adolescente em questão e o contexto do SAI da OPN a partir daqueles que estavam acolhidos naquele momento. Um ex-assistido que evadiu ou foi encaminhado a outra instituição ou que entrou em conflito com outros que ainda estão acolhidos tende a

não dispor da disposição da IA para recebê-lo novamente. A instituição pode ter uma leitura que seu atendimento não é o mais indicado para aquele assistido em particular ou que ele pode colocar em risco o bom andamento de outros acolhidos. Todavia, foram inúmeros os relatos por parte de pesquisados da OPN sobre juízes quererem forçar a instituição a acolher meninos fora do seu perfil, até de outras comarcas e independente de sua capacidade estar estourada.

A ação de garantia de acesso aos direitos básicos se divide em educação, saúde, alimentação, moradia, quando necessária a regularização de documentos, esporte e lazer. Podemos ver que o próprio Sítio O Pequeno Nazareno se estrutura com base nesse fundamento.

Vemos aqui que a divisão de acolhidos por quartos foi pensada como sendo a de 1 quarto para cada 4 crianças, com o que aparece como *presença continuada de uma educador social*. Tal expressão deve se referir ao compromisso de manter os acolhidos sob assistência permanente a partir desse profissional, além do que pesem as unidades de acolhimento em tela se tratem de casas-lares e os educadores sociais do SAI serem então pais sociais e o próprio PPP se enunciar calcado na Pedagogia da **Presença**.

A escola tinha os 1º, 2º e 3º anos. Apesar do 1º ano ser para crianças de 6 anos, segundo a assistente social do acolhimento, chegava a receber meninos com até 12 anos, pois chegavam analfabetos. Mas essa unidade de ensino da OPN foi fechada por volta de 2018 e assim permanecia até terminarmos este trabalho. Mas tal ação foi motivo da OPN ser muito criticada por outros membros do SGD por montar uma escola dentro do seu espaço de acolhimento. Isso vai de encontro a ideia de minimizar a institucionalização. Um educador social da instituição nos revelou que uma das razões para essa decisão foi a discriminação que seus acolhidos sofriam nas escolas oficiais. Algo como “se alguma coisa desaparece ou ocorre uma confusão entre os estudantes e um acolhido estiver envolvido, a culpa sempre recaía sobre este”. Que se percebia uma desconfiança e vigilância sobre seus acolhidos. Também nos foi argumentada a precariedade das escolas e a sua qualidade de ensino.

Não obstante, há que se problematizar o efeito que tirar a oportunidade desses assistidos de convívio com outras crianças, jovens e adultos de outras realidades pode causar neles. Por mais que a instituição de acolhimento deva primar pela proteção de seus

acolhidos contra formas de opressão e discriminação, ao criar equipamentos que viessem a mantê-los ainda mais tempo dentro da instituição, sendo que exteriormente a ela existem equipamentos similares, não estaria assim essa IA criando uma bolha para proteger seus educandos do mundo fora da instituição? Considerando que o acolhimento não é uma “ilha”, tal ação não poderia despreparar em alguma medida seus acolhidos para enfrentarem situações que eventualmente poderão encontrar? Não seria mais salutar para a formação dos assistidos que eles fossem confrontados com a diversidade de pessoas e experiências que existe fora do controle protetor da instituição? A que se considerar que o SAI da OPN acolhe somente meninos, o que faz com que ao estudarem numa escola lá dentro já tivessem uma privação de convívio com a diferença desde a falta de contato com o sexo oposto. E CASR não é necessariamente o perfil mais frágil. Costumam ser muito astutos, com alguma capacidade de liderança e resiliência já desenvolvidas. Mas a instituição previa a possibilidade de matricular acolhidos em escolas do seu município sede ou mesmo da capital, de onde os seus internos geralmente eram oriundos.

Quanto à parte de esporte e lazer, chamou-nos a atenção tanto a anotação da “disposição de equipamentos de esporte e lazer”, além das oficinas desse tipo, quanto a constatação na observação de campo de que os acolhidos dispunham de algum tempo para usufruírem livremente. A tendência quando entrevistamos profissionais dessas instituições, vemos suas tabelas com horários e materiais de divulgação é achar que os acolhidos tem todo o seu tempo preenchido. Mas quando vamos a essas instituições vemos as lacunas na programação. Deve ser muito cansativo ter até o seu tempo de lazer todo esquadrinhado e preenchido todos os dias. Essa anotação parece apontar para um entendimento diferente, mais flexível, o que pode depositar confiança e contribuir para trabalhar a dita autonomia nos assistidos.

Vemos ainda no tocante a esporte e lazer, que poderia bem ser um trinômio com a inclusão de “cultura”, que era previsto que os acolhidos fizessem *passeios ao cinema, praia, parque, etc.* Nas instituições de acolhimento são comuns saídas de assistidos, seja para a escola, posto de saúde, para a realização de cursos, como descrito nessa parte, mas também para passeios e entretenimentos que são negociados com a instituição, como as crianças e adolescentes o fazem com seus responsáveis.

Todavia nos foi informado que a Justiça da Infância e Juventude vem a tentando exercer um controle sobre essas saídas que compõem a programação da OPN. Tal atitude tem tido um sentido de pressionar a IA a manter a Justiça informada e submeter a ela a decisão sobre cada uma dessas saídas, dificultando, ainda segundo informantes da OPN, que seus acolhidos tenham mais oportunidades de experiências externas ao acolhimento, não-institucionalizadas e que os aproximem do que garotos da sua idade fazem ou deveriam ter oportunidade de fazer como parte de seu próprio desenvolvimento. É argumentado pelo Judiciário da área os riscos que aos acolhidos são expostos ao saírem sozinhos. Ocorre que nossos informantes da OPN argumentaram conosco o desconforto que seus internos têm em serem acompanhados por algum adulto do acolhimento em qualquer dessas saídas, o que de fato não ocorre com seus amigos que vão ao cinema, praia etc. Esse desconforto não é uma particularidade apenas dos adolescentes em acolhimento. E os meninos que vivem com suas famílias também não são acompanhados por seus responsáveis nessas saídas típicas da idade. Porque os acolhidos deveriam ter um tratamento distinto dos outros garotos da sua idade? Conquanto, este ponto serve para contrabalancear uma ideia de que a OPN, a exemplo de manter uma escola, quisesse diminuir ao máximo o contato de seus acolhidos com o mundo exterior.

No tocante à saúde, apenas comentaremos a reclamação de pesquisados de que os assistidos, apesar de terem prioridade absoluta prevista no ECA, eram por vezes alvo de discriminação no atendimento, salvo quando já havia uma proximidade com determinada unidade de saúde.

Sobre a parte de tirar a documentação dos acolhidos, tratava-se do fato de que muitos deles não tinham às vezes nem certidão de nascimento. Além de ser um direito básico, a lacuna neste campo dificultava o acesso a outros direitos como à saúde e educação. Todos os cursos ofertados por prefeitura, governo do estado ou instituições beneficentes, comunitárias ou privadas costumam requerer o preenchimento desse requisito. Essa ação da OPN já nos foi relatada – bem como por entrevistados de outras IAs – como muito demandada. Essa privação de direito era muito comum e obstaculizava outros atendimentos, por vezes já urgentes. Responsáveis pelos acolhidos também eram beneficiados no atendimento a esse direito.

A OPN atuava então para facilitação de acesso da documentação civil básica, a saber, o registro de nascimento, registro no SUS, cartão de vacinação etc. E a ONG também dá orientação para a inclusão desses parentes em políticas públicas, inclusive assistenciais como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, programa habitacional, dentre outros, que dependem desse primeiro passo que concerne a documentação.

Quanto ao início do acolhimento, assim que um acolhido chegava, se estabelecia quase que uma fase liminar nos termos de Victor Turner, enquanto uma fase de transição entre um status a ser abandonado para outro em que se quer investir, aqui no caso, o recém-chegado. Esse período, comum nos serviços de acolhimento como percebemos na nossa amostra nacional, é reservado à adaptação do novo assistido com o espaço, suas dinâmicas, normas e convivas. Mas também é um período de isolamento da família, o que comentaremos mais adiante.

No tocante às ações de buscar *conhecer as necessidades específicas, facilitar a convivência, intermediar e superar os conflitos* podemos dizer que é descrita toda a rotina típica de acolhidos e seus educadores, como fazer os educandos assumirem tarefas coletivas domésticas, se assegurar momentos livres, lúdicos, a necessidade de se negociar acordos de convivência etc. Tal descrição, aliás, é bem fiel ao relatado em entrevistas feitas junto a profissionais da OPN e mesmo do que foi relatado e captado por outros meios, como observação.

É interessante que o documento assume que em tal cotidiano os conflitos e dificuldades adaptativas são comuns e, portanto, objeto de parte da metodologia de trabalho. Pelo que percebemos a educação social e o trabalho dos técnicos, particularmente psicólogos, se ocupa bastante desses dois problemas. No que se refere a instituições de acolhimento de um modo geral, em nossos estudos percebemos que muitos dos conflitos entre os acolhidos levam a agressões físicas e evasão de atendidos ou sua transferência da instituição e, conseqüentemente, muitas vezes ao fechamento da entidade a atender novamente o egresso. Existe risco de morte de assistido perpetrada por outro, de agressão a profissionais.

Também nesse ponto foi muito citado como complicador uma ação de juízes de insistirem em encaminhar adolescentes fora do perfil, muitas vezes por que acabavam de

encerrar uma medida de privação de liberdade. Isto é o mesmo que tratar o acolhimento como se este fosse uma medida socioeducativa de progressão, quebrando assim a separação entre política socioeducativa, de sanção, e política protetiva.

Sobre a *observação qualificada do educador em torno do comportamento e aprofundamento do perfil do acolhido*, cabe acrescentar algumas informações. Tais ações são processos, e ao envolver o *atendimento psicológico* este se torna “atendimentos”. A esse olhar devia certamente se somar o que a Assistência Social, o educador de rua e educadores da casa-lar conseguiam levantar de informações. Esta referida *troca de informações entre todos os profissionais envolvidos* se dava por preenchimento e leitura de relatórios e fichas, mas também por discussão em reuniões de equipe. A avaliação de acolhidos, tanto psicológica, quanto sociopedagógica é constante num SAI. Deve alimentar relatórios e atualizar o estudo de caso e ficha sobre eles, que servem em casos de transferências, encaminhamentos e para entender conflitos dentro da casa e melhor avaliar informações passadas pelos próprios assistidos, bem como por familiares e outros profissionais que os tenham atendido. Tais informações são trocadas com outras equipes multidisciplinares como as dos juizados e devem pautar decisões acerca de cada atendido. Possibilitariam um olhar mais personalizado.

É interessante ver que os acolhidos recebiam mesada, o que poderia contribuir para trabalhar o senso de responsabilidade, aplicar sanções como mencionado no próprio documento, para que eles pudessem comprar artigos de seus interesses e ter condições de participar de programações de diversão fora da IA com amigos.

Ainda em termos de inculcar senso de responsabilidade, a mesada corresponde a um programa mais geral de socialização secundária que busca colocar direitos e deveres para um público que antes vivia numa sociabilidade de fluidez instável e na qual tudo praticamente se encontrava em constante dinâmica, sem a submissão a uma série de normas socialmente valorizadas ou a uma autoridade central. Um dirigente em entrevista no ano de 2008 nos relatou essa questão em termos do cotidiano que bem ilustra a dimensão micro em que esta inculcação gradativa se processa: “nossas primeiras grandes conquistas são que eles escovem os dentes sem ninguém mandar, andem de chinelo no pé, limpo, perder essa coisa de pedir – vem um visitante e eles ficam pedindo dinheiro como se eles ainda tivessem esmolando”.

Por fim, no que concerne a essa parte do PPP, tratemos da construção do Projeto de Vida. Isto é marca desse tipo de serviço e já está presente até na Base Nacional Curricular Comum para o ensino médio (BNCC). Quem é responsável por alguma criança e ou adolescente naturalmente deve tratar dessa questão, apenas não dá um nome a isso. No caso de famílias que enfrentam dificuldades para proporcionar os meios necessários aos seus filhos para que estes projetem e se preparem para o que querem para sua vida adulta e mesmo sobre decisões na jornada de construção dessa fase posterior da vida, estas perdem o monopólio desse poder que é repartido com instâncias várias com seus profissionais e domínios de saberes especializados. Tal desinvestidura é salvaguardada pelo Estado, o mesmo que pode ser responsabilizado por não garantir muitos dos meios necessários a essas mesmas famílias de poderem manter tal monopólio. E estas famílias se enquadram num recorte socioeconômico, de classe, mesmo que não seja esta pertença o único determinante desse enquadramento.

Ainda tratando desse ponto, um folder da OPN, mais antigo, o qual não temos como datar, delimita o público atendido por ela como sendo *crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas com o vínculo familiar rompido*. O PPP amplia esse perfil para um espectro em que este situa-se ladeado pelo público com laços fragilizados. Mas como podemos localizar no tempo esses diferentes momentos e sua mudança? Uma entrevista em 2008, com um dirigente da OPN parece nos situar num momento de transição entre esses dois períodos. O entrevistado admitiu que a IA se dedicava a atender a CASR com vínculos rompidos, o que tende fortemente a eliminar a perspectiva de retorno à família de origem, como pode ser conferido abaixo.

[...] O plano pró-convivência familiar e comunitária vai atender um publico enorme e eu vi crianças que estão em abrigo e não deveriam estar. Mas tem um vácuo aí, um vácuo de políticas publicas, e aqueles que já não têm vinculo, pra onde vão eles? O abrigamento – a gente sempre tem isso em mente – é uma medida excepcional e [...] é para essas excepcionalidades que a gente quer se dedicar.

Mas a afirmação de foco nesse público tratava-se de uma ênfase, uma prioridade, não uma exclusividade, por isso esta entrevista captaria já esse momento de transição. A não-exclusividade a esse público é afirmada em outro momento da entrevista e pode ser

verificada no PPP, de seis depois, em 2014, e em todos os demais dados colhidos neste trabalho sobre a OPN ter desenvolvido uma linha de *trabalho com as famílias*, a maior parte coletados em 2016. Apesar do folder a que nos referimos afirmar que buscavam “o reatamento do vínculo familiar e comunitário” no caso dessas CASR sem vínculos familiares a OPN teria que quase certamente trabalhar a perspectiva do que se chama *trabalhar a autonomia* desses acolhidos, o que já tinha que frequentemente fazer para aqueles com vínculos apenas fragilizados.

No SGD alencarino chegou a se ter uma República criada pela Barraca da Amizade e a Prefeitura Municipal de Fortaleza criou uma em 2019 por força de uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado do Ceará perpetrada desde 2016. Egressos do acolhimento podem também disputar o benefício de aluguel social, mas como qualquer pessoa que se enquadre no perfil, sem nenhuma prioridade. Todavia, o que percebemos é que esse é de todos o encaminhamento mais incipiente e que tende a exigir mais esforço da própria instituição que acolhe na falta de resposta dos demais agentes da rede.

Todavia, ao contrário do que essa escolha de público possa indicar, não nos pareceu que os pesquisados da OPN acreditem que a institucionalização pode ser a melhor opção para seus acolhidos, como a citação acima mesmo transparece ao informante assumir que ocorria a banalização da medida de acolhimento, ao esta atingir quem não deveria. Se dedicam àqueles que não têm família para retornar, mas entendem que é importante assegurar o direito à convivência familiar e comunitária. Uma contradição viva, mas não necessariamente por escolha. Abaixo o mesmo entrevistado busca ilustrar as muitas maneiras como buscam minimizar o tempo dentro da instituição, mesmo que não o possam fazê-lo quanto ao tempo de cumprimento da medida.

Se o menino quer ser goleiro a gente vai pôr ele numa escolinha de futebol, nem que ele mude de ideia. E mesmo assim, a gente muda de ideia junto com ele. Ele quer ser mecânico, então a gente vai conseguir com o Senac uma bolsa ou coisa assim para favorecer que quando ele saia do sítio e vá estudar fora... Porque ele sair do sítio [para nós] é um fundamento pedagógico, ele fazer as coisas só.

Por que o que a gente percebe, e é fato dentro de instituições onde as pessoas moram, é que ele quer criar um mundo todo lá dentro, levar todas as coisas para dentro desse espaço, oficina “disso” e oficina “daquilo” para se aprender lá e a

gente acha que não. Achamos que o menino deve buscar esse conhecimento fora, ele deve interagir com os outros que vem de outras realidades para ele se sentir um igual e não um diferente ou isolado.

A declaração acima mostra como buscavam articular essa minimização do tempo institucional na vida do acolhido com o desenvolvimento de sua autonomia. De fato, foram algumas as vezes que ouvimos de profissionais de IAs – sem nem mesmo tematizarmos isso – que a institucionalização impacta o desenvolvimento de competências sociais para a vida adulta, o que confirmamos também com o tempo em consulta à literatura especializada.

Ainda sobre esse serviço, faremos um breve relato de nossas próprias observações, mesmo a proposta aqui não se tratar de construir uma etnografia, apesar de termos utilizado observação de campo. Quando estivemos no sítio o que pudemos observar e captar das conversas que tivemos, no que se refere aos cuidadores do acolhimento foi que os pais sociais eram educadores jovens, pessoas simples, sem um ar técnico, mas mais de pessoas que estão mais a vontade do que propriamente de serviço. O proceder deles conosco e com os meninos pareceu-nos muito mais fincado na experiência, num saber empírico e intuitivo.

O clima entre educadores e acolhidos pareceu-nos amistoso e os assistidos se mostraram descontraídos, apesar de certa timidez em falar sobre sua vida no sítio. A interação entre os meninos era lúdica, e o seu tratar com os educadores se mostrou respeitoso, mas com certa familiaridade, desinibido com espaço para brincadeiras e risos. Chegou a nos parecer que os profissionais da OPN do sítio tinham uma sutil marca de tranquilidade – com poucas exceções – que destoava um pouco dos que atuam nas sedes no Centro da cidade, onde sentimos sempre um ar mais agitado, exceto dos educadores sociais, incluindo Rosemeyer, que mesmo sendo entrevistado num desses escritórios é residente do sítio. Pareceu-nos fazer mais sentido a aposta na mudança do meio urbano para o rural como recurso terapêutico uma vez feita essa observação *in loco* e percebendo essa diferença de comportamento nos dois ambientes.

O sítio, grande como é, não deu a sensação de espaço comprimido que sentimos ao ir em outras instituições ou unidades de acolhimento. Para se transitar de um espaço para o outro, como de uma casa-lar para outra, sempre tinha que se caminhar um pouco, entre o

verde e às vezes alguma árvore frutífera. Os acolhidos ainda dispunham de um espaço enorme do sítio ainda não alterado que permite uma circulação em amplo espaço.

As casas eram simples, dignas, mas estruturalmente modestas e alguns espaços lembravam o interior de casas do interior, o que para aqueles de origem ou contato com o mundo rural deveria trazer alguma sensação de familiaridade. Todos esses fatores de diferenciação de ritmo de vida se por um lado poderiam agradar alguns acolhidos, certamente poderiam desagradar a outros, especialmente garotos de vivência somente urbana e que apreciassem a agitação da capital. Pudemos perceber nuances em alguns acolhidos que poderiam apontar para isso, mas que não pudemos avaliar para além do terreno cinzento da suspeita. Mas suspeita que encontrou sutis ecos em falas de alguns dos trabalhadores da instituição.

Não conseguimos muitas informações com os acolhidos que trouxessem novidade ou que não fossem depois adquiridas por outras formas, como documentos ou outras entrevistas. Esses depoimentos serviram para confirmar ou completar informações e impressões como algumas destas sobre as quais discorremos. Levaram às vezes a hipóteses e suspeitas que não tivemos a possibilidade de melhor explorar com observação de campo, e que iam requerer um maior tempo para construção de uma proximidade e confiança maior com os observados.

A maior parte das informações colhidas com os pais sociais cumpriram o mesmo papel e conseqüentemente trouxeram as mesmas limitações. Mas também foram úteis para contrastar o que ouvimos em outras entrevistas de outros profissionais da instituição ou que coletamos em materiais ou no site da OPN, levando a complementação, atualização e correção de algumas informações e entendimentos sobre pontos ainda turvos.

Do administrador do sítio, pudemos captar algo que já era demonstrado por seus colegas da OPN mesmo de fora do sítio: um olhar de cuidador daquele espaço, não simplesmente do terreno e suas instalações, apesar desse lado de caseiro também ter ficado bem evidente, mas de responsabilidade para com tudo o que o sítio como ação da entidade abrangia. Ele mesmo declarou ser responsável pela organização das casas-lares, pela ação dos pais sociais, e cada espaço do sítio, o que envolve diversas atividades, serviços e funcionários, como é o caso da cozinha, jardim etc, bem como também é sua incumbência todos os acolhidos. Os seus colegas por vezes se referiam a como este tinha seu olhar de

fato mais voltado ao sítio, uma vez que a OPN ia bem além dessa estrutura. Mas nosso tempo de inserção nessa parte do campo, mostrou-se um tempo de observação insuficiente para que pudéssemos adentrar outras dimensões de suas atribuições, como por exemplo na mediação de conflitos e resolução de tensões internas.

A combinação de formas de se fazer as coisas no sítio nos deu a clara imagem do caleidoscópio de matrizes de saberes e expertises, de profissionais e diversidade humana a que se abre a OPN para buscar responder às demandas que coloca para si. Técnicos de saberes especializados e profissionais formados pela prática e que evocavam diversas fontes de socialização, inclusive contrastantes, para articularem suas ações construindo uma ação integrada e espaço paralelo que materializaria uma alternativa ao que a instituição enfrentava numa ponta (a rua, a vulnerabilidade da qual eram tirados, a comunidade de origem com suas lacunas...), mesmo que diferente do que se pudesse negociar e conseguir na outra (a família a qual fosse encaminhada, nuclear, extensa, adotiva, ou a autonomia... com as mudanças que queriam operar, o projeto de vida).

### **3.2.3. Trabalho com as famílias**

Agora trataremos das ações da OPN que se dirigem às famílias, tanto nuclear quanto ampliada, sendo estas as beneficiárias diretas de sete entre nove ações indicadas no PPP. Este eixo atua sobre um dos pontos da realidade vivenciada pelos seus acolhidos que pode contribuir para que se incida sobre alguns dos fatores que os levaram às ruas. Essas famílias são categorizadas como em *vulnerabilidade social e pobreza extrema*, descritas como compostas por *analfabetos ou semianalfabetos, sem formação profissional, com histórico de uso de drogas, habitando áreas de risco e de altos índices de violências, ou em situação de rua, com vínculos afetivos fragilizados, com grande incidência de negligência e abandono no cuidado com os filhos*.

Em 2016, quando da pesquisa em campo, segundo uma educadora da Equipe Psicossocial, atendiam entre 27 ou 28 famílias – apesar de terem 32 acolhidos, pois havia grupo de irmãos no SAI. Provinham de bairros periféricos de Fortaleza, de cidades da região metropolitana e chegava a ter meninos de comarcas do interior. Foi citado - e mais de uma vez - o município de Viçosa. Tratava-se de um menino em *situação de rua* para o

qual não se encontrou vaga para acolhimento naquele momento e então o encaminharam para a OPN.

Reproduzimos abaixo um trecho da entrevista concedida por um dirigente da OPN em 2008, em que ele já começa a descrever as situações por que estes passam:

**Entrevistador:** A mãe esta presa, o pai esta preso...?

**Dirigente OPN:** Morreu, nunca conheceu. [O menino] veio na traseira de um caminhão de um interior para cá, pequeno, sem nem ao menos saber de onde veio, coisas do tipo.

Em outro momento da entrevista, o informante voltou a tratar do perfil das famílias dos acolhidos, em que acrescentou mais informações, informando que “a gente encontra o pai alcoólatra, a mãe presa, a mãe prostituta, o pai é sem passado se é que tem pai (quase nunca tem), uns oito irmãos dentro de um cubículo menor do que este, outros já têm irmãos na rua...”. De quando finalizamos a coleta de dados até hoje, muito desse perfil não se alterou. Os números podem ter mudado, e depois mudado e mudado novamente. Mas as situações do perfil descrito no texto institucional em categorias técnicas remetem a dramas como esses.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, os objetivos da assistência às famílias são:

- Promover a convivência e reinserção familiar e comunitária
- Promover o direito ao acesso aos serviços de assistência social
- Fortalecer os vínculos afetivos e emocionais
- Promover a inclusão produtiva e a elevação da qualidade de vida socioeconômica
- Promover a elevação da autonomia, cidadania e participação
- Participação nos espaços de discussão, controle social, proposição de políticas públicas e troca de experiências com foco na atenção à família.

Pelo que levantamos, a OPN nem sempre teve todo esse trabalho com as famílias como algo tão bem estruturado. Todas as instituições de acolhimento afirmam fazer um *trabalho com as famílias*, e em geral citam as mesmas ações, diga-se de passagem ações de caráter mais assistencial e o que corresponde ao “pacote básico” que se deduz da política em questão: visitas domiciliares, recebê-los no espaço de acolhimento para visitarem suas

crianças, deixar os acolhidos passarem as férias escolares e feriados com os familiares, prestar atendimento e orientação socioassistencial, buscar incluir em políticas básicas e compensatórias. E tudo isto é garantido pela OPN.

O dia das famílias visitarem os acolhidos era às quartas-feiras, quando membros da equipe técnica aproveitavam para conversar – um pouco – com elas, pois a equipe técnica da sede era quem fazia mais esse acompanhamento. Mas isso é o padrão, já é previsto, não implica *per si* numa abordagem ou metodologia.

Para além da questão de se possuir uma metodologia, a questão que colocamos é que nem sempre houve todo esse nível de investimento e variedade de ações. Isto implica em que o chamado trabalho com as famílias nem sempre foi tão importante na instituição. Abaixo um sociólogo da área que estudou O Pequeno Nazareno aborda essa questão e como houve esse ponto de virada.

é tanto que quando a Silvana entrou lá, o Bernardo era categórico: “vamos tirá-lo da família, que a família ajuda a ele dar errado. A Silvana quando entrou lá, muito competente, foi desconstruindo e isso com a metodologia que ela foi criando. E parece que ela foi a responsável por mudar a cabeça do Bernardo e com isso o pensamento d’O Pequeno Nazareno. Quando eu estava pesquisando lá, fazia três anos que a Silvana estava dizendo... há três anos... “começamos com as visitas sistemáticas integrais. Mas se não der certo, a perspectiva da família e o menino cresceu, história de acolhimento longo...? Só que o que eles perceberam? Que a criança voltava dentro do projeto da autonomia para a família e tava complicada a situação da família. Ele tava com emprego, mas a família estava com muitos problemas ainda e atrapalhava todo o processo. (Sociólogo da área).

Aqui temos muitos elementos, alguns que trataremos mais a frente. Mas para não deixar dúvidas quanto a sua identificação, vimos nessa fala: um processo de reformulação de como ver e tratar a família, de negá-la a aceitá-la e mesmo incluí-la no atendimento; de busca por diferentes alternativas para alguns mesmos casos, ora acolhimento curto, ora longo, ora retorno familiar, ora *trabalhar a autonomia* do acolhido, ora crescer pensar algo para sua família.

Alguns entrevistados da própria organização admitiram que o trabalho desenvolvido junto às famílias que era efetuado quando coletamos os dados desta pesquisa foi desenvolvimento só anos depois da instituição já estar consolidada. Existiam ações nesse sentido antes. Mas não existiria ainda uma metodologia de como fazer esse trabalho,

o que havia estava mais para tentativas para descobrir um caminho que desse bons resultados. No caso aqui, não seria propriamente uma visão negativa acerca da família, mas a falta de um método para esse trabalho, além de outras condições necessárias para efetuar tal trabalho, que abordaremos na sequência.

Outra questão é que era comum que por volta da metade dos acolhidos pela OPN tinha os vínculos familiares rompidos, segundo um coordenador da IA em entrevista em 2008, isso quando havia família. Tal fato pode ter demandado uma pressão menor para que a ONG desenvolvesse mais cedo essa linha de ação. Mas tal fato não necessariamente significa que os profissionais não envidassem esforços no *trabalho com as famílias*. Porém pode contribuir para entendermos um pouco do porquê desse mesmo trabalho ter precisado de revisão.

Segundo seus próprios integrantes, em certo momento da sua trajetória, a OPN optou por reforçar essa atividade como parte da estratégia mais geral da IA, o que significa que entendiam que essa atividade não ia bem. Na mesma entrevista citada há pouco, um dos pontos mais tocados pelo informante é o *trabalho com as famílias* e ele próprio fez muitas problematizações. Nesse depoimento fica claro que a OPN tinha um grande foco nas CASR que não tinham mais vínculos familiares, mas que também a IA enfrentava problemas de retornos familiares malfadados que redundavam num retorno da criança ou adolescente às ruas.

Marx uma vez, ao tratar da mudança de modos de produção, escreveu que uma mudança não se daria sem que as condições para isso estivessem dadas. Por isto entendemos que queria dizer, dentre outras coisas, que a simples vontade humana não é suficiente para desencadear uma grande mudança, pois esta encontra nas condições objetivas, materiais, dadas pelo desenrolar do desenvolvimento histórico sua condição *sine qua non*.

Se trouxermos essa ponderação para um nível menor das ações coletivas, no caso para a atividade de uma organização como a OPN, isto pode ser pensado para tratar de uma mudança esperada, desejada por tal entidade, como Marx tinha em vista uma mudança de modo de produção também esperada, desejada por ele? A título de ilustração para a nossa problematização, tomemos que sim. Consideremos então que tais condições para

mudança sejam igualmente de ordem objetiva, material, econômica. A OPN, no caso, precisaria conseguir recursos materiais para que operar tal mudança que deseje.

Mas como nessa ilustração as condições tem base histórica, não necessariamente tais recursos já poderiam estar disponíveis apenas por haver a vontade, o desejo de empreender tal mudança. O que estamos sugerindo é que a OPN pode ter desejado antes, mas somente pode desencadear tal projeto quando o próprio avanço das condições objetivas para tal já estavam maduras. Seja condições que permitissem se pensar aquele objeto a ser mudado de uma nova forma, seja condicionantes externos, que se antes não facilitavam tal operação poderiam se reverter favoráveis em um novo momento.

No caso de se pensar em termos do avanço do pensamento sobre o problema posto – como passar a se considerar imperativo a realização de um trabalho mais efetivo junto aos parentes de seus acolhidos – isto requer a própria experiência, tentativas, insucessos, conhecimento concreto dessa realidade, material para comparação... Mas também requer um distanciamento, e, como terceiro momento dialético, uma sistematização. Vejamos um excerto esclarecedor ainda da mesma entrevista citada há pouco.

Nossa estratégia era bombardear essa família de tudo quanto é investimento público para garantir os seus direitos. Acionava a HABITAFOR<sup>15</sup>, acionava a Bolsa-Família e a “Bolsa isso” e a “Bolsa aquilo” e tentava fazer a família se encontrar com um propósito governamental. Pra gente era interessante porque é uma parceria do poder público com a iniciativa privada, era interessante porque a gente não criava vínculos institucionais. Esse vínculo era direto com os programas do governo. A gente ganhava força porque tem um apoio via governo... Só que são escassos, são insuficientes e não ajudam muito. Aqui a gente tem uma correlação de forças positivas, mas não o suficiente para superar a tragédia do qual esse quadro familiar está no perfil. Aí, a gente, por uma circunstância – também econômica – de nós termos nos últimos três anos uma suficiência para manter o abrigo, apostar em novos investimentos (agora investimentos mais fortes, mais temáticos) com a família... Mas é difícil para uma instituição que tem o perfil de atendimento como o nosso e que o financiamento já vem destacado pra isso, tirar aqui uma parcela X para investir em uma família e esse aspecto também amarra bastante as ONG’s. E só quem consegue realmente dizer: bom, eu posso respirar por 5 anos e conseguir alguns financiamentos que vão fazer eu gerir essa instituição por 5 anos e o que chegar a mais eu posso aplicar aqui.

Como vemos, a OPN tentou antes ser um mediador entre as famílias e políticas públicas. Mas aqueles que fazem a entidade concluíram que isso não era suficiente.

<sup>15</sup> Secretaria de Habitação de Fortaleza de então.

Felizmente para a IA, se apresentaram novas condições, mais propícias para que ela se permitisse investir numa nova abordagem para o *trabalho com as famílias*. No caso, o alcance de uma situação financeira estável por parte da instituição quanto à manutenção do acolhimento.

Outro fator que é citado trata de terem conseguido outras fontes de financiamento, e financiamentos robustos e temáticos. Entendemos, com base nos demais dados coletados, que a fala se refere à disputa por editais (daí serem temáticos) que tanto podem ter origem no Poder Público quanto em organizações privadas nacionais e internacionais. Os financiamentos robustos impediram que a OPN ficasse dependente do Poder Público como outras IAs de Fortaleza findaram por ficar, que em decorrência amargaram atrasos e perda de financiamento, o que levou a perda de bons profissionais e até, em alguns casos, ao fechamento de seus SAIs.

E mesmo que desconsideremos esses percalços, a própria fala coloca o investimento das políticas públicas como insuficiente para atender às necessidades dos familiares dos acolhidos. E tanto o serviço de acolhimento da IA em questão quanto um *trabalho com as famílias* que trate dos problemas arrolados devem demandar alto custo. Estes dois condicionantes, estabilidade/autossuficiência no que já ofertavam e encontrar outras fontes de financiamento robusto, possibilitaram que pudessem alocar recursos financeiros próprios para uma segunda atividade, além do SAI.

No momento daquela entrevista podemos ver reminiscências das razões do porquê as famílias não tinham um atendimento específico mais significativo e eficaz, e em paralelo já vemos que a OPN já ali aplicava uma metodologia de trabalho nova, própria especificamente para tratar da questão dos responsáveis pelos acolhidos, como se pode ver na mesma entrevista, logo abaixo.

Eu vou falar a partir do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, ele aparece hoje com possibilidades inovadoras de pensar a comunidade e a família como um núcleo local certo para que essas crianças possam ser amparadas porque até então as alternativas eram sempre as de antigamente e são estratégias ruins. A nossa instituição (eu diria) está pensando num público para o qual o plano de convivência familiar e comunitária não teria resposta.

Vemos aqui que o próprio informante reconhece que antes do PNCFC não existiam estratégias que julgasse interessantes para solucionar as dificuldades enfrentadas pelas famílias dos acolhidos. Isto mostra como a própria política desse campo teve que ter um desenvolvimento para galgar a condição de poder traçar alternativas de trabalho com as famílias que fossem mais efetivas. E ainda assim isto não era suficiente para a OPN. A ONG teve que pensar numa outra estratégia para seu público alvo no que concerne aos seus familiares.

Conforme nos foi informado, a entidade intensificou seu trabalho com as famílias entre 2006/2007 a 2008, consolidando-o em 2010. Logo o iniciou pouco antes da entrevista concedida, por isto esta poderia apontar esse processo de mudança e o reconhecimento de que a instituição precisou mudar a prioridade dada a esse trabalho. E nessa mesma entrevista de 2008 encontramos ainda rastros de uma visão negativa sobre a família que havia, e ao mesmo tempo nela é colocada a necessidade sentida pelos nossos pesquisados de superação das barreiras encontradas nesta parte do atendimento.

A proposta em execução quando coletávamos dados em campo, em 2016, foi iniciada em 2011. Em 2012 é que constituíram uma equipe multidisciplinar que atuava junto às famílias, composta por pedagoga, assistente social – quem desenvolveu a metodologia desse trabalho – e dois educadores sociais. Quando realizamos as entrevistas a OPN atendia então a 28 famílias das cidades e bairros citados no começo desta seção.

O mesmo informante, lá em 2008, já nos informava essa proposta própria da OPN, que parece-nos optar por algo como “se o Estado não faz isso, nós faremos”.

Então, a partir daí a gente está ensaiando um modelo de inclusão social, que é o que? Alfabetizar os pais, dar um suporte à profissionalização, vai ter uma escola de alfabetização com uma brinquedoteca para eles poderem trazer os meninos, por que é outro problema, eles não podem deixar os pequenos em casa, depois aqui eles passariam o dia, teriam a aula e o curso e a gente vai começar...

A OPN, como um pequeno Estado, vai cobrindo as lacunas estatais: se o verdadeiro Estado não garante educação sem discriminação aos seus acolhidos, criamos uma escola no acolhimento; se o Poder Público não garante através de suas políticas sociais real inclusão dos familiares dos nossos educandos, nós mobilizaremos outros poderes sociais, inclusive recursos do próprio Poder Público, para fazê-lo. Como disse o Prof. Domingos Sávio

Abreu que realizou pesquisa junto à OPN conosco, O Pequeno Nazareno passou então a acolher toda a família, tratando de um ponto que sempre apontamos como lacuna dessa política mais geral.

Um abrigo com os pais. Na semana, [os responsáveis terem] duas ou três vezes esse contato com os meninos... A gente vai começar com 20 [responsáveis] e a gente... Essa formação teria de 6 meses a um ano. E depois tentaremos parcerias com empresas ou até grupos que auxiliem nesse aspecto da geração de renda na inserção desse pessoal na perspectiva do trabalho. Vamos ter alguns técnicos acompanhando a dimensão psíquicoafetiva para resolver traumas para o caso de eles começarem a se enxergar diferente. Vamos apostar. Não estamos inventando nada disso. É a receita mais comum desse processo junto a adultos. Só que o nosso foco é e será: que isso seja a nossa contrapartida para que a família toda aceite a criança de volta (Dirigente entrevistado em 2008).

Como se pode perceber, a OPN passou a adotar uma abordagem sistêmica, holística do seu público alvo. Ampliou o foco de suas ações saindo do escopo exclusivo na criança e adolescente para abarcar toda família. Também mais uma vez, como inclusive em trecho da mesma entrevista trazido a poucas linhas acima, aparece a profissionalização como resposta.

Manoel Torquato, um de seus dirigentes nos declarou uma vez que “tem famílias que acho que já tem gente com capacidade de gerenciar e imaginar um pequeno negócio. É fantástico! A gente investe qualquer coisinha ali e num instante ele dá uma guinada. Mas isso é raro”. Abaixo outra pesquisada da equipe da OPN nos traz mais elementos desse trabalho.

Atualmente, a gente busca trabalhar essa questão da autonomia dessas famílias. Antes dessa autonomia a gente precisa trabalhar os vínculos familiares que foram rompidos, muitas vezes estão fragilizados. E a gente vem a refletir também a própria situação de violação vivenciada por elas. E aí, a gente busca preparar esse ambiente familiar desses meninos aqui fora, enquanto eles estão no sítio [...]. É aí que a gente conhece aquela realidade da família, quando a gente conhece aquela realidade, a gente detecta várias demandas e várias necessidades de intervenção naquela família. E aí, de que forma no grupo a gente pensa junto, a gente consegue perceber que o nó naquela família é ali: o pai que é usuário [de substância psicoativa]... O que que a gente pode estar propondo para que a gente possa amenizar? A gente não vai deixar um ambiente familiar o mais harmonioso possível para o retorno desse menino. A gente não tem essa ilusão, mas que ele possa ter um ambiente o mais saudável possível dentro do que a gente pode propor enquanto O Pequeno Nazareno. Aí, o pai é

deficiente e ele não tem o auxílio que ele poderia receber, que aí é uma renda que dentro de casa, com vários filhos, passa a maior necessidade. [...] O Pequeno Nazareno também busca trabalhar a questão da sensibilização dessa família, como sensibilizá-las com relação à situação que elas vivem (Coordenadora de Trabalho com Comunidades)

Conforme essa rica citação, vemos que a OPN passou a trabalhar não somente a autonomia do acolhido, mas de seu arranjo familiar, autonomia esta que devemos entender, pela própria citação, como sair de sua *situação de vulnerabilidade*. E esse processo foi descrito como constituído pelas ações de fortalecimento dos laços familiares. E, concomitantemente a isso a OPN ia conhecendo e refletindo acerca da própria situação de violações de direitos não apenas do educando, mas vivenciada por seus responsáveis. Com base nisso, a IA *detectaria demandas e necessidades de intervenção naquela família*. E então tomaria medidas para *buscar preparar esse ambiente familiar* para o retorno do acolhido. Nisto entram as visitas domiciliares de seus técnicos, os encaminhamentos a políticas sociais, oferecimento de cursos profissionalizantes aos pais e outras medidas próprias da OPN conforme o caso etc. É como se a ONG preparasse com o grupo parental também um *projeto de vida* para todo ele.

É interessante perceber como a figura paterna aparece citada duas vezes, precisamente quando são abordados problemas enfrentados pelos responsáveis. Também é revelador o reconhecimento por parte da informante que só podem *amenizar, que não vão deixar o ambiente familiar o mais harmonioso possível* para o retorno do atendido. *Não possuem essa ilusão, se contentam que ele possa ter um ambiente o mais saudável possível* ao fim desse trabalho. Isto é significativo no tocante a pretensões de transformar completamente a família para que somente então possam receber seu filho de volta, que identificamos por vezes nas falas de alguns representantes de instituições congêneres.

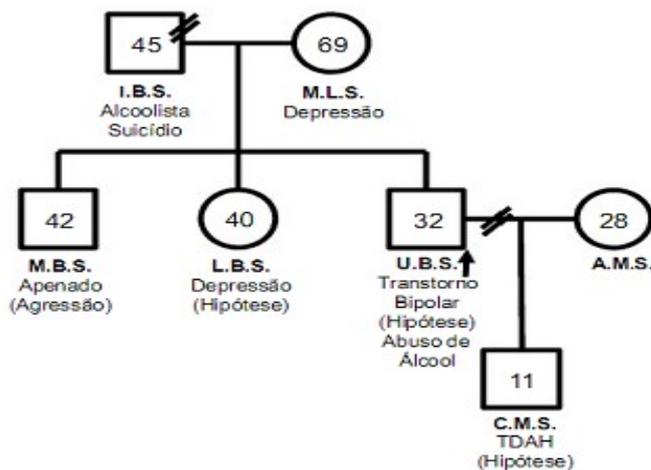
Nesse sentido, nos é informado ainda que OPN *busca sensibilizar essa família com relação à situação que ela vive*. Isto mostra que não há, porém, uma abdicação de se buscar operar mudanças nos parentes, que concerne a uma socialização secundária, de contrapor valores preconizados pela instituição e pela política pública em detrimento de valores e práticas vivenciados no âmbito dessa família, de como esta deve tecer o cuidado a seus filhos, o que por si só já interfere em toda a dinâmica entre esses indivíduos, suas relações entre si, rotina, se consomem substâncias psicoativas, se colocam seus filhos para

trabalhar etc. Mas pelo que observamos d'O Pequeno Nazareno, se somavam a esse “pacote básico” pontos como conhecerem seus direitos, onde buscá-los, fortalecerem sua autoestima. Estas ações comentaremos na parte sobre o trabalho com as comunidades.

O estudo do contexto familiar, também citado na fala da coordenadora do trabalho com as comunidades – que atuava também junto às famílias, inclusive como assistente social<sup>16</sup> – tanto servia de base para o atendimento dos seus parentes quanto devia contribuir também para o estudo de caso do acolhido. Cada família se tornava objeto de seu próprio estudo de caso, que como vemos envolvia visitas e aplicação de questionário, chamado estudo sociofamiliar. Bem como se tecia um genograma.

Segundo a página E-Disciplinas da USP, *genogramas são representações simbólicas das relações entre os membros de uma família*. Além dos graus de parentesco, apontam padrões de comportamento, atitudes e doenças físicas e psíquicas. Afirmar ainda que se pode enxergar os genogramas como uma *descrição representativa*, mas sucinta, das relações entre os componentes de uma família. Abaixo trazemos um desenho modelo de um genograma simples.

**Gráfico 2 - Exemplo de genograma em sua expressão gráfica**  
**Exemplo de Genograma Simples**



Fonte: E-Disciplinas, USP, <https://edisciplinas.usp.br/mod/folder/view.php?id=264742>

<sup>16</sup> Como dito no começo desta seção, os técnicos da sede acompanhavam mais as famílias que os técnicos do sítio, que deviam em contrapartida acompanhar mais os acolhidos.

Buscava-se também quem já atendia às famílias, como lideranças comunitárias e Conselho Tutelar. É interessante perceber – não só nesta ação – como a OPN utilizava-se de pesquisa que guarda algumas semelhanças com a nossa. E isto fazia parte do cotidiano de alguns de seus profissionais. Tanto que durante a realização desta pesquisa de campo conversamos com alguns profissionais da entidade sobre pesquisas acadêmicas destes em cursos universitários que tinham cursado, cursavam ou para os quais se preparavam para disputar processo seletivo.

A *articulação e sensibilização das famílias* eram duas ações que se intercalavam, pois uma visava a outra e esta dependia da primeira. Pois cada ação de articulação não podia prescindir da referida sensibilização. E as ações de articulação podiam se referir tanto aos familiares quanto aos acolhidos. Estas podiam versar sobre problemas que atingiam apenas a um indivíduo ou a todo o grupo familiar, como dependência química, alcoolismo, violência doméstica, problemas de saúde mental, resolução de conflitos, busca por direitos violados etc. E incluíam no seu leque objetivos como fortalecimento dos vínculos, criação de condições para o retorno familiar, resolução de *situações de vulnerabilidade* vivenciadas por toda a família, evitar reincidência a *situação de rua*, proteção contra redes criminosas dentre outros fins.

A fala da coordenadora do trabalho com as comunidades mostrou um discurso afinado com o PPP, principal base destas informações, o que nos faz crer que o documento reflete um planejamento que a IA de fato buscou encampar. Inclusive porque as falas dos profissionais dessa ONG sempre fluíam com naturalidade, muitas vezes trazendo várias citações de situações frequentes observadas de seu público atendido e, desses, sempre frequentemente destacando muitos casos para ilustrar o que nos narravam.

Então, nesta ação a OPN visava intermediar o início ou buscar fortalecer a continuidade de outros atendimentos, como de CRAS<sup>17</sup>, CREAS<sup>18</sup>, CAPS<sup>19</sup>, rede de saúde.... Mas também tal esforço envolvia a própria relação dos familiares com as CASR.

---

<sup>17</sup>Sigla de Centro de Referência de Assistência Social, trata-se de uma unidade pública do SUAS, voltada a atender famílias e indivíduos em *situação de vulnerabilidade*.

<sup>18</sup>Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é uma unidade pública de Assistência Social que atende as pessoas e famílias que estão sob situações de violência ou violação de direitos.

<sup>19</sup>Centros de Atenção Psicossocial.

Pois foram muito citados fatores de ordem familiar para a situação de rua deles e para o SAI: padrasto que não aceitava o filho da parceira, o *menino ser danado*, violência...

E quando os acolhidos já podiam visitar e ficar momentos com suas famílias cabia a O Pequeno Nazareno se certificar que estes estariam seguros. Então essa atividade era possivelmente uma das mais importantes para se construir a possibilidade de resolução da situação do assistido, já que, conforme nos informaram, a adoção era rara. E o retorno familiar evidentemente era preferível frente a ter que se construir a autonomia do atendido. Cabe lembrar aqui, que na abordagem de rua da OPN – como é prescrito para essa atividade – a primeira hipótese e tentativa já era o encaminhamento para a família e manutenção da CASR em sua casa.

Conforme o mapeamento dessa ação, a própria OPN contribuía com serviços próprios direcionados para os parentes, como: o atendimento psicológico, que como informa o PPP no começo desta seção, utilizava uma gama de estratégias (atendimentos individuais, rodas de conversa, dinâmicas e trabalho em grupos...); tinha ainda a já referida *assistência social direta* que envolvia acompanhá-los junto aos serviços públicos (*educação, saúde, documentação, habitação, assistência social, etc*); o *apoio financeiro para necessidades emergenciais e doações de materiais diversos* a depender de cada caso e; a inclusão produtiva e socioeconômica.

Para o apoio financeiro citado acima a OPN possuía um fundo emergencial, chegando até a tratar da construção ou compra de uma nova moradia para uma determinada família. Este foi um caso específico em que estas pessoas foram ameaçadas de morte por criminosos que buscavam extorqui-los. Estes achavam que a OPN lhes assistia financeiramente e atrelaram incursões da polícia a uma denúncia feita por profissionais da ONG que tinham assaltado, justamente partindo dessa suspeita de que estes iam levar auxílio financeiro a essa família.

A resolução de problemas dos parentes pode contribuir sobremaneira sobre outra ação que é primordial desse tipo de instituição, o fortalecimento do vínculo familiar e afetivo. Muitos dos problemas citados acima podem dar fulcro para a *situação de rua* dos acolhidos. Aqui vemos a instituição não apenas mostrar como traçou as modalidades de promoção da convivência familiar, como também ela buscava trazer os responsáveis para assumirem responsabilidades de acompanhamento junto aos seus filhos, como nos casos

dos *encontros de pais e mestres*, da *participação das famílias nas consultas médicas*, *matrícula escolar*, atividades de lazer. Mas também é traçada essa ponte para a construção do PIA, o plano individual acolhimento de cada acolhido.

Na prática, a entidade passou a acolher não mais somente as crianças e adolescentes, mas a acolher toda a família. Um exemplo dessa dimensão nova que a OPN deu a esse trabalho é a ação de *inclusão produtiva e socioeconômica*. Nesta iniciativa buscava garantir o acesso a cursos profissionalizantes. Esta ação se ligava à sua correlata *inclusão dos adolescentes no mercado de trabalho na condição de aprendizes*, que se encontrava num eixo próprio o qual logo veremos. Tanto a OPN recorria a parceiros no SGD e que agregava além, podendo ser empresas, organizações não-governamentais, escolas, associações comunitárias, igrejas, quanto mobilizava recursos próprios. Abaixo podemos ver um banner com referência a um curso promovido pela ONG.

**Figura 11 – Propaganda de doações convertidas em curso**



Fonte: acervo do autor.

O Pequeno Nazareno buscava abordar temas como *política, cidadania, direito, comunidade, meio ambiente* a partir desse trabalho que aparece no seu PPP como eixo de trabalho com as famílias. Se o mesmo documento tivesse sido atualizado, certamente tal ação constaria separada como um novo eixo, o de trabalho com as comunidades, como aparecia assim dividido nas entrevistas que coletamos em 2016.

#### **3.2.4. Profissionalização**

Sobre o eixo de profissionalização, apresentaremos a descrição desse eixo como consta no PPP. Mas descreveremos textualmente tal eixo priorizando os materiais institucionais de sua divulgação e entrevistas. Isto porque o Projeto Político Pedagógico da OPN estava desatualizado segundo entrevistados desse mesmo ente, o que poderá produzir uma diferença entre o que estará no texto abaixo e o PPP na versão consultada por nós, então a sua mais recente. Trata-se do mesmo cuidado de atualização e complementação tomado nos demais eixos, com a diferença de que este eixo dispõe de materiais impressos em maior quantidade e produzidos em diferentes momentos, nos permitindo citar outras fontes além do PPP. O subitem abaixo tratará dos elementos apresentados acima sob o nome do projeto que passou a dar corpo a esse eixo, o Projeto Gente Grande.

##### *Projeto Gente Grande*

O Projeto Gente Grande (PGG) surgiu em 2008. Quando realizávamos nossa pesquisa de campo, em 2016, o PGG atendia a adolescentes que fossem: acolhidos; ex-acolhidos; atendidos por outras entidades do SGD; familiares dos já citados, como irmãos e primos, e; desde o começo daquele ano, adolescentes de 10 bairros periféricos. O curso possuía cota de acessibilidade em suas vagas. No mesmo momento haviam 140 (cento e quarenta) vagas no Gente Grande.

O PGG se fundamentava no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Lei do Jovem Aprendiz, lei nº 5. 598 de 2005, que criou a modalidade de aprendizagem como formação profissional para jovens a partir de 14 anos para proporcionar-lhes condições para conseguirem seu primeiro emprego em empresas como de aprendizes. Essa lei previa a parceria entre organizações da sociedade civil e firmas para formarem força de

trabalho de adolescentes e assegurarem a sua colocação no mundo do trabalho. A aprendizagem englobava empresas que tivessem mais de 7 colaboradores, estas devendo contratar aprendizes conforme percentual previsto na lei, sendo facultativa tal contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.

O PGG oferecia dois cursos nas áreas de auxiliar administrativo e auxiliar do comércio para lojas e mercados ou *auxiliar de varejo*. Os cursos tinham duração de dois anos. A grade curricular foi definida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os cursos possuíam entre suas matérias Português, Matemática, Sexualidade, componente curricular sobre o Mundo do Trabalho e Informática, além de outros conteúdos mais especializados. O educando teria que cumprir uma carga horária de 20 horas semanais dividida em 16 horas em atividade prática desenvolvida na empresa acompanhada por um supervisor/orientador e 4 horas de formação teórica na sede do projeto.

Em 2016, quando coletamos dados em campo, o projeto tinha se expandido de algo entre 4 ou 5 turmas para 11 turmas. Turmas maiores reuniam cerca de 15 alunos. Instrutores contratados da OPN compunham o quadro funcional junto com uma equipe técnica sob uma coordenação própria no organograma institucional. O projeto, sediado no escritório da rua Princesa Isabel, dispunha de uma pedagoga e da assistente social que atendiam às famílias. Utilizava sala de aula e laboratório de informática no mesmo prédio.

Havia uma lista de entidades credenciadas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (OPN, Projeto Gente Grande 'A', folder, s/d) para a oferta de projeto de aprendizagem. Instituições de acolhimento por todo o país se inseriram nessa oportunidade de profissionalização de seu público, conforme outros estudos nossos ainda a publicar. Cabia à empresa interessada entrar em contato com quem oferecia cursos de aprendizagem. No caso do PPG esse contato poderia ser feito através do e-mail [projetogentegrandeopequenonazareno.org.br](mailto:projetogentegrandeopequenonazareno.org.br) ou mesmo pela página da entidade, onde havia uma descrição sucinta do programa.

Havia ainda telefones de Centrais de Atendimento em Fortaleza e Recife. No *banner*, que podemos ver abaixo, esses dados de contato são informados. A OPN tinha já em 2016 muitos parceiros, dentre os quais citamos Riachuelo, Super Lagoa, Super do Povo, ambos sendo redes de supermercados, Fanfarma, uma rede farmacêutica e a

Indústria Naval do Ceará (INACE), que trata-se de um tradicional estaleiro da região. O encaminhamento de aprendizes para entrevistas nas empresas era feito pelo Conselho de Integração Social, o Integrassol, uma ONG que já fazia esse trabalho.

**Figura 12 - Banner institucional do PPG num dos escritórios da OPN**



**Fonte: acervo do autor.**

Profissionais do projeto acompanhavam ainda o processo de seleção e contratação de aprendizes do PGG e a frequência escolar. O aprendiz poderia já ter concluído o ensino básico, mas não poderia dele evadir dele. A equipe multidisciplinar do projeto englobava originalmente os profissionais citados acima, assistente social, pedagogo e educadores sociais. Depois acrescentou-se uma psicóloga, que quando realizamos a coleta de dados em campo era uma mesma profissional para todas as ações que demandassem esse saber especializado, fato comentado como uma dificuldade enfrentada pela mesma.

Essa equipe tinha por incumbência acompanhar os aprendizes nos espaços em que estes estavam inseridos, incluindo escola, família e comunidade, *realizando intervenções*

sistemáticas que resultassem no aprimoramento cada vez maior das atividades desenvolvidas nestes espaços (OPN, Projeto Gente Grande 'B', folder, s/d).

O aumento das turmas, segundo uma técnica criou dificuldades as quais tiveram que se adaptar. O acompanhamento escolar, por exemplo, passou do formato de visitas às escolas dos aprendentes do PGG para a aplicação bimestral de um instrumental de coleta de dados repassado através dos responsáveis. Essa equipe fazia reuniões ocasionalmente com os responsáveis. Até outubro de 2016 já tinham feito dois desses encontros naquele ano. Abaixo mostramos os materiais impressos do projeto a que tivemos acesso.

**Figura 13 – Material de divulgação do Projeto Gente Grande**



Fonte: Acervo do autor.

Os aprendizes usavam um fardamento, basicamente composto por uma camisa do projeto e orientação do uso do restante da vestimenta, condizente com o que se segue nas escolas - usar calça, sapatos, sem boné... Abaixo podemos ver uma foto de uma aluno do projeto com a camisa do PGG.

**Figura 14 - Camisa do PGG com a marca e site da OPN**



**Fonte: acervo do autor.**

Esses educandos teriam que cumprir uma carga horária de 20 horas semanais dividida em 16 horas em atividade prática desenvolvida na empresa acompanhado por um supervisor/orientador e 4 horas de formação teórica na sede do projeto. Alguns, segundo o PPP, se tornavam monitores. Muitos dos educandos estavam atrasados nos estudos em relação à chamada *idade certa* para cursar cada momento do ensino básico. Por exemplo, muitos estavam no quinto ou sexto ano do ensino fundamental quando poderiam estar no nono ano ou no ensino médio, segundo uma técnica do projeto.

A maioria dos inscritos tinham 16 e 17 anos. Segundo uma técnica, desses públicos, o mais complexo era o de CASR. Por vezes chegavam atrasados, faltavam na firma onde estavam como aprendizes, enfim, mostravam dificuldade em cumprir normas e se inseriram numa rotina.

Percebemos que os materiais de divulgação do projeto, como provavelmente todos os produzidos para este fim, adotaram uma linguagem própria do seu público-alvo: empresários (colaborador, resultar, aprimoramento...). Ademais também trataram de incluir *no pacote* do PPG as outras atividades de cunho social desempenhadas pela OPN.

Citam como parte das ações do projeto a promoção da cidadania, facilitação de acesso da documentação civil básica, acompanhamento na família com vista no fortalecimento dos vínculos familiares e orientação para a sua inclusão em serviços assistenciais como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, programa habitacional, etc.

Além das salas que o programa utiliza da sede da rua Princesa Isabel já comentadas, compartilha recepção, sala de convivência, sala de reunião, equipe psicossocial com sala de atendimento.

Na página da OPN, quando estávamos realizando a pesquisa de campo, se podia curtir e compartilhar no Facebook essa iniciativa da organização, em cuja descrição era apresentada como alternativa para o combate ao trabalho infantil. Podemos ver abaixo o link do projeto na *homepage* da OPN daquele momento.

**Figura 15 – Link do Projeto Gente Grande na página da OPN**



**Fonte: Acervo do autor.**

A OPN também participa de um Grupo de Trabalho (GT) da Aprendizagem, criado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA). Além desse GT, há um microuniverso desse campo, com: uma Rede da Aprendizagem com o Ministério do Trabalho, instituições de ensino, movimentos sociais envolvidos e; o Fórum de Aprendizagem. Essa rede se estende em nível municipal, estadual ou e nacional, e também se estende interiormente.

### 3.2.5. Trabalho nas comunidades

Este é um eixo de ação que não aparece no PPP da OPN, pois sua forma quando de nossa coleta de dados, em 2016, parece ser algo que surgiu posteriormente a esse documento. Mas tal atividade se encontra já no documento de forma transversal às outras atividades nele descritas.

Dos bairros de origem dos acolhidos da capital foram citados os do Barra do Ceará, Bom Jardim, Jardim Palmeiras e Jangurussu, Parque Jerusalém, Vila União, sendo quase todos estes bairros de concentração de baixa renda e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mais de um dos entrevistados quando perguntados se havia uma concentração de famílias dos acolhidos em alguns poucos mesmos bairros nos foi sempre respondido que esse público encontrava-se bem espalhado em diferentes bairros, diferente de algum tempo atrás.

Aqui vamos tratar de duas ações dessa atividade, na ordem que se segue: Movimento de Engajamento Político e Naz'area. Citaremos rapidamente o Programa de Educação Popular e Itinerante e ações que vieram posteriormente como um Ponto de Cultura e o Projeto Abrace. Esses não merecerão maior destaque por serem anteriores ao período em foco, ainda assim serão abordados por nos ajudarem a compreender o momento recortado aqui.

Como vimos, havia uma equipe responsável pelas visitas às famílias. Esta era composta por três profissionais: uma assistente social e dois educadores sociais. Também ofereciam atendimento psicológico aos acolhidos e aos seus familiares, quando necessário.

A entidade intensificou seu trabalho com as famílias desde 2006. Isso foi ainda mais reforçado com a identificação da mudança do perfil dos CASR, que hoje estão nas comunidades. Foi então criado o Movimento de Engajamento Político (MEP).

O MEP era uma equipe de educadores sociais coordenada e acompanhada por educadores sociais. Era coordenada por Rafael Agostinho, ex-educador do Ponte de Encontro, que ocupava a coordenação de articulação comunitária – acreditamos ser esse o

nome<sup>20</sup> – e acompanhada diretamente pelo primeiro educador de rua da OPN, seu presidente, B. J. Rosemeyer.

Usavam como ponto de encontro a sede da rua Princesa Isabel. Sobre sua ação a coordenadora de trabalho com as comunidades nos falou o seguinte.

A gente tá com uma nova proposta para esse ano de investir... de fazer quinzenal para construir grupos com famílias que a gente vai trabalhar temáticas do próprio cotidiano delas. Trazer a responsabilidade delas para com esse filho também, para que ela entenda o papel d'O Pequeno Nazareno (Técnica da Equipe Psicossocial).

Nessa mesma citação já aparece esse ingrediente a mais, quando a coordenadora de trabalho com as comunidades fala que estavam iniciando *uma nova proposta para aquele ano de investirem quinzenalmente para construir grupos com famílias para tratarem de temáticas do próprio cotidiano delas. De trazer a responsabilidade delas para com esse filho para que ela entenda o papel d'O Pequeno Nazareno.*

Essa equipe visitava escolas, associações de moradores, articulava e promovia eventos como encontros e seminários. O intuito de suas ações era o de mobilizar, conscientizar, formar politicamente as pessoas das comunidades de onde saíam as crianças e adolescentes que a OPN atendia, buscando empoderar estes e suas organizações comunitárias. Nessa ação se incentivava a participação dos parentes de seus acolhidos e vizinhos *na vida da comunidade*. Buscava sensibilizá-los, conscientizá-los politicamente e informá-los para que estes conhecessem e perseguissem seus direitos. Nesse sentido, pelos parceiros indicados nessa ação do PPP e pelas entrevistas concedidas e conversas travadas com os pesquisados, aparentemente também tentavam contagiar e comprometer diferentes entes sociais como empresas, ONGs, igrejas, associações de bairro etc.

Tivemos a oportunidade de participar de eventos de entidades e instâncias da rede nesse sentido, inclusive, alguns organizados pela OPN. E é nítida a politização de seus profissionais e essa influência dos movimentos sociais populares em sua formação.

---

<sup>20</sup> Pois, o Estatuto da OPN somente prevê os cargos de presidência, tesouraria e secretaria, o que dá certa plasticidade a forma de algumas funções que a ONG desenvolveu, além do tempo longo abarcado por este estudo e a dinamicidade da própria OPN.

Mas o MEP não é a primeira experiência da OPN em trabalho nas comunidades. Houve uma experiência anterior como um de seus coordenadores nos relatos.

Então O Pequeno Nazareno foi [...] expandindo para um trabalho mais aproximado com as famílias dos meninos. Atuando um pouco também em algumas comunidades com a visão de que alguém precisaria fechar a torneira ou trabalhar na prevenção lá nas comunidades. A gente tinha aqui um projeto, chamado PEPI, em 2002, que hoje está sendo um pouco retomado de outra forma com os jovens – Bernardo está fazendo isso – que era o Programa de Educação Popular Itinerante, onde a gente levava o teatro, tocadores de viola, bandas de música, para dialogar através destas linguagens com os jovens e com as famílias lá naquelas comunidades de onde os meninos saíam para morar na rua (Coordenador de Comunicação da OPN).

O Programa de Educação Popular e Itinerante (PEPI) mostra que a OPN buscou realizar um trabalho também com as comunidades de origem – pois vimos que já tinha essa preocupação em relação às famílias. E pautou, mesmo que em parte, esse trabalho na arte-educação. O trecho abaixo de entrevista cedida por um dirigente da OPN em 2008 versa sobre o que consideramos como parte do pano de fundo de preocupações que levou a IA a já ter essa preocupação lá atrás.

Porque a gente acaba fazendo parte de um ciclo corrompido de assistência social, onde a gente já busca o menino na rua, quando o ideal seria que nem na rua ele chegasse. Então reforçar esses vínculos familiares com um bom programa de prevenção, seja com relação as drogas ou um bom programa de habitação, e de emprego e geração de renda, tentar essas alternativas seriam um bem enorme, porque esses meninos chegaram a essa situação (os meninos que nós encontramos) por uma falta enorme de demanda de políticas públicas básicas que geraram esse processo que se tem [...].

Conforme a citação, houve uma inflexão da OPN para buscar uma ação de cunho preventivo. A ideia de agir junto a crianças que já estariam na rua não seria abandonada de imediato, mas se tomou a atitude de se fechar somente nesse público como fazer parte de um ciclo que por si só estaria já estaria corrompido na medida que se admitisse que tal situação se reproduzisse com o passar do tempo e em que admitissem fazer parte disso. Logo, consideraram possível romper esse ciclo. Evitar sua continuidade. Como? A partir da prevenção, indo atendê-los no seu lugar de origem, antes que parassem na rua.

Tanto o PEPI quanto o MEP denotam tanto a marca dos movimentos sociais dos

quais emergiram os dirigentes e muitos dos profissionais da OPN em suas trajetórias individuais quanto na própria instituição como feixe de determinações objetivas, sociais, mas também de trajetórias individuais combinadas.

Os educadores sociais do MEP eram jovens que já atuavam em coletivos que agiam nos bairros periféricos da cidade. Esses coletivos eram organizações da sociedade civil que militavam nas áreas de Educação Social e cultura, com a realização de saraus, batalhas de hip hop, redução de danos e disputavam editais. Às vezes um mesmo educador ou educadora participava de mais de um coletivo. Faziam parte desses movimentos, a título de exemplo, o Coletivo Por Amor a Fortaleza, Coletivo Sinal de Vida, Coletivo Na Tora. Abaixo exibimos uma foto de educadores do MEP.

**Figura 16 - Educadores do MEP – OPN**



**Fonte: rede social da OPN.**

A Associação O Pequeno Nazareno constituiu o MEP como um instrumento para

ser seu braço de movimento social para tratar da dimensão política em seu sentido mais alto, o de organizar, formar e empoderar as famílias e comunidades de origem de seus acolhidos. Essa insígnia de entidade que se reconhece e assume um papel político se tornou evidente em muitas de suas outras ações. Por isso, apesar do nome “Beneficente” em seu título, essa entidade se mostrou ser mais que uma instituição assistencial.

Assim vemos que a OPN buscou em 2002 e novamente com o MEP catorze anos depois (tomando nossa coleta como referência), atacar as causas da situação de rua infantojuvenil, tentando quebrar o *ciclo corrompido de assistência social, onde já se busca o menino na rua, quando o ideal seria que nem na rua ele chegasse*. Mas essa tentativa não deu os frutos esperados. Pelas entrevistas a leitura da OPN é que isso se deveu a falta de estabilidade da entidade e de recursos financeiros para que se pudesse expandir para esse tipo de trabalho, além da falta de uma metodologia mais acertada.

O MEP, como o nome já diz, era trabalhado como movimento social, movimento popular, logo, como o que consideramos como uma certa *voltas às origens* daqueles que tornaram O Pequeno Nazareno o que ele é. A entidade já realizava mobilizações em bairros ou na região central da cidade, em locais de visibilidade ou em frente a palácios de governo como na Prefeitura da cidade, em datas de agendas do SGD ou para pugnar por mais recursos para sua política social, soltava notas etc. Mas agora criava novamente um braço seu e levava essa sua vertente para as comunidades com o intuito de formar e organizar politicamente as comunidades de origem dos seus atendidos.

Quando usamos a expressão de *volta às origens* isto também se deve a esse trabalho mais próximo das pessoas, indo a onde elas moram ser um traço da Igreja Católica, origem de muitos dirigentes e profissionais da OPN. Esses vieram de pastorais sociais, comunidades eclesiais de base, aderiram a Teologia da Libertação... Por ora deixaremos para explorar isso mais adiante, por questão de como se estrutura nosso fio expositivo.

Não obstante, a Igreja já trabalhava essa dimensão antes da Teologia da Libertação, de Dom Frago e dessa vertente latino-americana da igreja dos pobres. Como uma das principais instâncias reguladoras do controle social há milhares de anos. Há muito que já cabia a Igreja cuidar dos pobres, desse potencial antissistema, usando da socialização em valores, gerenciando a vida espiritual em relação à vida mundana, a caridade, gerando consenso e coerção através de um trabalho de tecelã no âmbito da sensibilidade e mesmo

dos medos sociais. Esse trabalho macro encontrava eco em cada comunidade através das paróquias e da relação de seus pastores com seus rebanhos. A mudança que fez brotar dentro dessa igreja a outra igreja de viés progressista não muda o fato de que esta segunda pode se beneficiar de séculos de expertise para se trabalhar com o público, e, também suas comunidades. Essa outra igreja que criou o Grito dos Excluídos<sup>21</sup> e influenciou sobremaneira o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Comunista do Brasil – PCdoB (cuja geração atual de dirigentes mais antigos vieram da Ação Popular - AP<sup>22</sup>), mas também o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Educação Social de Rua, Paulo Freire, pôde se beneficiar desse legado de trabalho com as massas, com valores, com o imaginário. Isto será retomado e devidamente melhor explorado no tempo certo.

---

<sup>21</sup> O Grito dos Excluídos e Excluídas surge em 1994, a partir da 2ª Semana Social Brasileira da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), inspirada na Campanha da Fraternidade de 1995, com o lema: A fraternidade e os excluídos. Entre as motivações que levaram à escolha da data 7 de setembro para a realização do evento, que ocorre todos os anos desde então, foi a de fazer um contraponto ao Grito da Independência. O primeiro Grito dos Excluídos/as foi realizado em 7 de setembro de 1995, tendo como lema A vida em primeiro lugar, e ecoou em 170 localidades. A partir de 1996, o Grito foi assumido pela CNBB (História do Grito dos/as Excluídos/as, Grito dos Excluídos.com).

<sup>22</sup> A Ação Popular (AP) foi uma organização de esquerda criada no âmbito da Igreja Católica, que surgiu em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte-MG, como fruto da militância estudantil da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outros grupos da Ação Católica Brasileira. Posteriormente se incorporou ao PCdoB, de onde veio grande parte de seus dirigentes desde então.

**CAPÍTULO IV:**  
**4. BORDADOS NA TRAMA:**  
**comunicação, poder mobilizador**  
**e incidência política**

Autor: O que é que o pessoal comenta d'O Pequeno Nazareno?

Comerciante próximo do sítio OPN: Comentam que vão para lá pessoal dependente químico, pessoal que tem dependência com álcool, com droga, né

Autor: É isso que falam d'O Pequeno Nazareno?

Comerciante próximo do sítio OPN: É isso, não é? Uma casa de recuperação?

...

Comerciante próximo do sítio OPN: Lá é como a Febem de antigamente não é? Pessoal que tá na rua, criança...

#### **4.1. A Estratégia de Comunicação e Marketing**

A Associação O Pequeno Nazareno em seus 28 anos de existência já acumula um certo portfólio que denota uma evolução de sua comunicação dirigida para o público. Esta expressa mudanças em suas táticas como reflexos das transformações que ocorreram nesse período e como ela se adaptou a cada uma delas.

Um primeiro exemplo que podemos evocar é o conjunto de mudanças por que passou a marca dessa instituição. Mesmo que não tenha sido intencional, sua logo expressa bem as mudanças ocorridas na instituição. Abaixo podemos ver a evolução da sua logomarca.

A princípio, a OPN utilizava os dizeres “acolhendo a criança em situação de moradia na rua.” E tinha em sua marca d'água a ilustração de uma criança sorridente segurando uma flor em traço típico do desenho feito por crianças. Esta aparecia ao horizonte do que parece ser a parte superior de um globo, este de cor amarela, o que lembra o sol. O mesmo

astro que dá alcunha ao estado do Ceará, como Terra da Luz, e a Fortaleza, como a “noiva desposada do Sol”. Mas também faz pensar num ponto de chegada ao horizonte, como sua visão em perspectiva, uma meta, que poderia ser a realização de um futuro de crianças felizes, para as quais o Sol também deve nascer e assim anunciar uma nova realidade, luminosa.

**Figura 17 – Evolução da marca da Associação O Pequeno Nazareno**



**Fonte: Página e blogs da OPN, elaboração do autor.**

Na segunda imagem, ao lado direito da primeira na mesma figura, vemos como primeira mudança, a alteração da fonte do nome da instituição, tornando-a mais legível. O meio-sol é substituído por um quarto crescente do que supomos se tratar do astro-rei. Em seguida, percebe-se que os dizeres são outros, tendo passado para a frase “organização para a justiça e a dignidade da infância brasileira”, tirando o foco redutor do acolhimento e ampliando-o para uma causa maior que é fazer justiça e conferir dignidade à infância, desta vez não mais apenas a infância alencarina, mas brasileira. Por fim, o desenho do menino ressurge abaixo do final do nome da organização e ao lado da frase-emblema.

Já aqui pode-se perceber uma mudança de retórica condensada imagetivamente, passando do sol de Fortaleza para um arco crescente solar que pode ser interpretado como um abraço que abrange todo este ensolarado país, como reafirma a frase que se segue ao desenho. O que a instituição faz de mais conhecido, o acolhimento, fica no passado para dar lugar ao que se pretende com isso, como uma demarcação de posição: deve-se fazer justiça em relação às crianças brasileiras e isso passa por se assegurar sua dignidade. Aqui vemos a passagem dessa organização de seu patamar de agente em âmbito local para o âmbito nacional, quando passa a atuar em outras capitais, busca provocar o Estado e integrar ações em nível de país, bem como sua mudança para a tomada de uma paleta mais diversificada de ações.

A terceira e quarta imagem na figura são variações do mesmo tema, versões da mesma logo que era então utilizada quando da produção deste texto. Nelas vemos poucas alterações substanciais. Permanecem a fonte do nome da entidade e o arco lateral amarelo. Este agora é maior, abraçando mais do nome da instituição, aproveitando o acréscimo de espaço derivado da redução do epíteto que se segue abaixo. Essa inscrição foi reduzida tão somente a uma versão “enxuta” de si mesma. Deu-se a supressão dos vocábulos “organização”, “brasileira” e de um artigo definido e o rearranjo das palavras restantes para compor a frase “Dignidade e justiça para a infância”. Isto conferiu-lhe um caráter universalista mais politicamente correto, na medida em que o que se deseja a essas crianças não é devido ao fato de serem brasileiras e ser desnecessário tal esclarecimento. No mais, resta assinalar a supressão do desenho da criança, talvez por questão mais de ser redundante e com sua retirada permitir uma marca visualmente mais limpa, com menos informação, logo, de apreensão mais rápida para o público.

Essas mudanças refletem, no geral, a típica busca por profissionalização e profissionalismo, que marca o meio pesquisado, e que são bem acentuados na OPN. Denotam também a racionalização gerencial, certa revisão mais ou menos constante e a busca por excelência para alcançar suas metas que transparecem como distintivos da OPN. Elementos estes aos quais voltaremos e sobre os quais nos deteremos mais atentamente no devido momento.

Um dos materiais mais antigos que temos da OPN – o que depreendemos pela marca da instituição no impresso, que corresponde à logo mais antiga – mostra uma das

estratégias utilizadas já pela IA, que servirá de ponto de partida para darmos continuidade a essa sua atividade. Trata-se do folder logo abaixo.

**Figura 18 - Folder de divulgação geral da OPN  
Relativamente mais antigo (data desconhecida)**



Fonte: Acervo do autor.

Na sua face de apresentação do material observa-se desenhos de traço comum ao utilizado por crianças, que ilustram, da esquerda para direita, um poste de iluminação pública, um caminhão e uma árvore, todos estes na linha superior, seguidos abaixo e em sequência, no mesmo sentido, por um menino e uma menina, mais ao centro, além de se tratar da linha do meio, e, menos alinhados mas ainda assim abaixo, prédios, um semáforo e uma placa que bem pode ser um outdoor. Ao fundo desses desenhos uma linha um pouco larga amarela e curva corta em diagonal o espaço que à esquerda do traçado é preenchido com cor verde e à direita encontra-se em branco.

Acima de todo esse desenho encontramos a frase “Risque da rua o que não pertence a ela”, como se o folder reproduzisse uma atividade lúdica, como as que são comuns em livros escolares e em revistas direcionadas ao público infantojuvenil. Todo esse conjunto que ilustra a capa do folder parece querer passar a representação da rua, que corresponde ao traçado amarelo que divide o espaço em que estão as figuras entre um lado preenchido com cor (o verde) e o outro com fundo em branco. Essa divisão seria uma referência a duas possibilidades que podem ser ofertadas às crianças do desenho: a) a da exclusão da cidadania e de direitos correspondente à parte em branco, em que esta que é na verdade a mistura das cores representaria vazio, ausência, exclusão e; a parte em verde significaria a inclusão em um mundo de proteção e garantia de direitos, por isso em cor viva - e que é a parte do desenho que possui alguma edificação desenhada.

O traçado amarelo que cinde todo o desenho e representa a rua, ao mesmo tempo, bem como a escolha das cores, três cores nacionais, seriam referências à bandeira brasileira. O traçado lembra a linha com os dizeres dentro do globo no centro da flâmula nacional. Tal simbolismo seria uma forma de apontar a situação de rua infantojuvenil como um problema, uma ferida (um corte) nacional, uma vez que a entidade no mesmo material informa ser uma das maiores organizações **no país** que tratam de crianças e adolescentes em *situação de rua* e cita a CNER.

Talvez os criadores dessa arte não tenham pensado todos os elementos aqui apresentados nessa interpretação de tal arte, mas isso não importa, posto que não impede essas correlações todas, tanto que pudemos traçá-las aqui. Ainda sobre a projeção desse problema social em escala nacional, possivelmente esse material foi pensado para servir como divulgação da OPN para além da cidade de Fortaleza, uma vez que a mesma entidade, conforme o próprio material já possuía presença em Recife e já articulava com organizações por todo o país.

O que podemos depreender dessa comunicação? Percebe-se na capa do material uma preocupação em chamar a atenção para o problema da *situação de rua* de crianças e adolescentes, não de primeiramente se divulgar O Pequeno Nazareno. Isto ficou para o interior do material. Na concepção dessa primeira apresentação poderiam ter optado por mostrar como o seu trabalho é eficaz, com uma foto com acolhidos felizes, sorridentes, ou de suas instalações e atividades, mas priorizaram buscar sensibilizar o leitor para sua

causa. Isto casa perfeitamente com uma fala de Bernardo em cima de outra fala de um colega numa reunião da qual participamos, em que este último se pronunciou acerca do fortalecimento institucional da OPN. Rosemeyer, em cima dessa fala, frisou que isso não era o mais importante, que o que importava ali era o descortinamento de caminhos para realizarem seu trabalho. Na ocasião discutia-se algumas dificuldades que a OPN encontrava no trabalho com o SGD e como pesquisas de cunho acadêmico poderiam contribuir para traçar um olhar sobre essa e outras questões, para que a OPN não contasse somente com sua leitura, que era fruto de sua prática cotidiana, logo potencialmente enviesada.

Chama a atenção também a ausência de qualquer apelo religioso, à caridade. O apelo à sensibilidade do leitor que foi feito neste material, contido no seu penúltimo rosto – à direita, na imagem – é o mais universal, direto e simples possível: “Você não deixaria seu filho morar na rua. O Pequeno Nazareno também não. E conta com você para deixar na rua apenas o que pertence a ela.” Apela-se à empatia, à alteridade, logo fala para todos, sejam cristãos, mouros ou agnósticos.

Ao nos ceder entrevista, Flor Fontenele, uma coordenadora da IA, nos relatou que se debruçou sobre as pessoas físicas que são doadores da organização. Ela buscou assim traçar seu perfil e entender parte do público para o qual traçam sua comunicação, intercalando aqui esta área com a de arrecadação.

Qual é o meu papel aqui hoje pra você entender: é traçar o plano de marketing do Nazareno. Pra que O Pequeno Nazareno interaja com esse público. Nós já sabemos quem eles são, e eles são católicos praticantes. Como é que a gente dialoga com esse povo? Essa é minha tarefa aqui, como é que eu dialogo com esse pessoal? Pra mantê-los, fidelizá-los como doadores, mas também não contar mentira pra esse povo, né?

Percebe-se em sua fala, a lógica racional a que nos referimos acima, científica, e de ordem gerencial – denotada, por exemplo no uso da ideia de *fidelização* –, incrementada com preceitos éticos. Tal racionalidade *a la* Weber se expressa bem na preocupação de Fontenele de conhecer seus colaboradores, parte de sua arrecadação, para saber como mantê-los e mesmo engajá-los mais e atrair outros, como uma típica ação social racional – expressa num primeiro momento sob a forma do estudo do seu público e posteriormente na elaboração de um plano de marketing com base no primeiro – em relação a valores.

Mas também nos traz a informação, a luz dos resultados de seu levantamento sobre seus benfeitores, que atraíram e possuem por doadores pessoas religiosas, predominantemente do credo católico, do tipo popularmente autodescrito – como diferencial simbólico interno em sua comunidade – não como meros católicos, mas como católicos “praticantes”. Isto novamente nos remete a nossa questão inicial, se valores religiosos podem servir como “mola propulsora” motivacional para que se olhe e se dedique a tentar mudar a realidade de crianças e adolescentes em situação vulnerável. Neste caso, tal dedicação se dá apenas de outra forma. E este achado da pesquisa feita por Fontenele, ao nosso ver, corrobora com nossa hipótese de que sim, pode-se estabelecer tal correlação.

Com base no perfilamento dos doadores, a OPN veio traçando adequações em sua comunicação social. Nesse intuito é que, conforme Fontenele, O Pequeno Nazareno redefine sua mensagem para afirmar que busca *promover a dignidade e justiça para a infância*. Ela também deixou claras as intenções de fidelizar os doadores conquistados e ampliar esse número e como isso se expressaria na comunicação da entidade em toda a sua extensão usando de vários recursos. A forma de doação principal é através de parceria com a Enel, como visto acima. Também a comunicação utilizada para incentivar a adesão a essa forma de contribuição é pensada a partir do perfil identificado dos doadores no estudo de Fontenele.

Antes a comunicação relacionada a essa forma de captação focava na ideia de *ser solidário*, o que se observa no slogan “Luz Solidária” no banner institucional que pode ser visto abaixo, quando a companhia de energia ainda se chamava Companhia de Energia do Estado do Ceará – COELCE (hoje em dia seu nome é Enel Produção Ceará). Essa mesma campanha chegou a usar o slogan *Conta Contigo*.

Na imagem, vemos que o banner da campanha Luz Solidária, com seu slogan *Conta Contigo*, basicamente apresenta a parceria. Argumenta que o cliente assim estará ajudando uma organização filantrópica que atua junto a crianças e adolescentes em *situação de vulnerabilidade*. Esclarece que o doador pode definir o valor de sua contribuição e que este será repassado integralmente à instituição.

Podemos ver que nesse banner da figura abaixo é informado que é necessário fazer um cadastro, qual a página para tal inscrição e que nesta pode se verificar outras instituições

beneficiadas por essa parceria. Chama a atenção que se optou pela generalidade da expressão *vulnerabilidade social a situação de rua*, quando esta entidade é especializada nele e defende esta forma de atuar. Tal especialização em um único público que se oporia a uma determinação da doutrina vigente, que segundo outros pesquisados de outras entidades do SGD alencarino, como uma técnica da secretaria de assistência social do Governo do Estado do Ceará a quem entrevistamos, prescreve que não se deve escolher a quem atender, a um perfil somente dentre todos que se referem a outras situações de vulnerabilidade. Isto pode se justificar por se admitir que tal nível de esclarecimento poderia limitar as adesões dado certo estigma que esse segmento sofre relacionando-o a noções como *vagabundagem*, *violência* e *criminalidade*.

**Figura 19 – Banner com propaganda da parceria entre a então COELCE e entidades filantrópicas chamada então Conta Contigo**



**Fonte: Acervo do autor.**

Sobre isso, a coordenadora de marketing discorre abaixo, apresentando os elementos citados, ao relacionar cada objetivo com cada slogan que passaram a utilizar na comunicação dessa campanha por donativos.

Eu estou trabalhando com duas promessas centrais. Uma abordagem mais racional e uma emocional. A racional valoriza os resultados. E a emocional está

voltada à sensibilização desses doadores, pra que permaneçam. “Sua energia” – ou seja, o doador – “é a nossa força”. “Energia” por que? Por que eu estou falando de conta de energia. E “somos energia que transforma”: resultado, foco no resultado. Porque esse povo vai sentir que tá funcionando. Sua “energia que transforma”, sua “energia é a nossa força”. *Venha pra cá ajudar!* E depois que você tá dentro, você é “a energia que transforma”. Então, automaticamente eu vou fazer o que? Eu vou fidelizar esses doadores, né? E sensibilizar novos, ok? Aí, eu tenho duas centrais, pra captar novos, sua energia é a nossa força, ok? Aí criei peças publicitárias.

A escolha das palavras dos slogans desse marketing “jogam” com a interseção semântica que há de sentidos denotativos e conotativos de termos relacionados à eletricidade, área da empresa parceira e do ramo de atividade pelo qual são mobilizadas essas ações. Tratam-se de palavras de sentidos amplamente conhecidos, tanto como jargão técnico quanto em sua forma coloquial, figurada: energia, força. Chegam a ser sinônimos, termos tautológicos, o que favorece mais ainda o jogo de palavras e sentidos. “Sua energia” tanto pode se remeter à conta de luz, quanto ao dispêndio de esforços, no caso aqui, em ajudar o outro. Essa energia aparece, pelo contexto comunicacional, como podendo se tratar de uma *energia positiva, boa, para fazer o bem*. Portanto, quem a possui, transmite uma (essa) *energia boa, pode fazer o bem, é uma boa pessoa*. A mensagem transmitida é lisonjeira, sedutora: “você é bom, pode fazer o bem. Eis a oportunidade”. “Porque nós também somos bons, veja o bem que fazemos e no qual pode nos ajudar.” “Ajudar a ajudar. Ajudar alguém, ajudar a pequeninos”.

Podemos ver na figura abaixo, um desses slogans, “Somos Energia”, sendo utilizado na página da entidade, [www.opequenonazareno.com.br](http://www.opequenonazareno.com.br). O *link* em questão é para cadastramento com vista ao recebimento de notícias da instituição, como mais uma forma de fazer seu marketing social, e, de repente angariar novos doadores. Essa intenção foi, inclusive expressa pela entrevistada que nos disse: “a gente vai trabalhar tudo com esse *layout* aqui. Sua energia é a nossa força, o site d’O Pequeno Nazareno agora vai ter essa linguagem. De valorizar os doadores e chamar outros pra fazer parte dessa coisa.”

Como se pode ver na foto, como pano de fundo da tela aparecem de costas meninos assistidos, abraçados, compondo uma “corrente”. A mensagem é trabalhada textual e imageticamente. A segunda parte desse slogan (1. “somos energia / 2. que transforma”) é dispensada, em seu lugar se coloca uma imagem que passa positividade, os fotografados dão a impressão de estarem bem, de estarem felizes.

**Figura 20 – Um dos slogans para captação de doações na página da OPN**



**Fonte: Acervo do autor.**

Na figura a seguir, vemos um dos produtos de que Fontenele fala. Foram confeccionadas *t-shirt* com o slogan “sua energia é a nossa força” com a logo da OPN.

**Figura 21 – T-shirt da campanha de captação da OPN com a sua logo e slogans**



**Fonte: Acervo do autor.**

Reforçando o propósito da campanha, de captar fundos para ajudar crianças, o tipo ou fonte dos dizeres são artisticamente estilizados para lembrar a escrita infantil dos primeiros anos escolares e outras atividades que crianças desempenham como desenhar e colorir, usando-se a alternância entre caixa alta e baixa e cores vivas.

A própria Fontenele reconhece a intencionalidade presente tanto nos slogans como na arte definida para a camisa na citação reproduzida abaixo. Ainda cita outros recursos utilizados em tal publicidade.

Pensei em que? Pegar testemunho de alguns doadores, fotos segurando a plaquinha *Somos energia que transforma*.

“– É uma alegria saber que com tão pouco eu posso fazer a diferença na vida de uma pessoa.”

Fulaninha, Doadora.

Uma família, uma senhorinha e personalidades que você viu, uma do Ceará, aquele cara [que] é humorista aqui [o Tirulipa]. Aqui é um exemplo, camisa, aí foi criada a camisa. É “somos energia que transforma”. E por que esse tipo de letreirinha? pra lembrar, feito pelas crianças e tal, tá entendendo?

Conforme a pesquisada, também se buscou depoimentos e imagem, como nos mostrou, de doadores, para a campanha de publicidade da OPN, para fidelizar quem já era doador e arrebatar novos contribuintes. Também fizeram uso da imagem de celebridades, como o humorista cearense Tirulipa e a apresentadora de programa televisivo de culinária, Palmirinha Onofre, a Dona Palmirinha, como é conhecida, que aparece na imagem abaixo. Assim abriu-se um *leque* de perfis buscando maior possibilidades de despertar identificação no seu público-alvo: mostrar uma mulher, uma pessoa idosa com ar de “vovozinha”, uma família.

Uma das primeiras ações de comunicação mais ousadas e certamente exitosas d'O Pequeno Nazareno foi quando o seu coordenador de Comunicação no período de realização deste estudo, produziu voluntariamente um programa de rádio sobre O Pequeno Nazareno que ficou no ar por 11 anos, entre 2003 e 2014 na Rádio Dom Bosco, 96,1 FM. Ele nos disse: “eu conhecia também Dom Bosco e sabia que a 200 anos na Itália ele também havia trabalhado com esse público, era muito forte o [seu] trabalho infantojuvenil, digamos assim”. A rádio é ligada à Congregação dos Salesianos, que não a toa deram esse nome a Rádio, logo a referência religiosa aproximou o militante do veículo de comunicação, associada ao interesse no mesmo público-alvo comum.

**Figura 22 - Dona Palmirinha em peça de propaganda da OPN**



**Fonte: OPN.**

Assim, durante 1 hora por semana era realizado o programa focado na realidade dos meninos atendidos pelo Pequeno Nazareno e de suas famílias, no trabalho desenvolvido pela instituição. Estima-se que entre 60 a 80 mil pessoas ouviam o programa. Acolhidos e profissionais da OPN participavam ao vivo de edições dessa programação.

#### *A atuação e incidência política*

Abordaremos agora a atividade de cunho mais político e com foco em ter incidência dessa natureza. A palavra político/a aqui é utilizada no sentido lato, de se referir aos assuntos coletivos e de atividade que tenha esse fim. A expressão *incidência política* apareceu em algumas entrevistas com pesquisados da OPN e o que entendemos pelo uso feito por estes dessa expressão se comunica com o que já se destacava na nossa percepção sobre essa organização sobre como ela pauta na sociedade sua agenda. A frequência de pautarem isso em entrevistas se deve possivelmente tanto por esse elemento, uma atuação mais propriamente política, ser inseparável da sua atividade quanto por ser também um diferencial entre muitas das entidades que atuam nesse meio, e tal característica se tornou uma marca da geração dessa ONG. Instituições estas que foram parceiras e assim tornaram esse traço um signo da rede do SGD alencarino: a questão da incidência política.

Esta linha de ação se subdivide em um leque de atividades ao mesmo tempo em que se mescla a outras linhas de ação. Começamos por um folder simples de apresentação da OPN. Este texto se estrutura em tópicos curtos em que se buscou sumarizar a diversidade de ações da organização, intitulados respectivamente como: “A Organização”, “A Missão”, “A Rua”, “A Criança”, “A Família”, “A Sociedade” e “O Futuro”. No item “A Sociedade” está escrito que a OPN está *diariamente discutindo e sugerindo políticas públicas para abolir a presença de crianças nas ruas*. Mas esse texto se inicia enumerando que ações a ONG realizava ao fazer isso, no que se refere a se relacionar com outros agentes sociais. E a primeira ação que cita é “com a intensa participação junto aos **movimentos da sociedade civil**”, assim, em negrito. Não são todos os materiais da IA que citam sua participação em movimentos da sociedade, geralmente estando mais focados em suas ações assistenciais e outras associadas a estas, como a de profissionalização. Mas este é um pequeno material relativamente denso em informações, com algumas que não encontramos em outros, como é o caso dos momentos da abordagem de rua. E é bem dizer o único material impresso institucional da entidade que temos que assume essa sua atuação, que queremos destacar como um traço característico e mesmo distintivo de sua trajetória, a sua **faceta movimento social**, que sempre foi presente e cada vez mais foi se destacando e se associando a outras atividades suas como sua comunicação social.

De antemão, registramos que o próprio material citado elenca atividades de outra natureza que bem ilustram como essa ação de movimento social se mescla a ações de outro tipo, cada uma sendo esmiuçada em algum momento desta exposição. São citadas nessa imbricação: a atividade de telemarketing (captação de recursos) e; o programa de rádio na FM Dom Bosco (comunicação social<sup>23</sup>). Também é citada a Campanha Nacional Criança Não é de Rua, mas esta **já** é uma ação completamente inserida no campo dos movimentos sociais, da busca por incidência política.

Todas as organizações da rede possuem uma atuação política no sentido amplo da palavra. Mas a forma como a OPN encampa tal atividade se difere de muitas das organizações, incluindo algumas locais como a EDISCA (Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e Adolescente) e o IPREDE (Instituto da Primeira Infância), mas também outras nacionais como a Fundação Xuxa Meneghel e Fundação Ayrton Senna,

---

<sup>23</sup> Esta última pode cumprir papel de mobilização social e conscientização.

que não tematizam a agenda da política em questão e nem se relacionam com o conjunto da rede. Junto com ONGs como a extinta Associação Curumins, a sua grande parceira, a Associação Barraca da Amizade e posteriormente entes do próprio Poder Público, como a FUNCI, a OPN construiu uma forma de atuação de marca militante. Outras características dessa abordagem foi a de se buscar construir um trabalho em rede para além do formato prescrito na lei, de adotar métodos de movimento popular e de enxergar o trabalho desenvolvido por cada entidade integrado numa política maior, logo, que o alcance de determinados objetivos dependeriam de incidir no âmbito e escala da formulação e encaminhamento dessa mesma política.

A atuação dessa geração de organizações teria herdado essa característica da geração que lhe antecedeu, que chamaremos de primeira geração, que contava com o protagonismo da Pastoral do Menor, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, do Nucepec e de servidortes públicos que lutavam internamente para mudar a forma e política de atendimento. A Curumins, Barraca e OPN posteriormente assumiram esse papel de liderança. Com a perda do protagonismo da primeira geração, o enfraquecimento das ONGs da segunda geração e a ausência desse traço mais político militante da terceira geração, marcadamente de ONGs evangélicas, O Pequeno Nazareno ganha maior relevo como organização mais consolidada em suas ações, estruturação material e influência. Esses três elementos se articulam dialeticamente. Concluída a exposição dos dois primeiros elementos desse tripé, trataremos do último agora e ao fim do capítulo tentaremos mostrar a imbricação entre essa tríade e como isso se liga ao êxito dessa organização.

Tomamos aqui como ações políticas da OPN, em termos do que selecionamos de sua ampla cadeia de atividades, basicamente: i) a mobilização e pressão sobre o Poder Público; ii) suas ações de articulação (constituição de parcerias e redes) e; iii) de formulação de políticas públicas, pois nosso foco é a incidência política alcançada. Esses três pontos serão em certa medida tratados concomitantemente. Pode-se argumentar como exemplo de que este é apenas um recorte, que são ações da mesma família as de formação política que a organização passou a realizar a partir do MEP. Mas nossa pesquisa não foi capaz de já inferir algum resultado desse trabalho, além de nos interessar a incidência da atividade da OPN no SGD local, junto ao Poder Público e a expansão de suas ações para

além do âmbito local. Estes pontos é que serão destacados pois se articulam entre si e impactam na agenda dessa política social, foco que perseguimos nesse estudo.

Sobre a realização de mobilizações, nos referimos a ações de rua, como atos, manifestações, tais como as da figura abaixo. A OPN faz esse tipo de ação há anos e com alguma frequência.

**Figura 23 - Algumas manifestações de rua da OPN**



**Fonte: Associação O Pequeno Nazareo**

Abaixo, Bernd Rosemeyer, o fundador da OPN nos relata quando tomaram essa medida pela primeira vez.

Nós estávamos diante de um problema, que naquela época tinha bastante criança de rua, e a gente estava sem condições financeiras de manter as crianças. Então a gente convidou também as outras organizações para fazermos as manifestações na cidade de Fortaleza. Foram as primeiras manifestações que a gente realizou aqui. E a partir dessa mobilização a gente conseguiu chamar a atenção do poder público. Então, ao término dessas manifestações, a gente assinou um convênio, o primeiro convênio com 4, 5 entidades não governamentais e a Prefeitura de Fortaleza. Foi o primeiro repasse financeiro do Poder Público para custear principalmente o acolhimento institucional, isso foi em 2003, por aí.

Uma das ações mais frequentes da OPN que demonstram que essa organização tem uma visão política, é que denotam ver seu campo de ação como uma luta, na qual se movem por uma causa, como parte de um movimento, talvez exatamente porque muitos de seus dirigentes e profissionais vieram de movimentos sociais populares. Assim, para além

da ideia de rede do SGD, buscam parcerias, arregimentar quadros, formar lideranças, inclusive politicamente (no sentido de formação teórica, humanística, técnica) e construir um movimento, uma rede. Reunir organizações que atuam na mesma área é algo bem ao estilo dos movimentos sociais, que criam fóruns e ações conjuntas. Evidente que outros tipos de organização fazem o mesmo, como empresas, mas na literatura de parte da Ciência Política vamos encontrar também interpretações que ligam isso com a questão da consciência política, consciência de classe etc, como ocorre na literatura marxista.

Além da participação no Fórum DCA, na Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua (EI), e conseqüentemente no seu Núcleo de Articulação de Educadores de Rua, a OPN teve participação nos conselhos de direitos (CONANDA, CEDCA, COMDICA), fóruns e grupos de trabalho da sociedade civil. São exemplos os GTs de Acolhimento, de Aprendizagem e o Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, além da participação como coordenação na Campanha Nacional Criança Não é de Rua, Rede Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Observatório Nacional Criança Não é de Rua, Rede Nacional de Atenção a Criança e Adolescente em Situação de Rua e Rede Internacional pela Defesa da Infância e Adolescência (RIDIAAC).

Começamos pela Equipe Interinstitucional. A OPN teve destaque nessa ação. Abaixo trazemos um depoimento em que Rosemeyer detalha como foi esse momento e traz elementos que vamos buscar destrinchar na sequência.

Ele [Pinguelinho<sup>24</sup>], ao tentar atravessar a rua foi pego por um ônibus e naquela época eu era frade, então os meninos foram lá para o convento para me informar a respeito do falecimento do finado Pinguelinho. Então eu pensei em fazer uma celebração de sétimo dia. Aí nós convidamos várias entidades na cidade de Fortaleza e também muitos meninos. Aí vieram meninos de toda a cidade de Fortaleza, para participar de uma celebração na igreja lá do Coração de Jesus. E foi a partir daí que surgiu essa percepção, essa necessidade de fazer um trabalho conjunto. Então coloquei na reunião do COMDICA a necessidade de fazer um trabalho em conjunto com a participação de todas as entidades que fazem o atendimento aos mesmos meninos, porque de fato os meninos conheciam bem as entidades de Fortaleza, mas as entidades não se conheciam.

Como se pode perceber, a OPN teria tomado a iniciativa de criação da EI. A morte do menino em *situação de rua*, Pinguelinho, como é sabido no meio pesquisado, serviu de

---

<sup>24</sup> Menino em situação de rua cuja morte é considerada gatilho para a criação da EI.

pivô para a criação da Equipe. Esse falecimento reforçou um entendimento que alguns já vinham tendo, de que era necessário combinar esforços. E combinar aqui serve também no sentido de dialogar mais e consensuar algumas ações, como vimos em documento da EI e nos foi dito algumas vezes em entrevistas.

A OPN junto com a Barraca da Amizade assumiu o protagonismo dentre as ONGs no âmbito da EI. E, a partir de cadeiras em espaços compartilhados de decisão, como fóruns, GTs, conselhos de direitos, e em boa medida pela EI e seu Núcleo de Articulação, as ONGs se tornaram influentes na formulação e execução da política para I&J.

Um dos fatores que fez a OPN perdurar no tempo enquanto outras organizações diminuíram visivelmente sua influência, como o MNMMR, ou tiveram que fechar serviços como o acolhimento, como a Barraca da Amizade, ou pior, fechar completamente, como a Associação Curumins, é que a OPN não passou a depender de recursos exclusivamente públicos e conseguiu manter financiamentos externos robustos. Enquanto outras entidades passavam por dificuldades a OPN se expandiu, não apenas em serviços e estrutura, mas em planos, formulação e influência. Como uma das entidades que assumiu a liderança dentre as ONGs na Equipe Interinstitucional, assistiu ao paulatino aumento da dependência das ONGs ao Estado, depois das primeiras terem pautado o segundo em termos da agenda, no que se refere à concepção e padronização de ações.

Quando o Estado, ou melhor, parte dele já conseguia trabalhar de forma mais atendida com o não tão novo paradigma, com uma FUNCI de perfil mais acadêmico e militante na gestão de Luizianne Lins, veio mais apoio direto às ONGs. Com a crise do financiamento externo, predominantemente europeu, agora mais voltado para outras regiões do mundo, como o Leste Europeu, as IAs da sociedade civil foram se tornando mais dependentes desse financiamento público e este com o tempo foi descontinuado.

A própria política de I&J em si foi vítima de constantes cortes orçamentários. Essas organizações, dentre elas a OPN não assistiram a isso passivas. No trecho de entrevista concedida em 2016 a então coordenadora de Marketing nos relata como particularmente a OPN pensou a forma como daria sua resposta à redução do orçamento para essa política pública.

A gente fez o que? Junto com o fato de que a gente monitora o orçamento publico... E foi identificada uma redução, como todos os anos, só que dessa vez

maior, só que dessa vez a gente disse, “vamos criar uma campanha, e fazer alguma coisa contra essa situação, expor isso pra sociedade”,. Porque criavam manifestos e não sei quê. Aí O Pequeno Nazareno vem com a proposta que é a seguinte, o Manuel vem e me chama e diz o seguinte: “a gente quer uma campanha que a gente faça um estrondo na cidade, em cima do orçamento, vamos detonar por direitos!” O que é isso? Explodir bomba! Valha-me Deus! Explodir bomba? Sim, mas aí, e é ficcional a coisa, né? A campanha chama *Detonando por Diretos*. Isso é cristão? Pelo amor de Deus! Nenhum pouco, né? Tem mais a ver com o Estado Islâmico (Coordenadora de Marketing da OPN).

Ao longo dos anos a OPN mobilizou passeatas, realizou atos, soltou notas, fez denúncias na imprensa. Agora partia para uma tática diferente. A campanha *Detonando por Diretos* consistiria em chegar em vários pontos em que tivesse aglomeração de pessoas e chamar a atenção delas de forma performática para apresentar a redução de recursos para a política de Infância e Juventude com pequenas ações de encenação e propaganda de rua junto à população.

Em paralelo, havia mobilizações conjuntas, ações enquanto Equipe Interinstitucional. E por um tempo isso surtiu efeito na garantia de recursos para a política e mesmo repasse de recursos para as organizações da sociedade civil.

Bom, então, a Equipe Interinstitucional... Você conhece os trabalhos realizados. E então essas **passeatas** tinham um efeito muito positivo, aliviou bastante as nossas **preocupações financeiras**, em poder realizar os nossos trabalhos. [...] Se a gente **conseguiu** um apoio na cidade de Fortaleza, por que a gente não ia conseguir um apoio para todas as entidades que trabalham junto a criança em situação de rua em nível de país? (Bernd J. Rosemeyer)

A própria articulação em rede serviu para seus criadores poderem manter sua atividade, usando-a como instrumento de unidade e mobilização para pressionar o Estado para garantir recursos para essas políticas públicas.

Mas há ainda dois fatos importantes da citação acima que merecem consideração aqui. Fato um: é saber que conseguiram algumas vitórias, mas não o suficiente para impedir a redução dos SAIs ofertados por ONGs. Fato dois: isso contribuiu para tecer uma ideia em Rosemeyer de que pressionar o Estado poderia ser um instrumento usado para além de fazê-lo cumprir o que já se esperava dele, de se conseguir o mínimo, como manter recursos que permitissem essa política subsistir. Ou que essa pressão poderia ser usada para se conseguir exatamente o contrário, o mínimo e o que se esperaria do Estado, mas, no

sentido de que isto não se resumiria a manter subsistência dessa política pública. Bernd, parece-nos, teve uma outra percepção: que o mínimo que caberia ao Estado era que nem essas entidades precisassem existir, ou ao menos não precisarem ter todos esses serviços; que se tinha que ter pressa; mudar; e que isso não partiria do Estado. E não estava pensando na Prefeitura de Fortaleza. E é dessa percepção transformada em ação de que trataremos agora.

### *Campanha Nacional Criança Não é de Rua e RIDIAC*

Ao se expandir para Recife e Manaus, a OPN deixou de ser apenas uma entidade de um SGD local e isso já dizia algo sobre essa organização e seu idealizador. Bernd Rosemeyer não conheceu a *situação de rua* de crianças e adolescentes em Fortaleza. Caso um dia deixasse de existir crianças e adolescentes em *situação de rua* em Fortaleza, por que alguém que se dedicou a esse público nessa cidade poderia não se importar se isso continuasse ocorrendo em outros lugares? Como poder alcançá-las, para resolver o que as leva para as ruas? Para empreender tal projeto a OPN necessitaria de recursos, quando estes já se tornavam escassos para se trabalhar com quem já se atendia uma só cidade. Ocorre que a OPN conseguiu se manter. Mais que isso, conseguiu antecipadamente garantir sua manutenção por algum tempo. Já tinha lá atrás ido para outras cidades, para outros estados. Esta organização conseguia angariar os meios para poder pensar assim, em como estender sua ação para essa escala.

Logo, porque se contentar com Fortaleza, Recife e Manaus? E as outras crianças e adolescentes de outras cidades? Parece-nos que temos aqui um caso em que se aplica a sentença de que para se tornar grande deve se pensar como quem é grande.

A OPN resolveu fazer algo que os movimentos na Igreja, já tinham mostrado ser possível: tornar-se um agente nacional, incidir na política nacionalmente. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua já tinha feito isso. As pastorais sociais já tinham feito isso. Existem entidades como a OPN que cresceram e atuam em vários estados e isso lhes deu um peso político, como podemos citar as Aldeias Infantis SOS Brasil, que estão presentes em 21 cidades. A OPN então criou a Campanha Nacional Criança Não é de Rua (CNER), que lhe deu projeção como interlocutor nacional, que a levou a ocupar uma

cadeira no CONANDA e a CNER chegar a ser mencionada como maior parceiro do Governo Federal na sociedade civil. Vejamos como, em linhas gerais, se deu esse processo.

A preocupação com a vida de meninos morando nas ruas conduziu a OPN a lançar em âmbito nacional a Campanha Nacional Criança Não é de Rua, com o intuito de sensibilizar e discutir com os demais segmentos sociais a problemática em foco. E, principalmente, a IA visava fazer com que essa temática estivesse presente nas pautas da agenda pública e incidisse na criação de uma política nacional para crianças e adolescentes em *situação de rua*. Essa iniciativa mobilizou entidades governamentais e não governamentais nas capitais e fez a entidade ser conhecida nacionalmente.

A CNER é lançada em 2005. Mas seu processo de criação, como talvez não se fizesse mais desde a época da luta pela aprovação do ECA, viajou o país contatando e reunindo as organizações do SGD de cada capital. O idealizador dessa iniciativa, nos falou como surgiu essa ideia e o que visava com sua concretização.

Bom, então, a Equipe Interinstitucional... Você conhece os trabalhos realizados. [...] E foi em 2005 então, que eu dei um tempo lá na Alemanha. Eu passei seis semanas lá junto à minha família. Tive bastante tempo pra refletir também. Eu pensei que essa experiência de Fortaleza seria interessante levar para as outras cidades do país, e seria interessante também ter uma conexão, uma interação com as capitais. E seria interessante, se a gente conseguiu um apoio na cidade de Fortaleza, por que a gente não ia conseguir um apoio para todas as entidades que trabalham junto a criança em situação de rua em nível de país? Significa o que? Uma política pública. Então, criou-se ainda em 2005 essa campanha que não tinha nada, ao contrário, era apenas uma ideia a ser realizada. Tinha chegado o tempo de realizar essa ideia, de ter uma rede de entidades parecidas, similares, que tinham o mesmo perfil de atendimento para a troca de experiências e para uma incidência política (Bernd Rosemeyer).

Rosemeyer revela que pensou em replicar a experiência da articulação em rede vivenciada em Fortaleza, no caso a Equipe Interinstitucional, como o meio de fortalecer as entidades que atuassem junto ao seu público. O que mostra, de certa forma, a crítica sobre a rede já montada pelo Estado enquanto movimento real: o SGD, que não garantia ao público em questão, CASR, seus direitos e nem às entidades os meios de manterem seus serviços junto a esse segmento.

A CNER, inicialmente mais semelhante a um movimento, hoje uma associação, conforme sua página eletrônica<sup>25</sup>, se definia no momento de conclusão deste trabalho como *uma rede nacional de organizações que lutam pelos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua*. Basicamente essa organização articula organizações e redes locais que atendem a CASR por todo o país, realiza mobilizações de rua nacionais, busca exercer pressão em prol da elaboração de políticas públicas para o seu referido segmento alvo, fomenta e pugna por pesquisas sobre esse público e temática, divulgação de dados oficiais sobre estes, estabelece parcerias diversas visando a profusão dessa agenda, afirma a necessidade de um olhar específico para essas crianças e adolescentes, estabelece diretrizes programáticas para o atendimento a esse setor, e, com todos esses movimentos chegou a ser colocado como principal (e único) parceiro da sociedade civil citado pelo Governo Federal até o Governo Michel Temer.

A Campanha Nacional começou se apresentando em nível nacional, ao Estado brasileiro, em audiência no Senado Federal e à sociedade civil, representada na figura do CONANDA. Podemos resumir em termos de datas e eventos da seguinte forma toda essa movimentação:

- 2005 - em 07/12 a Campanha se apresenta ao CONANDA e em 08/12 é lançada no Senado Federal;
- 2006 – são realizados Seminários Estaduais da CNER em 17/03, em Recife, Pernambuco, em 27/03 no Rio de Janeiro, capital, em 25/05 em Aracaju, Sergipe e em 23/08 em São Luís, Maranhão;
- 2007 – acelerou bastante o ritmo, triplicando o número de eventos por estado, realizando Seminários Estaduais em 21/03 em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 13/04 em Curitiba, Paraná, em 19/04 em Vitória, Espírito Santo, em 08/05 em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 11/05 em Macapá, Amapá, em 22/05 em Porto Velho, Rondônia e em 29/05 em Belém, Pará, em 04/06 em Florianópolis, Santa Catarina, em 20/06 em Rio Branco, Acre, em 27/07 em Boa Vista, Roraima, em 17/10 em Maceió, Alagoas e em 19/10 em Palmas, Tocantins;
- 2008 – com o grande avanço no ano anterior, neste se cobriu bem dizer metade do que faltava para realizar um seminário por unidade da federação, com 6 seminários

---

<sup>25</sup> Endereço <http://www.criancanaoederua.org.br>.

realizados em 30/04 em Natal, Rio Grande do Norte, em 23/07 em Fortaleza, Ceará, em 05/09 em Teresina, Piauí, em 24/09 em Goiânia, Goiás, em 22/10 em Manaus, Amazonas e em 18/11 em João Pessoa, Paraíba;

- 2009 – realizaram seminários ainda em 05/03 Cuiabá, Mato Grosso, em 06/10 em Salvador, Bahia, em 21/10 em São Paulo, capital e em 16/12, o último que concluiu o processo de apresentação da CNER, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Campanha, como um novo front, o de um púlpito e articulador e mobilizador nacional, realizou muitas ações, inclusive já no seu processo de apresentação pelo país. Para darmos seguimento a exposição de suas ações, que tomamos aqui como parte da ação da OPN que colima incidir na política pública, precisaremos primeiro apresentar os *eixos de atuação* que a Campanha Nacional estabeleceu para si no seu momento de estabelecimento junto aos parceiros que a OPN foi aglutinando sob esse *guarda-chuva*.

Em 2007 realiza a primeira Ação Nacional Criança Não é de Rua, em julho daquele ano. Essa ação se tratava de uma manifestação de rua contra a situação de moradia nas ruas em que se encontravam crianças e adolescentes e se deu na capital cearense. Tal iniciativa se repetiria até onde temos informações, mais quatro vezes: em 19/03/2008 em Fortaleza, Recife e alguma outra cidade que conforme o documento fonte não fica claro se é do Ceará ou Teresina-PI; 08/04/2009 em Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Palmas, Recife, Rio de Janeiro, São Luís, Teresina dentre outras cidades<sup>26</sup>; em 30/03/2010 essa ação se espalhou por aproximadamente 26 cidades, sendo mais fácil citar as capitais em que não ocorreu, sendo essas Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Florianópolis, Macapá, Porto Alegre, Porto Velho, Rio Branco, São Paulo e Vitória e; em 2011, se espalhando para 41 cidades, ficando fora dessa conta apenas as capitais Campo Grande, Macapá, Porto Rico, Rio Branco, São Paulo e Vitória – apesar do material não ser claro, e deixar para o leitor ter que deduzir a partir uma imagem pouco clara (CRIANÇA NÃO É DE RUA, revista, s/d).

---

<sup>26</sup> Assim como ocorreu com o caso do mesmo ato em 2008, em que deixamos de precisar uma das cidades em que ele ocorreu, não podemos citar os nomes dessas outras cidades – uma s duas – pois nosso documento fonte traz tal dado na forma de setas num mapa do país no qual não fica claro que cidades tais setas apontam, podendo ser outras cidades que não as capitais de seus estados ou outras capitais de estados vizinhas aos pontos em que incidem essas setas, a saber, Aracaju e Natal. As setas possuem cores diferentes, mas algumas que apontam os mesmos estados possuem a mesma cor da seta que nos parece indicar a capital. E também não há nenhuma indicação do significado das cores ou lista das cidades participantes do ato. Estamos mais inclinados a acreditar que as setas extras indicam outras cidades dos estados cujas capitais já estão assinaladas.

Recuando no tempo para acompanharmos em sequência cronológica as outras ações da CNER, vemos que em 2009 a Campanha lançou o livro *Censo da Exclusão ou a Falta de Inclusão nos Censos? A Invisibilidade de meninos e meninas em situação de moradia de ruas nas capitais brasileiras* de Domingos Sávio Abreu, Juliana Alves de Oliveira e Natália Pinheiro Xavier (CRIANÇA NÃO É DE RUA, revista, s/d). O livro, que já esteve disponível entre os arquivos para download na página da CNER, teve lançamentos em Fortaleza, em 15 de junho daquele ano, no seminário da capital federal e em evento próprio em São Paulo, respectivamente nas datas de 18 de junho e em 17 de agosto.

Entre 10 e 12 de agosto de 2010, realizou seu 1º Seminário Nacional em Fortaleza, que se tornou a capital da Campanha. Nessa ocasião deliberaram por um estudo quali-quantitativo acerca das crianças e adolescentes em *situação de rua* no país, uma vez constatada a inexistência de um censo nacional dessa população, quando da produção do livro citado. Também nessa ocasião estabeleceram – o que depois vão instituir como os eixos práticos de sua atuação – as garantias a serem pautadas para esse público: a educação social de rua, a convivência familiar e comunitária e o acolhimento institucional. E, ainda nesse evento aprovaram a produção de um documento com esses posicionamentos e demandas a ser entregue para todas as instâncias do SGD nacionalmente para *subsidiar um olhar mais peculiar a meninos e meninas em situação de moradia nas ruas* (Boletim I Seminário Criança Não é de Rua, s/d) e escolheram a primeira Coordenação Colegiada do Comitê Nacional Criança Não é de Rua.

O Comitê Nacional foi composto por quatro secretárias: secretaria nacional, esta ocupada por Bernd Josef Rosemeyer; secretaria nacional adjunta, esta ocupada por Adriano Ribeiro, quem de fato inicialmente foi o primeiro rosto nacional da liderança dessa iniciativa; secretaria de finanças, esta ocupada por Manoel Torquato, quem depois assumiria o papel inicialmente desempenhado por Adriano Ribeiro e; uma secretária, ocupada por Quênia Oliveira – todos da OPN. A coordenação colegiada abriu para a participação das demais entidades e foi composta por 2 representantes das 5 regiões do país, os quais foram: Centro-Oeste – Edvair Pereira Alves do CMDCA/Cuiabá-MT e Sabino Manda do Fórum DCA-DF; Nordeste – Ivana Márcia Braga da Rede Amiga da Criança/Maranhão e Renildo Barbosa do CMDCA de Salvador-BA; Norte – Maria de Nazaré Sá do CEDCA/Pará e Paulo Afonso Sampaio do CMDCA/Manaus-AM; Sudeste –

Mônica Alkmim – Rede Rio Criança, Rio de Janeiro-RJ e Luciano Santos Araújo do Fórum DCA/São Paulo e; Sul – Fernando de Gois da IA Meninos de 4 Pinheiros/Paraná e Larissa Rechden Jung do Fórum DCA/Rio Grande do Sul (CRIANÇA NÃO É DE RUA, revista, s/d).

Nesse I Seminário produziram as *Propostas para o Enfrentamento à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes no Brasil*. Esse programa foi lançado no I Boletim Informativo da CNER, que também tratava desse evento de 2010 em Fortaleza, e também trazia essa estrutura do Comitê Nacional. As propostas eram divididas no que depois a CNER passou a chamar por *eixos de atuação*, e eram 4 eixos: i) *análise institucional*; ii) *análise quantiqualitativa*; iii) *educação social de rua*; iv) *convivência familiar e comunitária* e; v) *acolhimento institucional*.

A consigna que inicia a apresentação temática do compêndio que reunia 26 propostas, **Convivência Familiar e Comunitária**, reafirma o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, pugna pela integração das políticas públicas, mormente as sociais, citando as principais, com foco nas famílias do segmento infantojuvenil em situação de rua e que observem sua especificidade. Reafirma a necessidade de empoderar todo o grupo familiar, de reforçar os vínculos familiares e se garantir o direito que denomina essa linha de ação, com a integração dos três níveis políticoadministrativos e territoriais de ação. Por fim, reforça a necessidade de formação de equipes multiprofissionais na rede e de se investir em capacitação dos profissionais dentro da realidade peculiar do público alvo.

A segunda consigna é a do **Acolhimento Institucional**. Ela é interessante, pois expressa uma posição mediada e negociada com outras instituições do país inteiro. Mas ainda assim se trata de uma posição que refletiu naquele momento o que a direção da OPN apontava como sua visão de como deveria ser e o que faltava para esse serviço poder cumprir seu papel a contento.

Nessa parte do texto ressaltam-se novamente algumas ideias que permitem perceber parte da concepção da OPN. Entre essas ideias temos a de trabalho em rede, ou melhor, em de integração, inclusive entre redes, pois todo o documento da Proposta alterna termos como SGD e rede socioassistencial, que são diferentes, bem como rede de atendimento que junta parte de ambas, mas genericamente parece-nos ser usada como sinônimo de ambas

ou termo que engloba as duas, além de citar intersetorialidade e nominar as políticas sociais que devem ser integradas, que como já citamos uma segunda vez cabe dizer, são as de educação, desporto e lazer, cultura, saúde, assistência social, trabalho, profissionalização, habitação, além do *dentre outras*.

Outra ideia que aparece nitidamente é a de reafirmação dos marcos regulatórios. Trata-se da defesa do paradigma que eles próprios ajudavam a atualizar e tornar novos instrumentos legais, que se destaca por sua concepção humanista, garantista, sociopedagógica, e que também chamaremos integralprotecionista, a daqueles que defendem a doutrina da proteção integral. Inclusive, assumiam esta posição porque ela é calcada em marcos ideológicos que já eram referências para eles, tais como Estado Democrático de Direito, Direitos Humanos, a experiência de movimentos sociais, inclusive fortemente ligados à Igreja como a Educação Social de Rua, etc.

Aqui parece-nos um exemplo da visão racional-legal weberiana como fundamento da ação social, relacionada a valores, evidentemente. A presença de europeus, a vigência de um gerenciamento ao melhor estilo empresarial e o *leitmotiv* civilizatório claro de se querer acabar com algo que se entende atrasado, logo injustificável do ponto de vista moral - crianças morarem nas ruas - acreditamos serem marcas claras que permite-nos caracterizar tal *modus operandi* desses indivíduos enquanto OPN como um caso concreto a que cabe tal conceituação de Max Weber.

Outros princípios apontados que podem ser extraídos do documento é a defesa de se trabalhar o reforço dos vínculos familiares, se empoderar as famílias. Mas em paralelo se coloca a necessidade de se trabalhar a autonomia dos acolhidos, o que significa que tanto pretendem incluir aqueles com vínculos rompidos quanto os casos em que não for possível o retorno familiar ou colocação em família substituta. Aparece ainda a defesa do atendimento especializado para CASR, que é o que a OPN faz. Isto se tornando política representaria uma virada na política que hoje desde o ECA prevê atendimento que chamamos aqui generalista, ou seja, para todos os perfis, o que percebemos criar contrariedade por parte de alguns profissionais desde técnicos a possivelmente juízes.

Por fim, o que o documento propõe de medidas concretas, além desses pontos mais principiológicos, são questões específicas que denotam os furos no tecido da rede de atendimento pela visão da OPN, mas também de seus aliados de outros estados, com

variações aqui e ali, logo expressam uma regularidade dos pontos falhos da implementação da política e das redes SGD em todo o país. Essas propostas foram: i) a garantia de recursos financeiros para as IAs; ii) implantação de centros de desintoxicação para drogadictos; iii) criação e manutenção de SAIs específicos para CASR; iv) criação de parâmetros de avaliação para SAIs especializados em CASR; v) profissionalização, formação e plano de carreiras para os profissionais da área; vi) aplicação de uma medida que não versa propriamente sobre SAI, que seria o cumprimento do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que prevê a criação de espaços de referência para atendimento de CASR; vii) uniformização em linhas gerais do SAI com base no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que preconiza bases para esse atendimento, dentre elas ser um serviço personalizado.

Sobre essas propostas cabe comentar que a criação de parâmetros de avaliação para SAIs especializados em CASR pode ser a resposta encontrada para se evitar que as IAs fiquem reféns da subjetividade de agentes funcionalmente em posição hierárquica superior ao SAI ou que pensam ocupar tal posição, como conselheiros tutelares, juízes e promotores de justiça, uma vez que possuem muita margem de discricionariedade em suas atribuições.

A profissionalização, formação e plano de carreiras para os profissionais da área viria a atender a um problema que atinge bastante os educadores sociais e que é demanda desse segmento da rede. Mas esse problema é sentido também entre os dirigentes que têm que aceitar empregar profissionais sem formação voltada para esse trabalho, que tiveram seu aprendizado em movimentos sociais, nas próprias instituições, ou trazem apenas a experiência como pai e mãe. E os empregadores findam por ter que assegurar uma formação por conta própria a esses profissionais, para muitas vezes repetir em pouco tempo as mesmas capacitações, não podendo imprimir uma progressão a ela, dada a rotatividade desses profissionais por desistência dada as vicissitudes da profissão e grande lacuna de direitos e incentivos para nela permanecer que advenham da lei. No Poder Público há uma confusão de papéis dada a falta de reconhecimento legal dessa profissão, com inúmeras denominações e diferentes atributos, ausência de carreira e concursos.

Em 2011, volta a fazer uma ação de rua em escala nacional, mas agora tem endereço específico: *Recolhimento Compulsório Aqui Não!* O nome da mobilização mira na decisão tomada pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro de

realizar tal ação higienista, formalizando-a na resolução nº 20 de 27 de maio de 2011 (CNER, 2011<sup>27</sup>). O ato envolveu 56 cidades, aparentemente ficando de fora apenas as capitais Campo Grande, Porto Velho, Rio Branco e Vitória, conforme conseguimos deduzir por imagem de material da CNER (CRIANÇA NÃO É DE RUA, revista, s/d), podendo haver imprecisões neste balanço.

Nesse ano lançaram também um edital para concessão de 4 bolsas de pesquisa, 2 para elaboração de estudo que servisse para projeto de mestrado e 2 para projeto de doutorado. Essa iniciativa tratava-se de fomentar quatro estudos que poderiam servir como proposta para seleções de pós-graduação em Sociologia ou áreas afins para postulantes a mestrado e doutorado na área. Sem garantia que os bolsistas de fato inserissem o tema desse trabalho em seus projetos de pesquisa a serem submetidos em seleções de programas de pós-graduação, dessa forma, a CNER tanto buscava produzir pesquisas de seu interesse quanto inserir sua agenda em estudos na academia. O processo seletivo se constituiu de entrega de documentos e entrevista. A bolsa durou um ano, o de 2012. Seus temas possuíam escala nacional.

Tal iniciativa de concessão de bolsas para produção de estudos acadêmicos basicamente contemplou egressos do Departamento de Ciências Sociais da UFC, possivelmente por se considerar a proximidade física para acompanhamento dos bolsistas, exceto por nós, que então já residíamos em Brasília. Esta ação foi ainda parte de outro projeto da CNER já em prática, o estabelecimento de seu Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP)<sup>28</sup>. Este dispunha então até de um pequeno acervo bibliográfico para consulta em obras originais e fotocopiadas. Essa ação foi chancelada pela participação do Prof. Dr. Domingos Abreu, do departamento supramencionado, autoridade nessas temáticas, que tomou essa participação como atividade extensionista e dando o nome da universidade e departamento como parceiros do edital também citado.

O NEP organizou um seminário de prestação de contas à comunidade no meio da vigência das bolsas, em 16 de agosto de 2012 no período matutino no auditório conjunto dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, com o nome de Seminário Crianças

---

<sup>27</sup> Carta Aberta acerca da medida do recolhimento compulsório de crianças e adolescentes em Situação de rua no Rio de Janeiro.

<sup>28</sup> Tanto que nosso nome consta na revista citada acima como uma de nossas fontes como parte da CNER, por nossa participação nesse núcleo.

Invisíveis. Os bolsistas tiveram que repassar um relatório parcial, com seis meses de pesquisa e outro final, ao término do período da bolsa, com era praxe nos programas de bolsas de iniciação científica da universidade.

Ainda 2012 a CNER lançou o Observatório Nacional Criança Não é de Rua e a Plataforma Digital Rua Brasil S/N, um software disponível no endereço eletrônico [www.observatorionacional.net.br](http://www.observatorionacional.net.br). Essa plataforma se propôs a ser um banco de dados nacional que finalmente permitisse a unificação e centralização de dados sobre essa população, excluída dos censos governamentais e pensada por diferentes categorias com diferentes metodologias acerca de sua caracterização e de sua situação.

Assim a CNER buscou mais uma vez, preenchendo uma lacuna estatal, a partir da ciência, construir parte da política pública nacional para seu público, sempre com vistas a erradicação do sentido de existir da OPN. Esse banco de dados foi construído para ser alimentado por organizações públicas e privadas que atendem a CASR em todo o Brasil, além de visar lhes dar uma linguagem única. A CNER apresentou esse instrumental e o Observatório em todas as capitais ao longo daquele ano, a maior parte dessas visitas sendo feitas em um só mês.

Essa ação atende inclusive a dois *eixos teóricos* da *atuação* da CNER, colocada no início de sua construção: *análise situacional e análise quanti e qualitativa*. O Rua Brasil S/N funcionou até 2014, não tendo retornado até concluirmos este trabalho. A razão apontada para nós foi a falta de patrocinadores. Mas também ficou evidente o retrocesso no campo da I&J com as mudanças da agenda pública desde 2016, afinal o Governo Federal apontava a CNER como sua parceira e as redes criadas integravam os setores público ao privado, como preconizado pelo ECA.

Outro aspecto interessante desta ação do Observatório e banco de dados: mais uma vez vemos aqui a inspiração na Equipe Interinstitucional de Fortaleza. O que a Equipe fez senão integrar as organizações em seu âmbito territorial, para encerrar paralelismos de ações até conflitantes e acabar com a torre de babel, para que tanto OGs quanto ONGs criassem uma sinergia que reverberasse em resultados? A EI padronizou a metodologia, linguagem, até onde foi possível, criou uma ficha padrão para registro de dados dos atendidos, gerando um banco de dados único e compartilhado e passou a realizar pesquisas periodicamente sobre seu público alvo, possibilitando uma leitura geral e diagnóstica à

sub-rede que atendia a CASR sobre quem deveriam atender. Isso mostra como o cenário citadino de Fortaleza foi lócus de um desenvolvimento de ações do seu SGD promissoras, a ponto de servir de “laboratório” e modelo para ações nacionais, e, como veremos a seguir, internacionais.

Já com uma certa *bagagem* de *andar por esse país* e também com um amplo arquivo de contatos em todos os estados, através da Campanha Nacional, a OPN realizou entre 14 e 15 de agosto 2013, em Brasília, o Seminário de Estruturação da Rede Nacional de Atenção a Criança e Adolescente em Situação de Rua. De fato, pode-se afirmar que essa construção começou desde o início da construção da CNER. O evento com mesa de abertura com várias representações do Governo Federal, com a participação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – de certa forma de quem a Campanha é herdeira – e dos professores Domingos Abreu e Irene Rizzini.

Possivelmente esse seminário atualizou a proposta da CNER para a política de I&J, que passaram então a se chamar *eixos de atuação*, divididos em 2 *eixos teóricos* e 3 *eixos práticos* (CNER, s/d, revista). Os *eixos teóricos* ficaram sendo: i) *análise institucional* e ii) *análise quanti qualitativa*. Os *eixos práticos* se constituíam de: i) *educação social de rua*; ii) *convivência familiar e comunitária* e; iii) este que aparece ainda como *acolhimento institucional* em uma parte de uma revista da Campanha, denominada *Criança Não é de Rua*, provavelmente também de 2013 ou do ano seguinte, mas que na página seguinte, num gráfico dos eixos, aparece como suplantado por *retaguardas de atendimento institucional*.

Como se vê, avançou-se a sistematização sobre essas propostas, que passaram a ser chamadas eixos e foram sendo aprofundadas e até suplantadas em muitos dos seus aspectos, como mostraremos a seguir, ao esmiuçar os agora eixos de atuação. Da *Proposta* para essa reformulação permaneceram em sua maioria os mesmos, exceto a *análise quanti e qualitativa* que é uma inclusão, além da troca no mesmo material de *acolhimento* por *retaguarda de atendimento institucional*.

Primeiramente a mudança parece assinalar que, se antes se apresentava uma proposta para o Poder Público e sociedade agora a CNER passa a tomar a mesma formulação apresentando-a com o sendo o que a orienta. Em suma, um aparente recuo, talvez tático, no que poderia parecer antes uma imposição de sua visão de como todos deveriam agir e pelo quê deveriam se guiar. Assim, a CNER continua divulgando e

defendendo essa plataforma, mas como o seu manual, e não, numa atitude clara de dizer que sua visão particular deve ser a própria política, o que pode criar uma resistência a priori e dificultar que essa mesma concepção possa ser com o tempo incutida e mais diálogos e parcerias e novas adesões possam ser conseguidos.

Quanto a troca de acolhimento por retaguarda, que não parece proposital, mas um possível erro, acreditamos demonstrar que se tratava mesmo ali de um momento de transição, onde findou por transparecer quem sai e entra em cena em seu lugar. Tal mudança mostra um giro de formulação que inverte a lógica dentro dessa formulação maior. Em vez de se reforçar uma medida que protege, mas institucionaliza, mudaram sua agenda para indicar o que é uma das falas mais comuns em todos estes anos de estudos nesse campo em Fortaleza: a falta de retaguardas – particularmente como reclamação de quem estava na abordagem de rua ou no acolhimento.

Talvez a opção inicial por acolhimento tenha se dado dentro daquela perspectiva que Rosemeyer apontou em sua fala acima, quando lembra que pensou em uma estratégia que replicasse o que a EI representou em Fortaleza, tendo em mente, inclusive, o empoderamento financeiro que tal integração permitiu à OPN. É possível também que uma gradativa mudança no tratamento do acolhimento dentro dos SGDs, que o teria tirado do polo de algo essencialmente positivo que serviu de solução ao asilamento do passado para posicioná-lo de forma diametralmente oposta, com movimentos em nível nacional do que vinha se chamando de desabrigoamento, ou desacolhimento.

Agora comentaremos as mudanças ocorridas nessa formulação, que desde esse momento até o fim de nosso estudo passou a figurar como o programa da CNER. A revista que tomamos como fonte é bem sucinta comparada ao Boletim do I Seminário. Dos eixos teóricos, **Educação Social de Rua** basicamente coloca tal atendimento como um direito a ser garantido para CASR de serem *ouvidos por um profissional preparado e especializado no atendimento a essa demanda*. Esta frase traz condensados em sua escrita os pontos fundamentais tratados anteriormente: a escuta como concepção humanista, garantista, socioeducativa e integralprotecionista de abordagem de rua; o profissional preparado faz referência a necessidade de autonomização da educação social com o seu reconhecimento legal, regulamentação e conseqüente formação e profissionalização de seus trabalhadores, com o estabelecimento de direitos e garantias como a criação de uma carreira, o que daria

fim à heterogeneidade da origem e das formas de desenvolvimento desses profissionais e a rotatividade destes na profissão e, devia se esperar, nas instituições. Os eixos da **Convivência Familiar e Comunitária** e do **Acolhimento Institucional** basicamente aparecem como descrições breves, mas pontuadas em aspectos que demarcam a mesma visão da política que traçamos na frase anterior, acrescidas da menção ao PNCFC.

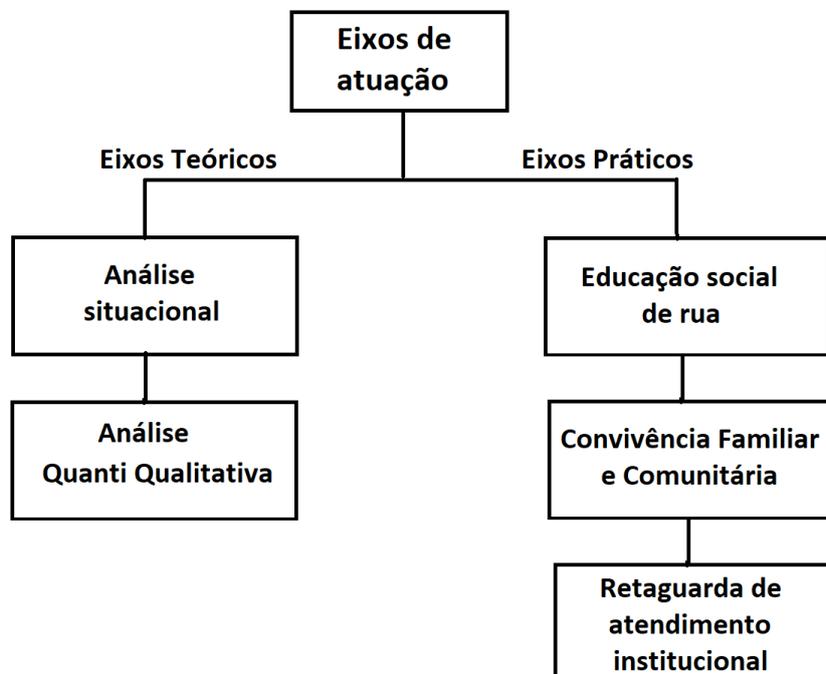
Os eixos teóricos aparecem assim descritos:

Análise situacional: Promover a quantificação e qualificação continuada dos dados sobre o público em foco para subsidiar e viabilizar políticas públicas e monitorar a evolução do enfrentamento desta problemática no Brasil.

Conceituação do fenômeno: Promover debates, estudos e parâmetros conceituais para unificar as linguagens e saberes sobre a definição do público em foco que possibilite uma ação integrada e uma metodologia de trabalho de aplicação geral (CNER, s/d, p. 4).

Comparando essa descrição com o gráfico abaixo, parece-nos que houve alguma confusão. É importante ver o gráfico primeiramente, para isso ficar mais compreensível.

**Gráfico 3 – Eixos de atuação da CNER**



Fonte: CNER, reprodução do autor.

Comparando esse gráfico com a citação acima, ambos da mesma publicação, de páginas vizinhas, e que não são uma o verso da outra, mas ficam lado a lado com a revista aberta na numeração de suas páginas, percebe-se a seguinte confusão: na descrição por escrito, depois de ver o gráfico temos a impressão de tal texto trazer uma fusão de *análise situacional* com *análise quanti qualitativa*, que no gráfico veem separadas. No texto, o mesmo da citação acima *análise quanti qualitativa* parece ser a descrição de *análise situacional* como se fossem um só: “promover a quantificação e qualificação continuada de dados...”.

Já no gráfico na página ao lado, o nome de eixo e o teor de sua descrição aparecem separados como dois *eixos teóricos* distintos e *conceituação do fenômeno* simplesmente não aparece. Pode ter sido um problema de reproduzirem no gráfico uma informação desatualizada, causando a omissão da *conceituação do fenômeno* que seria então o segundo eixo teórico em lugar de *análise quanti qualitativa* ou algum lapso semelhante. Isto não desmerece o esforço e resultados obtidos de sistematização de demandas, tarefas, de planejamento e a elaboração sobre sua própria prática, nem a compreensão do conteúdo proposto.

O administrador do sítio O Pequeno Nazareno quando perguntado por nós sobre o que ele considerava ser motivo para poder se apontar a OPN como uma experiência exitosa, respondeu-nos que esta poderia ser sim assim considerada por seus resultados, *que olhando os frutos de sua atividade poderia se medir se era exitosa*. Acerca de planejamento, um informante que atuou como parceiro da OPN e a ajudou no planejamento de um determinado segmento de ações nos disse uma vez que foi acompanhando as ações da ONG desde as sediadas na capital alencarina até as de escala nacional, com viagens aos vários estados, seguindo também seu próprio interesse naquela colaboração. Porém, depois, ao se debruçar sobre esse processo se deu conta de que seguiu o tempo inteiro um planejamento maior da OPN, estabelecido com grande antecedência prevendo cada passo que ele próprio seguiu.

Correlacionando planejamento e resultados, para vermos se essas duas falas encontram apoio nas evidências, analisemos como a própria CNER, dirigida pela OPN, avalia sua trajetória até ali. Reproduzimos abaixo uma passagem dessa mesma revista,

provável ano de publicação de 2013, escrito imediatamente abaixo da descrição dos seus *eixos de atuação* que transcrevemos pouco acima.

### **O Plano**

A Campanha foi desenvolvida em 03 fases:

A primeira fase definiu o conteúdo chave, o material da Campanha e os parceiros estratégicos, bem como o financiamento inicial da proposta.

Na segunda fase realizou-se visitas às capitais do país para realização de um seminário estadual que apresentou a campanha, formalizou adesão dos parceiros, assim como seus compromissos, adequação e formatação local. Buscava um diagnóstico daquele estado, como a existência de dados, programas e organizações voltadas para o público em foco. Nessa fase foram articuladas Ações de Sensibilização nas principais cidades brasileiras com o objetivo de pautar o assunto na mídia, promover uma sensibilização da população e fortalecer o movimento.

A terceira fase realizou o I Seminário Nacional envolvendo todos estes parceiros para construir um conjunto de diretrizes, nortear a proposição de uma política nacional e consolidar a Campanha.

Em sua cronologia recente a campanha conseguiu realizar as três etapas iniciais do processo [...] (CNER, s/d, p. 4).

Após esse texto, aparece o gráfico com os eixos de atuação, por terem sido citados, mas imediatamente depois segue um cronograma que é a publicação quase toda, para ilustrar que, como a citação acima afirma, realizaram essas etapas iniciais previstas “de acordo com o seguinte histórico:”. Em suma, a OPN dá muita importância a planejar cada passo seu. E pela quantidade de frentes em que atua e pelos resultados que alcança podemos supor que consegue muito do que planeja.

Com essas ações a Campanha Nacional Criança Não é de Rua ganhou projeção nacional. Congregava agentes de redes locais em todo o país, da sociedade civil, muitas vezes ocupando instâncias públicas. Assim a CNER se tornou parceira do Ministério do Desenvolvimento Social e da Secretária dos Direitos Humanos. E ingressou no CONANDA, em 2015.

Em 2015, a Rede Nacional constituída pela CNER expandiu sua ação para a América Latina e fundou a *Red Internacional por la Defensa de la Infancia y Adolescencia en Situacion de Calle* (RIDIAN) ou Rede Internacional pela Defesa da Infância e

Adolescência em tradução livre, que congrega 12 países do subcontinente e mais de 700 organizações. Em 2018, a OPN e a Campanha Nacional Criança Não é de Rua coordenaram a elaboração das Diretrizes Nacionais para o Atendimento à Criança e o Adolescente em Situação de Rua, primeiro marco legal dirigido para a garantia dos direitos desse segmento. E no mesmo ano ainda sediou em Fortaleza, entre 27 a 29 de junho, a Cúpula Latinoamericana pelos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, como anfitriã de toda a RIDIAC.

Quando realizávamos nossa pesquisa de campo em Fortaleza, em 2016, soubemos que a CNER já tinha visitado e/ou iniciado articulações com organizações na Colômbia, Venezuela, Argentina, Peru e Bolívia, que eram o núcleo inicial de países para constituir essa rede. Rosemeyer nos falou sobre esse novo *front* aberto pela OPN/CNER.

Essa ideia de partir para a América Latina é uma ideia relativamente nova e eu fiquei bastante surpreso com o feedback positivo dos outros países que já foram visitados, ao todo foram 4. E isso se deve ao fato de que talvez o Brasil sem saber, está ocupando uma posição de vanguarda no que se refere à questão de articulação de entidades. Parece que no Brasil existe um pouco essa cultura de trabalho em rede, coisa que nos outros países não existe automaticamente.

Rosemeyer, já com um olhar nacional, propiciado por certo pela recente experiência da CNER, coloca o que seria um traço nacional do campo pesquisado: constituir redes, efetuar trabalho em rede. E observa, a partir de um olhar inicial traçado pelo cenário nacional desses primeiros países que essa marca nossa seria distintivo no continente. Isto só reforça o ineditismo dessa iniciativa e a liderança dessa entidade, O Pequeno Nazareno.

## CAPÍTULO V

### 5. O PEQUENO NAZARENO COMO UMA EXPERIÊNCIA PONTOCRUZ

Buscaremos agora traçar uma síntese conclusiva sobre a Associação O Pequeno Nazareno, inclusive porque a entendemos como um *bordado nessa trama*, do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza e nacional. Por que o desenho nazarenino nessa rede de instituições se destaca dentre as demais para assim o tratarmos? O que a torna um experiência exitosa? Por que a tomamos como um experimento de sucesso?

#### 5.1. Buscando identificar os pontos fortes e suas razões

Quando indagados sobre as razões para O Pequeno Nazareno ser essa experiência exitosa, seus profissionais entrevistados na maior parte das vezes atribuiu à competência, expertise, *know-how*, sintonia, sensibilidade e **motivação** de sua equipe, ou seja, a si mesmos. Evidentemente a OPN é o conjunto de seus membros e o que resultou do trabalho destes, seu capital, estrutura, nome etc. Mesmo entendendo que os pesquisados podem – e costumam – não ter clareza do que explica o que eles fazem, por que o fazem e como o fazem, apesar de terem estas respostas, e que o que estamos questionando aqui, costuma ter uma resposta multicausal, analisemos este ponto que nos apresentaram: o material humano dessa ONG. Com seu protagonismo, a OPN formou alguns dos melhores quadros dessa área e com o tempo trouxe para si outros formados por outras organizações como Ney Robson, Rafael Agostinho, Marcos Levi Nunes do Ponte de Encontro – PMF, Flor Fontenele, ex-Curumins, Brigitte Louchez, ex-dirigente da Associação Barraca da Amizade, Ana Cristina Rosa e Antonio Carlos da Silva do PCFRDE... O Pequeno Nazareno reunia então o maior número de profissionais experimentados, reconhecidos e comprometidos que a parcela politicamente mais engajada do conjunto da rede já tinha produzido, reunidos sob um mesmo guarda-chuva.

O que quero dizer, o que coloca O Pequeno Nazareno, dois fatores, a incidência política d'O Pequeno Nazareno. Não existe nenhuma instituição nessa cidade com a capacidade que O Pequeno Nazareno tem. O empoderamento desses militantes, né? Aqui está Manoel Torquato, estou eu, está quem mais que é mais que é muito bom assim? Elísio! Celestino, você tem aqui, sem nenhuma modéstia, só nessas três figuras aí, você tem as melhores militâncias das redes da infância. Não tem melhor que nós não. Chegou um desse dentro de um conselho de direito, pra debater direito da criança e do adolescente, não tem melhor que nós não. Tem outros tão bons quanto. Mas melhor não tem não. Então, essas pessoas elas ocupam uma militância que não é militância figurativa. Ela é empoderada, dentro desses espaços e ocupam espaços de deliberação (Uma Coordenadora da OPN).

Ao tratar de como a OPN foi com o tempo reunindo esses profissionais antes espalhados por toda a rede, uma coordenadora d'O Pequeno Nazareno, relaciona a falta de recursos financeiros para as organizações não governamentais e a estruturação financeira do primeiro com este efeito agregador. Enumera ainda outros traços da OPN que podem corroborar para tal. Uma coordenadora da OPN, chegou a nos declarar: “Não tem recursos, acabou, fechou. Então vou pra onde? Pro Iprede? Deus me livre! Porque eu tenho um compromisso com a causa. É diferente, eu não sou um profissional. Então essas pessoas são pessoas compromissadas, que são militantes”.

Essa informante relata que a escassez de recursos para financiamento das ações dessas organizações, a que já nos referimos, e que não afetou O Pequeno Nazareno por este ter conseguido estabilizar sua captação, fez com que a OPN se torna-se uma alternativa de empregador dentro da rede frente suas congêneres que não gozaram de tal estabilidade financeira, tanto que alguns SAIs fecharam, quando não foi o caso da própria IA, como ocorreu com a Curumins. Esses profissionais teriam com o tempo ficado sem ou com poucas alternativas de empregabilidade nessa área dada a redução de potenciais empregadores, os recursos rarefeitos. Nossa informante arrola ainda o perfil *militante* da OPN como mais um elemento catalisador desta ONG como uma opção de lugar de trabalho para profissionais que se identificam como militantes. Ela nos declarou também: “É excelente a capacidade de gestão. Isso gera recursos. Isso é uma coisa. E outra, um trabalho belíssimo, A Curumins tinha um trabalho maravilhoso. Cadê Curumins? Fechou! Não existe mais, fechou por que? A nível de gestão era muito ruim.”

O fato de seu presidente ser estrangeiro, e ter ligações com a Igreja Católica parece facilitar a captação, o que tanto envolve pessoas jurídicas como pessoas físicas. Um de

seus parceiros é o Misereor, nome fantasia da Organização dos Bispos Católicos Alemães para a Cooperação para o Desenvolvimento. O próprio sítio foi adquirido pela Cáritas, organização assistencial católica com auxílio do então cardeal de Fortaleza e um dos nomes levantados à sucessão ao papado de Paulo VI, Dom Aloísio Lorscheider. O cardeal era um dos mais cotados para o cargo, mas ele próprio dissuadiu colegas a votarem nele por problemas de saúde.

Observa-se que o apelo aos estrangeiros é uma fonte lucrativa de investimento, pois, seja pelo financiamento a uma entidade, ou a uma rede, eles têm ajudado a sustentar as bases do atendimento às crianças e adolescentes em questão. No caso retrocitado, a Comunidade Europeia, custeou por meses, dentre outras despesas, educadores de rua de seis entidades membros da EI, com o apoio do Misereor. E podemos citar um terceiro exemplo, neste trecho de entrevista cedida em 2008 por um dirigente da OPN, curiosamente também de procedência germânica: “A gente construiu em cima e (sede da rua Senador Alencar, onde tem o *call center* e CNER) conseguimos uma parceria com o Consulado da Alemanha, que vai nos dar as máquinas de costura. Nós vamos começar com dois cursos (para as famílias dos acolhidos), costura e doces e vai ter também a parte do ensino”.

Estes apoios sem dúvida encontraram maior facilidade em se concretizarem devido à presença de estrangeiros na coordenação dessa instância. No caso, estamos nos referindo a Bernd J. Rosemeyer d’O Pequeno Nazareno, mas também a Brigitte Louchez, antes dirigente da Associação Barraca da Amizade, hoje também na OPN. Isto sem dúvida, facilitou o diálogo internacional, as negociações, bem como a elaboração dos projetos para concorrer ao provimento das despesas necessárias e desejadas para a EI. E não seria diferente no caso da OPN, que passou a ter mais de um estrangeiro que além de suas relações desenvolveu expertise nessa área de atuação, justamente na outra organização que com a OPN capitaneava as ações das ONGs e exercia peso no direcionamento da rede como um todo.

Em decorrência de tais financiamentos, O Pequeno Nazareno, todos os anos confecciona calendários com fotos dos meninos que estão no sítio da OPN, apresentando-os com aspectos de meninos saudáveis, bem diferentes do modo como são encontrados na

rua, e enviam para os financiadores e apoiadores da instituição, como prestação de contas do benefício recebido.

Ele conseguiu se cercar de pessoas com perfil parecido [...] O Adriano que também tem um vínculo religioso forte, que tem uma capacidade de articulação muito grande, que tinha um programa de rádio, católico. O Manoel, um ex-frade capuchinho que também ideologicamente comprou essa briga e que me parece, poderia ser um executivo de qualquer grande empresa, tem a energia, a disciplina, a racionalidade.

Não temos intenções aqui de querer definir um microcosmo complexo como a Associação O Pequeno Nazareno. Tal leitura seria sempre parcial, no sentido de que uma pesquisa é uma construção do autor, e que toda instituição é uma realidade multidimensional e processo, logo, por qualquer dessas razões, torna-se inapreensível em todo o seu conjunto. Mas acreditamos, depois de empreendida toda a descrição feita acima sobre ela, que podemos tecer considerações de forma mais conclusiva a partir do pouco que captamos dessa organização dentro do que nos interessa.

No terreno das opções e limitações de seu atendimento, vimos, entre outras coisas, que esta entidade se diferencia por optar em atender longe da capital, de onde advêm sua clientela. Presta seu acolhimento em outra cidade a um público que essencialmente é de Fortaleza, numa ambientação bucólica, como mais um recurso terapêutico. E isto não é exclusividade sua, haja vista as inúmeras organizações espalhadas pelo país que aderiram a essa escolha. Tal definição que tem relação direta com o público escolhido, CASR, um dos perfis mais recorrentes entre os meninos que evadem do acolhimento.

[Se] você pensar na ideia do acolhimento, eles [os acolhidos] passam um tempo fora de...não voltam...é longe, o acolhimento é afastado, não tem essa integração comunitária da origem deles. Eles passam um tempo [longe da família], a família vai visitar, só visitam a família com seis meses. Tem quase uma desintoxicação mesmo, um processo de [...] contra uma adicção, que seria a rua, talvez, esse vício...

A escolha de acolher longe da cidade, e mesmo do urbano, o que poderia dificultar o resgate da convivência familiar e comunitária, também se deve à visão negativa que a OPN tem do espaço rua. Outras instituições enxergam alguma positividade na apropriação

da rua, relacionando isto à liberdade e ao direito de ir e vir – negado na época do regime militar em que chegou a ser praticamente interdito qualquer criança pobre circular livremente nas ruas sob pena de sequestro social e institucionalização - dentre outras questões. E o fato é que muitas dessas instituições não faziam muito trabalho junto às famílias, estas últimas muitas vezes sendo vistas com desconfiança ou como fator de risco para seus filhos por significativa parte do SGD. O Pequeno Nazareno mesmo não era exceção até certo momento. Mas a OPN optou pelo público de CASR e não apenas a visão que possuía da rua, como a relação que esses meninos estabelecem com esse espaço condicionou as definições de como a IA iria ofertar seu atendimento.

[...] Na linha do atendimento foi construído uma casa, duas casas, um campo de futebol, um lago próximo que os meninos usavam para o banho. E “tudo mais”, só que a ONG ainda apanhava com essa metodologia porque os meninos diziam: é, aqui só tem mato. E não gostavam muito de ficar, achavam tudo muito longe e aí foi criando a lógica de que realmente para que o menino fique no espaço ele tem que ter um atendimento pensado com muitas ofertas atrativas de entretenimento, de educação, de profissionalismo e um investimento mesmo. (Dirigente da OPN, 2008)

Os meninos que eram acolhidos no sítio possuíam um perfil urbano. Viviam nas ruas de uma metrópole. E, como os pesquisados e mesmo alguns pesquisadores do assunto sempre citam, a rua exerce uma atração sobre aqueles que passam a ocupá-la como morada. Tal escolha, atender a crianças *em situação de rua*, portanto exige um atendimento diferenciado, pois como vimos estas sentem, digamos, *o chamado da rua*, tendem mais a evadir, até por também possuírem muitas vezes dependência a alguma substância etc. E pesa um visão negativa do espaço rua por muitos agentes do SGD, dentre os quais incluímos a OPN. Esmiuçemos isso. O folder carteira porta-folhetos dá outro indício dessa visão. No texto principal, que abre o material, está escrito "Convencer uma criança a sair da rua e assumir um novo projeto de vida é uma tarefa demasiadamente complexa. Convencer a rua a sair de dentro da criança é um desafio ainda maior". Isto corrobora com a escolha por acolher em outra cidade que a de origem, em ambiente rural, tranquilo, em sítios espaçosos, distante do espaço rua urbano frequentado, dificultando os estímulos que sirvam de gatilho ou que reforcem o vínculo com a rua. Essa afirmação assemelha-se a uma declaração feita por um educador de rua que saiu em matéria de jornal e que já

ouvimos de outros desses profissionais, mudando os termos, mas não seu sentido, que é a seguinte: “Tirar a criança da rua ainda é fácil. O mais difícil é tirar a rua da criança. Elas já chegam com várias manias da rua.” (Assistente social, sobre o período de readaptação de CASR quando acolhidas).

Estes elementos coadunam para nosso entendimento, reforçado pelo que observamos em campo, de que há uma visão por parte da OPN sobre o espaço rua como um *locus* que apresenta tão somente negatividade. Percebemos ao longo desses anos de pesquisa que parece existir um gradiente sobre como a rua é apropriada pelas instituições que atendem a crianças e adolescentes em *situação de rua*. Em uma ponta da linha de gradação dessas representações encontramos aqueles que veem a rua como um espaço dual, com negatividade e positividade e na outra aqueles que agem com higienismo social, numa negação a esses meninos e meninas do direito a circularem livremente com seus corpos, ações e problemas indesejáveis como lembrança e acareação de parte da realidade social que gera/se vincula a medos sociais e causa desconforto a lojistas e governantes. No meio dessa linha encontram-se aqueles que não veem nenhuma positividade na rua, logo aspiram a retirada das crianças da rua, mas não para invisibilizar esse fenômeno e suas causas, e sim para protegê-los, já que veem na rua apenas perigo e abandono. Neste ponto encontra-se a OPN.

Outra questão que se relaciona ao que estamos discutindo é algo que observamos como um traço do campo em estudo. Trata-se do estabelecimento de dois “mundos” valorativos em disputa. Um da *rua* e o outro que tratamos aqui, como o de representações acerca da noção *casa*. O acolhimento é representante deste último, mas não na perspectiva da família dos atendidos, e sim na perspectiva daqueles que estão legitimados a instruir como essa família, em linhas gerais, deve conduzir a criação de seus filhos. A técnica que falou de *tirar a rua da criança* fez outra declaração interessante, na mesma reportagem, ressaltando *que as crianças adquirem uma bagagem vivenciada na situação de rua que é muito difícil largar*. São enumerados como vícios que vem nessa bagagem o *dinheiro fácil*, ressalvado que de fácil ele tem apenas a expressão, *a liberdade* e o *uso de drogas*. E arremata: “o nosso papel é tentar reverter essa situação vivenciada na rua, readaptá-los a viver sob regras novamente. É como se fosse um processo de “desintoxicação”. Isso também aparece em documentos e falas da OPN.

No folder carteira da OPN referido antes, que traz vários outros materiais folhetos contidos no seu interior, está escrito: "Não adianta acolher a criança da rua, mudando o lugar em que ela vive, sem que ocorra uma mudança de valores em sua vida." Também a encontramos na entrevista com um dirigente da ONG feita entre 2008.

Os valores... que a rua... não é interessante. Porque os meninos chegam com a ideia de que se ali [no acolhimento] não der certo, eles vão pra rua e tá tudo ótimo, que a rua não é assim tão ruim e eles vão sobreviver tranquilamente. E que em alguns aspectos eles vão querer nos mostrar que a rua é melhor do que um adulto pegando no pé, do que a necessidade de ir à escola, que ele irá vivenciar outras liberdades e então... Se a nossa instituição, ela tem um caráter mesmo institucional, de que tá aqui, é um caso... esses valores não vão ser introjetados aqui.

Como a declaração aponta, visar operar uma mudança de valores na criança e mesmo na sua família é da natureza dessas organizações. Senão o próprio fim que buscam fica comprometido. A questão é que variação há de escala de valores e como tratam o que a criança traz, não em termos aqui de querer estabelecer como devem fazer isso, mas do que de fato serve de critério para diferenciá-las entre si, sem valorar o tipo a que pertence uma ou outra. Dessa forma, uma organização higienista vai diferir de uma garantista. Uma que privilegia o retorno familiar vai conduzir algumas ações diferentes da que nutre um receio e desconfiança acerca dos parentes. E uma organização laica e outra confessional vão também tender a tratar pontos como diversidade de orientação sexual, gênero, espiritualidade e outros temas de forma diferente. O mesmo ocorrerá com como enxergam os valores e práticas trazidas da rua, ou e da família e comunidade de origem.

No caso da OPN, temos um europeu, alemão, católico, ex-monge franciscano, vindo de onde dilemas como crianças estarem na rua já foram superados a frente dessa organização, mobilizando<sup>29</sup> o que suas pertencas e processos de socialização fizeram por ele e por seus pares, dentre os quais encontramos representantes na própria ONG (outros europeus, ex-monges, religiosos, militantes, educadores sociais...) buscando trazer *civilização* (num sentido eliasiano) a essa *barbárie* (este no sentido adorniano).

---

<sup>29</sup> Um *folder* carteira com "bolso" da OPN, com apenas o nome da organização com sua marca antiga, toca num ponto interessante já tocado aqui: alcance da OPN em constituir parcerias e captar fundos. No corpo do *folder*, que serve de apresenta a entidade em linhas gerais, ao descrevê-la, afirma que O Pequeno Nazareno possui militância no Brasil e na Europa.

Então, com tantas razões para retirar essas crianças desse limbo social e vácuo de direitos e proteção como enxergam a rua, aqueles que fazem a OPN consideraram precisar ofertar um atendimento bem atrativo e isolado da cidade, de fato como uma *descontaminação*, como é citado pelo informante acima. Dessa forma a OPN foi construindo paulatinamente um atendimento diversificado para ocupar seus acolhidos e limar a ideia de que o sítio os privaria do que pudessem precisar.

E esses investimentos foram vindo ao longo do processo, depois com [o investimento] da Lions veio uma quadra esportiva, depois um laboratório de informática, depois uma pista de skate, depois piscina, depois mais salas pra escola, depois uma escola funcionando lá dentro – escola normal até a quarta serie – com inscrição no MEC. (Dirigente da OPN, 2008)

A isto se somou outras razões como a desconfiança na capacidade do Estado de oferecer serviços que garantissem o acesso aos direitos dessa clientela, sem discriminação ou precariedade. Então isso impôs a necessidade de um atendimento integral (SILVA, 2011), totalizante, sistêmico, holístico e universal, mesmo que especializado no público em tela. Mais que isso, um atendimento praticamente autossuficiente. Tal caminho traz muitas despesas. E isso nos leva a duas questões que trataremos a seguir: autossuficiência e fechamento e; como assegurar os recursos para um atendimento tão dispendioso.

Partindo da primeira questão, como nosso informante acima mesmo nos disse em entrevista, a OPN constitui “um pequeno estado dentro do Estado”, o que chamamos aqui de fechamento na medida em que ela buscava oferecer o máximo de serviços próprios como parceira do Poder Público e mesmo substituindo-o. Por isso mesmo buscou uma ousada infraestrutura, organização e *staff* que propiciassem isso, findando por oferecer um pacote completo de atendimento em suas sedes e sítio como uma escola de anos iniciais que ia ainda ser ampliada, quando de nossa pesquisa de campo. Tipificamos esse tipo de atendimento como acolhimento de atendimento integral (SILVA, 2011) por justamente recorrer pouco a equipamentos e serviços comunitários e estatais.

O Pequeno Nazareno poderia ter resolvido tratar de crianças e adolescentes em várias situações de vulnerabilidade, todavia, o que motivou sua criação foi a extrema situação de se estar na rua. Também por reconhecer a especificidade desta situação em particular e uma preocupação de não acabar “enxugando gelo”, esta associação opta pela

especialização do seu atendimento, indo na contramão do que é o entendimento dominante acerca do que é preconizado. Posteriormente a OPN vai se alçar para o CONANDA e na arena nacional “bater nesta tecla”, apesar de ser uma leitura que “vai de encontro” à leitura vigente na rede, que pugna por “atender a todos os perfis” e “não poder escolher a quem atender”. Não é o único caso. Para além de ONGs, o Estado faz isso. Este, por poder ter várias unidades de acolhimento, dada sua receita maior, ao dividir os perfis em diferentes casas – separando por sexo, idade, perfil (institucionalizados, vítimas de tráfico de seres humanos...) – finda por atender a todos os perfis, mesmo que os separando dentro do seu atendimento. E, na medida em que o mesmo Estado demanda a criação de SAIs para ONGs que antes não prestavam esse serviço, criando assim uma rede de acolhimentos intermatriciais, e nela observamos perfis diferentes para atendimento em cada IA, podemos dizer que o Poder Público está incitando atendimentos especializados. Mas isto não significa que o que o Estado faz em suas diversas IAs oficiais, próprias, só por dividir seu público por perfis seja atendimento especializado. Se isso mostra que a OPN está certa ou errada, isso não nos cabe aqui afirmar, mas que isso mostra que ela não é a única a sentir necessidade de trilhar por esse caminho, isto nos parece evidente.

A segunda questão, como manter uma estrutura tão onerosa, vai ser importante para entender o que parece ser uma das linhas mestras sobre as quais se desenvolve a trajetória da OPN. Por optarem por um empreendimento amplo, complexo, diversificado, plural no que deve atender (prestar acolhimento, abordagem de rua, aprendizagem profissional, esporte...), logo dispendioso, focam bastante no aspecto da gestão.

A OPN demonstra possuir um planejamento amplo e bastante racional, na verdade uma racionalidade gerencial. Trabalha com metas, visando o alcance de determinados resultados, com o controle e avaliação constantes e mesmo ampliação de metas, alvos, para atender as demandas que acolhem ou as mudanças que afetam seu público. Isto contribuiu sobremaneira para que se destacassem como possivelmente a mais organizada e rica instituição dentre suas congêneres em Fortaleza. Então a captação de recursos financeiros é um ponto alto dessa IA.

Mas para seguir essa trilha optaram também por buscar os melhores recursos humanos, militantes destacados, dirigentes, lideranças, quadros comprometidos já formados em seu meio de atuação e os quais pôde observar os frutos de seu trabalho em

outras organizações. Abaixo a coordenadora de Marketing, um dos pesquisados que ressaltou esse ponto, comenta como vê essa marca das OPN.

Aqui a coisa é empresarial. É empresarial, contudo, a gente não desvincula, é obvio, que a gente não vende menino aqui, nem esse tipo de loucura. Mas, nó somos intencionais. Nós precisamos de dinheiro, véi. Mas não é pro meu bolso, não é pro bolso do outro. É pra esses meninos. É pra oferecer um serviço de qualidade e se pra isso a gente precisa se munir das ferramentas de gestão das mais modernas que tem por aí, nós vamos nos munir.

Como se pode ver, ela estabelece a relação entre captar bem recursos para poder ofertar um atendimento com padrão elevado. Assume que para isso adotam uma visão gerencial, *empresarial* como cita. Também arremata que para tal buscam se municiar das *ferramentas*, estas de planejamento, acompanhamento, organização etc, que sejam as mais *modernas*, que entedemos aqui como sinônimo de eficientes.

Outro ponto interessante é a sua capacidade de se reinventar, de se colocar em constante reordenamento. Além de percebermos isso concretamente na trajetória da instituição, tal característica é também percebida por alguns de seus integrantes como fator de destaque dessa IA em comparação a outras instituições e como insígnia dos bons resultados alcançados, como podemos ler abaixo nas palavras do administrador do sítio.

Eu, que tô aqui há 21 anos, vi muita coisa mudar aqui, muita coisa. Quando o Bernardo começou, aqui era muito simples, tudo era muito simples. Hoje a gente já vê uma diferença muito grande, né, no trabalho de acolhimento, de reconhecimento do Poder Público... Então tudo isso aí vem com o passar do tempo e [foi] adquirido de acordo com processos que vão acontecendo. Eu acho que nesses 21 anos que O Pequeno Nazareno está ativo só teve melhora, a cada ano que passa, a cada dia que passa, há um processo de renovação. O Bernardo é muito dessa de renovar, de inovar e renovar e nisso O Pequeno Nazareno tem conseguido êxito que infelizmente alguns projetos [entidades] não conseguem, não sei se é porque ficam naquela coisa de trabalhar sempre da mesma forma... O certo é que O Pequeno Nazareno, com as inovações que ele tem feito, tem conseguido êxito.

O entrevistado era então o mais antigo profissional do sítio, um dos mais antigos da instituição, que chegou lá para construir espaços físicos como as casas-lares. Também do corpo de trabalhadores daquele espaço era o que permanecia mais tempo ali. Possuía portanto um lugar de observação privilegiado. E desse lugar traçou tal correlação entre essa

capacidade de se renovar constantemente com os resultados positivos da instituição, além de apontar que outras congêneres não conseguiram o mesmo feito, demarcando, mesmo que timidamente, o critério: *trabalhar sempre da mesma forma versus renovar, inovar*.

Quando questionado sobre o que marcaria a proposta de atendimento da OPN, esse mesmo informante fala de uma sensibilidade que seria para ele o cerne de como atendem a cada acolhido dada a diversidade de demandas e situações que estes trazem. Este ponto tem relação com o que estamos abordando agora. Pois trata-se da mesma flexibilidade que permite *inovarem, se renovarem*.

Tal flexibilidade está na base de tal sensibilidade. Pois, afinal, de onde vem essa sensibilidade? De uma formação acadêmica, profissional, ou dada na instituição, por um processo formativo interno...? Entendemos que a resposta a essa indagação já foi apresentada linhas acima quando citamos falas de uma das assistentes sociais (*vai depender de cada caso, uma mistura de métodos do que vem dando certo*), de um dos dirigentes da instituição (*transformação desses meninos por um conjunto de coisas*), do gestor direto do sítio (*não tem um livro de regras*) e até um material de divulgação da entidade, todos em uníssono, falando de não possuírem um manual, mas flexibilidade e abertura para tratar cada situação que apareça, digamos, como única. Recapitulando uma citação do último, tal impresso arremata: *a experiência do dia-a-dia foi promovendo o entendimento necessário para afirmação de uma pedagogia capaz de oportunizar a mudança esperada*.

Então, a OPN na sua ação pedagógica, partiria em boa medida de uma *sensibilidade*, moldada pelo que o *dia-a-dia* lhe apresentaria, como um *savoir-faire*, um “know-how”, mas construído empiricamente e já no exercício do ofício. Tal processo não dispensaria os saberes especializados, mas romperia com a exclusividade dessa fonte como esperado garantidor de êxito. E a OPN faz isso ainda mantendo um núcleo duro de convicções, como: seu atendimento especializado; integral; sua disposição em não “enxugar gelo”, mas tornar-se desnecessária – se a Europa, de onde alguns de seus dirigentes vieram, foi capaz de obliterar a situação de rua infantojuvenil, por que o Brasil não poderia fazer o mesmo?

Exemplo disso é que podemos notar sutis mudanças em suas estratégias, como ora usar um marketing apelando para a nossa formação moral enquanto sociedade marcada

pelo cristianismo, pela associação do Cristo com os menos favorecidos e com as crianças, ora fazer uma propaganda mais ampla, que dialogue de forma ecumênica e mesmo laica, falando de solidariedade, de valores carregados de positividade identificáveis semioticamente com o objeto de sua mensagem visando captação de fundos.

Ou investir focalmente numa rede local, depois se pulverizar (ao ir para Recife e Manaus), para mais tarde mudar para uma estratégia de novamente atuar de forma focal, mas estendendo a experiência local exitosa (Equipe Interinstitucional) para outro patamar e depois outro (CNER, projeto para a América Latina). Ou de focar nas crianças principalmente, depois reforçar o trabalho com as famílias e atualmente migrar seu trabalho da rua para as comunidades. Atuar por meio de um programa de rádio, depois de manifestações de rua. Há aqui, também uma capacidade de disparar em várias direções, uma abertura para buscar os meios disponíveis, mas não sem organização e planejamento.

Em síntese, esta organização é uma experiência exitosa, de excelência, entre outras razões, porque parece encarnar a ideia motriz de ter que oferecer o melhor, de reunir os melhores, de fazer o que for necessário, no sentido de se reinventar se preciso e recorrer, a todos os meios legítimos, seja: focalizar, especializar-se, exigir; pressionar, denunciar, mobilizar, protestar, propor, monitorar, coparticipar, executar por conta própria, sensibilizar, investir, inovar, se transformar, ocupar espaços, se distribuir, se projetar, estudar, pesquisar, ampliar seu arco de ação, estabelecer parcerias, se profissionalizar, pensar sistemicamente, compor redes, fomentar política pública... O número de recursos a serem buscados parece limitável apenas pela sua percepção da necessidade e capacidade de se inquietar a buscá-los.

## **5.2. Limitações e desafios apontados por pesquisados**

Mas também existem elementos que podem ser enxergados por outros agentes do SGD ou profissionais da área como suas limitações, que ouvimos ao longo de entrevistas e conversas com outros agentes e pesquisadores do SGD alencarino. Quais foram essas limitações da OPN que estes apontaram? Segundo eles, a OPN: não enxergaria nenhuma positividade na rua; prestaria um atendimento autossuficiente e fisicamente distante da comunidade, família e serviços públicos confinando demais seus atendidos; não trataria de

questões como diversidade de orientação sexual e gênero como esses agentes consideram ser apropriado, pois atendem somente meninos, seus educadores a época da pesquisa de campo eram todos homens, a imagem que passam mais próxima de um empreendimento de sucesso do que de militância e; estaria escolhendo a quem atender, o que feriria o que a política para criança e adolescentes prescreve.

Essas observações foram escassas e pontuais. E, pelo que observamos da OPN, parte delas devem-se a certo desconhecimento sobre essa IA, mas também por clivagens ideológicas próprias do campo. Para além disso, percebemos uma possível reserva a uma ONG que se supõe religiosa. Estamos aqui justamente buscando mostrar que compreender essa realidade é mais complexo que apenas efetuar tal enquadramento. Não obstante, esses agentes podem ter observado elementos que nós não conseguimos captar.

Há sem dúvida aspectos importantes não abordados aqui, como as tensões e conflitos inerentes ao curso do desenvolvimento das ações da Associação O Pequeno Nazareno, das interações entre cuidadores e demais profissionais e desses com acolhidos e outros assistidos. Contudo, entendemos que três fatores limitaram este trabalho em explorar tais dimensões.

O primeiro desses fatores se deveu a nosso objeto original ser formado por um campo tríplice, que envolveu pesquisa de campo e coleta de dados que consumiu tempo. Tal ponto de partida era então ainda dividido numa tríade de instituições de acolhimento com sua tríade de cidades e Sistemas de Garantia locais, a saber, se trataram das cidades de Brasília e Porto Alegre, escopo esse depois reduzido somente à OPN e Fortaleza. Porém, tal redução do recorte veio só depois de já consumido todo o tempo de campo e significativa parte do tempo de pesquisa como um todo.

Em segundo, parece-nos que nossa pergunta de partida, com luz sobre a questão da influência de um elemento religioso no trabalho desenvolvido pelo O Pequeno Nazareno fez significativa parte de nosso “desconfiômetro” se dirigir a esse elemento da doutrinação, inicialmente, e, mesmo no final da coleta de dados, continuar a incidir insistentemente quanto à presença desse elemento confessional, dada à própria denegação dos pesquisados.

Como terceiro fator, tivemos originalmente a escolha por abordar essa parte do nosso objeto, uma instituição de acolhimento vista a partir de um quadro nacional e local, em seu lugar dentro do SGD de um determinado cenário citadino, como um

empreendimento exitoso, uma experiência de sucesso. Isto fez com que tivéssemos que direcionar nosso olhar para testar esse enquadramento, mesmo a OPN tendo sido previamente selecionada por aparentemente atender esse crivo. Evidentemente, buscar as falhas contribuiu para testar esse enquadramento, mas a ideia era usá-lo para também não termos que abranger a totalidade que é O Pequeno Nazareno, sob risco de fugir da nossa proposta original. Um equilíbrio a ser traçado entre essas possibilidades polares é difícil de ser mantido, e acreditamos que tal dilema foi mais condicionado pelos outros fatores que estamos tratando aqui e pelo efeito de sua combinação do que por falta de esforço investigativo. Ainda assim assumimos no resultado final tal limitação deste trabalho.

A bem da verdade, tivemos também questões secundárias que disputaram nossas lentes de desconfiança. Uma delas foi a questão da possibilidade de se falar em efeitos perversos. Outra questão ainda foi a de pôr a prova a noção nativa de integração da rede SGD e o pressuposto de teorias como as das redes de políticas públicas quanto à inexistência de hierarquização dentro dessas redes, pontos os quais excluímos da redação final deste trabalho.

## **CAPÍTULO VI**

### **6. ACABAMENTO: assistência e religião**

#### **6.1. Partindo de nossa pergunta de partida**

Depois de toda esta exposição, afinal, pode-se afirmar que os agentes da OPN escolheram fazer o que fazem movidos por valores religiosos? Primeiramente, muitos dos profissionais dessa organização, quando perguntados se existe algum elemento religioso nessa entidade, negam existir nela qualquer presença desse elemento. Há sinais que são evidentes e vão contra essa afirmação: a ONG foi fundada por um ex-monge para realizar o que bem se assemelha a uma *boa obra*, tal empreendimento vai também ser “batizado” como Pequeno Nazareno, clara alusão a Jesus Cristo; possuía então alguns dirigentes de origem católica; que exerciam acolhimento institucional num sítio com o mesmo nome da organização, doado por intermédio da entidade católica Cáritas e pelo então arcebispo de Fortaleza; sítio onde foi construída uma capela...

Mas todos esses elementos ainda se situam no campo da obviedade ou já foram enunciados acima. Somente esses elementos não são suficientes para se responder à pergunta feita neste estudo. Essa IA é ou não uma organização religiosa? Parte significativa dos entrevistados que são dirigentes e profissionais dessa organização afirmam sua laicidade, que a OPN não realiza e é contrária à doutrinação religiosa de seus atendidos dentro de seus espaços. Examinemos algumas dessas falas.

Não que tenha influências do [elemento religioso, citado na pergunta]... Acredito que nem tanto. A gente parte muito do próprio indivíduo que tá ali atuando, porque não tem como você atuar e não ter uma sensibilidade, de trabalhar diante dessas realidades e ser fria, neutra. Não tem. Não tem. Principalmente quando se trata de criança, que é indefesa, que precisa de proteção (Educadora da Equipe Psicossocial).

A entrevistada descarta a ligação de um elemento religioso, ao abordar o modo de trabalho dos integrantes da OPN, partindo para justificar o que poderia ser algo distinguível nele ao apontar para outras possíveis fontes disto, como a sensibilidade do

indivíduo que esteja investido do papel de agir pela entidade. Argumenta que lidam com algo que por si só tende já a acionar tal sensibilidade. Antes de chegar a esta parte de sua fala, citou as experiências que cada profissional traz, parte esta não reproduzida na citação. Conquanto, usa um *nem tanto* depois de afirmar que não teria influência da religião nas ações da entidade. E dá outros sinais de relativização, como podemos observar abaixo no que a inquirida falou antes do trecho já mostrado.

Eu acho que muitas vezes o profissional quando entra aqui... Muitas vezes a gente já vem de algumas experiências e aí a gente, com certeza, traz isso, e a gente chega e aqui tem uma dinâmica, uma cultura já dentro da instituição, que a gente consegue perceber muito essa questão mesmo dessa caridade, de olhar para o outro e se colocar muitas vezes no lugar [dele].

A entrevistada já trouxe nessa primeira parte de sua fala o argumento de experiências passadas. Muda a formulação da frase da terceira para a primeira pessoa – de fato ela já trabalhava antes na área, em outra instituição que não tem qualquer elemento religioso. Mas, dando prosseguimento ao seu argumento, admite que ao chegar na OPN se percebe uma *dinâmica* diferente, uma *cultura dentro da instituição*. E então cita *caridade*. Para além de qualquer outra fonte, sabemos que a formação profissional da entrevistada, Assistência Social, permite que ela tenha conhecimento que em antanho a área de atuação da OPN, a mesma a que se refere sua profissão, teve por marca a caridade e que o principal agente dessa atividade era a Igreja Católica. Todavia, mesmo negando o elemento religioso como parte da IA, dentro da associação possível que a pesquisada atinou, ela aparentemente assumiu alguma relação existente no que propomos ao indagá-la, mesmo que indiretamente: não admitiu uma influência mais propriamente religiosa, mas a presença de algo característico da atuação da Igreja Católica nesse campo, a caridade.

E trata-se de uma associação que nem tínhamos em mente. Pode a entrevistada ter sido influenciada por sua formação profissional e ter tratado da relação que imaginou que tivéssemos em mente ao indagá-la sobre um possível elemento religioso? Ter julgado que estávamos mirando no caráter do tipo de trabalho social que desenvolvem? Decerto que isto é possível. Mas isso não elimina o fato que esta buscou negar a relação da OPN com um quê religioso. E mesmo assim admitiu existir algo, e dentre muitas possibilidades, destacou essa *caridade* como singular e, talvez, de origem confessional de um lado e essa

sensibilidade como seu correspondente, mas esta última como um elemento universal e também supra religioso.

Contudo, essa educadora da OPN adentrou indiretamente no que de fato nos interessa, a dimensão dos valores dos quais essa organização estaria imbuída e se estes encontram origem na religião, mais do que se realizam ou não algum trabalho de **evangelização**. Mas este último mesmo não fazendo parte da questão colocada por este estudo, pode ter aparecido na interpretação desses pesquisados sobre o que esta pesquisa buscava constatar, por mais que esclarecêssemos não se tratar disso. As respostas de muitos dos entrevistados nos levaram a pensar, que de fato houve esse mal-entendido. E tal confusão pode ter sido a causa de tantas negativas à hipótese levantada nessa nossa indagação acerca do elemento religioso. Vejamos mais algumas negativas a essa nossa questão.

Todo mundo acha que O Pequeno Nazareno é uma organização cristã, que trabalha a questão do Cristo, dos valores, de **doutrinar**, eles acham isso. Só que nós não fazemos isso.

[...]

Olha, eu trabalhei em outros... eu trabalhei em uma organização cristã que eu saí de lá por causa disso. Que era a Visão Mundial. Na Visão Mundial eu tenho uma dinâmica que toda segunda-feira eu tenho uma devocional, por exemplo. Devocional! Estudo bíblico, meu irmão! Uma segunda-feira pra isso! Dentro da minha ação. Todo mundo pára pra fazer leitura bíblica, eles estão lá trabalhando com as crianças, mas é pra transformar [aqui] no reino de Deus (Coordenadora de Marketing da OPN).

Concluimos, a partir do que vimos, que, de fato, a OPN se tornou formalmente uma entidade laica, e que assim conduzia suas ações, não praticando evangelização como parte de seu pacote de serviços.

## **6.2. Da disposição do elemento confessional**

Além da influência por participação em movimentos populares, organizações de classe e políticas de matiz progressista, a própria participação em movimentos da Igreja de orientação popular e progressista deve ter influenciado na tessitura dessa amálgama de concepções desses profissionais, a exemplo de como antes começaram como voluntários e

mesmo agora como contratados e/ou contratantes persistirem como militantes. Até quanto a adequarem sua atuação militante dentro da política social em pauta à exigência de ser laica, podemos também encontrar nisto uma possível influência de ideias oriundas da Igreja, como acreditamos que a citação abaixo aponta.

Ao longo do texto de Hebreus, dividido em pelo menos três grandes blocos, comandados por um núcleo "kephaláion", que vai do capítulo 8,1 a 9,28 são muitos os títulos atribuídos a Jesus. Um, porém, se destaca dos demais e ganha preeminência, permitindo-nos entender através dele a nova tipologia sacerdotal não mais centrada no templo de Jerusalém, mas numa experiência não sacral de realização da vontade de Deus. A partir da mundanidade de Jesus, de sua realidade humana (corpo, carne e sangue, sofrimento, lágrimas, morte na cruz), sobressai o nome por excelência de Filho, jamais atribuído aos anjos (Hebr. 1,4). Um nome, contudo, que faz de Jesus também um Filho do Homem, um Irmão solidário com aqueles que, em seu sangue, seriam resgatados do pecado (SALATIEL, 1992, p. 61).

Conforme Salatiel, o título *Filho*, e mais especificamente *Filho do Homem*, que são atribuídos a Jesus, ganham maior destaque dentre tantos outros e referem-se a um novo *tipo sacerdotal* que surge com eles. Esse tipo se caracteriza pela *mundanidade, sua realidade humana* e de natureza *não sacral*, que sendo *Filho*, é também *irmão*, estabelecendo a *solidariedade* de Deus como homem com toda a humanidade, uma nova aliança entre ambos, estabelecida nessa proximidade de status. Deus assume a condição humana e passa a partilhar do sofrimento dos mortais, inclusive tratando de questões como a comercialização da fé, discriminação, ocupação e dominação por povo estrangeiro e apego à riqueza.

De acordo com as Sagradas Escrituras do cristianismo, Jesus vem em sacrifício se doar pela humanidade. Segundo Salatiel, Cristo inaugurou o novo padrão ou estilo de sacerdócio vivido na laicidade, mundanidade que teria sido para o autor uma vida reveladora do Deus Vivo e verdadeiro (1992, p. 60). O autor chega a falar da *presença de Deus agindo no mundo* (SALATIEL, 1992, p. 59), o que era muito dito e associado a religiosos que enfatizavam uma atuação da Igreja mais ligada aos problemas enfrentados pelos seus fiéis e mesmo não fiéis. Em muitas vezes que tal expressão era utilizada, esta comunicava uma visão de se fazer algo necessário para se melhorar a vida das pessoas dentro duma perspectiva cristã do desejável em termos de condições de vida (direitos), mais do que de se propagar o Evangelho, como o que seria uma forma de fazê-lo na prática.

O autor, ainda baseado em Hebreus, vai argumentar que "os traços característicos de Jesus como filho situa o seu sacerdócio não em gestos culturais externos independentes de sua pessoa, mas na profundidade de seu relacionamento com os homens e com o pai" (SALATIEL, 1992, p. 64). E que esses traços poderiam ser resumidos sob os seguintes aspectos: i) a condição de herdeiro por excelência; ii) a solidariedade existencial; iii) o desvelamento do novo; iv) a aliança e; v) o amor e fidelidade. Aspectos os quais aborda um a um. Dessas noções que são examinadas por Salatiel apenas alguns elementos nos interessam e os veremos rapidamente aqui.

Da solidariedade existencial, basicamente o autor traz o que já falamos acima sobre Jesus, ao ser homem de carne e sangue, logo compartilhar da natureza dos mortais. Acrescenta ainda que, Cristo teve que orar e suplicar a Deus, sofrer e morrer como qualquer mortal, e que dessa forma compartilhava da própria natureza e do sofrimento dos seres humanos e nisso era existencialmente solidário à eles, fora outros sentidos teológicos que são conferidos a partir disto e que não nos interessam aqui.

Quanto ao desvelamento do novo, o autor argumenta que "a liturgia" inaugurada com Jesus "não é mais a de um templo separado do cotidiano da vida, mas a própria vida em sua corporalidade e carnalidade" (SALATIEL, 1992, p. 66).

Da sessão acerca do amor e fidelidade chama-nos a atenção quando o autor afirma que "a própria aliança pode ser traduzida com os termos hipostasiados de amor e fidelidade/firmeza" e em que cita o "Salmo 85,11: anuncio dos tempos messiânicos de uma lei interiorizada no mais íntimo da realidade humana, sem necessidade de aparatos culturais exteriores". Salatiel fala que essa nova aliança vem "misturada com as realidades mundanas do sofrer, amar, esperar, perseverar, ouvir e responder" (SALATIEL, 1992, p. 67). Conforme pode se perceber, existe uma interpretação doutrinal da própria Igreja de que seguir e realizar os desígnios cristãos não necessariamente remete a apenas evangelizar, mas que pode inclusive levar a uma ação revestida de laicidade, sem deixar de ser uma conduta ou postura interiormente cristã.

Não há menção clara à religião no Projeto Político Pedagógico da OPN, consequentemente em sua Missão e Visão institucionais, ou qualquer referência nítida em sua página eletrônica e materiais impressos. Mas o Estatuto da organização cita religião na seguinte passagem:

Art. 2º. A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO – OPN tem como objetivo:

[...]

II – Articular, implantar ou apoiar em todas as suas dimensões ações reivindicativas e propositivas que colimitam a vivência da justiça social, econômica, política, **religiosa** e cultural e a erradicação do analfabetismo, da fome, da violência, da impunidade, da discriminação, da exclusão e da corrupção (OPN, 2018, p. 3).

Contudo, como se pode observar, essa única citação de religião trata apenas de incluí-la entre os objetivos da instituição como um direito dentre tantos que cabe à OPN buscar garantir o acesso a seus atendidos. Isso não traz em si um caráter impositivo, na medida em que o direito a algo não se constitui como uma obrigação, pode ser usufruído ou não segundo a vontade de seu portador.

Nunca presenciamos algo religioso em suas entrevistas, discursos, nem nenhuma ação diretamente doutrinária em seus atos institucionais e projetos, salvo alguns elementos que consideramos residuais. Seus próprios profissionais, apesar de denegarem realizar trabalho de evangelização, concordam que sua organização não é hermeticamente fechada a qualquer presença de algum elemento relacionável à religião.

Fomos informados de que Bernd Rosemeyer realizava uma oração antes dos momentos de refeições coletivas no refeitório do sítio, a saber, no almoço e lanche da tarde; que algum educador de casa-lar poderia sugerir agradecimento a Deus pelo alimento antes de refeições feitas naquele recinto e que missas eram realizados 1 vez por mês na capela, além de batizados a pedidos para acolhidos cuja família ou o próprio fossem já daquela fé. Essas exceções se caracterizavam como atitudes corriqueiras, mas individuais ou isoladas. Contudo, eram dirigidas direta ou indiretamente aos acolhidos e inegavelmente os colocava em contato com uma orientação religiosa, podendo mesmo causar constrangimento a algum atendido que fosse de outra religião. Mas não percebemos uma intencionalidade em dar essa orientação religiosa compulsoriamente ao conjunto dos acolhidos, nem de direcioná-los a escolha por uma religião. Não encontramos elementos que ligassem essas ações isoladas a uma preocupação catequética, de missão, fortalecimento de laços religiosos ou conversão de credo. Pelo contrário, no interior da OPN encontramos certa diversidade de posicionamentos quanto a credos religiosos e até

uma preocupação quanto a essa IA ser vista como uma entidade evangelizadora – apesar da ONG se beneficiar também de ser vista ao menos como uma organização que se orienta por valores cristãos.

O nome da organização dá apenas a ideia de ser uma organização que de alguma forma se referencia dentro do espectro cristão, não a liga ao credo católico, protestante ou evangélico, o que lhe dá ao menos um apelo ecumênico cristão.

O Pequeno Nazareno dialoga com tanto católico como protestante, evangélico, qualquer um. Mas Maria Mãe da Vida não, é católico. Os outros acham que isso é coisa do demônio. Então, são católicos, residentes nas áreas mais vulneráveis da cidade, que são os doadores, né? A forte incidência política da OPN, não é conhecida por eles, ou seja, eles ajudam por causa dessa visão cristã. Caritativa, beneficente, tá no nome, né? Agora, consideram a gente uma instituição de referencia na área da criança em situação de rua (Coordenadora de Marketing da OPN).

Como a coordenadora de Marketing, em 2016, admitiu, a OPN se beneficiava por essa imagem de organização cristã, por exemplo, na sua captação de recursos junto a pessoas físicas, cujo estudo feito e já mencionado constatou que esses doadores eram católicos. O mesmo ocorre na captação no exterior em que pessoas físicas e jurídicas católicas contribuem com a instituição, inclusive com apadrinhamento financeiro de acolhidos. Foi relatado a nós que ocasionalmente estrangeiros religiosos visitam a instituição e a OPN presta contas desse investimento de forma contábil, com página para estrangeiros, produção de calendários com fotos dos meninos como nos materiais impressos. Mas o nome da organização não lhe impedia de poder angariar fundos junto a qualquer outro cristão. E ainda lhe associava a trabalho beneficente, à caridade, a boas obras, a uma missão, talvez até a parte de um *plano maior do criador*, como instrumento para o fiel por em prática seus valores cristãos.

Tais associações não partem do público geral à toa. São fruto de milhares de anos de construção dessas associações entre infância e religião. Daí a OPN não ser a primeira a buscar sensibilizar o público com base na dimensão moral, portanto, a partir de valores, esses religiosos, tendo como ponto de partida o imaginário cristão povoado de referências à infância, como demonstramos em capítulos anteriores. São muitas as referências à infância: como na canção que proclama que para entrar no reino dos céus tem que se ter a

pureza das crianças; passagens bíblicas em que Jesus diz que venham a ele as crianças; assim como a imagem dele bebê com Maria, com Santo Antônio; os querubins; a representação de Deus como criança – como no filme *Êxodo, deuses e reis* de Ridley Scott – ou de anjos como criança como Gabriel em *O Evangelho Segundo São Mateus* de Pasolini; a associação de crianças com a religiosidade que a arte retrata em inúmeras obras como Marcelino de *Marcelino, Pão e Vinho* ou o Totó de *Cinema Paradiso*, cuja primeira aparição como criança na película se dá em seu papel de coroinha.

Podemos ainda evocar a tradição da Igreja Católica de trabalho com crianças e jovens, como a catequese, os colégios católicos, o posto de coroinha, os grupos de jovens... Ícones da Igreja são associados a esse tipo de trabalho ou a ideia de infância sacralizada, como, no primeiro caso, La Salle, Champagnat e Dom Bosco, que ergueram doutrinas, obras educacionais e assistenciais e como Domingos Sávio, Maria Auxiliadora, Santo Antônio, dentre outros santos, no segundo caso, muitas vezes aparecendo mesmo com Cristo criança.

Mostramos que o marketing e a comunicação da OPN muitas vezes buscou sensibilizar esse público geral a partir de símbolos cristãos. Foi o caso da nota em que figurava uma foto de um menino crucificado com uma coroa de espinhos exibida abaixo. Também quando realizou mobilizações de rua em que garotos carregavam cruzes de madeira de seu mesmo tamanho, como nos tempos da Roma antiga. A OPN teve por anos um programa de rádio cuja difusão era feita por uma emissora católica, a Rádio Uirapuru. Conforme o responsável na época, tal parceria se deu pela afinidade entre a OPN e a rádio pela via ideológica.

Fomos informados que quando a OPN criou a Campanha Nacional Criança Não É de Rua ainda mantiveram esse discurso voltado ao imaginário cristão, mas encontraram resistência na medida em que foram de fato nacionalizando essa iniciativa e então tiveram que retirar esse elemento religioso de sua comunicação. Aqui encontramos já um fator externo de pressão para que a OPN tivesse uma postura mais laica.

Já comentamos acima sobre como o Ceará é marcadamente católico em sua formação histórica, o que poderia favorecer a receptividade a uma mensagem desse tipo. Mas na medida em que se passa a dialogar com uma rede mais ampla de agentes é compreensível que se encontre inclusive militantes que tenham trajetórias ligadas a outras

pertenças religiosas – a título de exemplo, encontramos uma entidade budista no Rio Grande do Sul – ou mesmo com referencial contrário a essa associação, como a ideia de que essa política pública deve ser laica, mesmo quando implementada por entes privados.

**Figura 24 - Material de mobilização feita em nome da CNER**

**AÇÃO NACIONAL 08 DE ABRIL**

A Campanha Nacional Criança Não É de Rua e a ONG O Pequeno Nazareno convidam as Redes e Organizações que defendem os direitos das crianças e dos adolescente moradores nas ruas, a participarem da ação de sensibilização da sociedade e do poder público no dia 08 de abril de 2009, nas capitais brasileiras.

Defendemos em regime de urgência a criação de uma política nacional para inclusão social das crianças e dos adolescentes em situação de moradia nas ruas, que assegure os direitos humanos fundamentais destes e de suas famílias.

Lamentamos que o país nem sequer diagnosticou qualitativa e quantitativamente as crianças e adolescentes nesta situação e que muitos municípios preferem negar sua existência.

A ação consiste na encenação de uma Via Sacra, protagonizada por crianças e adolescentes. Cada pequeno ator conduzirá uma cruz simbolizando o sofrimento cotidiano daqueles que moram nas ruas, trata-se de um ato concreto de solidariedade.

[www.criancanaoederua.org.br](http://www.criancanaoederua.org.br)

Data: 08 de Abril, Quarta - feira, 16h  
Saída: Beira Mar, 3666 (Anfiteatro) Sentido Aterro.  
Crucificação: Aterro da Praia de Iracema  
Mais Informações: (85) 3212.9477 ou 8829.1122 - Adriano Ribeiro / 8749.1391 - Iara

**Fonte: Natália Pinheiro Xavier**

Quanto ao trabalho propriamente da entidade-mãe, a OPN, já sob a gestão da referida coordenadora não se via mais esse tipo de comunicação, uma mudança que parece ter ocorrido no conjunto dessa instituição. Dito isto, para entender essa mudança em sua comunicação e desvendar qual relação realmente se dava entre essa entidade e a religiosidade, retomemos a atitude de afirmar que não havia um caráter religioso na OPN, presente em muitos dos entrevistados. Como mostraremos a seguir, isto parece mesmo refletir uma preocupação que havia por parte da organização.

Na já algumas vezes referida entrevista ocorrida entre 2008 com um dirigente da OPN, este quando perguntado sobre o que tratamos aqui pelo termo genérico de elemento religioso, este versou sobre muitos pontos importantes da relação da instituição com essa questão.

Bernardo, que foi religioso, tem uma tendência natural de conservar os hábitos e tudo mais. [...] A questão da religiosidade, ela não é uma questão de relevância para o processo pedagógico. [...] Agora, a criança que se aproxima disso, já teve um passado lá na religião, ela terá mais subsídios porque vai pra missa uma vez por mês, ela pode... Tem alguns que nos procuram para fazer batizado ou os pais quiseram, a gente facilita isso aí. [...] Já no caso de alguns que tem tendência para igreja evangélica, lá ele não teria respaldo, a gente, é contra essa entrada lá, de ir lá fazer um culto e tudo mais. Como também... eu não diria nem os evangélicos, eu diria a esse movimento mais... que é o movimento que encontrou voz de muitos evangélicos e também católicos. Pentecostalismo, carismático... que a gente acha que não é uma veia boa. Dá problema nisso aí, então a gente coibiria ambos. Mas aquele bem aberto a... O menino pode exercer qualquer religiosidade que ele quiser. Tem alguns educadores que são devotos a alguma crença e eles puxam isso lá na casa onde eles coordenam. Mas isso é um aspecto lá que a gente tem bastante cuidado, pois a gente não quer criar tendências lá [...], porque a gente está mais preocupado que o educador não crie estereótipos, além do próprio trabalho. Que ele não vá depositar a sua esperança no rito religioso, no milagre ou coisa parecida. Mas que ele se autoperceba como protagonista da história.

Essa citação traz muitos elementos interessantes para lançar luz sobre o que estamos tratando. Primeiro se admite que o fundador e dirigente mor da OPN, que reside junto dos acolhidos preserva seus hábitos religiosos, o que já comentamos. De fato, Bernd J. Rosemeyer parece ser um monge. É nítido como ele, mesmo tendo abandonado a batina, vivencia até hoje sua religiosidade, e o faz com certo ascetismo. Reside no sítio como se este fosse um mosteiro, uma vez que o afasta em alguma medida do mundo exterior. Evidente que não completamente, como pelo fato da propriedade não ser um ambiente asilar, de rígido disciplinamento etc. Sua entrega “religiosa” à sua causa também vem denotar essa religiosidade perceptível desde sua fala marcada pelo laivo do que aparenta ser o sotaque da secreta língua mundial dos padres. Religiosidade que vive também em ritos do seu dia-dia e levados a cabo por outros como educadores, como agradecer o alimento antes de se iniciar uma refeição, fazer uma prece. Vai existir outras entidades em que isso será interdito, na preocupação de não se infundir um credo específico em seu espaço e práticas, em respeito à diversidade de crenças de seus atendidos. Trataremos disto algumas linhas abaixo quando abordarmos a laicidade e a OPN.

Ainda analisando a citação acima, nosso entrevistado afirma que a questão religiosa *não é relevante para o processo pedagógico*, o que não é negar que exista uma questão religiosa, mas diminuí-la, o que *per si* ainda é assumir que esta existe. Essa foi uma das

pouquíssimas falas de entrevistados que assumiu que existe a questão religiosa – poderia existir mesmo que todos que lá trabalham fossem ateus, pois não é necessariamente a equipe de profissionais que determina isso, uma vez que a IA não é uma ilha social – e que trata dela, pontuando vários posicionamentos da instituição que tornam mais claro como veem nessa matéria.

O entrevistado admitiu que acolhidos que tivessem um *passado lá na religião, teriam mais subsídios* com eles, pois no sítio tinha uma missa uma vez por mês, dentre outras coisas. Que *alguns* acolhidos ou familiares os procuravam para fazer batizado. Todavia, também assumiu que não tinham interesse e barravam a entrada de iniciativas ligadas a pentecostais ou mesmo católicos da linha da Renovação Carismática, que, de fato, batem de frente com a linha da Teologia da Libertação, que aparece referenciada no Projeto Político Pedagógico da instituição.

Mas o que pode parecer num primeiro momento uma barreira à liberdade de credo do atendido, aparece na fala como direcionado a quem seja de fora (*a gente, é contra essa entrada lá, de ir lá fazer um culto*), reforçada pela fala de que *o menino pode exercer qualquer religiosidade que ele quiser* e que *alguns educadores que são devotos a alguma crença puxam isso lá na casa onde eles coordenam*. De fato, tivemos conhecimento que alguns pais sociais eram evangélicos e puxavam preces e tratavam desse credo com acolhidos que com ele se identificava. Logo parece que esse fechamento para linhas confessionais mais conservadoras poderiam dispor da tolerância em caso de serem demandadas pelo próprio acolhido e na medida em que fossem tratadas por profissionais da instituição.

Tomamos conhecimento que em 2018, por ocasião do último pleito presidencial, houve na OPN uma situação que um dos informantes relatou como desconfortável, em que alguns educadores manifestavam apoio a candidaturas críticas a pauta dos Direitos Humanos. Não temos conhecimento se esses profissionais da instituição com tal posicionamento eram ligados a igrejas pentecostais ou ao movimento carismático, mas é notória a relação entre tais pertenças e posicionamentos políticos mais conservadores, que entendemos ser uma das razões que motivam dirigentes da IA a não querer “dar entrada” a evangelizadores dessas vertentes. Esse ocorrido motivou a instituição a adotar uma ação de

*formação política* para que todo o seu corpo de profissionais tenha ciência dos preceitos que regem a linha de pensamento da instituição.

A própria fala citada nos dá mais elementos do porquê de O Pequeno Nazareno não querer essas linhas religiosas doutrinando seus acolhidos. Um deles é a preocupação de *que o educador não crie estereótipos*, o que entendemos como a associação do nome da instituição, que já remete a um simbolismo religioso, à ideia que de fato sua preocupação seja evangelizar, uma vez que o entrevistado opõe tal criação de estereótipos ao *próprio trabalho*.

O pesquisado ainda fala que não querem que o acolhido *não deposite a sua esperança no rito religioso, no milagre ou coisa parecida, mas que ele se autoperceba como protagonista da história*. Afinal é isto que tanto é colocado pela Teologia da Libertação, quanto pela Educação Social de Rua, ambas mencionadas no PPP da instituição, como também algo frisado por Paulo Freire, também referido no mesmo documento. Apesar deste ponto acerca de não se querer neopentecostais ou católicos carismáticos evangelizando seus atendidos poder parecer agora como um ponto que deslocamos do campo da religião para o campo político, filosófico, cabe reparar que tal questão ao mesmo tempo que se situa nesses campos, tem ainda sua base na questão religiosa, mas não ligada a dogmas teológicos, aos mistérios, mas a valores, que é o que nos interessa aqui.

Pressupomos que há sim um elemento religioso na OPN, e na verdade não é um apenas, são muitos. Mas o que nos interessa talvez seja o mais relevante e que de alguma forma conecta todos os outros. Que os fundadores, parte dos continuadores, parte dos dirigentes, um núcleo duro dentro da instituição que lhe dá muito da tônica da sua ação, escolheram fazer o que fazem, no que se refere a essa militância, decidiram criar esta instituição a qual continuaram a se dedicar, ao invés de prestarem um concurso público, ou montarem uma empresa, ou gerirem uma paróquia, porque partem de uma motivação que se ancora em valores éticos religiosos, de uma visão de mundo confessional cristã, que os faz enxergarem seus destinos enlaçados ao dos de seus irmãos e que esse mesmo destino dos primeiros só se reveste de sentido se apontado nessa direção. Vejamos o que outro dirigente da IA nos disse sobre essa nossa suspeita, no caso quem então ocupava a coordenação de marketing.

Para eles [Bernardo e outros dirigentes da OPN que vieram de movimentos da Igreja Católica], pessoalmente, sim, com certeza [existiria uma base nos valores religiosos para sua motivação]. Até porque esse trabalho social nasce dentro desse contexto das [comunidades] eclesiais de base. É assim que surge. Mas O Pequeno Nazareno, a instituição não acolhe esse tipo de prática de jeito nenhum. Aqui não se reza Pai Nosso, aqui não se faz ciranda, pra negócio de... aqui a gente faz é passeata, manifestação, inclusive eu acho uma das mais aguerridas (Coordenadora de Marketing da OPN).

Percebemos um dos dirigentes que não pertence a esse núcleo duro que compartilharia esse elemento religioso, um mesmo *leitmotiv*, também identificá-lo nesses colegas. A pesquisada ainda infere tal motivação à própria trajetória já militante desses sujeitos em organizações e movimentos próprios da Igreja Católica, mais precisamente da Igreja em sua vertente popular, próxima e partícipe de movimentos sociais, com uma visão política.

Trata-se da vertente da Igreja que derrubou a missa em latim, que criou as pastorais sociais, as mencionadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Grito dos Excluídos e ajudou na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata-se de uma vertente católica que podemos chamar de progressista, de esquerda, logo que questiona o capitalismo em sua face excludente e exploratória e que é contrária política e filosoficamente à Renovação Carismática e às igrejas neopentecostais particularmente nas pautas chamadas de costumes e de Direitos Humanos. Como afirmamos acima, estamos tratando agora de posicionamentos filosóficos e políticos, mas ainda dentro da religião, porque estamos tratando de uma ética católica que tem afinidade a um determinado espírito de cuidado, mas também político e social, um *ethos aguerrido*, que entendemos como militante, idealista, e que também podemos nominar como altruísta, fraterno, solidário.

A pesquisada da mesma citação trata dessa postura e admite esta ter relação com essa ética cristã ao tratar da então comunicação social da OPN: *a promessa é “eu cuido do outro”, isso não deixa de ser valor cristão, de ser, mas eu não posso, por exemplo, pelo Pequeno Nazareno começar a postar aqui Salmo 21 e não sei o que... que isso é mentira. Isso não é uma prática nossa.* O então coordenador de comunicação tratou disso, nos dizendo: *acho que há sim um espírito a mais, uma mística.* Também perguntada sobre esse ponto, a coordenadora do programa profissionalizante assumiu que esses valores religiosos

estão presentes, como motivação. Mas cabe registrar que cada um desses entrevistados fez questão de ressaltar que tal elemento religioso não era tão importante, não era tão presente.

### **6.3. Biografia e estrutura: trajetórias dos pesquisados e o elemento religioso**

Entendemos que tal resistência a reconhecer a existência desse componente confessional, e mesmo quando o faz, essa necessidade presente de diminuí-lo se dá por muitas razões bem compreensíveis. Tal elemento como parte da trajetória e formação desses sujeitos é frequentemente um elemento passado, ao qual se sucedeu a investidura de camadas e mais camadas de experiências outras que até podem ou e devem ter ressignificado alguns sentidos apreendidos e constituídos na experiência religiosa, e essas vivências e conteúdos também são importantes para esses sujeitos entenderem a si e ao que fazem.

Outra questão é a própria necessidade coletiva da entidade de se descolar do estigma de entidade de caridade, ou assistencialista, evangelizadora. Decididamente não se pode comparar a Casa do Menor São Miguel Arcanjo, também católica, com a OPN. Mas também a OPN não possuía similaridade com, por exemplo, a Associação Barraca da Amizade, marcada por uma laicidade tão pura que excede a costumeira prática brasileira, que é a de uma laicidade parcial, relativizada. Como trataremos a seguir, se a religião traz uma peça para montar o quebra-cabeças do que caracteriza e como funciona a OPN, esta é apenas uma peça entre outras que tornam essa entidade uma organização bem *sui generis*.

O elemento religioso era curiosamente assumido quando se tratava da trajetória individual, mas denegado quando indagado como característica do grupo, mesmo que seu idealizador e maior dirigente, fundadores e dirigentes atuais fossem aqueles que assumiam esse elemento em sua trajetória e formação. Observemos como esse componente religioso aparece na fala abaixo de um dos coordenadores da OPN.

A gente vem de uma trajetória que inicialmente foi, digamos, eclesial, uma experiência de grupos de jovens, de trabalhar com a formação de jovens na Igreja Católica numa perspectiva inspirada na Teologia da Libertação. Uma visão de que todo esse movimento eclesial deveria estar a serviço das pessoas, da sociedade, para que uma ação, uma libertação coletiva se fizesse. E nesse contexto, a gente também aprendeu que onde...em qualquer dimensão da sociedade onde a gente enquanto ser humano estivesse, essa luta por dias

melhores, por uma sociedade melhor, pela construção do Céu já aqui na Terra deveria estar presente.

Apesar da expressão “a gente”, o entrevistado não está falando desse conjunto de indivíduos, mas somente de si. E esse mesmo entrevistado, quando inquirido sobre o peso dessa influência religiosa no conjunto da IA, a assume, mas diminuindo sua importância, como não o fez quando abordava esse componente em relação a si mesmo. Mas sua citação traz elementos que, se puderam influir na sua visão, poderiam fazer o mesmo com seus colegas com trajetória semelhante. E suas palavras encontram conformidade com o slogan que a OPN usava: “Dignidade e justiça para a infância”. Encontram paralelo no PPP da organização que cita Teologia da Libertação, Jesus Cristo e libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. Encaixa-se inclusive em suas próprias palavras, mesmo quando diminui a importância dessa influência confessional, como pode ser verificado abaixo.

Eu creio que a questão dos valores, e penso também que a visão de mundo – porque também de fato é preciso destacar que não é a questão religiosa meramente, tão somente... Penso que há influência sim no comportamento, no modo de enxergar o mundo, na prática de valores: a questão de defender a dignidade da pessoa humana; defender os Direitos Humanos... Isso tem a ver com a formação dessas pessoas [pessoas que tem funções-chaves na entidade] não à toa. Isto está recortado em um determinado modelo e determinada forma de compreender e de viver a religião de uma forma, na verdade, bastante peculiar, de uma visão bastante peculiar que foi desenvolvida aqui pela América Latina nos anos 1960, mais 68 por exemplo, com o evento que houve em Medellín, lá na Colômbia, que foi a Conferência de Bispos em Medellín, que foi um esforço de atualizar o Concílio Vaticano II [...]

Mas apesar de Bernardo ter trabalhado na mesma comunidade que Dom Frago, de outras pessoas-chave na OPN admitirem terem vindo de pastoral social ou CEBs, de fato esses elementos aparecem mais na medida em que lhes perguntamos sobre isso. O que sempre emerge naturalmente em suas falas é a realidade sofrida que querem transformar. Acreditamos que estes dois elementos se entrelaçam. Esses sujeitos abraçaram a Igreja progressista porque o meio que os cercava lhes fazia ver nela também um instrumento para buscar fazer o que buscam hoje com a OPN. Salem (1981) apresenta a questão social como uma das razões do desenvolvimento dessa igreja popular no Brasil, dentre outros

acontecimentos no contexto pós-golpe de 1964, levando a uma tomada de consciência de padres, freiras e bispos. Questão social que descreve como sendo *o agravamento da miséria do povo, decorrente da política econômica concentradora de renda, do arrocho salarial, da penetração das multinacionais na cidade e no campo, jogando na estrada milhares, milhões de pessoas destituídas de suas terras, de seus meios de subsistência* (SALEM, 1981, p. 30). A autora, em *A Igreja dos Oprimidos*, sob sua organização e com apresentação de Paulo Freire, traz, entre outros o seguinte depoimento do padre italiano Luciano, que vivia então há 13 anos no Brasil. Disse ele:

Minha consciência social e política era zero quando deixei a Itália. No Brasil, fui 'batizado' de novo. batizado no choque, sofrimento mesmo. Para vir, eu mandei fazer na Suíça e trouxe comigo o melhor cálice, o melhor breviário. e tudo sumiu, roubaram tudo. Na hora da missa, o povo comia as hóstias. As crianças bebiam o vinho da capela. Foi assim (SALEM, 1981, p. 30).

A autora cita vários exemplos de estrangeiros como Rosemeyer, que narraram passar por processo similar ao citado acima. Um dos exemplos é o de D. Pedro Casaldáliga, espanhol, que tinha vindo como assistente de cursilhos.

[...] Em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, em meio aos sofrimentos e revolta dos camponeses e dos índios, [D. Pedro Casaldáliga] "converteu-se". Os exemplos são muitos. na periferia de Salvador, os padres italianos Paolo, Sérgio e Renzo desenvolveram importante trabalho de comunidade. Padre Sérgio fala claramente: "Acho que todos nós nos formamos aqui, na prática com o povo", ao que padre Paolo acrescenta: "na Itália eu estava mais próximo da democracia-cristã (centro-direita, n. a.), não tinha nenhuma abertura para o socialismo" (SALEM, 1981, p. 31).

Conforme os depoimentos, que se avolumam ao longo do livro, todos com os mesmos tipos de declarações, a realidade social de miséria, fome e injustiça social levou aos posicionamentos que contribuíram também para criar essa Igreja popular. Religiosos europeus que não tinham contato com esses problemas ao se deparar com eles aqui abraçaram essa ideia de uma Igreja diferente e se lançaram a um trabalho nessas comunidades. Tais relatos se assemelham também ao que Bernd Rosemeyer descreve de seu despertar para sua causa. Mas, além destes depoimentos nos permitirem entender como um europeu, que no caso de Rosemeyer, já se sensibilizava para ajudar pessoas vulneráveis

de países distantes como os do continente africano, poderia ter um choque de realidade ao contato com os mais duros problemas da realidade social brasileira, traz mais um elemento. Pode-se afirmar que isso motivou a própria formação da visão de Igreja dos pobres nestas paragens, envolvendo tanto religiosos vindos de além mar quanto os de solo pátrio, como Dom Frago e mesmo Paulo Freire. Apesar de Freire não ser padre, suas ideias influenciaram bastante a Igreja progressista no mundo inteiro. E ele também parece ter tido sua sensibilidade despertada por fatos da mesma ordem, como ele mesmo narra abaixo.

Em Jaboatão experimentei o que é a fome e compreendi o que é a fome dos demais. Em Jaboatão, criança ainda, converti-me em homem graças à dor e ao sofrimento que não me submergiam nas sombras da desesperação. [...] Em Jaboatão, quando tinha 10 anos, comecei a pensar que no mundo muitas coisas não andavam bem. Embora fosse criança comecei a perguntar o que poderia fazer para ajudar aos homens (FREIRE, 1979, p. 14).

Essa lembrança da fome é recorrente nos escritos, entrevistas e falas de Freire. Sua família de origem de classe média foi atingida como muitas pela crise econômica de 1929 e se mudou para Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana de Recife. Com isto acreditamos que abordamos na medida de nosso interesse a relação entre aspectos de origem relacionados em particular ao lugar de pertença à Igreja Católica no contexto brasileiro e da época do qual emergem as lideranças da OPN e em certa medida fatores e forças sociais que vão incidir na tessitura de uma igreja que se propõe popular e à qual se ligam esses atores que posteriormente vão formar a referida ONG.

Propomos como resposta a nosso problema neste estudo que sim, há uma presença da religião no percurso de indivíduos que são dirigentes da instituição que contribuiu sobremaneira para ter lhes despertado para o problema social que buscam erradicar e lhes sensibilizado para se doarem a essa missão. Se há essa imbricação do político-social com a visão ética de como se deve estar no mundo na Igreja Católica latino-americana, também é fato que é antiga a tradição da Igreja Católica de assistir aos pobres. Tal tarefa se apresenta em sua doutrina, o que é comum em várias religiões. Está presente em seu livro sagrado. E com alguma frequência eram pessoas de condição humilde muitas de suas figuras icônicas como os apóstolos, ou quando não tinham essa origem abdicavam de suas condições de vida mais prósperas para se dedicarem aos mais necessitados e a levar uma vida com

restrições, como se ambos esses elementos fossem necessários para se viver um ascetismo de ligação profunda com seus valores. Há passagens bíblicas em que se hostiliza o apego aos bens materiais e em que Jesus Cristo diz que ao fazer bem aos famintos, desabrigados, sedentos, enfim, aos que chama de pequeninos, estaria se fazendo esse bem a ele próprio. E a Igreja, ao abordar tanto os “fracos”, inclui as crianças. Quem poderia ser mais “fraco”? Mais vulnerável? E esses irmãos pequenos não seriam tanto mais necessitados de atenção se além de sua dependência e fraqueza física também não fossem pobres? E resta ainda mais uma coisa, estes pequenos estão em formação. Seriam uma areia branca em que a igreja poderia inscrever sua moral, livrando esses pequeninos também do risco moral, da danação. Salva-se-ia assim o corpo e também a alma. Eis o legado em que se assenta a construção semiótica d’O Pequeno Nazareno e seu senso de missão.

#### **6.4. Como a OPN ressignifica o elemento religioso e o combina numa síntese bem diversa**

Não estamos afirmando que esses sujeitos agem da mesma forma que religiosos que distribuem sopa e pão a famintos. Entendemos que a OPN reúne até pessoas que abandonaram a batina, talvez até crenças que possuíam, e que esses sujeitos são educadores de rua, assistentes sociais, indivíduos que adquiriram uma consciência social e que não andam pregando nenhuma mensagem mais propriamente religiosa. Ainda assim, parte desses indivíduos parecem trazer uma sensibilização e um senso de responsabilidade cuja tessitura moral parece ter uma gênese que é própria da adesão espiritual a um código de valores específico. E a biografia desses pesquisados aponta para a mesma fonte, o que contribuiria para uma oportuna afinidade eletiva que os teria conduzido exitosamente em suas ações por esses anos todos. Um outro sociólogo que estudou essa organização nos disse o que segue abaixo, que entendemos tratar do mesmo que estamos afirmando.

A razão só é tocada por uma fé, uma crença porque a militância em algumas situações, a militância social, a luta por direitos na verdade são medidas religiosas. Claro que se apropriando de todas essas questões contemporâneas como os Direitos Sociais, mas são medidas religiosas. Vamos salvar essa criança, vamos salvar o pequeno nazareno, o Jesus Cristo bebê.

O forte do legado cristão nessa entidade parece-nos mesmo ser a parte ética, o senso de missão, de obra, e, sem dúvida, a disciplina e organização, onde entra a razão que nosso entrevistado cita acima – esta debitária dessa origem apenas em parte, posto que tal característica pode advir de outras fontes, como a formação acadêmica e de movimento social do quadro dirigente e técnico, como nosso colega também menciona na citação.

Paulo Freire, um dos pilares da concepção educativa da OPN, de formação católica e que escreveu sobre Educação Social de Rua, definiu como um dos princípios de sua visão o que chamou de amorosidade, o que abordaremos a seguir. E Jesus, o Nazareno é visivelmente uma grande referência para Rosemeyer e outros quadros do *staff* da OPN. Logo não nos parece pieguismo pensar que a ética de vida e profissional desses sujeitos englobe uma ideia que chamaremos aqui de amor, por entendermos que tal denominação nos aproxima das ideias relacionadas a referências como as citadas – *amorosidade, amor de Cristo, amor ao próximo* - enquanto noção geral que engloba outras noções como sensibilidade, empatia, responsabilidade (amor ao semelhante), dever (amor ao que faz), justiça dentre outras e que esta abstração atua como força motriz de seu trabalho.

Uma noção que se alimentou da noção de amor cristão – e há categorias nesse sentido como *ágape*<sup>30</sup> ou *caritas* - que se reverte e ou se alia a noções com níveis de correlação, como a ideia de um amor ao que se faz, seja como profissionalismo, vocação, mas também como amor a uma causa, a um ideal, a uma ideologia, relacionada à ideia de consciência social, de amor aos pares, solidariedade, o amor humanitário e ou humanista, de Direitos Humanos, o sentido de comunidade (que encontra um correlato em interpretações religiosas, que traz a ideia da necessidade de orientação). Logo identificamos e assim tratamos como uma noção que emerge de uma ética originalmente religiosa mas que pode se desdobrar e enlaçar, reforçar, aproximar outras representações que podem motivar tanto cristãos, como agnósticos e ateus.

Como chegamos a citar acima, existem as noções de *ágape* e *caritas* que foram utilizadas em traduções da Bíblia e as quais examinaremos rapidamente. *Ágape* no seu sentido original, em grego, significa amor incondicional. Mas foi usado na Bíblia sempre

---

<sup>30</sup> Esse termo passou a ser mais difundido pelos cristãos no século I. O termo vem do grego, como tradução mais usada para termos entendidos como se referindo a amor. Mas do Hebraico se conta pelo menos 18 termos diferentes com esse sentido, além de *ahab*, o mais comum (Estilo Adoração, 2017).

que se utilizou o que foi traduzido para nossa língua como amor no seu sentido fraternal, de afeição, como na conhecida passagem “que vos ameis uns aos outros; assim como eu vos amei, que também vos ameis uns aos outros (João 13. 34). Essa passagem é interessante por na mesma palavra juntar tanto o sentido de amor de Deus pelos seres humanos quanto de se referir ao amor fraternal. Assim amor como ágape do grego já trazia um mesmo sentido que encontraremos em caritas, mas que neste último terá outros desdobramentos.

*Caritas* é o termo do latim clássico que passou a ser usado como tradução para a palavra grega *ágape*. Conforme Nogueira (2008) o que se convencionou chamar de latim bíblico, que difere do latim clássico, *caritas* foi associada a *diligere* que teria aceção de tratar do ato de amar como uma escolha, não como um algo espontâneo, natural. É de caritas que vem caridade, e aqui, amor já extrapola ser apenas direcionado à deidade e passa a se referir aos pares. No dicionário caritas é definido como significando “virtude teologal que conduz ao amor a Deus e ao nosso semelhante” e como “ato pelo qual se beneficia o próximo, especialmente os pobres e os desprotegidos”.

Santo Agostinho tratou de unir a noção de caridade cristã ao amor platônico, afastando uma determinada representação de amor do seu sentido relacionado ao *eros*, do amor romântico, associado ao profano, pecado, heresia. Com esses desenvolvimentos em torno de ágape, caritas e caridade, o termo e ideia amor foram apropriados para se referir a um sentido religioso e moral (NOGUEIRA, 2008). Vemos então uma ideação de amor se tecer de forma que vai servir de base moral desde os primórdios da Igreja de Pedro para que esta exerça ações junto aos socialmente expostos. E este valor que se vai construir identifica-se com simbolismos da própria construção identitária dentro dos marcos ideológicos desta instituição.

Mas a OPN surge dentro de um contexto histórico em que várias mudanças na sociedade se processaram no que tange ao seu campo de atuação e à própria Igreja: a caridade já foi suplantada no campo da Assistência Social por outra perspectiva; a eclosão do marxismo que exerceu influência nos saberes especializados – como na Pedagogia, a exemplo do pensamento de Paulo Freire – e na própria Igreja Católica; a emergência da Educação Social de Rua, etc, etc. Abaixo trazemos um trecho da seção *Referenciais legais*

e históricos do Projeto Político Pedagógico da OPN que, acreditamos, sintetiza alguns desses elementos e traz outros que passaremos a examinar.

Com apoio político da Igreja Católica e inspirados nas pedagogias libertárias, muitos ativistas foram para as ruas encontrar as crianças e adolescentes, numa perspectiva de atividade profissional e de solidariedade humana para responder às necessidades das crianças, assim como às suas próprias angústias e inquietações sociopolíticas e profissionais.

Entendemos que essa citação denota bem outra conclusão a que chegamos: que esse amor se liga dialeticamente a outro elemento que iremos também aqui tratar por uma categoria empírica, nativa, mas, tal como a representação amor, tem sido bem expressa, na fala da militância, na literatura especializada e na própria produção artística, a dor.

Os assistidos, acolhidos ou não, pertenciam ao grupo dos dominados, *outsiders*, para usar uma linguagem mais sociológica, ou de tom mais religioso, os pequenos, pequeninos. Os acolhidos em toda a sua caracterização, bem como seus familiares, via de regra, se encontram dentro de várias categorias sociais que os colocam nesses grupos, pertencas de cor, raça, classe, área de moradia, arranjo familiar... Em suma, carregavam todas as marcas sociais que são objeto de discriminação, preconceito, formas de opressão e exclusão estruturais e, conseqüentemente fontes de uma *dor*.

Essa dor se refere a sentir na pele cotidianamente tais formas de opressão, de preconceito, de subalternização, assujeitamento e de exclusão. E isto estabelece a quem se aproxima dessa experiência pela empatia, pela abstração ou mesmo a revivência de Weber, a limitação e distância de somente poder se situar no campo do “eu imagino”. E estes, nos quais nos incluímos por vários elementos de pertença, lugar e trajetória, não podem chegar no campo do “eu sei”, dado o fato de terem (ou termos) a escolha de quando vai adentrar nessas situações, pelo pensamento, pois não vão poder experienciá-las de fato, conforme a classe, bairro ou pele que habita.

As diferentes pertencas dos acolhidos, como estamos chamando a atenção, sobrepõe marcas sociais (com a ideia de posição) que são alvo de formas de discriminação. Incorporamos o conceito de interseccionalidade das desigualdades, que aborda esses processos justamente se assentando no entrecruzamento entre raça, gênero, sexualidade, geração e classe social, sem realçar uma possível predominância de alguma dessas marcas

sociais sobre as demais (AKOTIRENE, 2019). Djalmila Ribeiro, a quem recorreremos, assim apresentou a interseccionalidade ao comentar as ideias de Patricia Hill Collins, das teorias do ponto de vista feminista, e prossegue sobre esse conceito demarcando sua natureza estrutural, não podendo ser reduzida a casos particulares.

Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos (RIBEIRO, 2019, p. 42).

Essa mesma dor é citada na literatura que trata da temática identitária e do reconhecimento, como encontramos em Flores (2018), em Rodney William (2019, p. 25) que afirma que o corpo de um negro ou de um indígena está impregnado de cultura e memória e traz as marcas de dor e sofrimento que a colonização impingiu. Sílvio Luiz de Almeida (2019, p. 77) cita situações como *a expulsão escolar, a pobreza endêmica, a negligência com a saúde da mulher negra, a interdição da identidade negra, o sistema prisional*, em seus impactos sobre a população negra como *partes de uma engrenagem social de dor e morte*. Bell Hooks (ALVES & ALVES, 2020, 169 apud HOOKS, 2013, p. 93), autora feminista estadunidense, relata que *se aproximou da teoria em um momento em que ela estava machucada, desesperada com uma dor tão intensa em que não via possibilidade de continuar vivendo*. Estes são apenas alguns exemplos de como essa noção que ouvimos algumas vezes como desabafo adentrou inclusive a produção acadêmica.

O folder carteira da OPN faz o que consideramos ser uma alusão a que estamos tomando aqui por essa *dor* quando cita que "as tragédias familiares, os traumas da rua, o acesso às drogas, a pobreza extrema são nossos desafios cotidianos.". Esta citação também serve para ilustrar o que afirmamos acima sobre o grupo da OPN ter uma visão não dual da rua, em que qualquer positividade advinda deste espaço é eclipsada e superada por seus aspectos negativos no que concerne ao público atendido.

Os educadores sociais sentem essa dor dadas as situações vivenciadas por e com seus assistidos. Então essa dor passa também a ser vivenciada pelos educadores de rua, e depois por outros profissionais que vão se envolver com os assistidos, como a equipe técnica. A empatia do amor de que falamos é que serviria de canal para sentir essa dor do outro como um pouco de dor de quem lhe escuta. E o que chamamos aqui amor – que pode

aparecer sob as formas também de dedicação, resiliência, compromisso, engajamento, profissionalismo – às vezes é o que faz a diferença para um desses profissionais não mudarem de profissão e que permite que eles aguentem essa dor. Mas essa dor não advém apenas do convívio, da escuta, da observação e da empatia com o outro. Algumas dessas signos que marcam aqueles que sentem essa dor são compartilhadas por muitos dos profissionais que lhes atendem. A maioria dos educadores sociais e técnicos são mulheres, são trabalhadores assalariados, pardos e moram em bairros populares. Inclusive, alguns já foram assistidos. Podem ter superado algumas situações que ficaram no seu passado, mas estas com certeza marcaram o seu eu, a sua identidade, suas referências.

Ao falar dessa dor, resgatamos aqui um termo com o qual tivemos contato pela primeira vez através de uma educadora social de rua anos atrás, quando esta falava do impacto psicológico nestes profissionais decorrente de tudo o que presenciavam, as cotidianas situações trágicas que ouviam, ou viam e que os acompanhavam mesmo depois de encerrado o expediente. Essa dor de cada lugar de pertencimento, identidade daqueles que atendem, que se traduz em suas condições de vida e como são vistos e tratados pelos outros, parece-nos combustível que reabastece o amor de que falamos acima. E tal dialética colocaria os profissionais da OPN não nos marcos de quem estaria *ajudando a quem tem menos*, mas mais para quem estaria buscando *reparar uma injustiça*. E isto aparece nas primeiras linhas de *Referenciais legais e históricos* do Projeto Político Pedagógico da OPN:

A Teologia da Libertação, ao interpretar os ensinamentos de **Jesus Cristo** como uma forma de **libertação de injustas condições** econômicas, políticas ou sociais é um dos grandes referenciais que norteiam a educação social de rua, desde o final da década de 1970, quando chamava a atenção o crescimento das populações de rua, sobretudo crianças e adolescentes socialmente excluídas. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 5)

Primeiramente cabe destacar que, apesar de muitos dos pesquisados do quadro profissional d'O Pequeno Nazareno denegarem a presença de um elemento religioso na instituição, como afirmado linhas acima, em seu próprio PPP, há sim esse elemento, assumido aqui como parte constituinte de sua proposta de atendimento, afinal a Teologia da Libertação é uma vertente do pensamento católico contemporâneo, caso contrário poderiam apontar a Didática Crítica, Educação Social, a concepção base dos Direitos

Humanos, ou simplesmente a Doutrina da Proteção Integral, ou se quisessem uma visão de mundo mais ampla, talvez o keynesianismo ou o materialismo histórico e dialético.

A citação da proposta pedagógica alude aos ensinamentos de Jesus Cristo e os interpreta como uma forma de libertação de injustas condições de vários terrenos todos mundanos. É sabido que existem passagens bíblicas em que Jesus se posiciona contra a sanha do lucro que para ele profanaria o espaço de um templo, que se mostra crítico aos ricos de sua época, que teria defendido sujeitos então alvos de preconceito... Em suma, que demonstrou preocupações com a injustiça social. E vimos que a Educação Social de Rua deu seus primeiros passos de mãos dadas com a Igreja Católica. A Teologia da Libertação, que é o instrumento evocado na citação para essa atualização da mensagem social de Cristo para os tempos atuais, é notoriamente uma formulação de preceitos cristãos à luz das ciências sociais de tom crítico. Daí, inclusive, a pecha lançada por seus opositores na própria Igreja de ser na verdade uma leitura marxista – vertente nas ciências que indubitavelmente pode ter contribuído para essa visão crítica, fora a semelhança ética entre as concepções de mundo marxista e a cristã já apontada por muitos.

A frase da citação desse trecho do PPP que assume a adesão à Teologia da Libertação e que faz essa ligação entre os ensinamentos de Jesus Cristo e seu sentido social usa uma definição dessa vertente da Igreja Católica muito corrente, que tem sua origem no Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo de Juan José Tamayo. E podemos associar o que estamos chamando aqui de amor, como um dos elementos que constitui o repertório de concepções do grupo da OPN, mas que pode perfeitamente poder se adequar a outros sujeitos com trajetória e atividade semelhante, com essa adoção da Teologia da Libertação. Essa linha da Igreja Católica tem atribuído como o seu nascimento a publicação da obra *Teologia da Libertação* em 1971, pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez, apesar desse pensamento começar a se estruturar antes. E são justamente palavras do Pe. Gutiérrez que denotam a presença dessa noção amor já nesta que é uma das bases do atendimento da OPN, quando este define essa vertente católica:

[...] o que aqui entendemos como teologia da libertação supõe uma relação direta e precisa com a práxis histórica. E essa práxis histórica é uma práxis libertadora. É uma identificação com os homens, com as raças, com as classes sociais que sofrem a miséria e a exploração, identificação com seus interesses e com suas lutas. É uma inserção no processo político revolucionário, para, a

partir daí, viver e anunciar o **amor** gratuito e libertador de Cristo. **Amor** que vai até a própria raiz da exploração e da injustiça: a ruptura da amizade com Deus e com os homens. **Amor** que permite aos homens reconhecerem-se filhos do Pai e irmãos entre si.

O termo amor aparece repetido na citação três vezes, associado à Cristo, colocada em contraposição à *exploração* e à *injustiça*, postas como *ruptura da amizade com Deus e com os homens* e associado ainda como o que permitiria aos homens reconhecerem-se *filhos do Pai e irmãos entre si*, portanto se colocando como sinônimo de elo com Deus, solidariedade, alteridade, fraternidade e justiça. Essa visão de uma ação da Igreja voltada para preocupação da realidade mundana é precedida por inúmeros movimentos na Europa e no Brasil. Pode-se citar como exemplos a Juventude Operária Católica (1923, Europa), que vai depois ficar ligada à Ação Católica (1929, Bélgica), Círculos Operários (década de 1930, Brasil), movimento dos padres operários (início da década de 1940, França, década de 1960 no Brasil), além das pastorais sociais, comunidades eclesiais de base e paróquias específicas com esta alusão.

Um terceiro sociólogo – não o mesmo da citação acima – que também conhece a instituição e é estudioso da temática (políticas para I&J), ao nos ceder uma entrevista nos afirmou perceber a linha de ação da OPN semelhante à visão dos padres operários europeus, de que *eles deveriam estar presentes no mundo sem falar de Deus, pois a sua ação é que falaria*.

O Concílio Vaticano II, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín – Colômbia mostraram a pressão que havia dentro da Igreja de setores internos por uma mudança em sua relação com o mundo. A insatisfação dos novos padres com aspectos que estes consideravam ultrapassados dentro da instituição, a necessidade por reaproximação dos fiéis trabalhadores, interesses de que a Santa Sé influísse na política num período de guerras e disputas entre as grandes potências, inclusive de interferência eleitoral, uma disposição por realizar ações conjuntas com leigos e de mobilização do laicado, dentre outras costumam ser apontadas como razões dessa mudança.

Outro referencial teórico-metodológico da OPN é a obra de Paulo Freire. Este que aliás é considerado uma das inspirações para a construção da proposta da Teologia da

Libertação, segundo o próprio Leonardo Boff, como este mesmo afirma nas palavras que se seguem.

A Teologia da Libertação ao fazer a opção pelos pobres contra a sua pobreza assume a visão de Paulo Freire. O processo de libertação se dá no processo de extorção do opressor que carregamos dentro e na constituição da pessoa livre e libertada, geradoras de participação e de solidariedade. A Teologia da Libertação é um discurso sintético, porque junto com o religioso incorpora em sua constituição também o analítico e pedagógico. Por isso, Paulo Freire, desde o início foi e é considerado um dos pais fundadores da Teologia da Libertação. (INSTITUTO PAULO FREIRE, COMISSÃO DE ANISTIA, 2012, p. 106)

No seu livreto Paulo Freire & Educadores Sociais, o autor, ao construir uma argumentação para dizer que os educadores de rua não devem preencher 100% do seu discurso com certezas, deixando 5% para descobertas ao longo da jornada, acaba por tocar no ponto de nossa exposição, essa noção de amor como parte de uma concepção de atendimento.

Uma das expressões, por exemplo, que se acha no discurso e a que os educadores se referem, de forma poética, bonita, **amorosa**, ao trabalho com 10 meninos aqui, 10 meninos ali, não ficando muito claro que o compromisso fundamentalmente é com a transformação do mundo. Com a transformação do mundo mediada pelo sofrimento e pela exploração dos meninos. Evidentemente, esse compromisso é **amoroso**, mas não que é piegas. O nosso **amor** por esses meninos negados no seu direito de ser, só se expressa autenticamente quando nosso sonho é o de criar um mundo diferente. Não temos dúvida de que é este o sonho de todos nós que precisa, porém, ser explicitado melhor (FREIRE, 1989, p. 13).

Nessa citação, mesmo não sendo o foco de sua argumentação, Freire descreve a prática dos educadores de rua, como poética, bonita e **amorosa**. Esses educadores fizeram da Educação Social de Rua (ESR), uma prática que se constituiu também como um saber sistematizando desde a década de 1980 – e esse texto do autor cita e faz parte desse fato. E os educadores de rua erigiram tal saber junto à Igreja Católica, de onde veio sua maioria. Freire, conforme estudiosos do seu pensamento (ANDREOLA & RIBEIRO, 2012; DULLO, 2013, HOHLFELDT, 2010, dentre outros), foi profundamente influenciado por sua formação católica, era um educador também e foi o pai da Educação Popular brasileira. É este sujeito que está olhando para uma Educação Social em desenvolvimento e buscando

entendê-la para contribuir com ela, que escolheu as palavras da citação acima. Ao se debruçar sobre a ESR e fazer sua descrição, Freire percebe elementos que distinguem esta da prática da de outros profissionais, como os que foram contratados sem ter esse percurso para tirarem crianças da rua, seguindo uma cartilha que é do seu empregador, como o PCFRDE. Estar num programa de **abordagem de rua** não significa poder ser identificado como um profissional que promove ou se guia pela **Educação Social de Rua**.

Na citação o autor usa três vezes termos referentes ao que estamos analisando: *amorosa*, *amoroso*, *amor*. Evidentemente os termos podem ter sido utilizados sem intenção de reforçar uma ideia prévia elaborada sobre o que estamos tratando pela noção de amor, como acreditamos que de fato ocorreu. Mas estamos justamente afirmando que tal noção é algo presente no campo das representações simbólicas e não algo sistematizado, como um conceito.

Como demonstramos, Freire compartilhou da mesma formação religiosa que os sujeitos que integraram a Educação Social de Rua (ESR) e muitos dos dirigentes da OPN. Logo, seguindo nosso raciocínio, Freire seria capaz de identificar esse traço na ESR, a subjacente noção de amor, por compartilhar a mesma formação religiosa daqueles cuja prática observa, e por essa razão também poder compartilhar dessa concepção, de forma que consegue bem identificá-la e tal ideia é repetida dado como tal noção marca a Educação Social de Rua, conforme a própria percepção do grande educador pernambucano.

Não à toa, Freire fala que a *forma* de falar do compromisso dos educadores de rua de mudança da realidade social para seus educandos é **amorosa**, e ainda que esse mesmo compromisso é **amoroso**. O autor fala ainda do **amor** (*nosso*, ao se incluir junto aos educadores de rua) dos educadores *por esses meninos*. Vemos então o amor como forma, no caso aqui do discurso, mas também como conteúdo, como compromisso que é **amoroso** e **amor** propriamente dito. Mas não pode o uso do termo *amor* aqui se justificar apenas por um olhar humanista ou por uma escolha de palavras que poderia muito bem ter sido por outras, como tratar a *forma* como **afetiva**, o compromisso como **afetivo** e citar o **afeto** *por esses meninos*, ou adotar palavras diferentes em cada momento da citação, como dizer que a forma é **verdadeira**, o compromisso **radical** e mencionar a **dedicação** *por esses meninos*? Poderia, mas além do autor dar substantividade à ideia, não a usando apenas

como adjetivação, retoma-a em outro momento no mesmo texto, novamente quando trata do que considera distintivo da ESR, seu caráter transformador, já citado no excerto acima. Vejamos abaixo outra passagem em que Freire traz novamente essa noção de amor.

Atento aos fatos e maquiavelicamente, vou fazendo também reformas sem ser reformista. Nessa perspectiva a ida à rua não é o resultado de um puro ato humanitário. É um ato político. Eminentemente político, que passa pelo **amor**, mas não pelo humanitarismo. Pelo menos penso assim, pois estabeleço uma diferença entre humanismo e humanitarismo (FREIRE, 1989, p. 22).

Ao tratar sobre dicotomias como caráter revolucionário x reformismo e humanismo x humanitarismo, situando a ESR no campo dos primeiros termos de ambos os binômios apresentados, Freire traz novamente a noção amor, desta vez estabelecendo uma relação de sinonímia aqui com o termo político. Logo, parece-nos duas coisas: que o uso da palavra, pelo menos desta vez, não é uma escolha ao acaso e; segundo, o termo amor é evocado para tratar de algo da essência, de conteúdo, do mérito da matéria do que o autor vê como elemento definidor do que é e deve ser a Educação Social de Rua.

Outra razão que nos faz crer que Freire recorre à ideia de amor, não necessariamente sempre como algo plenamente consciente de seu caráter como estamos atribuindo aqui, mas que também tal escolha não é ao acaso, logo que pode em muitos momentos ser menos, mas também mais consciente do porquê de selecionar esta palavra dentre tantas é o fato de que esse pensador já fez essa escolha na sua própria teorização sobre Educação, quando fala de **amorosidade**.

Paulo Reglus Freire concebeu uma pedagogia de cunho libertador calcada na dialogicidade, visando o que tratou por conscientização e autonomia do ser, se contrapondo a abordagens baseadas na competência técnico-científica e rigor. Ainda segundo ele, o amor é condição *sine qua non* para alcançar tal intuito. Sendo, na sua visão, a amorosidade a base para as relações humanas. Consequentemente esta também seria essencial para as relações educativas, posto que educação é socialização, fundamento da vida em grupo, como expressa em Pedagogia do Oprimido, ao afirmar que *a amorosidade advém do fato de nos tornarmos capazes de amar o mundo, os sujeitos em sua verdadeira realidade* (FREIRE, 1997, p. 65).

Por fim, para fecharmos o exame da procedência dessa ideia de amor que defendemos estar presente na visão dos que concretizam a ação d'O Pequeno Nazareno, tomemos um terceiro ponto fulcral que aparece na proposta pedagógica da OPN: a Pedagogia da Presença de Dom Bosco. Dom João Bosco viveu na Turim oitocentista e ingressou na Congregação Salesiana, sendo criador da referida concepção para a educação de jovens do sexo masculino, particularmente aqueles que fossem pobres, mendigassem e estivessem nas ruas. Não pretendemos examinar o conjunto de sua proposta. Mas não são poucos os pontos em comum,

Cabe ainda registrar, das semelhanças com O Pequeno Nazareno que: i) Dom Bosco criou unidades para jovens em situações vulneráveis e na rua; ii) esta era vista como espaço que possuía apenas negatividade para esses moços; iii) cujo atendimento que preconizava deveria seguir um modelo familiar, a unidade como casa, o educador como pai ou irmão e; iv) que a Pedagogia da Presença associava a questão da educação com a da cidadania, portanto integrando formação moral (religiosa), laboral e civil (cidadã, na época mais associada a servir ao Estado) (NICOLAU, 2006).

Na proposta de Dom Bosco há um tripé de máximas de sua proposta, que é *religião, razão e amorevolezza*. E é esse último que nos interessa. *Amorevolezza* pode ser traduzida, segundo a página eletrônica portuguesa da Congregação Salesiana, como

amor, amabilidade, cordialidade, carinho ou doçura, sem no entanto conseguir passar a verdadeira dimensão deste termo. Esta amabilidade é o amor que se transmite e testemunha a alma da vida, que sustém uma relação racional e amável entre educador e educando, entre pai e filho, entre animador e jovem. Não é um simples instinto ou uma formalidade aparente, mas uma forma inteligente de estabelecer relação na qual estejam em jogo o afeto, o respeito, a exigência, as boas maneiras e os gestos para com o outro. Assim, a amabilidade salesiana é familiaridade, como uma relação paterno-filial mais do que como uma relação entre irmãos, que comporta direitos e deveres, exigências e responsabilidades, dar e receber. É o carinho que tanto falta nas relações do mundo de hoje e a que o Papa Francisco chama “força revolucionária” (FIALHO, SALESIANOS, 2017, s/p)

Segundo Souza (2012) *amorevolezza* pode ser traduzida como *carinho*, tradução esta feita por alguns dicionários de português/italiano. Mas este é o termo que resolve usar, pois também traduz o vocábulo em outros vocábulos como *bondade* e *amabilidade*. E todas essas palavras se ligam à noção de amor e é esta palavra uma constante nos escritos

de Dom Bosco quando ele trata dessa concepção de educar. Nicolau, ao tratar do Sistema Preventivo de Dom Bosco<sup>31</sup>, afirma que tal proposta, dentre outras coisas, apontava *incessantemente* que a *relação estabelecida entre educador e jovem, sendo que esta deveria afastar-se dos castigos corporais, da repressão, das paixões mundanas, da agressividade*, devia *buscar construir uma relação de amor, confiança e caridade entre estes sujeitos* (2006, p. 4012).

A amabilidade dos educadores nas relações educativas era uma questão fundamental para D. Bosco. Sua inspiração veio da prática da amabilidade de S. Francisco de Sales (bispo de Genebra) para com os seus inimigos; mediante a bondade e a mansidão, S. Francisco de Sales conquistou muitos infiéis de sua diocese. Da mesma forma, D. Bosco desejava e propunha que, na educação preventiva, uma das tonalidades que deve estar presente em todas as relações educativas é a bondade, a mansidão, o carinho, a capacidade de acolher, de ter uma maneira cordial de corrigir e de mostrar as falhas para que o aluno, sentindo-se aceito e acolhido, aceite sempre as orientações e as correções (SOUZA, 2012, pp. 58-59).

Além dos termos usados na citação, como bondade, amabilidade e mansidão, são citados ainda doçura, gentileza, paciência, compreensão, afabilidade, simpatia, proximidade como elementos da proposta e atitudes relacionadas à noção de *amorevolezza*. A citação trata inclusive da *capacidade de acolher*. É ainda colocada a questão de fazer o educando não só se sentir *acolhido*, mas *aceito* e de *corrigir* de *maneira cordial*. Esperamos assim contribuir para que se entenda a amplitude da noção em tela. *Amorevolezza* atendia a necessidade de se tecer uma alternativa ao modo dominante de educação de viés mais repressivo.

Segundo Ferreira (2009, p. 12 apud SANTOS, 2014, p. 35), Dom Bosco defendia que o educador exprimisse *de maneira encarnada a amorevolezza*, na forma de:

presença significativa de caridade pastoral, de equilibrado e profundo amor, de afeto demonstrado. Afeto racional, jamais conturbado pelo egoísmo ou por atitudes doentias. Afeto incondicional pelos jovens, que permanece apesar das faltas que acontecem, que se manifesta no compreendê-los, no sentir os fatos do ponto de vista deles, no permitir que eles mesmos encontrem o caminho para a sua correção e o próprio crescimento.

---

<sup>31</sup> Souza (2012, p. 58) chama atenção que o Sistema Preventivo já existia como pedagogia entre alguns pedagogos e religiosos antes de Dom Bosco, mas admite que essa concepção ficou ligada de forma indissociável a figura deste.

*Amorevolezza* é colocada como *presença significativa*, o que nos lembra Pedagogia da Presença. Mas não é qualquer presença, e sim uma imbuída de *caridade pastoral* – vimos que caridade é uma noção derivada da de amor, a partir do pensamento cristão. Trata-se ainda de uma presença de *equilibrado e profundo amor demonstrado*. O amor dessa presença deve ser demonstrado, mas como se trata de um amor equilibrado, sua percepção não deve ser percebido, por demonstrações destemperadas. Isto porque esse amor é pensado como um tipo de *afeto racional*, como duas matrizes de sensibilização do educador, uma emocional e outra lógica, como uma díade cognitiva que possa torná-lo empático, pois lhe cabe *compreender* os educandos, *no sentir os fatos do ponto de vista deles*. Aqui além de uma semelhança com a perspectiva integralprotecionista moderna nessa formulação de Dom Bosco, pelo distanciamento da linha repressiva na proposta pedagógica, vemos também outra aproximação com esse paradigma, a ideia de permitir *que os educandos mesmos encontrem o caminho*, o que dialoga com a ideia de crianças e adolescentes serem ouvidos, participarem da política pública e não serem tratados como meros objetos dela.

Logo, *amorevolezza* não é uma categoria meramente emocional, mas tem dimensões de racionalização, como entendemos o que estamos tratando aqui genericamente por amor, que envolveria racionalização e a aquisição/desenvolvimento de atributos ou competências sociais, como um jeito de escutar, de olhar, de esperar etc, quanto aspectos, que já aparecem nessas noções, de dimensão afetiva e valorativa.

Essa noção de amor é o que resolvemos utilizar para tratar de algo que, mais que uma convergência histórica de representações articuláveis por fios em comum, aponta para um processo de ressignificação dos valores católicos que contribuíram para dar origem à Associação O Pequeno Nazareno, ao atuar na motivação do seu núcleo original e dirigente sob formas com as quais já possuía identificação como preceitos de caridade, solidariedade, humanismo, dignidade, justiça, dentre outros e que poderíamos relacionar à esse amor, como amor, amabilidade, carinho, acolhida etc foram relacionados à *amorevolezza*.

## 6.5. Ilustrando um caso de modelamento técnico e moral

Buscando avançar sobre outros aspectos que se ligam ao problema desta pesquisa, pode-se dizer que a religião deixou influências na OPN, que deixou um rastro, reminiscências, por estar presente desde sua origem e, diríamos, mesmo antes, no modelamento técnico e moral (SILVA, 2011) de muitos de seus componentes.

Entendemos por modelamento técnico e moral um recurso para estudos de categorias profissionais quando estão envolvidas disputas simbólicas e ou se pretende rastrear e mapear motivações e valores relativos a suas práticas e públicos, desde que o pesquisador se interesse em analisar aspectos mais abrangentes desses sujeitos e o que contextualiza seu lugar e fazer sociais.

Tal ferramenta abarca os processos em que a trajetória de indivíduos os levam a disposições para uma determinada conduta, tomando como premissas que esses mesmos processos têm por base a imbricação das seguintes matrizes: i) construtos simbólicos como os saberes especializados, a saber o Direito, a Pedagogia, a Medicina, a Psicologia, a Sociologia, dentre outros, e saberes de outros tipos, como no caso aqui, a Educação Social de Rua, uma determinada concepção filosófica, etc, com; ii) ideações construídas no curso da referida trajetória que possuem correspondência com os lócus de experiências diretas e intensas desses sujeitos como seus espaços de formação e ou atuação profissional, devoção a crenças e engajamentos e com; iii) efeitos de influências e pressões advindas do espaço que estes têm como privado, íntimo e com o qual se confrontam e o opõem a essas outras matrizes como se estas fossem forças externas – e separadas – na afirmação de papéis sociais que cumprem (*na escola sou sua diretora, em casa sua mãe*, por exemplo).

Ao pesquisador interessa a articulação dessas três matrizes, pois esta síntese pode nos dizer algo da relação entre aspectos inconfessos ou turvos para eles próprios de suas motivações para fazerem o que fazem. Uma das questões de tratar desse tipo de modelamento é buscar elucidar os elos que liguem: 1. essas matrizes técnica e moral, ambas de origem institucional com essa matriz subjetiva e falsamente separada das demais com; 2. a construção de motivações para dados comportamentos sociais, estes justificados de forma a ignorar a dinâmica desses elementos na construção de tais pontos de partida

para se ocupar determinados lugares sociais, se encampar determinados discursos, práticas e empreendimentos sociais.

A ideia de falar de um determinado modelamento técnico e moral também visa situar nosso olhar numa perspectiva mais mesossociológica, para equilibrar o peso de contextos macro e micro, singulares e mais regulares (no sentido de ter ênfase no que cada manifestação sua tem em comum, apesar da diversidade de suas manifestações), como a cidade, o espaço rua ou uma dada rede de instituições em sua construção particular como um SGD local e organizações ou meios em que tais saberes e experiências são adquiridos, vividos, combinados e ressignificados, como sua organização empregadora ou formadora. Ainda nessa dialética de singular/regular, macro/micro deve-se, trazer o contrapeso dos caminhos individuais percorridos, buscando os elementos afins, compartilhados que os colocaram naquele lugar e muitas vezes construindo a ação de um sujeito coletivo como uma ONG ou unidade de servidores públicos que buscam dar à sua ação uma marca de sintonia e sinergia.

Frente ao exposto, deduzimos que a passagem por movimentos e papéis na Igreja Católica, detectável como um desses elementos afins em trajetórias individuais de não menos que dirigentes da organização estudada corroboraram para podermos falar de um modelamento técnico e moral. Nesse processo valores religiosos foram ressignificados e articulados com ideações ancoradas em saberes especializados (Proteção Integral, Prioridade Absoluta, Condição Peculiar de Desenvolvimento...) ou (e) não especializados (como Teologia da libertação, Pedagogia da Presença...) e elementos da trajetória individual desses sujeitos que mesclam esses primeiros elementos, mas não somente, posto que este terceiro muitas vezes vai esclarecer a presença dos dois primeiros, como o que trataremos por dor.

Em suma essa influência religiosa se dá, entre outras coisas, na visão de mundo de alguns de seus dirigentes e, talvez, por isso mesmo, pode ser percebida em sua motivação, de ordem ética, com base moral cristã. Motivação esta que não é partilhada apenas por muitos de seus dirigentes, mas também por profissionais e, como vimos maior parte de seus financiadores pessoas físicas e algumas jurídicas. Mesmo que esta assuma novas formas através de sua canalização por processos como o da politização, da profissionalização, da racionalização, assumindo formas como a adesão a novos códigos

como o do Direito, dos Direitos Humanos, da Doutrina da Proteção Integral, da Assistência Social, da Emancipação, da Militância, da Inclusão etc.

A referida visão de mundo é também uma visão moral. Assim como vimos que o amor cristão se transforma em outra coisa, que vai dialogar conforme a trajetória individual e elementos singulares de cada sujeito, em diferentes combinações e associações (com amor à profissão, amorosidade freireana...). O caso da noção amor serve para ilustrar como valores vão sendo ressignificados internamente ao longo do tempo por seus componentes, bem como esses o fazem para fora da entidade e expressam tal processo na sua comunicação com a sociedade, com seus financiadores e com o público mais geral. A coordenadora de marketing reconheceu que a OPN fazia essa associação de expressões de valores mais amplas com sentidos valorativos religiosos, quando nos observou uma vez que “solidário dialoga bem com as diversas denominações cristãs. Independente de ser católico, não sei o quê, o Pequeno Nazareno é diferente de Nossa Senhora das Dores, de Maria Mãe da Vida, que não dialoga com os crentes protestantes, concorda?”.

Um dos coordenadores da OPN também reconheceu essa identificação que se fazia entre tal elemento religioso com outros construtos como saberes especializados e processos ligados a estes como a profissionalização, própria da especialização de funções sociais e conseqüentemente, também levando a uma especialização de saberes – eis porque assim nominamos os saberes avalizados pela Modernidade como base de profissões e da autoridade científica hodierna.

Então eu creio que há como você separar isso. É lógico que eu percebo ao longo desses anos uma especialização sempre maior, um contato sempre maior com as questões técnicas, com as orientações, com as normativas desde as internacionais, por exemplo a Convenção Internacional de Direitos Humanos, passando pelas normativas constitucionais e infraconstitucionais. Há uma profissionalização, se a gente pode chamar assim, muito grande hoje daqueles que atuam nas diversas áreas d'O Pequeno Nazareno. Porém, eu penso que esses valores que foram vivenciados, apreendidos, nesse momento da trajetória de algumas pessoas que estão na Associação, desde os primeiros anos não se consegue... se tem uma postura bastante livre e crítica de tudo isso, mas não se consegue se desvencilhar por completo, de modo que eu concluiria dizendo que eu acredito sim que há uma influência e uma boa influência que acaba impactando no modo como se trabalha, como se olha para uma criança que está em situação de rua e até no aspecto de se querer fazer o melhor trabalho possível pra ajudar aquela pessoa que está sendo atendida, sejam as crianças, as próprias famílias, hoje a comunidade...

O entrevistado começa afirmando que crê que se pode separar elementos religiosos do que O Pequeno Nazareno faz (*separar isso*). Adiantamos que o pesquisado já apontaria nessa fala o que chamou por profissionalização, como algo presente na OPN em todas as áreas.

De fato, observamos na instituição que educadores sociais que ingressaram nessa profissão sem uma formação prévia, até porque não existia uma para esse ofício, já tinham feito uma graduação em alguma área de atuação da organização, geralmente estudando um objeto recortado desse dia dia, pensavam em fazer uma pós-graduação... Soubemos de investimento da entidade feito para que um dirigente da instituição fizesse um determinado curso que agregaria para seu trabalho na OPN. E esse movimento reflete um fenômeno mais geral que entendemos sim poderemos chamar de profissionalização desses sujeitos, mas também como parte da autonomização desse campo social. E esse processo tende a fazer com que os saberes especializados como o Direito, a Assistência Social, Psicologia dentre outros venham a ocupar cada vez mais espaços, inclusive alguns que outrora tinham essas ausências compensadas por saberes em parte oriundos de movimentos sociais mais do que da academia – mas tanto uns quanto outros tem essas matrizes, dos movimentos e da Academia – como a Teologia da Libertação e a Educação Social de Rua.

Logo essa profissionalização é também um processo de apropriação, expansão, especialização e conformação nova de conjuntos de saberes heterogêneos, experiências, conteúdos e sentidos com ressignificações em que a laicidade vai se afirmando como um dos traços dessa configuração, e como parte da forma necessária para aqueles que se pretendem situar como agentes com um discurso universal. A OPN constituiu uma rede nacional e latino-americana, não pode se prender a um discurso particular, de apenas um dos pontos dessa topologia, que é multivocal. A profissionalização é parte dessa especialização com o desenvolvimento que o campo da infância e juventude teve, de ter uma Justiça específica, um *Parquet* próprio, conselhos, conferências dessa área... E esse campo que foi se autonomizando foi assistindo a emergência dos saberes especializados, de forma que seus profissionais foram tendo esse *contato sempre maior com as questões técnicas, com as orientações, com as normativas desde as internacionais até as normativas constitucionais e infra-constitucionais*.

O informante da citação acima, admite que, a exemplo desses conteúdos de outras fontes, dentre as quais focamos aqui na Religião, *esses valores*, a saber, da visão de mundo cristã, *foram vivenciados, apreendidos em algum momento da trajetória de algumas pessoas que estão na Associação*. Inclusive especifica tal momento: *os primeiros anos*. Segue asseverando que esses mesmos sujeitos têm *uma postura bastante livre e crítica de tudo isso*, mas que *não se consegue se desvencilhar por completo* dessa influência religiosa. *De modo que, conclui, acredita sim que há uma influência e uma boa influência que acaba impactando no modo como se trabalha, como se olha para uma criança que está em situação de rua*. Parece-nos que o inquirido sentia necessidade de dizer que não é a religião que determina as decisões, por exemplo quando se tratar de questões técnicas. Dependendo da demanda entraria a psicóloga ou uma assistente social ou educador ou educadora social da instituição com a propriedade de sua formação técnica para apontar o caminho a ser seguido. Mas frisa que mesmo assim esses valores influenciam o trabalho que esses profissionais, e não são todos da OPN que se encaixariam nesse perfil, como podem fazê-lo para que busquem *fazer o melhor trabalho possível*.

Adentramos na questão da motivação desses sujeitos nessa fala quando o entrevistado justamente ressaltou que esses valores religiosos podem influenciar "pra ajudar aquela pessoa que está sendo atendida, sejam as crianças, as próprias famílias, hoje a comunidade...". Acreditamos que o perfil do público atendido se comunica diretamente com os sentimentos mobilizados por esses valores confessionais. Trata-se de cuidar dos pequenos, tratados como pequenos nazarenos, os mesmos que o Nazareno nos disse para cuidar, acolher, ajudar. E Cristo, conforme as sagradas escrituras do Cristianismo teria igualmente dado exemplos disso ao longo de sua vida, ao repartir o pão, ao tratar de suas doenças, ao convidar *as criancinhas* para se juntarem a ele.

Todavia, argumentamos que a OPN operou ou foi submetida a mudanças quanto a expressar esse laivo religioso. Vimos que a OPN utilizava de referências religiosas em sua comunicação para sensibilizar o público geral acerca de sua causa – o primeiro exemplo disso é o próprio nome da instituição. Mas também vimos que não fazem mais uso desse tipo de apelo a símbolos cristãos. O que ocorreu? Que mudanças foram essas?

A citação acima aponta para o que trataremos por um processo de laicização dessa organização, que entendemos nunca ter sido evangelizadora, mas que apresentava mais tra-

ços de sua origem – se considerarmos elementos como seu fundador, apoios, como se apresentava por sua comunicação etc. A fala citada traz ambos os elementos, quando reconhece que o religioso permeou a própria motivação de seus dirigentes e também quando reconhece um processo de mudança em que esse elemento foi dando lugar à legislação e à produção de outros saberes. Vimos que a CNER teve que mudar sua comunicação para deixar de tentar sensibilizar por simbolismos cristãos como mostrar crianças crucificadas, por pressão de organizações de outros estados. Tal pressão externa pode ter se apresentado no dia a dia da OPN a partir de profissionais que, como técnicos autorizados pelos saberes de que são detentores, e como parte da folha de pagamento da entidade foram paulatinamente se contrapondo a uma linha que poderia se apoiar mais na experiência, numa sensibilidade e boa vontade, mas que poderia também estar imbuída das marcas inscritas pela passagem por espaços e movimentos da Igreja Católica.

Então a OPN pode ter ampliado seu grau de laicidade dada essa pressão, mas por também possuir uma flexibilidade e ordem de prioridades em que a doutrina religiosa não se coloca como seu foco, frente a outras potenciais finalidades, como ser ouvida por mais sujeitos, contagiá-los para sua real missão: erradicar a situação de rua infantojuvenil. Podemos também evocar aqui a racionalidade que indicamos acima.

Entendemos que a OPN utiliza do que pode ser a mesma racionalidade – ou tipo semelhante – que serve para separar os negócios privados dos negócios públicos ou a empresa familiar da empresa de negócios ou empreendimento não privado, coletivo, enfim de outra natureza, no caso aqui uma ONG, para também fixar a necessária distância da questão religiosa, que originalmente serviu de ponto de partida, da sua atual atuação de forma que esta pertença não comprometa sua inserção na atual rede de política pública que passou a ter por marca um caráter supraconfessional, laico.

Por certo que existem outras ONGs que possuem uma ação doutrinária e a OPN poderia assim atuar e se manter. Mas uma organização como a OPN, que se propõe à incidência política, à influência social necessária para realização de seus projetos não pode se permitir ser alvo de desconfiança ou simplesmente de ser taxada como uma instituição de visão restrita, e que não possa ter interlocução com um arco mais amplo de agentes, até porque vem exercendo liderança sobre outras, sendo propositiva e disputando recursos públicos e buscando ditar, não isolada ou unilateralmente, o conteúdo dessa política pública.

Em suma, podemos dizer que a Associação O Pequeno Nazareno realizava um trabalho laico, apesar de sua origem e diversos laços com a religiosidade católica, como visão moral e motivação de muitos de seus dirigentes, profissionais e financiadores, bem como concepções que subjazem sua proposta de atendimento. Tal laicidade foi fruto da coexistência de doutrinas laica e confessional, de embates tácitos – mas deduzíveis dada a divisão entre os entrevistados quanto a essa questão quando indagados sobre ela – e por vezes manifestos, internos e externos à organização, no âmbito das redes de que fazia parte, inicialmente levando a um ecumenismo e posteriormente a uma ressignificação dos valores católicos que lhe deram origem e motivaram seu núcleo original e dirigente sob formas com as quais já possuía identificação como preceitos de solidariedade, humanismo, dignidade, justiça dentre outros em novos conteúdos que também lhe são debitários – analisaremos isso melhor no próximo capítulo – como os Direitos Humanos, Doutrina da Proteção Integral, Assistência Social e a Educação Social e Popular e a Educação Social de Rua.

A confissão sensibilizou e mobilizou ao servir de *leitmotiv*, mas não condicionou a execução do atendimento. A obra d'O Pequeno Nazareno parece retratar essa visão, que como mostramos, vingou na América Latina, do Peru aos Inhamuns de Dom Frago, mas que também grassou pela Europa de onde veio Bernd Rosemeyer, um pensamento de ser cristão nas ações, exercer sua religião por elas, se importando com os problemas dos seus irmãos neste mundo, semelhante aos padres operários do Velho Mundo.

Se a laicidade cobrada como necessária nessa política pública contribuir para que se concretize o mesmo mundo ideal que também pode ser visualizado pelas concepções dos Direitos Humanos e outras teorias de outros saberes especializados, tal exigência não se torna entrave, porque a OPN na prática nunca priorizou elementos religioso-doutrinários, doou o peso de suas origens e já atuava com amplitude, fazendo uso de sua proximidade com segmentos religiosos em prol da realização dessa missão.

Mas isto não apaga de onde essa organização veio, e olhar para especificamente de que lugar do espectro católico é que ela emerge e como se deu sua trajetória, o que significa olhar para a trajetória de muitos dos seus componentes, diz muito do porquê e como ela soube lidar dessa forma com tais pressões, de modo que o que poderia ser um óbice, apenas serviu como fator mobilizador, estruturante e agregador.

## 6.6. Pão e vinho: crenças e relações entre aqueles que compõem a entidade estudada

*O fato de que um mito se desvanecesse na névoa de nossas frustrações não impedia que todos começássemos a colaborar em um novo rascunho de utopia.*

*A Borra de Café  
Mario Benedetti*

Além das ondas históricas, de que já falamos, que trazem entre as alternativas de atendimento a questão da espiritualidade, consideramos que há um elemento outro que contribui para essa presença do elemento religioso, que lhe seria um fator fundante.

O recorrente reordenamento institucional contribuiu para desencadear um processo de constante autoanálise e aprofundamento em termos de especialização sobre diferentes pontos da política e de racionalização de sua implementação e uso. Racionalização no seu sentido weberiano, no modo de examinar e decidir, calcado na lógica, na reflexão e no domínio progressivo de temas e objetos com vistas a melhor operacionalização para alcance de seus fins.

**Figura 27 - Capela do sítio da OPN**



**Fonte: Acervo da OPN**

Ocorre que esta *ratio* é pautada em valores. E esses valores, corporificados nos preceitos dos Direitos Humanos, e podemos ir além e incluir, do Estado Democrático de Direi-

to. Mas também acreditamos que partem, de certa forma, de valores religiosos, que chamamos acima de fator fundante. Isto se deve à religião ter sido uma das primeiras matrizes de gestação de princípios que buscaram regular as relações entre as pessoas e definir quais questões deveriam fundamentá-las, assim sensibilizando as consciências e gerando formas de sensibilidade social, pautando e criando ações de controle social e cuidado durante as diferentes quadras históricas.

Não ignoramos que pensadores liberais e socialistas sustentaram que os direitos humanos são, por definição, de origem secular (POOLE et al, 2007), partindo da ideia de que não se deve se sujeitar a alegações baseadas na revelação divina. Todavia, entendemos que mesmo os Direitos Humanos modernos, em sua laicidade, são debitários da religião, e, em nosso caso, em grande medida, da religião cristã, como buscaremos demonstrar.

As religiões abraâmicas inicialmente, e mais intensa e posteriormente a Igreja Católica – e a religião de um modo geral – estão presentes nas bases que vão constituir o Ocidente e as culturas por este fortemente influenciadas como a nossa. A Santa Sé se constituiu como grande autoridade desde os tempos do Império Romano e passou incólume durante quase toda Idade Média, mantendo grande influência até a emergência da modernidade.

Poole et al, em *Direitos Humanos: Referências Essenciais*, obra traduzida pela Edusp com a participação do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), trazem como exemplo, o caso das obras antigas salvas e preservadas pela Igreja Católica e como estas inclusive vão influenciá-la em alguma medida, bem como gozar de maior receptividade por esta mesma associação.

Por ter sido a única estrutura integrada que se manteve intacta após a queda do Império do Ocidente em 476, a Igreja cristã conseguiu preservar grande parte do que foi Roma [...]. Os mosteiros cristãos reuniram, restauraram e copiaram textos tanto cristãos quanto pagãos. Um grande número de textos latinos sobreviveu em mosteiros até o século IX, quando os arquivistas de Carlos Magno os reuniram e reproduziram as cópias que existem atualmente. Em consequência, o latim sobreviveu como uma parte crítica da cultura ocidental; com efeito, a maioria dos 35 mil livros publicados antes de 1500 eram escritos em latim, que por mais quatro séculos continuaria sendo a língua dos eruditos (POOLE et al, 2007, pp. 25-26).

Ao cumprir tal papel, a Igreja cristã foi imprimindo sua marca no advento de elaborações futuras como os Direitos Humanos, a Assistência Social, Educação Social e Popular dentre outras. Trouxe também a influência de outras matrizes “pagãs” e até não-religiosas contemporâneas e pré-cristãs, como citadas abaixo.

Apesar de muitas controvérsias em torno das origens dos direitos humanos, poucos negariam que o humanismo religioso, o estoicismo e os antigos teóricos dos direitos naturais influenciaram nosso entendimento secular moderno dos direitos. Deixando de lado a questão da revelação divina, que suscitou interpretações e aplicações arbitrárias, a maioria dos textos religiosos, como a Bíblia, os textos budistas, o Novo Testamento e o Alcorão, incorporam princípios morais e humanistas, expressos geralmente em termos de deveres. A questão dos meios justos empregados em tempo de guerra foi tratada por católicos (Santo Agostinho e São Tomás de Aquino) e por muçulmanos (Maomé). O conceito de direitos humanos não apenas tirou subsídios da descrição do amor fraterno universal, feita por Miquéias (Bíblia), São Paulo, Buda e outros, mas também, de maneira diferente, do amor universal desinteressado processado pelos estoicos, como Epicteto, e os paladinos como Platão, Aristóteles e Cícero. As origens religiosas da ética universal muito devem à Bíblia (Torá), cujos ensinamentos são seguidos por judeus, cristãos e muçulmanos. Sob um Deus, o criador de tudo o que existe, toda a humanidade é vista como uma unidade (por exemplo, a visão de Miquéias) e nenhuma raça existe isoladamente. O povo da aliança (isto é, os hebreus no Antigo Testamento, os cristãos no Novo Testamento e os muçulmanos no Alcorão) não é escolhido para desfrutar de privilégios especiais, mas para servir à vontade de Deus perante todas as nações. Os Dez Mandamentos constituem um código de moral e respeito mútuo que exerceu importante influência no mundo ocidental. A Bíblia contém diversas injunções (formuladas em termos de deveres) que correspondem às concepções seculares dos direitos do outro (Idem, *ibidem*, pp. 17 - 18).

De vital importância para os direitos humanos foi a natureza dos livros salvos. O entrelaçamento do pensamento platônico [...] com o pensamento cristão e sua ênfase nos direitos humanos remonta a Clemente de Alexandria (c. 150 - 215) e a Orígenes (c. 185 - 254). Maior impacto sobre a teologia e a teoria dos direitos teve o pensamento de Santo Agostinho de Hipona (354-430), que foi influenciado radicalmente pela doutrina platônica. A autoridade conferida a suas obras pela Igreja católica romana em toda a idade média contribuiu para garantir um lugar permanente para os pontos de vista platônicos no cristianismo latino (Id., *ibid.*, p. 26).

Para além de reforçar o que argumentamos acima, vemos em uma dessas citações a ideia de amor fraternal em Miqueias que se relaciona com a noção que defendemos no capítulo anterior e que logo retomaremos mais adiante. No momento convém primeiro frisar como a religião atuou em questões decisivas da sociedade que herdamos, tal como os pontos trazidos na citação, e também através: da formação das universidades; na constituição de uma elite letrada e pensante corroborando com os autores da citação; e no exercício do monopólio do conhecimento durante séculos; na elaboração filosófica com pensadores como São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, este citado acima; a partir da repercussão da terceira Cruzada e consequente captura do Rei Ricardo “Coração de Leão” que houve a criação da Magna Carta de 1215; a defesa dos nativos do Novo Mundo pelo missionário dominicano espanhol nas Américas Bartolomeu de las Casas pela sua obra literária durante o século XVI; na motivação e condicionamento da arte, como na Renascença; no advento da noção de indivíduo, com a ideia de interpretação individual no que se refere à leitura das Sagradas Escrituras, de orar com suas próprias palavras invés de rezar preces prontas, da confissão direta a Deus, cultos nas línguas de cada povo, tradução da Bíblia e alfabetização para sua leitura, mudanças advindas a partir da Reforma Protestante; a criação da imprensa pelo católico Johannes Gutemberg, cujo primeiro livro a ser publicado foi a Bíblia.

Apesar de ser um compilado feito por um núcleo de estudos da USP, os autores dessa seleção a que vimos nos referindo acima são estrangeiros e não examinam propriamente o Brasil. Mas podemos ver que Roberto DaMata, em *Brasil e Estados Unidos: Religião & Identidade Nacional*, de 1988, também afirma essa mesma influência cristã, agora tratando especificamente de nossa realidade.

Fração majoritária de toda a humanidade, a quem a divindade tocou com o sinal do dever de reproduzir como história, através da Igreja, a experiência da redenção, o "povo católico" deve crer que realiza em todo mundo o trabalho de salvação de sua pessoa individual e de todos os seres de todos os tempos (BRANDÃO, 1988, p. 46).

O autor coloca o catolicismo como parte da identidade geral dos brasileiros, como *uma religião totalitária, o catolicismo foi e seria no Brasil uma religião de todos* (1988, p.

52). Brandão justifica isso afirmando que *todas as pessoas que querem, são e podem se identificar como católicas*.

De um lado, os símbolos e significados do catolicismo invadem praticamente todos os espaços e domínios da cultura brasileira. Democrática e anarquicamente eles estão nas igrejas e nas cortes de justiça. Mas estão também nos bares e nos prostíbulos, nos campos de futebol e nos blocos de carnaval. A mãe e a puta podem ser, cada uma a seu modo, católicas, assim como o rezador e o bandido. Comenta-se historicamente que Lampião (célebre cangaceiro do Nordeste brasileiro) obrigavam os membros de seu bando a longos momentos de oração coletiva a cada manhã, e possuía um grande respeito "pelas coisas da igreja". De igual maneira é muito difícil um romance brasileiro, sobretudo quando passado entre camponeses do passado e do presente, que não mexe com a vida e o imaginário dos personagens com os símbolos e significados populares do catolicismo. Porque, pelo outro lado, os diferentes povos do país invadem mais a religião do que a igreja, e, de muitas diferentes maneiras, apropriam-se da extraordinária polissemia de suas palavras, crenças e ritos para impregnar com eles ao mesmo tempo a fala da cultura e o espelho da identidade do "ser brasileiro" (BRANDÃO, 1988, p. 52).

Conforme o que o autor apresenta acima, no Brasil, a época, se poderia se dizer católica tanto uma pessoa que defendesse os direitos humanos quanto a pena de morte. Também deve se considerar que de fato existe sincretismo de outras religiões brasileiras com o catolicismo o que corrobora para o que o autor afirma. Mas como religião ainda majoritária no país, e com sua longa história, indubitavelmente contribuiu para a constituição de nossa cultura nacional. Um exemplo disso é que quando o Estado brasileiro precisou criar um herói nacional vinculando-o a luta pela nossa constituição como nação, o cristianizou, criando a imagem de um Tiradentes de cabelos longos e barba, que foi imolado por sua causa.

Não obstante a Igreja Católica em nosso país ter do catolicismo popular - até com aspectos medievalescos - à Renovação Carismática, que guarda semelhanças com os cristãos evangélicos e se distancia da Teologia da Libertação, essa mesma Igreja, em si, produziu ao longo de sua história bases de pensamento que já podemos apontar como pontos de partida para a gradual construção dos Direitos Humanos.

É visível que a tradição judaico-cristã moldou fundamentalmente a nossa moderna concepção de direitos humanos. De fato, são múltiplas suas contribuições filosóficas: o elo indizível entre a humanidade e seu criador, a fraternidade universal dos homens, a responsabilidade de cada indivíduo de lutar por um mundo mais justo e a supremacia da autoridade espiritual sobre o poder secular. Essas

ideias são tão fundamentais para nosso entendimento dos direitos humanos que é difícil imaginar o que seria hoje o movimento de direitos humanos sem sua inspiração (POOLE et al, 2007, p. 28).

E toda essa contribuição desde o campo das ideias se deu por sua doutrina, como a citação acima demonstra, já trazer em germen princípios e normativas que vão servir de fulcro para tal desenvolvimento. Pode se considerar entre tais antecedentes dos direitos humanos modernos as seguintes passagens da Bíblia, que trazem os pontos tratados acima por Poole e cia., a saber: Êxodo 20: 1 - 2; 21: 22 - 24; 22: 20 - 26; 23: 1 - 3; 23: 6 - 11; Levítico 19: 13-19; 19: 33-37 Deuteronômio 4: 41 - 44; Miqueias 4: 1-5; Salmos 118: 18 - 22; Provérbios 14, 31 - 34; 25:21-22-14, entre outras passagens<sup>32</sup>.

Durkheim e Weber já reconheciam o peso da religião nas sociedades. Weber vai identificar na própria ética formulada por igrejas protestantes uma explicação para o desenvolvimento do capitalismo de empresa contemporâneo, ou seja, valores religiosos teriam atuado na base constitutiva dos contornos da sociedade contemporânea, particularmente na constituição de um tipo de racionalização. Aqui, no seu pensamento, diferentemente de quando tematiza o desencantamento do mundo, religião e racionalidade se articulam, uma contribuindo na tessitura da outra. Na sua abordagem do carisma, que pode ser incluído como parte de suas reflexões acerca da religião, encontramos uma possibilidade de mudança na estrutura social, que advém de seus tipos ideais de dominação.

Mas se há uma área em que a religião se destacou bastante foi decididamente no cuidado – e controle social – dos pobres, através da caridade, das suas obras sociais, de sua produção ideológica sobre o ordenamento social e os requisitos para a salvação da alma. Contudo, também produziu uma base comum de valores para a orientação da vida das pessoas, como estamos tratando. E isto, não se deu a toa, afinal são atribuições da religião se ocupar dos valores referentes à vida e do sentido último da pessoa humana. Abaixo trazemos uma citação em que Poole *et al* abordam esse ponto a partir da visão doutrinal cristã.

Segundo a crença cristã, os ensinamentos de Jesus Cristo cumprem a profecia e as injunções do Velho Testamento. Enfatizando a generosidade e o alívio aos oprimidos, Ele instruiu: "Dá a quem te pedir, e não te desvies daquele que quiser que lhe emprestes (Mt 5:42). A vida de Cristo é uma história de sacrifício volun-

---

<sup>32</sup> Poole e autores tomam como referência a edição da Bíblia de Jerusalém, que aqui é um “apud”, logo não colocamos nas nossas Referências, mas trata-se da edição de 1993.

tário em prol de um mundo caído. Seus ensinamentos em favor dos fracos, dos coxos, dos enfermos, das viúvas, dos órfãos, dos pobres e dos privados de direitos continuam a servir de modelo para muitos ativistas contemporâneos dos direitos humanos (Idem, *ibidem*, p. 25).

Conforme a citação, os cristãos encontram em seu livro sagrado, em testemunhos de seus profetas e de forma geral em sua Revelação, incluindo falas e feitos atribuídos a Cristo um exemplo e orientação de cuidar de seus semelhantes, em particular aqueles que estejam mais expostos.

Priore, ao tratar inicialmente dos cuidados com a saúde dos “meúdos”, descreve um cenário dos primeiros séculos de colonização do Brasil que evidencia esta nossa afirmação em formas históricas concretas de nossa formação singular, porém perpassada pela ação de instituições dos colonizadores.

Colocados frente a imagem da Virgem, levados em peregrinação a oratórios, presentes a procissões ou recebendo bênçãos em dias de festa religiosa, os pequeninos recuperavam a saúde e reproduziam um universo mental e cultural de pietismo religioso. Ex-votos pintados sobre madeira, em que reproduzem cenas da vida cotidiana de crianças atingidas por acidentes, doenças ou qualquer forma de perigo [...] são testemunhos de preocupação que as mães tinham com seus “meúdos”. Havia os que morriam e tornados “anjinhos”, honravam a Deus, no céu, e havia aqueles que partiam direto para “o limbo” [...] (PRIORE, 2015, p. 92).

Esta passagem assinala claramente como desde o início de nossa formação como nação, desenvolvemos um olhar que associa a criança à pureza, à inocência, como se fez antes na Europa. Ideias estas que mobilizam e em parte também se originam numa ideal moral religiosa, de modo que é traçada, uma associação da criança pequena com os anjos e com Cristo, com o que se espera do fiel, como um pretérito estado de graça perdido.

A utilização de frases de Cristo (*deixai vir a mim as crianças; quem não receber o reino de Deus como criança, de maneira nenhuma entrará nele*), de músicas (*só entra no Céu quem for como uma criança...*), de sermões, da imagem da criança para retratar Cristo, como o Deus menino, na imagem deste com Santo Antonio, dos querubins, o papel destinado às crianças na liturgia da missa, como no ofertório, em momentos de leituras, a importância dada ao batismo e à primeira comunhão, com seus trajes e símbolos especiais, como ritos de passagem que são, os vários santos e santas relacionados aos cuidados com as crianças, a própria tradição da Igreja no ensino, são todos exemplos dessa construção ao

longo do tempo no campo da ação da Igreja. Todas estas marcas vão fazer nosso imaginário associar a criança ao sagrado.

Portanto, quando se observa que a maioria das organizações que prestam serviços assistenciais a crianças e adolescentes são privadas e destas a maioria são religiosas, em franca maioria cristãs, como percebemos em outros estudos, isto encontra uma base histórica nesse conjunto de processos que são fundantes da própria sociedade contemporânea.

Logo, pode-se esperar que o mesmo se reflita em alguma medida na base social dessas organizações. Um dado curioso que o estudo de Flor Fontenele revela é que 458 dos seus doadores eram motivados a fazerem doações à organização por “minha satisfação pessoal”. Segundo Fontenele esses doadores enxergavam na OPN uma organização cristã, possivelmente evangelizadora. Sobre isso, Fontenele afirma que

o que eles acham é o que eles querem, na verdade, né? E nós não fazemos, mas nós precisamos desse pessoal, concorda? [...] Mas eles esperam isso da gente. Porque eles são crentes, a grande maioria é católico, praticante mesmo. [...] Aquele praticante que tá no grupo de oração, no grupo não sei de quê. Então esse pessoal tem essa expectativa conosco.

Simmel e Claire Jacobson (1965) vão afirmar que a assistência à pobreza tem suas origens nessa ação de caridade e que possui por fundamento, motivação última, a salvação da alma de quem cuida, ou doa para os pobres. Vimos como a caridade não se trata somente de uma prática comum à Igreja, mas que a ideia em si tem antecedentes e significados próprios caros ao pensamento dessa instituição, como o amor (*ágape, caritas*).

A caridade viria então do rico que doaria ao pobre, e entre estes ricos, está a própria Igreja, que angaria donativos dos outros ricos e doutrina contra a riqueza (como toda a passagem conhecida como *Olhai os lírios do campo*, do Sermão da Montanha, Mateus 6:24-33) e pela caridade, como meio mesmo para os fiéis *alcançarem graça*, realizarem *boas ações*, de *amarem o próximo* e, enfim, de *se salvarem*. No próprio Sermão da Montanha é dito “bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia”.

O doar, aqui como doar esmola é alçado a uma obrigação fundamentada teologicamente. Um dever teologal, dar é colocado como mais importante do que receber. No Sermão da Montanha é feita inclusive uma contraposição entre servir a Deus e servir a própria satisfação material. Tal dever é posto acima da percepção do que alternativamente poderia ser entendido como direito de quem recebe a ajuda.

E isto dá a ideia de não haver expectativa de retribuição à tal desprendimento, o que é um véu e um disfarce, uma vez que assim se está negociando a própria salvação, mas disfarçada pelo intervalo de tempo entre o dar e receber. Este intervalo se faz elemento constitutivo dessa relação social, posto que lhe dá a distância do é e do que deve parecer, como Mauss e depois Bourdieu já desvelaram ocorrer nas trocas simbólicas que acompanham circulações de gestos e coisas. A Igreja mesma se tornou rica inspirando e se beneficiando dessa generosidade que ela mesma ajudou a incutir, afinal se construiu e até hoje vive – também, mas não só – de doações.

Caridade, como vimos, significa amor, e é significada pela Igreja como *amor de Deus, amor a Deus, amor ao próximo*. O ato de doar incutiria o sentimento moral de sentir-se melhor, de amar a si próprio mais. Há aqui uma troca, na medida em que quem doa, e podemos estender a quem cuida, é recompensado por uma contradádiva, um contradom (MAUSS, 1974), o de se sentir generoso, fazendo *a sua parte*, fazendo *o bem*, se eximindo da responsabilidade por semelhantes seus estarem vivendo em condições degradantes, já que fez o que pode, conforme os desígnios do próprio Deus. Esses sentimentos eram comuns em depoimentos coletados por alguns pesquisados no sentido de um senso de dever e de compensação à sua consciência quanto ao bem que faziam.

Contudo, sabemos que a Assistência mudou, não é mais predominantemente caritativa. Entre quem doa pode ainda persistir esses sentimentos e mesmo entre quem cuida percebemos ainda haver quem tenha uma visão caritativa. Mas a política pública desse campo e ONGs como a OPN mostram como essa base se fundiu com outras matrizes de ideias e práticas e se tornou outra coisa, como a seguir o depoimento de um dos coordenadores dessa entidade bem o denota.

Igreja, sindicato, depois a convivência rápida de um ano num partido político. Foi exatamente nesse momento, norteado por essas ideias lá das comunidades eclesiais de base, de grupos de jovens, dessa igreja chamada mais progressista que a gente adquiriu essa visão mais coletiva das coisas E aí veio o encontro com o Pequeno Nazareno para um **trabalho voluntário**, isso lá pelos anos de 2001, 2002, mais ou menos (Coordenador de Comunicação da OPN).

Os que fazem a OPN, seus profissionais, podem ter tanto a motivação de crerem que estão seguindo os desígnios de Deus, como que estão salvando a si próprios, quanto que estão lutando por justiça, influenciados por sua formação profissional e política, até

mesmo familiar. Mas lembremos que aqui, na ideia de justiça vamos novamente encontrar a Religião apresentando ideias que poderão servir de fonte para essa visão. Já tratamos disso no capítulo anterior. Voltemos então ao que Simmel traz, a ideia de que o sujeito assistido é meio para que o crente/fiel consiga sua salvação. Para isso argumentamos que uma das noções que poderíamos extrair das concepções da OPN seria o que decidimos chamar de amor. Também buscamos mostrar a origem desse componente nas bases alegadas de seu pensamento, todas claramente ligadas ao catolicismo. Buscando ligar esse ponto com o que trazemos agora, novamente evocamos Poole et al.

Segundo a crença cristã, os ensinamentos de Jesus Cristo cumprem a profecia e as injunções do Velho Testamento. Enfatizando a generosidade e o alívio aos oprimidos, Ele instruiu: "Dá a quem te pedir, e não te desvies daquele que quiser que lhe emprestes (Mt 5:42). A vida de Cristo é uma história de sacrifício voluntário em prol de um mundo caído. Seus ensinamentos em favor dos fracos, dos coxos, dos enfermos, das viúvas, dos órfãos, dos pobres e dos privados de direitos continuam a servir de modelo para muitos ativistas contemporâneos dos direitos humanos (POOLE et al, 2007, p. 25).

Já trouxemos as ideias associadas à mensagem de Jesus Cristo como uma das fontes dessa noção de amor que seria parte das concepções da OPN, que não nos foi dita por pesquisadores, mas que depreendemos pelo conjunto de dados analisados, como nossa observação, documentos e referências apresentadas. Sobre a ideia de amor em Jesus Cristo, trazemos novamente Poole et al.

O cerne da mensagem de Cristo é o amor. O amor dos cristãos uns pelos outros, chamado *ágape* em grego, é a essência da ação cristã e era o sentido original da palavra caridade (do latim *caritas*). Amor e caridade são descritos por São Paulo em I aos Coríntios como as maiores das "virtudes teologais". Apesar de direcionados primariamente para Deus, o amor e a caridade são devidos também a nosso próximo e a nós mesmos como objetos de amor de Deus. A natureza amorosa de Deus é realçada no Velho Testamento, mas somente no Novo Testamento fica claro, através da doutrina, que o amor constitui a natureza essencial de Deus (por exemplo, em I João 4: 8) Os mandamentos do Velho Testamento de que os seres humanos devem amar a Deus (como em Deut 6: 5) e a seu próximo são incorporados por Cristo (Mc 12: 29 – 31). Na verdade, Cristo exigiu que o amor se tornasse "novo mandamento" (Jó 13: 34) (Idem, *ibidem*, p. 25).

A citação traz elementos que argumentamos anteriormente, logo não nos debruçaremos sobre estes. Buscamos aqui na verdade avançar em sua interpretação. O amor, o *ágape*, que leva a *cáritas*, que contribuiu para nossa noção de caridade, conforme a citação,

tem doutrinariamente fundamento como um dever (*mandamento*) e logo, como recurso para aprovação de seu Deus para os cristãos (*virtude teologal*). Portanto, é condição para obtenção de sua própria salvação (*porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no Reino dos céus* – Sermão da Montanha). Inclusive porque em sua essência é substância que se desdobra de amor a seu Deus para si próprio (daí, dentre outras razões, o tabu do suicídio tal como o é para cristãos) e que novamente se desdobra em amor ao semelhante, este como reflexo de seu Deus tal como o doador desse amor.

À guisa de outras fontes para esta argumentação, voltamos ao estudo de Flor Fontenele. Esta, partindo do seu estudo sobre os doadores da OPN, nos disse, de arremate acerca das motivações de seus benfeitores, que lhe parecia que para eles *a ideia era, como eles estavam fazendo caridade, ganhar o céu.*

[...] Tem um momento no instrumental da pesquisa que ele vai se colocar porque que ele ajuda, né? Qual é o motivo, a motivação e tal. Todos estão fazendo isso não é pela criança. A grande maioria tá fazendo porque é dever do cristão, né? Aí você consegue fazer a leitura de que o cara tá querendo é um altruísmo, né? É aquela coisa, eu quero ajudar, mas na verdade, eles estão querendo é a salvação. É porque Deus diz que a gente tem que ajudar os... entendeu? Eles estão se lixando pra questão da problemática, entendeu: é um coitadinho, caridade que eu tenho que fazer, porque é meu dever cristão, ok?

Isso nos remete a Simmel, que já via nesse caráter caritativo mais o sentido de se cumprir uma obrigação, não o de atender, garantir um direito. Uma obrigação de cristão, mas que também era obrigação no sentido de condição *sine qua non* para o fiel salvar a própria alma. O que não difere muito de se aliviar a consciência por ter feito o que podia, ter feito sua parte, para se poder transitar entre pessoas necessitadas nas ruas sem deixar que isso lhe afete. Melhor ainda, se ao garantir minha salvação, estou ajudando a quem vai também tentar salvar o corpo e alma dessas pessoas.

O pensador alemão desvela o caráter religioso original dessa prática que a história da Assistência Social bem assinala, mostrando na Igreja Católica o pretérito dela. Essa função de auxílio aos “mais humildes” com o tempo foi transferida da Igreja para o Estado, como expediente de controle social destes. Como o próprio Simmel ([1907], 1998, p.47) afirma, a assistência age *a fim de que os pobres não virem inimigos ativos e perigosos da*

*sociedade, para tornar suas reduzidas forças mais producentes e, enfim, para impedir a degeneração de sua progênie* (em tradução livre). Portanto, a política que se coloca como proteção, cuidado, possui em si caráter de prevenção sim, mas não apenas aos riscos a que estes estão sujeitos, mas aos riscos que eles, particularmente seus filhos, podem representar à ordem constituída, ao patrimônio, logo, essa política se torna a antessala da segurança pública. Assim a assistência à pobreza se junta às ações policial, carcerária, higienista, outros meios de contenção social, apesar de diferirem entre si em alguns pontos.

Simmel traz também a questão de tornar mais producentes as forças desses que são o público da assistência. Não há como desconsiderar a presença do interesse da ordem econômica, assinalada por longa tradição de estudos filosóficos e das ciências sociais, de Foucault a Mbembe, de Marx à Mészáros. Quanto à terceira razão que Simmel aponta, de se evitar a degenerescência da prole, esta tanto se liga à preocupação de apaziguar e adestrar para seu lugar na produção já citado, quanto vai marcar vários cientificismos como o higienismo social e eugenia.

Mas seria leviano de nossa parte ignorar que Simmel fala a partir de uma Alemanha em que os pobres não tinham direito ao voto. E que sua análise é evocada aqui a um cenário em que não apenas o voto censitário soa anacrônico, mas em que é afirmada, em nossa Constituição, direitos que, no papel, se estendem a todos e em que há uma autoanálise crítica da Assistência Social no mesmo sentido apontado pelo autor. Há, inclusive, todo um movimento desta, assim como no Direito e em outras áreas para superar essas limitações das políticas em tela. Termos como empoderamento, emancipação e outros denotam esse avanço. O próprio Simmel admite que esse processo de dádiva e contra-dádiva, quando prática privada na forma de socorro (IVO, 2008), diminui a distância social entre a assistência e o assistido, *supondo mais intimidade*. O autor considera que

os funcionários [...] [públicos] se conduzem na relação com os pobres como representantes da coletividade (que lhes paga o salário), diferentemente dos agentes do setor privado, que trabalham mais como seres humanos, pelo aspecto homem a homem e menos pelo aspecto objetivo [Grifo nosso] (SIMMEL, 1965, p. 68 apud IVO, 2008, p. 176)

Esse caráter de, digamos, empatia, no entanto, não exclui o fato que, conforme o próprio autor, a assistência age dentro dos marcos da ordem estabelecida, não excede os li-

mites do *status quo*, de forma que é oposta às ideias socialistas e comunistas, uma vez que estas levariam à ruptura desta ordem. Simmel fala que o fim da assistência não é o assistido, mas a reposição de recursos postos em circulação. Tais recursos voltam à sua origem, fazem seu circuito completo pela sociedade, passando pelo assistido sem nele ter seu destino real. Dessa feita, a assistência cumpre o papel de mitigar as distorções de renda, refreando a revolta e ameaça ao *establishment*, tornando-se um fluxo restrito no que põe a circular, mantendo assim a estrutura desigual que a gera. Desse modo, parece fazer sentido expressões como “política pobre para pobre” ou que “se resolver o problema acaba a política”. Se o fim fosse o interesse dos pobres, haveria restrições a esse fluxo, quiçá podendo se chegar a uma situação de igualdade?

Exposto tudo isto, afirmamos que a música tocada pela legislação da política em vista, pelos Direitos Humanos, Assistência Social, doutrina da Proteção Integral, nossas noções sobre infância aqui contempladas e muito de nossa moral nesse quesito, como em outros assuntos, traz a marca de valores e concepções da visão de mundo cristã, como o exemplo da caridade citado acima. Mesmo que tais noções tenham assumido outra aparência, sofrido mudanças de forma e conteúdo, pode-se ver ainda o seu rastro.

## CONCLUSÃO

No que concerne a nossa pergunta de partida e hipótese inicial, como esmiuçado acima, concluímos, em suma, que a origem religiosa da instituição de acolhimento de nosso estudo, aliada ao contraste encontrado pelo fundador da Associação O Pequeno Nazareno na nova realidade com que este se deparou, estão ligados à motivação para a criação dessa mesma organização. O acolhimento em algum momento vai aparecer como expressão ulterior que essa ação poderá tomar, e não como única forma, mas uma dentre tantas. Também consideramos que valores e uma visão de mundo religiosos operaram e operam como motivadores do início e continuidade do trabalho realizado até os dias atuais, como uma “boa obra”.

Mas tais fatores de ordem confessional atuaram em paralelo a um processo de laicização do trabalho desta organização. Secularização e racionalidade marcam um reordenamento forçado de fora e que adentrou a própria composição dessa entidade, como no caso da visão de seus técnicos e de alguns dirigentes.

A Associação O Pequeno Nazareno, de forma sutil, apresenta meios, possibilidades para doutrinação religiosa, não tornando isto algo compulsório em seu atendimento, nem sua preocupação central, ou mesmo uma das principais. E o mesmo pode ser encontrado em IAs públicas. A doutrinação religiosa chega a aparecer como parte da sua programação de atividades, mas raramente, e o elemento religioso está estampado em nomes institucionais, arquitetura, espaços, e atitude individual de profissionais, dirigentes, em convites e até serviços, como os batismos no Sítio O Pequeno Nazareno. Mas finda que tornar seus acolhidos “cristãozinhos” não é o que move essas organizações, que terminam por aceitar outras vinculações religiosas destes e dos seus profissionais, mesmo que o que as movam no final das contas seja salvar o próximo (e assim também a si mesmos), como bons cristãos, realizar a palavra sagrada e o reino dos céus ainda na Terra, sob as formas mundanas como isto aparece traduzido (Assistência, Direitos Humanos, Proteção Integral. Inclusão, Empoderamento, Cidadania...)

Conforme nossos estudos, dos quais este trabalho é só um recorte, vigilância de outras instâncias da rede, a parceria com o Poder Público, que ao alocar recursos necessita que a execução da política seja laica, a resistência de técnicos das instituições como um

cordão interno a resistir a pressões de dirigentes religiosos das mesmas e uma racionalização institucional das próprias IAs vem garantido que a doutrinação religiosa não se impõe como parte do serviço, mas seus valores influenciam moralmente como ele é feito.

Esse processo de laicização paulatina, mas parcial ainda, parece ser beneficiado não apenas pela coerção da necessidade dos recursos públicos e do reordenamento forçado pela lei, mas também por uma identidade que pode ser traçada pela ética contida na visão religiosa que serve de fonte primordial dessas políticas, uma ética de direitos do paradigma assistencial moderno, pelo conteúdo humanista, compromissos dos saberes especializados, de pensadores e vertentes teóricas que formam e orientam os profissionais que atuam nessas mesmas políticas. Profissionalização desse trabalho, autonomização desse campo, com a montagem de equipes multiprofissionais e a destinação de recursos, montagem de agendas e a conseqüente – e ao mesmo tempo fator – racionalização dessas ações, como regulamentação, formulação e padronização, tem mudado a forma de um mesmo processo, mas também seu conteúdo, porém mantendo ainda uma essência, de ordem moral, cuja base está na cosmovisão religiosa e seus valores. cremos que tal marca perpassa não apenas este campo estudado e chega nele por justamente se imiscuir em diversos outros que nele vão convergir, a saber, grande parte do que constitui nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, XAVIER, N. P. *Censo da exclusão ou falta de inclusão nos censos? A (in) visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras*. Fortaleza: Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, 2009.
- ANDREOLA, B. A. RIBEIRO, M. B. Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra. In: INSTITUTO PAULO FREIRE (Org.). *Paulo Freire, anistiado político brasileiro*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser católico: dimensões brasileiras – um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião. In: SACHS, Viola et al. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, pp. 85-111.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (IPEA/CONANDA). SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. SENADO FEDERAL *Lei Federal n. ° 8.069/1990 - Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, 2007.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 11. ed. rev. E atual. Rio de Janeiro, FENAME, 1976. 1264 p.
- COUTINHO, C. N. “Gramsci e a sociedade civil”. In: *Gramsci e o Brasil*. [on line] 17 jan. 2006. Disponível na Internet em: <http://www.artnet.com.br/gramsci>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- DULLO, C. E. V. *A produção de subjetividades democráticas e a formação do secular no Brasil a partir da Pedagogia de Paulo Freire*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v 2.
- FIALHO, João. O que diz D. Bosco de: Amorevolezza. Dossiers. *Salesianos*. <<https://www.salesianos.pt/dossiers/o-que-diz-d-bosco-de-amorevolezza/>>. Acesso em: 15 out. 2020.
- FLORES, T. *Cenas de um Genocídio: Homicídios de Jovens Negros no Brasil e a Ação de Representantes do Estado*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Trad. Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Morales, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Paulo Freire & Educadores Sociais*. s.l., s. n. 1989.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- \_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GOLDMAN, M. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. 6. vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001.
- HOHLFELDT, A. A Comunicação enquanto diálogo em Paulo Freire e Luiz Beltrão. In: FERREIRA, Giovandro (et. al.). *Teorias da comunicação: trajetórias investigativas*. Porto Alegre, Edipucrs, 2010, p.183-198.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- INSTITUTO PAULO FREIRE (Org.). *Paulo Freire, anistiado político brasileiro*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.
- IVO, A. B. L. Georg Simmel e a “Sociologia da Pobreza”. In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 171-180, Jan./Abr. 2008.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e antropologia*. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete pedagogia da presença. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira*. EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.
- MILLS. C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. 4.a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- NOGUEIRA, M. S. M.. *Amor, caritas e dilectio: elementos para uma hermenêutica do Amor no Pensamento de Nicolau de Cusa*. Coimbra, 2008 Tese (doutorado em Filosofia), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- NICOLAU, F.. O amor que disciplina corpos e almas: o sistema preventivo de Dom Bosco e a produção de uma juventude cristã e cidadã. In: *Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*, 2006, Uberlândia. Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: Editora UFU, 2006.
- FIALHO, João. O QUE DIZ D. BOSCO DE: AMOREVOLEZZA. *Salesianos*. 2017. Disponível em: <<https://www.salesianos.pt/dossiers/o-que-diz-dom-bosco-de/o-que-diz-d-bosco-de-amorevolezza/>>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- Sobre não desistir do outro. Jornal de hoje. Páginas azuis. *O POVO*. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2013/10/14/noticiasjornalpaginasazuis,3145620/sobre-nao-desistir-do-outro.shtml>> 2013>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- Por um mundo melhor para crianças e adolescentes. Sobre. *O Pequeno Nazareno*. Disponível em: <<https://opequenonazareno.org.br/sobre/>> Acesso em: 2021.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- Pessoas mais excluídas. Páginas Azuis. *O POVO*. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2013/10/14/noticiasjornalpaginasazuis,3145628/pessoas-mais-excluidas.shtml>>. Acesso em: 9 dez. 2015.
- POOLE, H. *Direitos Humanos: referências essenciais*. Trad. Fábio Larsson. São. Paulo: Edusp, 2007.
- \_\_\_\_\_; HOLANDA, Fernanda Borges. *A criança e o adolescente no mundo do trabalho*. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUSU, 1996. v. 1. 210 p.

- \_\_\_\_\_; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. São Paulo: Loyola. Rio de Janeiro: PUC-RIO/ CIESPI; Brasília: UNICEF, 2004.
- \_\_\_\_\_; SOARES, A. B. (Org.); MARTINS, A. C. (Org.); STOECKLIN, D. (Org.); CALDEIRA, P. (Org.); LUCCHINI, R. (Org.); BUTLER, U. M. (Org.). *Vida nas ruas - Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2003. v. 1. 286p.
- SALATIEL, Francisco. Jesus: a experiência laica e profana de Deus. In: ----. *Rumos: revista de cultura*. Ano 4, n.7 Brasília: SER, Editora Rumos, 1992.
- SANTOS, C. E. *Juventude e relações de gênero no ensino misto confessional: a pedagogia salesiana em Juazeiro do Norte – CE (1970-1985)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.
- SILVA, R. S., ABREU, D.; RIBEIRO, T.; SOUZA, M. T. C. A Face de Janos: duas redes nacionais de políticas públicas brasileiras à luz das network policy theories. In: III Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales, 2015.
- SOUZA, G. *Educadores sociais sob a perspectiva da pedagogia social e do sistema preventivo: configurações da educação salesiana*. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2012.
- SILVA, R. S. *Abrigos juvenis: proteção e controle social em situação de risco*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Vou pra rua e bebo a tempestade: representações de educadores de rua de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- \_\_\_\_\_; ABREU, Domingos. SOUZA, Manoel Torquato Carvalho de. *Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco: um recorte de controle social nas capitais*. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. 2013a.
- SIMMEL, G. *Les pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France, [1907] 1998.
- SIMMEL, Georg. The Poor. In: *Social Problems*, Trad. Claire Jacobson. Vol. 13, No. 2, [S.l.] University of California Press, 1965.
- VIEIRA, D. S. “*É enxugar gelo*”: o cuidado de crianças e adolescentes em uma unidade de acolhimento do Distrito Federal” Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasília, 2013.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 2000.
- WILLIAM, Rodney. *Apropriação cultural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- XAVIER, N. P. *Entre consensos e dissensos: a tessitura do atendimento a crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

## ANEXOS



Campanha Nacional de Enfrentamento  
à Situação de Moradia nas Ruas  
de Crianças e Adolescentes  
[www.criancanaoederua.org.br](http://www.criancanaoederua.org.br)  
Senador Alencar, 1324 - Centro  
Cep: 60.030-051 Fortaleza-Ce  
Tel.: (85) 3212-9477

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Campanha Nacional de Enfrentamento à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes - **Criança Não é de Rua** - é uma ação de mobilização nacional em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas.

A Campanha é uma iniciativa para a construção efetiva de uma nova realidade, capaz de gerar alianças e propostas de mudanças imediatas e de longo prazo, visando viabilizar a construção de uma alternativa real à vida nas ruas.

Por meio do I Seminário Nacional realizado de 10 a 12 de agosto de 2010 em Fortaleza, deste site, dos fóruns de discussão e da cobertura da imprensa, a Campanha incentiva o diálogo sobre a importância da aproximação feita pelos educadores sociais na rua, da convivência familiar e comunitária, dos espaços de acolhimento institucional governamentais e não governamentais, além das políticas públicas, financiamento governamental, e tecnologias sociais que envolvem as crianças e os adolescentes em situação de moradia nas ruas.

#### *O Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP)*

O Comitê Nacional da campanha criou o Núcleo de Estudos e Pesquisas – N.E.P. com a finalidade de reunir todas as pesquisas, textos, estatísticas, livros e trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil sobre a situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes.

A pesquisa que vem sendo realizada pelo NEP através do senhor Ms. Roberto dos Santos da Silva, sobre instituições de acolhimento finalidade tem por finalidade identificar as dificuldades enfrentadas pelo trabalho de acolhimento e possíveis lacunas ou impasses

que o ordenamento institucional atual possa gerar para a concretização dos objetivos desse importante serviço.

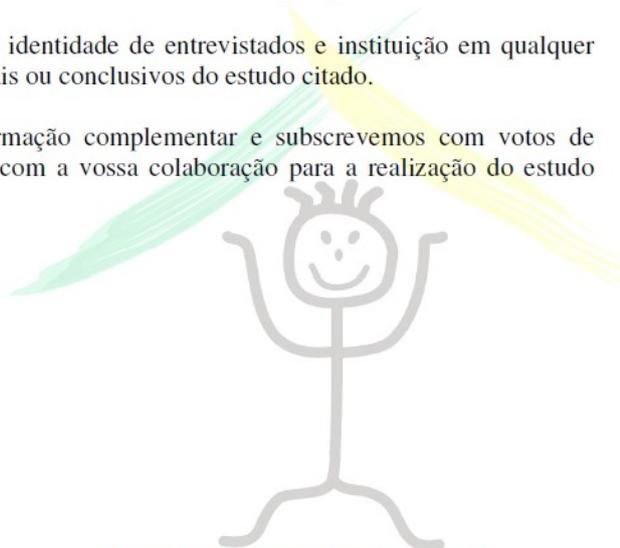
Em conformidade com a ética profissional que tal investigação exige, asseguramos que:

I) esta mesma não visa realizar qualquer avaliação de juízo de valor sobre a questão, mas identificar interações entre fatos que possam contribuir para uma reflexão sobre a prática que possa provocar possíveis pistas de como melhor enfrentar as mudanças que o trabalho em foco envolve;

II) se resguardará o anonimato da identidade de entrevistados e instituição em qualquer hipótese de apresentação dos resultados parciais ou conclusivos do estudo citado.

À disposição para qualquer informação complementar e subscrevemos com votos de apreço e estima, certos de podermos contar com a vossa colaboração para a realização do estudo supracitado.

Comitê Nacional Criança Não é de Rua  
(85) 3212-9477  
[roberto.nep@criancanaoederua.org.br](mailto:roberto.nep@criancanaoederua.org.br)  
[www.criancanaoederua.org.br](http://www.criancanaoederua.org.br)



**Basta de crianças morando nas ruas!**



Campanha Nacional de Enfrentamento  
à Situação de Moradia nas Ruas  
de Crianças e Adolescentes  
[www.criancanaoederua.org.br](http://www.criancanaoederua.org.br)  
Senador Alencar, 1324 - Centro  
Cep: 60.030-051 Fortaleza-Ce  
Tel.: (85) 3212-9477

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_ para participar da Pesquisa *Estudo sobre acolhimento institucional e rede de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco nas capitais brasileiras*, sob a responsabilidade do pesquisador Ms. Roberto dos Santos da Silva, a qual pretende mapear dificuldades enfrentadas pelo serviço de acolhimento institucional compondo diferentes cenários e uma amostra representativa que possa validar suas constatações com vista a subsidiar a elaboração de políticas públicas para o público do referido atendimento.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de cessão de entrevista ao pesquisador citado sobre o assunto acima descrito.

Não existem riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, será assegurado o anonimato do informante e da instituição em que trabalha, assim como qualquer referência a nomes de pessoas ou instituições específicas que possam permitir a identificação da fonte ou daqueles por ele citados. Se você aceitar participar, estará contribuindo para um estudo nacional cujo resultado será de acesso público e que apresentado para as instâncias governamentais que são responsáveis pelo delineamento e execução do referido serviço sócio assistencial e pela política de atendimento a crianças e adolescentes.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço SQN 312 Bloco H apartamento 103, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70 765 080, pelo telefone (61) 3532 5158 (manhã) e pelo correio eletrônico roberto.nep@criancanaoederua.org.br e poderá entrar em contato com o Comitê Nacional Criança Não é de Rua pelo telefone (85) 3212-9477.

#### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do participante  
Impressão do dedo polegar  
Caso não saiba assinar

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

**Basta de crianças morando nas ruas!**